

# plural

revista de ciências sociais

USP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SOCIOLOGIA

v.18 nº2 | ISSN 2176-8099 | segundo semestre de 2011

[www.ffch.usp.br/ds/plural](http://www.ffch.usp.br/ds/plural)



*Plural*

Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. João Grandino Rodas

Vice-Reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

---

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretora: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini

Vice-Diretor: Prof. Dr. Modesto Florenzano

---

Departamento de Sociologia

Chefe: Prof. Dr. Antônio Flávio Pierucci

Coordenador do Programa de Pós-Graduação: Prof. Dr. Paulo Menezes

Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação: Profa. Dra. Maria Helena

Oliva Augusto

Secretários do Programa de Pós-Graduação: Maria Ângela Ferraro de Souza e Vicente Sedrângulo Filho

---

Comissão Editorial - *Revista Plural*, v. 18, n. 11

Andreza Tonasso Galli, Cleto Júnior Pinto de Abreu, Fábio Silva Tsunoda, Francisco Thiago Rocha Vasconcelos, Guilherme Seto Monteiro, Gustavo Takeshy Taniguti, Lucas Amaral de Oliveira, Mariana Toledo Ferreira, Rafael de Souza, Tiago Rangel Côrtes, Wilson Emanuel Fernandes dos Santos

---

Conselho Editorial

Álvaro Augusto Comin, Amaury César Moraes, Ana Paula Cavalcanti Simioni, Cibele Saliba Rizek, Daisy Moreira Cunha, Edson Silva de Farias, Evelina Dagnino, Fernanda Peixoto, Fernando Albuquerque Mourão, Fernando Pinheiro, Heloísa André Pontes, Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins, Iram Jácome Rodrigues, Jordão Horta Nunes, José Jeremias de Oliveira Filho, José Sérgio Fonseca de Carvalho, José Sérgio Leite Lopes, Júlio Assis Simões, Leonardo Avritzer, Leonardo Mello e Silva, Lília Katri Moritz Schwarcz, Marcelo Kunrath Silva, Marcelo Ridenti, Marcos César Alvarez, Maria Helena Oliva Augusto, Maria Neyara Araújo, Mario Antonio Eufrásio, Nadya Araújo Guimarães, Paulo Roberto Arruda de Menezes, Ricardo Musse, Ruy Braga, Samuel de Vasconcelos Titan Junior, Sergio Costa, Sylvia Gemignani Garcia e Vladimir Pinheiro Safatle

---

Equipe Técnica

Diagramação: Diagrama Editorial

Revisão de texto: Meiry Ane Agnese

Capa: Rafael Cerveglieri ([www.flickr.com/rafael-nc](http://www.flickr.com/rafael-nc))

---

Financiamento

CAPES

---

Os conceitos e ideias emitidos nos textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando obrigatoriamente a concordância nem da Comissão Editorial nem do Conselho Editorial.

---

Endereço para correspondência:

Depto. de Sociologia - FFLCH/USP

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315

05508-900 - São Paulo - SP - Brasil

e-mail: [plural@usp.br](mailto:plural@usp.br)

<http://www.fflch.usp.br/sociologia/plural>

Facebook: <http://www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416>

Twitter: [@plural\\_usp](https://twitter.com/plural_usp)

---

Publicação eletrônica semestral

(2º semestre de 2011)

(Publicada em 2012)

*Plural*. Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, v. 18, n. 11 (11º semestre), 2011  
ISSN: 0104-67211

1. Ciências Sociais 2. Sociologia



## Editorial

|                     |   |
|---------------------|---|
| Editorial . . . . . | 5 |
| Comissão Editorial  |   |

## Artigos

|  |     |
|--|-----|
| Título universitário e aspirações profissionais . . . . .  | 9   |
| Rachel de Castro Almeida   |     |
| Sob o signo do medo: o significado da Liberdade Assistida na<br>vida de adolescentes em conflito com a lei . . . . . | 27  |
| Luiza Eridan Elmiro Martins de Sousa e Rosemary de Oliveira Almeida  |     |
| A retórica como saber sujeitoado . . . . .   | 53  |
| Wagner Silveira Rezende  |     |
| A relação entre “dom/dívida” e direitos trabalhistas . . . . .   | 83  |
| Laura Senna Ferreira   |     |
| Mulher: uma “classe desprivilegiada em alta conta” . . . . .   | 99  |
| Isabelle Anchieta  |     |
| O impacto da corrupção sobre a qualidade do governo democrático . . . . .  | 111 |
| Umberto Guarnier Mignozzetti   |     |
| Movimento neopentecostal e neoesoterismo: um enfoque sob o paradigma<br>da orientalização do Ocidente . . . . .      | 135 |
| Janete Rodrigues da Silva  |     |

## Tradução

|  |     |
|--|-----|
| Kafka e o trabalho da dominação. . . . .                       | 161 |
| Bernard Lahire   |     |
| Tradução de Guilherme Seto Monteiro e Lucas Amaral de Oliveira |     |

## **Apresentação da Entrevista**

|                                |     |
|--------------------------------|-----|
| De olhos bem abertos . . . . . | 179 |
| Paulo Menezes                  |     |

## **Entrevista**

|  |     |
|--|-----|
| Cinema e sociedade: “seis questões para seis intelectuais” . . . . .   | 185 |
| Entrevistados Arthur Autran Franco de Sá Neto, Rose Satiko Gitirana Hikiji,<br>Randal Johnson, Marina Soler Jorge, Eduardo Victorio Morettin e André Parente.<br>Entrevistas realizadas por Guilherme Seto Monteiro e Lucas Amaral de Oliveira |     |

## **Resenha**

|                               |     |
|-------------------------------|-----|
| James antes de James. . . . . | 219 |
| Luís Felipe Sobral            |     |



A *Plural* chega à sua edição 18.2 com boas novidades. De saída, é motivo de comemoração o fato de que, nesta edição, a Revista inicia sua periodicidade semestral, objetivo longínquo que foi conquistado graças à dedicação de numerosos pesquisadores que passaram pela comissão editorial da *Plural*. E esse evento pode ser considerado um marco na história da Revista, pois deve abrir portas para a expansão da divulgação e do alcance de público da *Plural*. O esforço acumulado de gerações finalmente nos agracia com seus frutos.

Ainda no campo das boas-novas, nossa seção de entrevistas aparece com um novo formato, sob a égide do tema “Cinema e sociedade”. Convidamos reputados pesquisadores de regiões, instituições e abordagens variadas para enriquecerem esse dossiê com suas opiniões e interpretações no tocante às relações entre cinema e sociedade na contemporaneidade; com isso, acreditamos ser possível refletir sobre qual é o lugar do cinema em nossa sociedade e que papel ele desempenha em nosso tempo. Como era de se esperar, as respostas foram múltiplas e todas de interesse acadêmico. Participaram da entrevista os professores André Parente (UFRJ), Arthur Autran (UFSCar), Eduardo Morettin (USP), Marina Soler Jorge (UNIFESP), Randal Johnson (UCLA) e Rose Satiko (USP), que honraram, com suas respectivas participações, a estreia do novo formato de nossa seção – que ainda conta com a ilustre apresentação do professor Paulo Menezes (USP).

Acreditamos que esse formato possui a vantagem de oferecer ao leitor um panorama dos debates do tema selecionado para a seção, a partir da reunião de depoimentos daqueles autores que inserem os questionamentos propícios ao avanço das pesquisas de cada área. Se, por um lado, ficamos impossibilitados de aprofundar os questionamentos com cada pesquisador, como fazíamos anteriormente, por outro lado, somos beneficiados agora pelo caleidoscópio de abordagens e de opiniões com que, por fim, nos deparamos. E, para dar cor ao caleidoscópio e marcar a estreia desse formato de entrevistas na Revista, esta edição traz a obra

“Câmera na cabeça”, do ilustrador Rafael Cerveglieri, que dá continuidade ao projeto gráfico das capas da Revista *Plural*.

Além dessa seção, contamos ainda com sete artigos inéditos de pesquisadores de diversas partes do Brasil. O primeiro deles, “Título universitário e aspirações profissionais”, de autoria de Rachel de Castro Almeida, trata de um tópico bem recente: as consequências da expansão do ensino universitário para a inserção profissional e social do jovem brasileiro. Ainda versando sobre o tema “juventude”, porém dessa vez sobre jovens cujas expectativas de vida estão entre a liberdade e a reclusão, encontramos o artigo de Luiza Eridan Elmiro Martins de Sousa e Rosemary de Oliveira Almeida, cujo título é “Sob o signo do medo: o significado da Liberdade Assistida na vida de adolescentes em conflito com a lei”, que compara as diferentes percepções dos atores envolvidos na formulação e aplicação das medidas socioeducativas previstas a adolescentes infratores.

Já o terceiro artigo, “A retórica como saber sujeitoado”, de Wagner Silveira Rezende, discorre sobre o processo que levou a uma desvalorização da retórica como forma legítima de produção de conhecimento e de ciência no pensamento ocidental. Aliás, nesta edição, os processos de transformação de lógicas dominantes também são objeto de outros artigos. Laura Senna Ferreira trata dessa temática a partir do mundo do trabalho. Em seu artigo “A relação entre ‘dom/dívida’ e direitos trabalhistas”, ela propõe uma perspectiva bastante interessante, que compara a lógica do “dom” e da “dívida”, os arranjos das condições de trabalho e dos direitos trabalhistas, para então analisar a reestruturação produtiva em oficinas mecânicas de Pelotas/RS. Isabelle Anchieta, por outro ângulo, em seu texto “Mulher: uma ‘classe desprivilegiada em alta conta’”, coloca em pauta a desigualdade de gênero vivida pelas mulheres na vida simbólica e na vida material, discutida, sobretudo, a partir da leitura de obras clássicas de Erving Goffman e Pierre Bourdieu.

O artigo “O impacto da corrupção sobre a qualidade do governo democrático”, de Umberto Guarnier Mignozzetti, mostra-nos como o problema da corrupção pode afetar as percepções que fornecem critérios e parâmetros para medir a qualidade de um governo em regimes democráticos. O autor compara tais medidas em alguns países, no período entre os anos de 1996 e 2005, traçando um panorama sobre o que baliza os valores políticos e morais de uma sociedade democrática. Sobre os valores religiosos da sociedade hodierna, publicamos o artigo de Janete Rodrigues da Silva, “Movimento neopentecostal e neoesoterismo: um enfoque sob o paradigma da orientalização do Ocidente”, que trata do sucesso e da difusão do movimento neopentecostal, explicitando a forma como esse movimento está

relacionado às ressignificações de conteúdos cristãos que respondem às demandas da nossa sociedade de consumo contemporânea.

Esta edição ainda vem composta pela resenha de Luís Felipe Sobral, “James antes de James”, que discute o livro *Henry James goes to Paris*, de Peter Brooks, publicado em 2007 pela Princeton University Press. Peter Brooks, famoso crítico literário, analisa, nessa obra, o impacto que a estadia em Paris exerceu sobre a produção literária do escritor norte-americano Henry James (1843-1916). Trata-se de uma obra de interesse tanto para aqueles que trabalham com a sociologia da cultura como para os que apreciam uma boa literatura.

Por fim, apresentamos também o texto “Kafka e o trabalho da dominação”, escrito por Bernard Lahire, publicado originalmente na prestigiada revista *Actuel Marx* e traduzido por mestrandos da casa, Guilherme Seto Monteiro e Lucas Amaral Oliveira. No segundo semestre de 2011, o PPGS-USP teve o privilégio de contar com a presença do professor Bernard Lahire, o qual, entre outras atividades, ministrou um curso de curta duração sobre temáticas centrais em suas pesquisas – denominado “Problemas e métodos da Sociologia das disposições”. Em acordo com o pesquisador, os tradutores selecionaram esse texto como uma peça expressiva da contribuição original de Lahire, no âmbito da sociologia da cultura contemporânea. De quebra, afinados à resenha, mantemo-nos no campo da boa literatura, com essa prodigiosa tabela entre James e Kafka.

Esperamos que nossos leitores aproveitem a Plural 18.2, recheada de artigos sobre temas e perspectivas variados e que reflète, afinal, o que tem sido produzido pelos jovens cientistas sociais brasileiros.

*Comissão Editorial*



# TÍTULO UNIVERSITÁRIO E ASPIRAÇÕES PROFISSIONAIS

Rachel de Castro Almeida\*

**Resumo** Os jovens brasileiros vivenciam, atualmente, uma tensão por terem mais anos de estudo do que a geração precedente e, no entanto, depararem-se com um mercado mais competitivo e seletivo. Essa tensão altera a relação linear entre diploma de ensino superior, posição social e rendimento. Tudo aponta para que, em vários segmentos da sociedade brasileira, os jovens tendam a encontrar crescentes barreiras para reproduzir o padrão de vida de seus pais, mesmo alcançando níveis de escolaridade mais elevados. O que está orientando as aspirações profissionais dos alunos e egressos do ensino superior? Este artigo pretende avançar na construção de um caminho metodológico para avaliar os impactos desse cenário, percorrendo os estudos acerca da inserção profissional inspirados na noção de “valores do trabalho”.

**Palavras-chave** Jovens; trabalho; valores do trabalho.

## UNIVERSITY DEGREE AND PROFESSIONAL ASPIRATIONS

**Abstract** *The young Brazilians currently experiencing tension because they have more years of study than the previous generation, and yet, faced with a more competitive and selective market. This tension changes the linear relationship between higher education qualifications, social status and income. Following the hypothesis of Bourdieu, that this “deceived generation” answers with a refusal to verdicts offered by society, this paper proposes a path through the study of work values in order to foster researches related to issues of transformation of our social structures. Several international studies about work values have stressed that the transition from student to the worker is a period since the young express changes relative to that hope to gain on or through work.*

**Keywords** *Youth; labour; work values.*

---

\* Pós-doutoranda pelo CESNOVA-UNL, professora da PUC-Minas e coordenadora da Equipe de Tutoria da Associação Internacional de Educação Continuada – AIEC.

## INTRODUÇÃO

O acesso ao ensino superior, no Brasil, já representou, especialmente nos anos 1970 e 1980, um marco muito importante na transição para a vida adulta, momento em que o diploma “era o ‘passaporte’ quase imprescindível para ocupar as oportunidades melhores remuneradas e mais valorizadas que se abriam na burocracia estatal e nas grandes empresas que se instalavam no país” (CARVALHO, 2004, p. 80). Esse processo aconteceu no momento em que o Brasil estava com a taxa média anual de expansão da produção de quase 7%, e as famílias de classe média e alta se beneficiavam com a ampliação das oportunidades ocupacionais e com a expansão da sociedade de consumo. Portanto, as possibilidades de mobilidade social ascendente se vinculavam muito aos investimentos na formação universitária (CARVALHO, 2004).

A partir da década de 1980, com a difusão da chamada “nova divisão internacional do trabalho”, o cenário econômico brasileiro passou por transformações que resultaram na expansão da taxa de desemprego aberto e no aumento das formas de “desassalariamento”, tanto decorrentes da destruição de empregos assalariados, em particular daqueles empregos com carteira de trabalho, quanto também da aniquilação de empregos sem registro formal.

Essas alterações no mercado de trabalho são desiguais, entretanto, as pesquisas apontam que elas afetam de modo particularmente intenso os jovens (POCHMANN, 2001; ROCHA, 2007). Parafraseando Pochmann, “se para um jovem de origem familiar popular a efetivação ocupacional no mercado de trabalho já não era fácil, agora, então, tornou-se ainda mais difícil” (POCHMANN, 2001, p. 221). E, considerando os desafios que os jovens brasileiros enfrentam no processo de inserção no mercado de trabalho, Schwartzman e Cossío (1997) afirmam que a educação condiciona não somente a maior probabilidade de obter um emprego, mas também a possibilidade de alcançar postos de trabalho melhor remunerados.

Embora essa conjectura tenha que ser examinada com cuidado, procurando fazer jus à diversidade de tendências, tudo aponta para que, em vastos segmentos da sociedade brasileira, os jovens tendam a encontrar crescentes barreiras para produzir e reproduzir o padrão de vida de seus pais, mesmo alcançando níveis de escolaridade mais elevados, o que será tanto mais verdade quanto mais esses títulos obtidos no ensino superior dispuserem de baixo valor mercantil. Por outro lado, diversos estudos sobre a formação escolar, em diferentes países, têm demonstrado que a desigualdade de oportunidades educativas entre os estratos sociais tem se mantido bastante estável ao longo do tempo ou mesmo que – a despeito

do alargamento da escolarização e do discurso meritocrático – os efeitos da origem social sobre os padrões de transição para a vida adulta tendem a aumentar (SCHOON et al., 2001).

Esses efeitos cíclicos de retração e alta seletividade do mercado de trabalho geram uma “bola de neve” que impele cada vez mais o jovem a elaborar uma reavaliação do grau de satisfação, diante do nível de escolaridade atingido e do próprio valor do diploma universitário, reforçando o que Novaes (2006) aponta como o ‘medo de sobrar’ ou o que Sansone (2003) designa como o “colapso do sistema de *status*”. Ambos se relacionam de modo transversal às diferentes classes sociais, pois ter estudo não é garantia de trabalho e ter trabalho não é garantia de que se continuará trabalhando. Em síntese, a despeito de o jovem ter mais anos de estudo e considerar que essa é a forma mais vantajosa de ingressar no mercado de trabalho cada vez mais competitivo, quando procura efetivamente se inserir, ele se depara, muitas vezes, com uma distância entre o esperado e o atingido

Diante dessa tensão, as formas de encontrar saídas são diferentes, em função das origens sociais dos jovens. Assim, é relevante investigar como os jovens se orientam diante da falta do “passaporte”. Especialmente, pergunta-se: o que está, de forma subjacente, orientando as aspirações profissionais dos alunos e egressos do ensino superior?

Com o intuito de analisar essas duas questões centrais, este ensaio percorre desde a origem dos estudos acerca da inserção profissional, no momento em que a sociedade francesa começava a enfrentar essas mesmas contradições, até as inspirações referentes aos estudos sobre “valores do trabalho”. Este artigo aponta, assim, algumas considerações sobre a construção de um caminho metodológico pertinente para avaliar os impactos desse cenário no processo de transição para a vida adulta, especialmente a fase de transição da escola para o trabalho, por meio dos estudos dos “valores do trabalho”.

## **DISTINÇÃO: O TÍTULO UNIVERSITÁRIO**

Nos anos 1970, a sociedade francesa se encontrava diante de uma geração de jovens que enfrentava uma tensão especial: a defasagem entre oportunidades objetivamente oferecidas, em determinado momento, e aspirações e expectativas dessa juventude. Bourdieu (2007) afirmava que essa defasagem se refere ao processo gerado por uma inflação de diplomas ou pelo paradoxo designado como “democratização escolar”. Em síntese, os jovens, especialmente os “*bacheliers*” – diplomados do ensino médio –, vivenciam a distância entre as aspirações produzidas pelo

sistema escolar e as oportunidades objetivas encontradas no mercado de trabalho, uma vez que o acesso a um nível de ensino leva os grupos (ou classes) a esperar as mesmas oportunidades que esse acesso proporcionava a outras gerações, em períodos anteriores (DEROUET, 2002; DUBET, 2008).

Não obstante as especificidades, as analogias com o cenário francês, traçado por Bourdieu na década de 1970, são evidentes. No Brasil, por exemplo, os dados da década de 1990 comprovam justamente que, apesar de os jovens terem mais anos de estudo do que a geração anterior, eles estão enfrentando maiores dificuldades de inserção no mercado.

O portador de um diploma, ao ter assegurada formalmente uma competência e um título, sofre um ganho simbólico, passando a estar legitimado, pela competência atribuída formalmente pelo diploma, a ocupar determinadas posições ou cargos. Além disso, cria-se uma expectativa, a partir do próprio grupo de pares e da família, de que o diplomado assuma as posições que o diploma a princípio lhe confere.

O efeito mais bem dissimulado da instituição escolar é a capacidade de atribuição estatutária, positiva ou negativa, que todo o grupo produz ao fixar os indivíduos em classes hierarquizadas. Ao mesmo tempo, esse efeito se exerce em outras fases do próprio curso, por meio da manipulação das aspirações e exigências operada pelo sistema escolar, ao orientar os alunos para posições prestigiosas ou desvalorizadas.

As diferenças oficiais atribuídas pelas classificações escolares tendem a gerar diferenças reais, ao produzirem, nos indivíduos classificados, a crença – reconhecida e defendida coletivamente – nessas diferenças. Essa disposição dos indivíduos em função das diferenças entre as classificações escolares gera o efeito de alocação, “o que faz com que a instituição escolar consiga impor práticas culturais que ela não inculca, nem sequer exige expressamente, mas que estão incluídas nos atributos estatutariamente associados às posições que ela concede aos diplomas que confere e às posições sociais, cujo acesso é obtido por esses diplomas” (BOURDIEU, 2007, p. 29).

No entanto, atualmente, a expansão do ensino superior provocou um aumento do número de egressos, em um período em que o mercado não teve o mesmo ritmo de absorção ou demanda, em virtude da redução dos postos de trabalho e dos novos formatos flexíveis de inserção no mercado. Tais transformações, de acordo com Alves (2009, p. 19), puseram em causa a relação linear entre diploma de ensino superior, posição social e rendimento. No caso brasileiro, grande parte dos jovens – e, neste caso, especialmente os portadores de diploma de ensino

superior – vivencia um desajuste de expectativas, na medida em que a oferta de trabalho não corresponde ao seu nível de estudo ou ao esforço realizado para alcançar maior desenvolvimento pessoal.

Segundo Bourdieu (2007, p. 125), a comparação entre cargos exercidos, em duas épocas diferentes, por titulares do mesmo diploma oferece uma ideia aproximada das variações do valor dos diplomas no mercado de trabalho. Isso acontece porque o crescimento do número de portadores de diploma é maior do que o número de posições, cujo acesso, no início do período comparado, era garantido por esses títulos acadêmicos. Esse desajuste de expectativas, ao ser detalhadamente observado por Bourdieu (2007), suscita, entre as principais consequências, os processos denominados pelo autor como “desclassificação” e “desencantamento”.

Com efeito, se o jovem está graduado em Administração, por exemplo, possuindo os atributos necessários para ser um administrador, contudo sem um trabalho que lhe confira esse posto ou *status*, sua classificação e seu título ficam em suspenso, à espera de uma oportunidade que concretize na prática as expectativas. Esse processo é o que Bourdieu (2007) denomina como “desclassificação”, ou seja, é o resultado do confronto com o mercado e a dificuldade de manter a classificação e a posição social adquiridas na Universidade.

A princípio, para Bourdieu (2007), a desqualificação estrutural que afeta toda uma geração – por obter, por meio de seu diploma, resultados inferiores aos conseguidos pela geração precedente – provocaria uma desilusão coletiva ou um “desencantamento” capaz de inspirar denúncias dos pressupostos tacitamente assumidos pela ordem social e a suspensão prática da adesão aos valores e aos desafios dessa ordem vigente.

Nesse sentido, o autor destacava que essa “geração enganada” seria profundamente questionada em sua identidade social, na imagem de si mesma, por um sistema escolar e um sistema social que se limitavam a apresentar-lhe “vãs promessas”. Nesse cenário, os jovens só conseguiriam restaurar sua integridade pessoal, respondendo com uma recusa global aos vereditos propostos pela sociedade.

Além disso, os próprios jovens nessa situação também recorrem a estratégias individuais, tanto de recuperação de sua classificação quanto de formas de enfrentar o mercado de trabalho, por meio da revisão de seus projetos de vida na esfera do trabalho. Ou seja, o confronto com a realidade exige deles um esforço para lidar com a situação, desenvolvendo não só estratégias racionais, mas, sobretudo, uma capacidade de adaptar-se às circunstâncias (VELHO, 1994, p. 45).

Como se presume, essa situação extravasa a realidade brasileira. Em um estudo comparativo entre cinco países europeus, realizado por Smithson, Lewis e Guerreiro (1998), com o objetivo de analisar as percepções de um conjunto de jovens acerca do trabalho e da família, em um contexto caracterizado pela insegurança nas situações de emprego, demonstra-se que os jovens desenvolvem estratégias adaptadas ao estado de crescente incerteza: “evitar pensar no longo prazo”, “procurar objetivos alternativos”, “tentar gerir a própria carreira” (adotando estratégias para aumentar a empregabilidade), “enfrentar os desafios”, “adiar compromissos” (tais como casamento, compra de casa, saída da casa dos pais) e mesmo “redefinir a percepção de segurança” – já considerando contratos de curto prazo como empregos seguros. É também digno de nota o desinvestimento em estratégias coletivas, pelo menos das que se consubstanciam na participação sindical, o que exprime a desvalorização dessa instituição como esfera de representação.

De forma aparentemente contraditória, parte da explicação para a expansão do processo de educação continuada se encontra justamente no desajuste entre as oportunidades objetivas e esperanças subjetivas, experienciado pelos agentes sociais, nomeadamente no que concerne à possibilidade de concretizarem certos “valores do trabalho”.

A continuidade dos estudos é uma forma de o jovem manifestar para si e para os outros que não está “acabado”, em final de carreira ou das contas, imobilizado em termos de trajetória social (BOURDIEU, 2007, p. 150). Segundo Bourdieu (2007, p. 150), o futuro indeterminado para grande parte daqueles que estão no final dos estudos “permite transformar o presente em uma espécie de *sursis* incessantemente renovado [...] tudo se passa como se na nova lógica do sistema escolar e do sistema econômico incentivasse a adiar, pelo período mais longo possível, [...] o balanço final”, e, nesse sentido, encontra-se a explicação para a importância atribuída nos discursos à qualificação, aos cursos de pós-graduação e aos cursos de língua estrangeira. Tudo se passa, de fato, como se a conclusão não existisse, como se fosse necessário expandir os limites da fase e postergar a avaliação social e pessoal, da trajetória percorrida até aquele momento.

Como disse Bourdieu (2007, p. 150), “as descontinuidades brutais, do tudo ou nada, entre os estudos e a profissão, cedem lugar a passagens por evoluções infinitesimais, ou seja, o balanço final às vezes assume a forma de uma ‘crise pessoal’”. Por isso, embora não se esgote nesses aspectos, consiste, sem dúvida, em uma forma de lutar contra a desclassificação em relação às expectativas outrora elaboradas.

A formação continuada, que é também uma exigência do mercado, passa a ser considerada como responsabilidade pessoal. Ressalta-se, portanto, a evidência

de que “já não é a escola, nem a empresa (mesmo coordenadas) que produzem as competências que os indivíduos necessitam para aceder ao mercado de trabalho, obter rendimento e serem reconhecidos: são os próprios indivíduos” (DUBAR, 2006, p. 99). Querendo ou não, o indivíduo passa a assumir o controle e a responsabilidade pela aquisição e manutenção de suas competências, o que lhe confere ou retira a permissão de empregabilidade.

Como aponta Chaves (2007, p. 158), em suas pesquisas com os jovens advogados portugueses, nessa nova configuração do “mundo do trabalho”, a exaltação da competência e da constante renovação institui “um trabalhador comprometido com a manutenção do seu valor no mercado ao longo do tempo”, e esse valor seria o espelho de suas capacidades e de seus méritos intrínsecos.

Outra forma de luta contra a desclassificação é o crescimento da divisão do trabalho (novas profissões), que gera como efeito uma redefinição criadora e atinge especialmente as ocupações com grande dispersão e pouco profissionalizadas, em que os cargos e as carreiras não adquiriram a rigidez das velhas profissões burocráticas. É também significativo registrar que a desvalorização do diploma é acompanhada da expansão progressiva do monopólio que os diplomados exercem sobre as posições até então abertas a não diplomados.

Atualmente, na fase de transição escola-trabalho, os jovens têm vivido um momento de interregno, em que se alternam períodos de desocupação, inserções precárias e subocupação, o que suspende um rol de expectativas geradas durante os anos de universidade, tanto em relação aos projetos de vida quanto a valores do trabalho. Como Bourdieu (2007) indica, os processos de “desclassificação” e “desencantamento” colocam os jovens no limite de uma tensão denominada por Beck (2006) como “estação fantasma”. Ou seja, segundo Beck (2006), as instituições de ensino estão se convertendo em “salas de espera”, uma vez que os jovens permanecem mais tempo nas escolas e escolhem uma formação complementar para evitar a desocupação.

Assim, essa transição escola-trabalho é um momento importante para se avaliar a oscilação entre expectativas e desilusões e o modo como os jovens estabelecem suas prioridades no que concerne aos aspectos valorizados no trabalho. Nesse novo cenário contemporâneo em que as incertezas na esfera do trabalho estão mais presentes, são gestados novos padrões de transição e, conseqüentemente, novas estratégias de orientação no campo profissional, em busca dos valores do trabalho almejados subjetivamente.

Os estudos acerca de grupo de jovens são singulares, pois a fase de transição para a vida adulta passa por alterações e torna-se um tema de especial interesse,

justamente por refletir o modo como essa fase do ciclo da vida se ajusta a essas mudanças. O processo de transição para a vida adulta tem sido um campo cada vez mais explorado pelas Ciências Sociais por se inscrever em questões mais abrangentes, como as transformações de fundo das estruturas sociais.

## **AS ASPIRAÇÕES PROFISSIONAIS: O CONCEITO “VALORES DO TRABALHO”**

Nessa perspectiva, a escolha de uma dimensão como “valores do trabalho” pode ser um caminho significativo para compreender o modo como os jovens encontram suas alternativas ao vivenciarem a tensão entre escola e trabalho.

Os “valores do trabalho” (*work values*) são considerados neste artigo por meio de um percurso que se assenta em discussões e conceitos tanto da Sociologia quanto da Psicologia Social. Em uma fase em que se aventa o fim do trabalho e em que as Ciências Sociais procuram explicações e críticas que consigam compreender os novos processos e suas consequências, a Psicologia Social oferece uma metodologia de investigação e de aproximação com a realidade bastante pragmática, possibilitando uma forma de análise dos dados do campo de pesquisa<sup>1</sup>.

A dimensão “valores do trabalho” é compreendida pela Psicologia Social como os aspectos que os indivíduos procuram obter no trabalho ou por meio dele. Essa dimensão “valores do trabalho” é abordada como fatores valorizados no trabalho; em outras palavras, como valorações, e não tanto como valores, na acepção mais clássica do termo. Portanto, os valores do trabalho constituem um “conjunto de aspectos a que os indivíduos conferem, ou não, importância ou, mais exactamente, uma maior ou menor importância relativa no momento em que os confrontam entre si” (CHAVES, 2007, p. 253). Esses “valores do trabalho” têm sido tratados como fatores valorizados especificamente na esfera do trabalho, a partir de uma escala que define prioridades ou hierarquia entre esses aspectos valorizados.

As pesquisas iniciais no campo da Psicologia Social, herdeiras do clássico de Herzberg et al., *The motivation to work*, de 1959, pretendiam estudar a satisfação no trabalho, partindo do princípio de que a satisfação dependia da concretização desses valores do trabalho – dimensão que originou duas categorias distintas: os valores intrínsecos e os valores extrínsecos (RUSSELL, 1975).

Os dois conjuntos de fatores que compõem essas categorias – valores intrínsecos e extrínsecos – foram abordados de modo essencialmente independente

---

1 Sobre isso, consultar: Hogan e Aston (1986); Chaves (2007); Johnson (2001); e Johnson et al. (2007).

ou mutuamente excludente, apoiados na hipótese de que os fatores que geram a atitude positiva dos trabalhadores são distintos dos que geram as atitudes negativas. Desse modo, “os valores extrínsecos são independentes do trabalho que se realiza, mas estão relacionados com as consequências que advêm do facto de se trabalhar” (CAETANO *apud* CHAVES, 2007).

Nesse conjunto denominado “valores extrínsecos”, o trabalho é considerado como um instrumento para a obtenção de determinados fins. Abrange, então, por exemplo, os seguintes aspectos: salário, relações interpessoais (supervisores, pares e subordinados), política da empresa e da administração, condições de trabalho, posição (*status*) e segurança no trabalho. Já os “valores intrínsecos” estão relacionados aos aspectos característicos da própria atividade, como a natureza do trabalho considerado como tal, como um fim em si, motivadores por si mesmos e, nessa perspectiva, entendidos como estando sob o controle do sujeito, de forma a possibilitar que as recompensas dele advindas dispensem a mediação de outras pessoas. Podem ser citados como exemplo de aspectos que compõem os valores intrínsecos: reconhecimento, realização, possibilidade de crescimento e aumento de responsabilidade e do trabalho em si (desafios).

Mesmo assumindo esse patrimônio, destaca-se que, em consonância com as ponderações de Chaves (2007, p. 267), a ideia de que as pessoas podem extrair compensações intrínsecas do trabalho, sem qualquer tipo de “mediação de outras pessoas”, corre o risco de conduzir a graves equívocos, se não for devidamente esclarecida. Por isso sugere-se ter como ressalva a necessidade de considerar que essa ausência de relação (mediação de outras pessoas) apenas poderá ser entendida se ela for concebida como mediação direta, pois os fatores intrínsecos do trabalho e as gratificações que dele se podem extrair, nomeadamente do ponto de vista emocional, não são entendíveis, se não se considerar que estes são, em larga medida, derivados de formas de mediação simbólica – aspecto que é válido tanto para os fatores intrínsecos quanto para os extrínsecos (CHAVES, 2007, p. 267).

As recentes apropriações dessas categorias, como, por exemplo, por Chaves (2007), sobre a inserção profissional dos jovens advogados portugueses e as pesquisas de Johnson (2001), revelam a necessidade de alargar o quadro de fatores incorporados à matriz dos valores intrínsecos e extrínsecos.

Os trabalhos de Johnson (2001), que abordam as mudanças nos valores do trabalho na transição para a vida adulta, ampliam as categorias analíticas, incorporando os valores sociais e altruísticos. Os valores altruísticos, por sua vez, estão associados às recompensas que derivam do fato de fazer algo para os outros (“ajudando os outros” ou “contribuindo para a sociedade, de modo geral”), e os

valores sociais são interpessoais, dependendo das relações positivas com colegas de trabalho e da possibilidade de constituir uma boa rede de relacionamentos.

Chaves (2007), por outro lado, defende a necessidade de inclusão de um conjunto de valores sócio-orientados, bem como de outro tipo de valor, designado por valor da conciliação do trabalho com outras esferas de atividade. Os valores sócio-orientados são valores do trabalho pautados em benefício de terceiros, que, na concepção de Chaves (2007), estão bem próximos da concepção de valores altruísticos de Johnson (2001). Já os valores da conciliação do trabalho, com outras esferas de atividade, referem-se à possibilidade de o trabalho realizado permitir ou não o desenvolvimento de outras atividades sociais e a participação em outras esferas da vida social.

Embora se entenda que a dicotomia entre valores extrínsecos e intrínsecos seja uma forma de sistematizar a informação, o aporte que se subtrai dessas categorias está em sua composição, ou seja, nos aspectos ou fatores mais específicos valorizados pelo indivíduo no confronto com o trabalho<sup>2</sup>. Então, vale destacar as palavras de Russell (1975, p. 23, em livre tradução), uma vez que “[...] conclui-se que a teoria de Herzberg acerca dos dois fatores de satisfação no trabalho é uma simplificação da relação entre variáveis”<sup>3</sup>. Não apenas Russell (1975), mas outros autores também preferem trabalhar com os quesitos de forma independente, pois argumentam que (...) “é melhor analisar as preferências entre os atributos específicos relativos ao trabalho separadamente, porque os resultados são afetados pelos itens que foram selecionados para construir os índices compósitos”<sup>4</sup> (KONRAD et al., 2000, p. 110, em livre tradução).

No Brasil, não há uma tradição em pesquisas acerca dessa temática. A dimensão “valores do trabalho” já foi incorporada em algumas poucas pesquisas, como nos trabalhos de Borges (1999), Borges e Alves Filho (2001) e Tolfo e Piccinini (2007), acerca da motivação e dos significados do trabalho. No entanto, considerando as referências internacionais, podem ser apontados diversos estudos, em certa medida, herdeiros do clássico de Herzberg et al., *Motivation to work*, de 1959, que avançam com algumas análises acerca: I. da revisão dos “valores do trabalho”

---

2 Johnson et al. (2007), em publicação recente, sugerem que essa estrutura básica de decisões sobre o trabalho, com dimensões intrínsecas e extrínsecas, tem sido aceita e utilizada sem muitos questionamentos, mas comentam que Halaby *apud* Johnson et al. (2003), por exemplo, há pouco tempo ofereceu uma conceituação alternativa que destaca as dimensões empresariais e burocráticas do trabalho.

3 Texto original: “[...] on this basis, it is concluded that the Herzberg two-factor theory of job satisfaction is an oversimplification of the relationship between variables”.

4 Texto original: “We argue that it is better to examine specific job attribute preferences separately because results are affected by the items chosen to construct the composite indices”.

a partir da experiência no mercado (KONRAD et al., 2000; JOHNSON, 2001); II. dos aspectos mais valorizados no trabalho, segundo o gênero (KONRAD et al., 2000); e III. do diagnóstico das alterações na hierarquia dos quesitos valorizados no trabalho, considerando a faixa etária no processo de transição.

É interessante destacar, assim, algumas análises mais contemporâneas (MARINI, 1984a; 1984b; JOHNSON, 2001) que salientam o fato de a transição do estatuto de estudante para o de trabalhador ser um período no curso da vida em que podem ser identificadas muitas mudanças naquilo que os jovens esperam com relação ao trabalho. Como explica Johnson (2001), os jovens são um terreno fértil de investigação, pois tendem a avaliar uma série de recompensas do trabalho como tendo grande importância para eles. Esses “valores do trabalho” estão, desde o início, orientando suas escolhas, guiando seus percursos profissionais e a busca por determinadas posições dentro do campo profissional.

Segundo Johnson (2001), em um rol de dimensões relacionadas às aspirações educacionais, profissionais e pessoais, os jovens são bastante idealistas sobre aquilo que consideram ser capazes de obter. Os valores do trabalho são alterados quando é possível perceber a distância entre o que era esperado e o que é possível ser atingido no confronto com a realidade do trabalho. Desse modo, a fase de transição e inserção na esfera do trabalho é um ponto singular, pois, quando os jovens ganham experiência de trabalho, também conseguem compreender melhor a esfera do trabalho e as recompensas disponíveis.

Os ajustes dessas expectativas ocorrem quando esses jovens começam a fazer concessões muitas vezes necessárias na transição para o mercado. Nessa circunstância, a transição para o trabalho em si poderá ser um momento importante na mudança da hierarquia de aspectos valorizados no trabalho, pois, com a experiência, eles ganham melhor conhecimento do mercado e das recompensas disponíveis.

A hipótese testada pela autora é a de que “[...] jovens ajustam-se à falta de recompensas valorizadas durante os primeiros anos de trabalho” (JOHNSON, 2001, p. 318-319, em livre tradução)<sup>5</sup>. Nos Estados Unidos, os jovens têm, em geral, aspirações mais otimistas do que aquilo que conseguem concretizar e, por isso, na fase de transição para a vida adulta e inserção no mercado, ajustam ou minimizam a importância dessas aspirações.

---

5 Texto original: “[...] young people adjust to the lack of valued rewards during the early work years, relative to their values going in”.

A relevância de todos os tipos de valores examinados por Johnson (2001) na referida pesquisa diminui no período entre o final do ensino médio e os trinta anos. O ajuste de aspirações e de valores do trabalho é comum, na medida em que os jovens percebem que algumas de suas metas não são realizáveis na esfera do trabalho. Portanto, o processo de ajuste acontece ao longo da aproximação desses jovens com a realidade do trabalho.

Segundo Johnson (2001), o papel do confronto efetivo com o trabalho na formação dos valores ou aspectos valorizados no trabalho ainda não foi objeto de intensa investigação, à luz da instabilidade que pode ocorrer nessa escala ou hierarquia dos valores do trabalho, durante a transição para a vida adulta. Conforme seu argumento, as aspirações iniciais perdem em importância, ao longo do tempo e no confronto com a realidade laboral. Nessas circunstâncias, a transição para o trabalho em si deve ser um fator importante para mudar a hierarquia de preferências entre os aspectos valorizados no trabalho.

Com a experiência do trabalho, os jovens compreendem melhor o mercado de trabalho e o tipo de recompensas disponíveis a que poderão aspirar. Muitos deles supervalorizam algumas recompensas de trabalho, que, na prática, muito provavelmente, não serão cumpridas na totalidade desejada. Por isso, o confronto com o trabalho poderá levar o jovem a produzir uma desvalorização da importância atribuída a alguma recompensa a ser obtida por meio do trabalho.

Os resultados das pesquisas de Johnson (2001) comprovam que o fato de o jovem depositar um grande valor em algo que não consegue obter pode ser percebido como uma forma de ameaça à sua autoestima. Assim, para evitar se enxergar como incompetente ou como quem não consegue atingir um objetivo, ele tende a eleger ou valorizar aspectos sobre os quais tem, ou acredita ter, maior domínio.

Com o mesmo intuito, Chaves (2007) desenvolveu um estudo sobre a “dialética do ajustamento entre posições e aspirações”, uma proposta que é, em grande medida, tributária da sociologia de Bourdieu<sup>6</sup>, a qual foi operacionalizada com base nos indicadores utilizados pelo International Social Survey Programme – ISSP (CABRAL et al., 2000) – e permitiu analisar a inserção profissional como um processo de ajustamento recíproco e relacional, sempre incompleto, entre posições profissionais e valores do trabalho (entendendo estes últimos como “aspectos valorizados no trabalho” ou, se preferir, como “aspirações profissionais”).

---

6 Veja, por exemplo, Bourdieu (1996) ou um curto texto do mesmo autor, intitulado “*La double vérité du travail*” (BOURDIEU, 1996).

Parece que esse é um caminho para encontrar resposta às seguintes questões: quais são as expectativas subjetivas dos jovens, do ponto de vista da centralidade do trabalho e dos “valores do trabalho”? Como os jovens percebem a defasagem entre oportunidades objetivamente oferecidas em determinado momento e suas aspirações subjetivas, no que concerne aos “valores do trabalho” e à centralidade do trabalho?

Um dos limites de pesquisas nessa direção, fruto dos cronogramas, é justamente o fato de não se dispor de tempo suficiente para acompanhar mais de perto e de forma longitudinal o processo de inserção desses jovens no mercado de trabalho, após a conclusão da graduação. Sugere-se que seja dada continuidade às investigações em torno dos grupos abordados para que se possa traçar, em médio e longo prazo, uma interpretação que contemple a trajetória profissional dos agentes – sua biografia. Essa abordagem, realizada, por exemplo, por meio de “histórias de vida”, permitirá analisar o processo de transformação dos valores ao longo da vida dos sujeitos (JOHNSON, 2001), em função da evolução e da sucessão de suas posições no mercado de trabalho e das experiências profissionais concretas.

Essa trajetória metodológica permite analisar, por exemplo: I. se os aspectos valorizados já conquistados passam por uma desvalorização relativa, pois tudo indica que a tendência dos indivíduos é de concentrar as aspirações naqueles quesitos que se deseja alcançar e que ainda não se obteve (a exemplo do funcionário público que não elege como valor a estabilidade e dos jovens com maior rendimento mensal que não elencam o item realização material); II. se os valores que são interpretados como ainda distantes da possibilidade de conquista também são desvalorizados relativamente, como o fato de o jovem com rendimento mensal baixo também desconsiderar, comparativamente a outros valores, a importância do aspecto realização material; III. se os aspectos valorizados estão em consonância com o que é possível de ser realizado em determinada posição ou atividade profissional, como, por exemplo, a importância atribuída pelo profissional liberal à independência financeira para abrir o próprio negócio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As trilhas abertas por meio dos estudos acerca dos “valores do trabalho” apontam para os novos modos de vida que se revelam contrapostos a uma velha tese recorrente, como “a alergia dos jovens ao trabalho”, questão que tanto incomodou Pais (1991), justamente pelo grau de abuso da generalização e por uma

noção disseminada, muitas vezes, no senso comum, de que há um desinteresse por parte dos jovens no futuro.

Os efeitos da massificação do ensino superior que turvam o estatuto do diplomado não desmontam o fato de a experiência universitária ser uma estratégia que possibilita ao jovem e à família conservar ou ampliar seu capital, uma vez que é a manutenção nesse campo universitário que possibilita, para além do título, o acesso às redes de sociabilidade e a inclusão em determinados grupos de pares, ações que potencializam as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho.

Em parte, essa leitura das estratégias utilizadas no sentido de assegurar a mobilidade social tem consequências do ponto de vista da mobilidade efetiva. Ela tende, no entanto, a desconsiderar que, tal como referia Bourdieu (2007), o espaço social é um campo de lutas, marcado pela dialética da desclassificação e da reclassificação, que impõe aos grupos um processo em que todos avançam no mesmo sentido, na direção dos mesmos objetivos. Consequentemente, por exemplo, as posições ou os atributos que são valorizados no trabalho e que são mais difíceis de serem alcançados e, por isso, em geral, estão mais acessíveis aos grupos privilegiados, mantêm sua raridade distintiva, mas vão se modificando e deixando de ser o que são, quando se tornam acessíveis aos demais grupos.

As principais abordagens apresentadas pela Psicologia Social consideram que as recentes alterações na esfera do trabalho terão como consequência mudanças nos aspectos que são valorizados pelos agentes do trabalho. Em outras palavras, esses “valores do trabalho” estão intrinsecamente associados às perspectivas de trajetória profissional ensejadas por esses grupos de jovens, refletindo tanto nas atuais alterações do processo de transição para a vida adulta quanto nas mudanças na esfera do trabalho.

Os jovens vivenciam, assim, a dialética entre as oportunidades objetivas e as esperanças subjetivas, entendendo, grosso modo, que as segundas tendem a se ajustar às primeiras, isto é, que as aspirações se ajustam às condições e às possibilidades de se verem concretizadas.

O ajuste de aspirações e de valores do trabalho é comum, na medida em que os jovens percebem que algumas de suas metas não são realizáveis nessa esfera. O desencantamento pode propiciar um processo de alteração na hierarquia dos valores do trabalho. Esses ajustes prefiguram, em larga medida, como estratégias para fugir ao desencantamento e, por vezes, à própria desclassificação. Assim, o processo de ajuste de expectativas acontece ao longo da aproximação desses jovens com a realidade do trabalho.

Desse modo, a fase de transição e inserção na esfera do trabalho é um ponto singular, pois, quando os jovens iniciam as experiências de trabalho, eles adquirem maior entendimento da esfera do trabalho e das recompensas efetivamente disponíveis. Dir-se-ia que, por meio dos esforços reflexivos, os agentes sociais reequacionam constantemente esses valores a partir de sua habilidade de interpretação e leitura dos cenários com que se deparam. Essa reflexividade conduz a uma reorientação dos valores do trabalho que os indivíduos transportam, assim como da centralidade que atribuem ao trabalho, ao longo de seu percurso de transição para a vida adulta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Natália. *Inserção profissional e formas identitárias: o caso dos licenciados da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Educa; Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2009.
- BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós, 2006.
- BORGES, Livia; ALVES FILHO, Antônio. A mensuração da motivação e do significado do trabalho. *Estudos de Psicologia*, v. 6, n. 2, p. 177-194, 2001.
- BOURDIEU, PIERRE. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- CABRAL, M. Villaverde et al. (Org.). *Trabalho e cidadania*. Lisboa: ICS/ISSP, 2000.
- CARVALHO, Cynthia. Projetos familiares e formação universitária: diplomas e trajetórias sociais em tempos de crise e globalização. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 41, p. 79-90, mai./ago. 2004.
- CHAVES, Miguel. *Jovens advogados de Lisboa: uma inserção profissional dispar*. 2007. 429 f. Tese –(Doutorado em Sociologia), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2007.
- DEROUET, Jean-Louis. A sociologia das desigualdades em educação posta à prova pela segunda explosão escolar: deslocamento dos questionamentos e reinício da crítica. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, n. 21, p. 5-16, set./out./nov./dez. 2002.
- DUBAR, Claude. *A crise das identidades: a interpretação de uma mutação*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.
- DUBET, François. Democratização escolar e justiça da escola. *Educação*, Revista do Centro de Educação, v. 33, n. 3, p. 381-393, set.-dez. 2008. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=117117076002>>. Acesso em: 9 set. 2009.
- HERZBERG, F. et al. *The motivation to work*. Nova York: John Wiley and Sons, 1959.

- HOGAN, D. P.; ASTON, N. M. The transition to adulthood. *Annual Review of Sociology*, 1986, v. 12, p. 109-130.
- JOHNSON, Monica Kirkpatrick. Change in job values during the transition to adulthood. *Work and Occupations*, n. 28, p. 315-345, 2001.
- JOHNSON, Monica Kirkpatrick et al. Judgments about work: dimensionality revisited. *Work and Occupations*, n. 34, p. 290, 2007.
- KONRAD, Alison M. et al. Sex differences in job attribute preferences among managers and business students. *Group Organization Management*, n. 25, p. 108, 2000.
- MARINI, M. M. Age and sequencing norms in the transition to adulthood. *Social Forces*, v. 63, n. 1, p. 229-44, 1984a.
- . The order of events in the transition to adulthood. *Sociology of Education*, v. 57, n. 2, p. 63-84, 1984b.
- NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernanda (Org.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- PAIS, José Machado. Emprego juvenil e mudança social: velhas teses e novos modos de vida. *Análise Social*, v. XXVI, n. 5, p. 945-987, 1991.
- POCHMANN, Márcio. Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90. In: HORTA, Carlos Roberto; CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de. *Globalização, trabalho e desemprego: processos de inserção, desinserção e reinserção*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.
- ROCHA, Sônia. *O Mercado de trabalho e a inserção produtiva dos jovens*. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2005 – Análise. Rio de Janeiro, 2007.
- RUSSELL, Kevin J. Variations in orientation to work and job satisfaction. *Work and Occupations*, n. 2, p. 299, 1975.
- SANSONE, Livio. Jovens e oportunidades: as mudanças na década de 1990: variações por cor e classe. In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- SCHOON, Ingrid; McCULLOCH, Andrew; JOSHI, Herather E.; WIGGINS, Richard D.; BYNNER, John. *Transitions from school to work in a changing social context*. Young, 2001. Disponível em: <<http://www.sagepublications.com>>. Acesso em: 9 set. 2009.
- SCHWARTZMAN, Simon; COSSÍO, Maurício Blanco. Juventude, educação e emprego no Brasil. *Cadernos Adenauer – Geração Futuro*, v. VII, n. 2, p. 51-65, 1997.
- SMITHSON, Janet; LEWIS, Suzan; GUERREIRO, Maria das dores. Percepção dos jovens sobre a insegurança no emprego e suas implicações no trabalho e na vida familiar. *Sociologia Problemas e Práticas*, n. 27, p. 97-113, 1998.

TOLFO, Suzana da Rosa; PICCININI, Valmíria. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, edição especial 1, p. 38-46, 2007.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 137 p.



## SOB O SIGNO DO MEDO:

### o significado da Liberdade Assistida na vida de adolescentes em conflito com a lei

Luiza Eridan Elmiro Martins de Sousa\* e Rosemary de Oliveira Almeida\*\*

**Resumo** Este artigo propõe uma reflexão acerca das percepções dos adolescentes quanto à medida socioeducativa de Liberdade Assistida, as quais se constroem ao lado das percepções e práticas de técnicos e profissionais do Direito sobre a medida. São sentidos e significados originados na experiência do Programa de Atendimento Socioeducativo de Liberdade Assistida da cidade de Fortaleza-CE. As reflexões resultam de pesquisa realizada entre 2008 e 2010, em um núcleo de atendimento responsável por parcela significativa de socioeducandos em cumprimento de Liberdade Assistida na cidade. O trabalho indica que a Liberdade Assistida apresenta um caráter híbrido, pedagógico e sancionatório, e que as experiências do sistema socioeducativo, na trajetória de vida dos adolescentes, ora relacionam-se à criação de um *habitus* de cumprimento das condicionalidades da medida, mediante a socioeducação, ora à sensação de suspeição e medo diante da punição. Essa situação conflui para uma realidade na qual o estar em Liberdade Assistida é compreendido como estar no “limiar”, no “limbo”, entre a liberdade e a privação.

**Palavras-chave** Adolescente em conflito com a lei; Justiça juvenil; punição; socioeducação.

---

\* Psicóloga e mestra em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará. Pesquisadora do Laboratório de Estudos da Conflitualidade e da Violência (COVIO-UECE) e do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (LABVIDA-UECE).

\*\* Doutora em Sociologia, professora do Curso de Ciências Sociais e do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Conflitualidade e Violência/COVIO/UECE. Coordenadora da área de Ciências Sociais do Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência da UECE (PIBID/CAPES). Pesquisadora do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (LABVIDA-UECE) e do Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC).

## UNDER THE SIGN OF FEAR: THE MEANING OF THE “ASSISTED FREEDOM” IN THE LIFE OF ADOLESCENTS IN CONFLICT WITH THE LAW

**Abstract** *This article discusses the perceptions of the adolescents assisted by the social educational program “Assisted Freedom”, in the city of Fortaleza-CE. The research has been executed between 2008 and 2010, through the investigation of the daily routines of one of these unities, which is responsible for the assistance of significant part of the “Assisted Freedom” penalized adolescents in this town. Field observations, interviews and focal groups provided informations about the professionals’ perceptions and the meanings given by the adolescents to this program and its hybrid characteristic: pedagogical and sanctioning. The work indicates that the experiences of the social-educative system, in the path of life of the adolescents interviewed, now relates-itself to the creation of a habitus of fulfillment of the conditionality’s of the program, by means of to social-education, now by the sensation of suspicion and fear of punishment, merging for a reality in the which be in “Assisted Freedom” is understood as be in the “threshold”, in the “limbo”, between the liberty and the deprivation.*

**Keywords** *Adolescent in conflict with the law; youthful Justice; punishment; social-education.*

### INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta, de maneira compreensiva, as percepções dos adolescentes em conflito com a lei acerca da medida socioeducativa de Liberdade Assistida que vem sendo executada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza-CE. Tais percepções se constituem fundamentalmente pela experiência desses adolescentes no sistema de responsabilização fundamentado na socioeducação e pelo contato com técnicos e profissionais do Direito, cujas práticas e percepções também condicionam os sentidos e significados construídos pelos adolescentes sobre o processo de estar em Liberdade Assistida.

A ideia é situar o fenômeno da socioeducação concretizado na Liberdade Assistida segundo aqueles que o operacionalizam legalmente, executam-no e o vivenciam em suas práticas cotidianas, admitindo-o, portanto, como uma situação fundamentada em uma comunicação e interação entre os indivíduos que conferem sentido aos objetos e eventos sociais (SPINK; MEDRADO, 2004).

Para as autoras, o sentido é uma construção social, um trabalho coletivo, fruto da interação entre as pessoas, em uma dinâmica de relações sociais situadas em determinado contexto histórico e cultural, por meio do qual elas constroem os

termos, compreendem e lidam com os fenômenos que compõem a realidade à sua volta.

A produção de sentidos é vista, assim, como uma prática social dialógica, pautada no entrelaçamento da linguagem com as práticas sociais geradoras de sentido, buscando entender as práticas discursivas que atravessam o cotidiano (em suas diversas manifestações: depoimentos, narrativas, argumentações, relatos, conversas, etc.), bem como os repertórios utilizados nessas produções discursivas.

O conceito de práticas discursivas remete, por sua vez, aos momentos de resignificações, de rupturas, de produção de sentidos, ou seja, corresponde aos momentos ativos do uso da linguagem, nos quais convivem tanto a ordem quanto a diversidade (SPINK; MEDRADO, 2004, p. 45).

Para tanto, a estratégia de pesquisa foi conhecer procedimentos pelos quais o adolescente em conflito com a lei passa, após ser acusado da prática de um delito, delineando a trajetória sociojurídica da punição. Esse percurso punitivo se inicia com a chegada do adolescente à Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA) e culmina com seu encaminhamento à instituição responsável pela aplicação da medida socioeducativa judicialmente imposta.

Assim, foi realizado um trabalho de campo concentrado no acompanhamento do cotidiano do Núcleo III de Atendimento Socioeducativo de Liberdade Assistida<sup>1</sup>, observando como as práticas de atendimento são constituídas e constituintes de uma miríade de discursos que engendram a realidade e a dinâmica de atendimento socioeducativo ao adolescente autor de ato infracional e como colaboram na construção de sentidos e significados sobre o que vem a ser a Liberdade Assistida.

A questão central é: partindo do pressuposto de que o sistema de responsabilização ao adolescente infrator tem caráter pedagógico-sancionatório, como adolescentes e profissionais que compartilham atividades cotidianas do Núcleo III de Atendimento socioeducativo compreendem e praticam tal experiência?

Os resultados do trabalho de campo proporcionaram reflexões mais gerais em relação a algumas questões relacionadas à maneira como se vem operacionalizando

---

<sup>1</sup> O município de Fortaleza possui cinco núcleos de atendimento socioeducativo de Liberdade Assistida, atendendo, em média, 1.903 adolescentes, conforme dados do ano de 2010. Fortaleza tem sua estrutura administrativa dividida em seis regionais. O local eleito para a realização deste estudo se localiza na Regional III e é por isso denominado Núcleo III. Ele tem sua equipe formada por dois assistentes sociais, dois psicólogos, um pedagogo, um assessor jurídico, um auxiliar administrativo e dois assessores comunitários.

a responsabilização e de que forma a punição se articula à educação, no sentido de exercer o controle social sobre os adolescentes em conflito com a lei.

## **DE “MENOR INFRATOR” A SOCIOEDUCANDO: LIBERDADE ASSISTIDA E CULTURA PUNITIVA**

Segundo Pinheiro (2006), na história social brasileira, assistiu-se à assunção de quatro representações sociais sobre a infância e adolescência: as três primeiras tratam a criança e o adolescente como objetos de proteção social, controle, disciplina e repressão social, tendo predominado desde a época do Brasil Colônia a meados da década de 1980, voltando-se para o acolhimento e o atendimento de órfãos, além do uso da repressão como instrumentos de controle; a quarta é a representação social da criança como sujeito de direitos, alcançando seu ápice com a promulgação da Lei 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>2</sup>.

O ECA importou um significativo avanço no que se refere à representação e ao lugar da infância e da juventude na sociedade, possibilitando a concepção de um novo tratamento às demandas de crianças e adolescentes, rompendo com a tradição histórica de tutela a esses segmentos.

De acordo com Saraiva (2009), a partir da ruptura com a Doutrina de Situação Irregular (que fundamentava os dois Códigos de Menores anteriores, de 1927 e 1979) e com a proposição da Doutrina de Proteção Integral, o “menor” foi promovido de mero objeto do processo jurídico para uma nova categoria, a de sujeito do processo, sendo estabelecida uma relação de direito e dever para com a criança e o adolescente, uma vez observada a condição especial de tais como pessoas em desenvolvimento.

É interessante perceber como essas representações se relacionam às construções sociais originadas por meio de práticas interacionais vivenciadas pelos adolescentes, tanto na condição de vítimas e, portanto, objetos da proteção, quanto na condição de indesejados, sendo, assim, objetos de controle e disciplinamento que ainda reverberam nas representações e práticas cotidianas de atendimento à criança e ao adolescente, mesmo após o ECA.

A partir do ECA, a pessoa entre “doze e dezoito anos de idade” (art. 2º) que pratica uma conduta “descrita como crime ou contravenção penal” (art. 103) será responsabilizada mediante a aplicação de medidas sancionatórias de caráter socioeducativo, dispostas em seu artigo 112: advertência, obrigação de reparar o

---

2 Para aprofundamento dessas representações, consultar Pinheiro (2006) e Monteiro e Castro (2008).

dano e prestação de serviços à comunidade (não privativas de liberdade) e semi-liberdade e internação (privativas de liberdade).

As medidas socioeducativas representam ordens de medidas jurídicas dotadas de coercibilidade, em resposta ao desvalor atribuído ao ato de natureza infracional praticado pelo adolescente, apresentando uma função coercitiva e admitindo a finalidade educativa no processo de socioeducação.

O caráter retributivo das medidas socioeducativas se encontra na necessidade de impor limites ao adolescente e na demanda do coletivo social por segurança, além da “educação” proporcionada a esse adolescente, de maneira que incorpore o *habitus*<sup>3</sup> do “cidadão de bem”, com base na relação entre o direito juridicamente protegido, representado pelas normas da sociedade, e o interesse subordinado do adolescente que infringiu alguma dessas normas.

Quanto à Liberdade Assistida, é uma medida socioeducativa geralmente administrada ao adolescente que tenha praticado ato infracional de natureza leve ou branda, ou, nos casos de progressão de medida, para aqueles egressos de privação de liberdade.

Ela apresenta uma característica de restrição de liberdade, sem ser privativa, uma vez que suas ações admitem uma natureza pedagógica, visando promover socialmente o adolescente e sua família, inserindo-os em programa oficial ou comunitário de auxílio de assistência social, promovendo a inserção escolar do adolescente, bem como diligenciando no sentido de sua profissionalização e inserção no mercado de trabalho (BRASIL, 1990, art. 119).

No entanto, apesar dos avanços legais trazidos pelo Estatuto, a cultura jurídica da minoridade ainda imprime e legitima profundas desigualdades no campo sociojurídico e socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei. Permanece a negação formal dos direitos fundamentais e garantias constitucionais a esse segmento populacional. Sob essa cultura de incapacidade social se assenta a insuficiência jurídica.

Para Santos (2009), a Justiça juvenil brasileira se apresenta praticamente omissa quanto à questão da cidadania, na medida em que não consegue identificar a plena jurisdição dos direitos protetivos à criança e ao adolescente, implicando a

---

3 Bourdieu utiliza esse conceito para definir o sistema de disposições duradouras adquirido pelo indivíduo durante o processo de socialização. Trata-se de disposições e atitudes que direcionam as percepções, os sentimentos, as práticas e os modos de agir interiorizados pelo indivíduo, em razão de suas condições objetivas de existência, e que funcionam como princípios inconscientes de ação, percepção e reflexão. A interiorização permite ao indivíduo agir sem ser obrigado a lembrar-se das regras que é preciso observar para agir. Consultar Bourdieu (2001) e Bonnewitz (2003).

abstração de seus princípios dogmático-formais, o que justifica mais sua aparência simbólica do que sua vigência.

Além disso, os discursos dominantes ainda se referem a esse segmento como “menores”, e os centros educacionais seguem funcionando no molde repressivo, e a condição de pobreza continua fortemente ligada ao atributo de periculosidade (Bocco, 2009).

Ocorre que o avanço qualitativo da legislação brasileira está em uma relação de contradição com a situação de desigualdade social, sendo esta praticamente naturalizada e utilizada para fundamentar uma desigualdade perante a lei. Seguindo essa tendência, a desigualdade jurídica na aplicação das medidas socioeducativas se atrela à posição econômico-social do adolescente que infringiu as normas.

Assim, apesar de o princípio jurídico determinar que a lei seja a mesma para todo o cidadão, na prática, ela se efetiva de maneira desigual, demarcando lugares e reforçando a distância entre a lei e a realidade. Sob esse aspecto, o sistema de Justiça criminal acaba por operar de forma seletiva, atingindo os indivíduos de baixa defesa jurídica e socioeconômica, o que os torna vítimas do sistema penal repressivo, engendrando, assim, um movimento de produção e reprodução das desigualdades sociais no campo da Justiça juvenil.

No que se refere à situação dos adolescentes do Núcleo de Liberdade Assistida em estudo, vê-se que o cumprimento da medida acontece na relação complexa com o espaço jurídico punitivo e educativo que lá se experimenta. Algumas vezes, observa-se um terreno judicial firme, em que se executa o que é estabelecido na norma jurídica (Estatuto da Criança e do Adolescente); em outras, esse terreno é movediço, carregado de arbitrariedades e discricionariedades, que deixam o adolescente e seus familiares vulneráveis, pois se encaixam em uma relação de conhecimento e desconhecimento tanto dos códigos jurídicos legítimos quanto das técnicas socioeducativas, as quais, por sua vez, também vão se constituindo não só mediante a normatividade, mas também de acordo com as experiências cotidianas e representações sociais dos técnicos do Direito e do Núcleo.

A princípio, antes de o adolescente autor de ato infracional ingressar no Núcleo, ele passa por algumas fases, dentro do sistema de responsabilização socioeducativo. A trajetória do adolescente se inicia pela fase policial, passando especialmente pelo Ministério Público e pelo juiz, que lhe renderá o tipo de medida socioeducativa a ser cumprida.

Ao cometer um ato infracional, o adolescente, primeiramente, é encaminhado à Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA)<sup>4</sup>, que é uma fase fundamentalmente determinante para a continuidade jurídica, no que concerne à aplicação das medidas socioeducativas. É de lá que o imaginário seletivo da punição se constitui e, geralmente, recai sobre alguns adolescentes expostos e vulneráveis diante das condições de desigualdade social.

Verifica-se, portanto, um processo de incriminação social que ganha maior autonomia quanto maior o grau de segregação, exclusão e distância social máxima do acusado (MISSE, 2008).

Ao relacionar essas considerações à trajetória dos adolescentes que cumprem Liberdade Assistida no Núcleo III de Atendimento Socioeducativo, percebe-se um emaranhado de situações e ações que constituem o caminho percorrido pelo adolescente que reverbera em suas percepções sobre as medidas socioeducativas, em especial a Liberdade Assistida.

## **O COTIDIANO DOS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE LIBERDADE ASSISTIDA MUNICIPALIZADA, EM FORTALEZA-CE: SEUS SUJEITOS, PERCEPÇÕES E PRÁTICAS**

Sobre o *corpus* juvenil são construídos imaginários sociais, impondo a ele uma dinâmica de negatividade, como se nele se concentrasse parte significativa da violência física e da criminalidade. Um dos frutos dessa intervenção no *corpus* juvenil pode ser sentido ao se constatar significativa parcela de jovens do sexo masculino, na faixa etária entre os 18 e os 29 anos, que compõe a população carcerária dos presídios brasileiros, de acordo com o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça (BRASIL, 2010).

Dados referentes aos adolescentes, público deste estudo, assemelham-se a esse retrato da juventude brasileira. Levantamento do mês de julho de 2009, fornecido pela Coordenação da Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida Municipalizada em Fortaleza (MSE-LAM), retrata o “perfil” do adolescente em conflito com a lei na cidade de Fortaleza e corrobora com a imagem que vem se construindo sobre a juventude que necessita de controle social. São adolescentes, em sua maioria, do sexo masculino, com baixa escolaridade e faixa etária predominante entre 15 e 17 anos.

---

4 No caso em estudo, a DCA é o órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Governo do Estado do Ceará.

O início do processo socioeducativo nos Núcleos de Liberdade Assistida ocorre com a acolhida, caracterizada como a porta de entrada do processo socioeducativo. Nesse primeiro momento, os técnicos explicam o funcionamento do Núcleo, a dinâmica de atendimento, os deveres e direitos, enfim, as condicionalidades da medida e o que se espera dos adolescentes durante o acompanhamento.

O discurso a seguir, proferido para adolescentes em fase de acolhimento, ilustra bem esse momento inicial:

A L.A. é um modo que o juiz utiliza para que vocês cumpram com as consequências do ato infracional que vocês cometeram, sem perder o convívio familiar. [...] Todo mês vocês vão comparecer aqui para atendimento. Nesses atendimentos a gente vai conversar com vocês. É obrigatória a presença na data e horário marcado. [...] Se não puder vir, liga justificando que não pode ir. Se você não fizer isso você vai ter consequências. Segunda regra: vocês vão ser orientados a voltar a estudar. O juiz faz questão de que vocês estudem, porque é um direito do Estatuto da Criança e do Adolescente que vocês estudem. [...] A terceira regra: vocês também vão ser orientados a tirar a documentação de vocês. Até os dezesseis anos tem que ter RG e CPF. Depois dos dezesseis, além desses, carteira de trabalho e alistamento militar. Além disso, o juiz disse para vocês: “É para estar dez horas da noite em casa”, não disse? A gente sabe que a noite é mais perigoso, tem mais tráfico, mais ações ilegais, mais polícia. [...] Vocês têm que entender que vocês não estão internos, mas vocês também não estão limpos com a Justiça e vocês vão ter que fazer esse sacrifício (técnica do Núcleo III da LAM).

E ainda expõe:

Tentar não andar com as pessoas que praticam atos infracionais. Tentar não usar drogas. Não andar com arma. [...] Vocês estão em cima de uma corda, ali andando, qualquer coisa que vocês fizerem, vocês caem. Daqui a seis meses será elaborado um relatório dizendo como vocês estão, se estão estudando, o que vocês estão fazendo. A gente pode sugerir três coisas (ao juiz): relatório de liberação, de permanência ou de descumprimento. Não quer estudar, não vem para os atendimentos, usa droga, está roubando? É como se a L.A. não tivesse fazendo efeito para vocês. O juiz pode “zerar” os seus seis meses, e você voltar para cá de novo (técnica do Núcleo III da LAM).

Diante de tal discurso, percebe-se, nas observações do Núcleo, a construção de sentimentos de indignação e revolta, por parte dos adolescentes, diante do horário estabelecido para o retorno a suas casas, às 22 horas. Para eles, é a pior restrição imposta pela medida, sendo considerado um “sacrifício”. Muitos não a cumprem, mesmo sabendo dos “riscos” mencionados pelos profissionais, durante a permanência em Liberdade Assistida, já que, para eles, essa condicionalidade atrapalha o horário de festas e diversões. E, se não cumprem, consideram que podem ser apanhados pela polícia.

*Pra* quê isso? Se passar de dez horas vai voltar (para um centro educacional). No papel tem. No dia que nós vamos ser liberados, a mulher também fala. A mulher de lá. A mulher diz que foi o juiz e fala *pra* gente. Eu acho ruim chegar dez horas em casa. Porque tem que chegar dez horas, porque dez horas que está começando a curtidão. É injustiça porque a polícia pega a gente se tiver na rua, mesmo sem fazer nada.

Barreto (2007) relata sua experiência no atendimento socioeducativo, com a seguinte percepção acerca do termo “acolhida”, utilizado para esse momento inicial com os adolescentes:

Logo que chegavam ao Programa, o jovem e sua família participavam de um momento de “acolhimento”, e eu me perguntava: “Será que é acolhimento ou enquadramento?”. Nesse momento, as regras eram dadas por nós, rígidas e lineares: estudar, não chegar depois das dez horas da noite em casa, não usar drogas, não andar com pessoas de “má influência” na comunidade ou pessoas mal vistas, comparecer ao Programa sempre que requisitado, dentre outras coisas [...]. Tantas regras limitantes para a vida de um jovem confundiam um pouco a idéia que eu tinha de acolhimento, e se tornava um espaço mais diretivo e limitador de posturas do que de cuidado e compreensão (BARRETO, 2007, p. 17 e 18).

A questão fundamental que decorre dessa fase de acolhida não é tanto sua forma limitadora, tal como a preocupação de Barreto, nem o fato de poder ser apanhado pelos policiais, como na percepção dos adolescentes. Os profissionais do Núcleo e os policiais poderão estar cumprindo as demandas da lei. A questão é problematizar o fato de esses adolescentes estarem sob o olhar vigilante da polícia e dos técnicos. Trata-se de uma dupla vigilância, já que a condição de Liberdade Assistida, para além do controle, deixa o adolescente vulnerável à incriminação

social de que trata Misse (2008). A imposição do horário é só uma das atitudes originadas de determinações judiciais, reforçada pela equipe de Liberdade Assistida e, quando não cumprida, criminalizada pela polícia.

Durante a acolhida, é feito um “prognóstico” do que se espera do adolescente, em seus primeiros seis meses do cumprimento da Liberdade Assistida, explicando as regras de funcionamento, seus “direitos” (tirar documentos, estudar e fazer cursos profissionalizantes) e seus deveres (comparecer aos atendimentos sempre que solicitado, estar em casa às dez horas da noite, não usar drogas, não andar acompanhado de pessoas que pratiquem atos ilícitos).

Os momentos que seguem à acolhida são os atendimentos individuais, geralmente agendados quinze dias depois pelos seguintes profissionais: assistente social, pedagogo, psicólogo e assessor jurídico. A cada quinze dias, o adolescente deve ser atendido por um desses técnicos, iniciando pelo assistente social. Cada profissional faz sua abordagem, com esteio em técnicas pertinentes a cada profissão, em questões pessoais do adolescente, além daquelas relacionadas ao cumprimento da Liberdade Assistida, para, então, redigirem seus relatórios sobre o cumprimento da medida.

A observação apresentou que os atendimentos são poucos, não correspondendo à meta de ocorrerem quinzenalmente. Apesar de não ser o ato infracional o foco das ações da Liberdade Assistida, é esperado pelos técnicos que o adolescente reflita sobre o ato cometido e sobre seus atos dali em diante. Nos Núcleos, traça-se com o adolescente um projeto de vida, denominado Plano Individual de Atendimento (PIA), com base principalmente na inserção escolar, em uma convivência familiar e comunitária harmônica, como um plano que se espera que o adolescente cumpra.

Diante dessas considerações sobre a acolhida e os atendimentos do Núcleo, percebe-se que as condicionalidades restritivas da liberdade têm relação com o caráter socioeducativo e punitivo da medida, para se responsabilizar o adolescente desviante. Os adolescentes estão, assim, sob responsabilidade judicial, e, consequentemente, há as exigências restritivas proporcionais ao cometimento do ato infracional, conforme reza o ECA.

A questão que aqui se expõe não é avaliar a legislação penal, mas pensar de que modo esses condicionamentos legais são repassados e apreendidos pelos adolescentes, tendo como pano de fundo as estruturas do sistema punitivo, bem como as estruturas sociais e culturais fundamentadas no campo das desigualdades sociais e da violência.

As percepções dos adolescentes e dos profissionais que os atendem não estão desconectadas dessas estruturas, mas, mediante experiências conhecidas e prati-

cadadas anteriormente à medida, geralmente protagonizadas pelos adolescentes em condição de vulnerabilidade social e marcadas por estigmas, vê-se a naturalização da violência, a qual acelera processos de estigmatização e mais violência (SOARES, 2004).

A violência é facilmente definida como todo o ato de coação com consequências sobre a integridade física ou moral das pessoas. Entretanto, é a violência simbólica um conceito importante para compreender a relação com a juventude. Trata-se de uma violência imperceptível e sutil, constituída pelas imposições e pela legitimação de práticas e valores pertencentes a grupos sociais dominantes sobre grupos dominados, os quais aceitam as imposições como naturais e quase sempre se mostram inculcados de forma irrefletida e dócil (BOURDIEU, 1989).

Como consequência, essa violência se reverbera, de forma generalizada e como se fosse natural, em ações de discriminação e classificações morais associadas a preconceitos de etnia, gênero, orientação sexual e religião, entre outros, podendo se transformar em tipos de violência física, como lesões graves e mortes violentas.

Esse aspecto da violência simbólica se agrava com o estigma que recai sobre adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, uma das faces da produção atual da violência, o que pode ser compreendido como uma construção social de “diabolização” do outro, facilmente atribuída a lugares ou grupos sociais alvos de preconceitos e estigmas, conforme demonstra Wiewiorka (1997), ou àqueles que estão sob suspeição jurídica, já que cumprem uma medida socioeducativa, como os sujeitos deste estudo.

As estruturas anteriores e o momento do cumprimento da medida têm configurações as mais diversas possíveis, diante da complexidade da vida real desses adolescentes. Eles revelam certa ambivalência de interpretações em relação aos atendimentos. Se, por um lado, consideram que tais atendimentos têm a função de “relembra-los” das condicionalidades da Liberdade Assistida, por outro lado, afirmam gostar dos “conselhos” dados pelos técnicos. Estabelece-se, então, uma relação de confiança e desconfiança entre o socioeducando e o profissional. Esse vínculo, estabelecido durante os escassos momentos compartilhados entre eles, conta com dois fatores preponderantes na construção dos sentidos e significados atribuídos pelo adolescente à medida socioeducativa de Liberdade Assistida, implicando na elaboração de suas estratégias de atuação e nas formas de participação, durante o cumprimento da medida e após a medida.

Neste exercício de escuta, investigação, compreensão, o adolescente emerge mais “inteiro” e singular: seus interesses e habilidades, suas alegrias e dificuldades,

seu sofrimento, sua rede de relações conflitivas, abandonônicas, superprotetoras, suas estratégias de sobrevivência e, também, o delito. Ao fazer as construções biográficas – tecer o fio de uma história –, é possível compreender a passagem da condição de vítima (ou não!) para agente do cenário da violência. É possível capturar a dimensão e apreender o significado que aquela conduta tem para o adolescente para além dos códigos e controles sociais que transgride (TEIXEIRA, 2006, p. 428).

Os “conselhos” caracterizar-se-iam, no sentido exposto por Teixeira, pelos atendimentos nos quais se operam certas mudanças de posição no campo (por meio da relação entre técnico e socioeducando), superando a visão do adolescente como vítima ou produtor de condutas violentas, permitindo que experimentem novas posições no campo, além das que lhes são comumente ocupadas ou delegadas.

Autores como Teixeira apontam os conselhos e o diálogo como forma de sair da condição limitadora do controle e passar para a construção de um vínculo que gera confiança na relação estabelecida, no sentido de criar um sentimento de coparticipação e de corresponsabilização por parte do socioeducando acerca de seu processo socioeducativo, superando a mera judicialização e institucionalização das relações entre profissionais e adolescentes. Assim também reflete Bocco (2009, p. 145 e 147):

Uma primeira mudança que poderíamos considerar seria não assumirmos o papel cristalizado nos que têm se instituído os especialistas, buscando se exercitar outros tipos de aproximação. Só é possível um contato com o jovem quando ele esquece que somos psicólogos, pedagogos ou assistentes sociais, quando saímos do lugar hierarquicamente superior de especialistas. [...] talvez seja mais importante falar de nós mesmos, oferecer nossa história, do que realizar um inquérito sobre a vida do outro, o qual se encontra em uma atitude defensiva e desconfiada pelo possível uso das informações faladas naquele espaço.

Da mesma forma que os “conselhos”, a inserção em curso profissionalizante é percebida pelos adolescentes como outro “ponto positivo”, já que estar na condição de Liberdade Assistida, por si só, revela sua estigmatização, mas, ao se integrarem em atividades profissionais, acreditam que poderão compartilhar valores socialmente aceitos e continuar na medida.

Nesse sentido, os adolescentes acabam por incorporar valores como estudar, alcançar um emprego e obter objetos de consumo como naturais e relacionados ao

esforço pessoal, sem se aperceberam de que se trata de uma imposição simbólica do “bom cidadão”, que, efetivamente, retrata o aspecto seletivo da sociedade de mercado em que vivem.

Em relação à mudança do olhar jurídico, por sua vez, os adolescentes acreditam que sua inserção em atividades socialmente aceitas pode propiciar a mudança de um olhar meramente vigilante para um olhar integrador. Assim revelam os adolescentes:

Tem que participar dos grupos que tem, *das reunião*. Elas conversam *com nós*, perguntam o que *tá* acontecendo ou não com a nossa família, dentro de casa, o que é que *tá* faltando ou não, dá conselho. O que elas podem ajudar *pra* melhorar mais. Se a gente *tá* estudando, fazendo curso.

Tem, porque ajuda a melhorar pelos conselhos, *né?* O pessoal fica sempre aconselhando *pra* gente o que é bom e tal. Aí o cara para *pra* pensar quando *chega em casa*: “Será que se eu fizer isso vai melhorar a minha vida? Será que se eu estudar...”. Porque tem gente que fala: “Não, Má, estudar é ruim”. Eu, pessoalmente, não gosto de estudar, eu estudo porque, assim, eu, quando *chegar nos vinte e dois anos*, eu quero andar no meu carro e tal. Aí eu penso: “Não, eu vou estudar *pra mim arrumar* um trabalho bom e tal”.

A Ana, quando eu cheguei aqui, foi ela quem me atendeu, ela foi super legal comigo e com a minha mãe. E ela me dava muito conselho, *né*, porque ela sabia do que eu *tava* fazendo ainda, e ia ali me dando conselho, dizendo que eu ia mudar e me dando apoio e tudo, dizendo que tinha fé mesmo que eu ia sair dessa vida, *né?* Minha mãe chegou aqui chorando, falando com ela, e ela na fé dela mesmo que ela dizia.

Por se tratar de uma medida em meio aberto, a incorporação do *habitus* “cidadão” é realizada pontualmente, durante os atendimentos (em forma de conselhos), e sua manutenção é realizada pelos demais equipamentos e aparelhos sociais dos quais o adolescente participa.

Entretanto, a existência das medidas socioeducativas como “lei” apenas não é suficiente para que o adolescente introduza as regras e as normas ditas “corretas” de percepção e ação no mundo social. Para que a Liberdade Assistida funcione, é necessária a manutenção da “Matrix” (referindo-se ao mundo virtual produzido no filme de Andy Wachowski), ou seja, é pertinente que as instituições mantenedoras da sensação de “vigilância” estejam em pleno funcionamento. As instituições são

instância de poder cujo papel é o de instituir a realidade, fazendo existir oficialmente as relações sociais e consolidando-as.

De acordo com o que foi apresentado até agora, dentre as principais instituições encarregadas dessa “manutenção” (escola, programas estatais e família), a polícia é a principal encarregada do exercício dessa função e com maior “vigor”. É especialmente por essa característica de realidade que os adolescentes legitimam as práticas de vigilância e creem nelas.

Diversas instituições concretizam o processo socioeducativo, em suas diferentes fases (policial, ministerial, judicial e socioeducativa), além da família, da escola e de outras instituições sociais que atuam em paralelo e preparam o adolescente para receber, aceitar e, a partir daí, cumprir a medida imposta, de modo que ela faça sentido para ele, qual seja: o de reparar o erro cometido.

Mas esse trabalho simbólico das instituições funciona com base nos *habitus* trazidos pelos adolescentes em suas trajetórias geralmente acometidas por vulnerabilidades sociais que dificultam o trabalho de socialização e controle social das instituições. Nesse sentido é que o trabalho das instituições que acompanham o adolescente em Liberdade Assistida não pode prescindir da construção de novos *habitus* capazes de prepará-los para aceitarem as condicionalidades da medida de Liberdade Assistida.

Mas há uma dupla condição de eficácia simbólica do rito da instituição. Por um lado, é preciso que os agentes a quem se dirige a instituição estejam preparados para submeter-se aos seus veredictos... O discurso institucional só pode funcionar se encontrar nos agentes estruturas internas, cognitivas e afetivas, prontas para acolhê-lo. Por outro lado, é preciso que a definição da realidade seja formulada por agentes autorizados, isto é, por agentes que tornam sua autoridade do capital simbólico mais ou menos importantes que eles próprios acumularam graças aos veredictos das instituições do campo considerado, das quais aparecem como porta-vozes (BONNEWITZ, 2003, p. 102).

As tramas das instituições se imbricam nessa perspectiva, nem sempre eficaz, de incorporação dos novos *habitus* e valores do “cidadão de bem”, por questões referentes à condição de vulnerabilidade social e ausência de um aparato assistencial equipado, que, conseqüentemente, comprometem, entre outros aspectos, a constituição do capital simbólico da autoridade necessária para os profissionais das instituições realizarem seu trabalho.

Com efeito, as percepções positivas dos adolescentes entram em contradição com o quadro de referência que encontram no trabalho das instituições, construindo, assim, sentidos e significados ambivalentes sobre a Liberdade Assistida. Ao pensarem positivamente sobre os “conselhos” e outras atividades (a exemplo dos cursos profissionalizantes), não significa exatamente que ocuparam a posição de integrados e pacificados. Muitos se utilizam dessas expressões para garantir sua permanência nos cursos e em outras atividades e, assim, na medida, ou seja, pode tratar-se de uma tática de sobrevivência, como assinala Certeau (1994), ou um meio de ser visto cumprindo a medida com rigor e, ao mesmo tempo, continuar vivendo suas experiências, muitas vezes, driblando as regras e “se virando lá fora”, inclusive praticando atos infracionais.

Permaneça, assim, a ambiguidade de percepções entre os adolescentes em LA:

Eu só venho porque é obrigado. Tem que *vim* assinar todo mês.

Não, é porque é bom pela [...]. Eu venho por causa que é obrigatório, como ele falou, *né*, mas também é bom porque a gente sempre acaba escutando o conselho da galera e tal, tem muita gente que dá conselho. Tem também os cursos *pra* gente fazer.

É. Aí dá aqueles conselhos, fala do negócio de querer outras coisas. Ficar estudando nos cursos e tal. Estudar e fazer curso *pra* quê? Aí eu quero saber quem é que vai pagar curso? Não tenho nem dinheiro *pra* pagar curso. Tem que fazer curso, estudar. Qual dinheiro eu vou fazer curso? Se pagar, eu faço. Então, eu tenho que continuar me virando lá fora mesmo do jeito que for.

Acolhida, atendimentos individuais e grupais aos socioeducandos, além de outras atividades, como visitas às famílias para integrar os pais, encaminhamentos para a rede de retaguarda socioassistencial, elaboração de relatórios, matrícula escolar, inserção em curso profissionalizante e retirada de documentação são, basicamente, as atividades comuns ao cotidiano do Núcleo III de atendimento socioeducativo.

Cada atividade e as percepções são permeadas por diferentes discursos relacionados ao contexto sócio-histórico e cultural e são criados com esteio, em seus confrontos e negociações, como apontaram Spink e Medrado (2004), no início deste texto.

Assim, esses sujeitos constroem sentidos e provocam um jogo de posicionamentos e práticas entre seus interlocutores. Compreender os encontros e os confrontos das muitas vozes que falam do cotidiano de atendimento socioeducativo,

considerando o contexto sócio-histórico de onde emergem tais vozes, é uma forma de entender a construção social dos conceitos que esses adolescentes utilizam para conferir sentido e anunciar o que significa, para eles, o estar em Liberdade Assistida.

## **SOB O FIO DA NAVALHA: O ESTAR EM LIBERDADE ASSISTIDA SOB A ÓTICA DOS ADOLESCENTES**

O famoso mito da espada de Dâmocles reflete bem a situação dos adolescentes que estão em Liberdade Assistida. Conta o mito que Dâmocles, um cortesão bajulador e amigo de Dionísio, não se cansava de exaltar o prestígio e o poder do amigo, até que, cansado de suas bajulações, Dionísio propôs que trocassem de lugar por apenas uma noite, o que foi prontamente aceito.

No dia seguinte, Dâmocles foi levado ao palácio, e todos os criados reais lhe puseram na cabeça as coroas de ouro, serviram-lhe espetacular refeição, além de vinhos requintados, flores e música maravilhosa. No entanto, no meio de sua euforia, levantou os olhos e viu presa ao teto uma espada afiada, pendendo sobre sua cabeça, amarrada apenas por um único fio de rabo de cavalo. Com medo, Dâmocles foi se levantando, pronto para sair correndo, mas se deteve, temendo que qualquer movimento brusco seu pudesse arrebentar aquele fino fio e fizesse com que a espada lhe caísse sobre a cabeça. Dionísio, então, explicou-lhe que via aquela espada todos os dias, constantemente pendente sobre sua cabeça, pois sempre havia a possibilidade de alguém ou alguma coisa partir o fio. Até o fim de seus dias, Dâmocles não voltou a querer trocar de lugar com o rei, nem por um instante sequer.

Assim como no mito de Dâmocles, percebe-se, por meio de depoimentos dos adolescentes em Liberdade Assistida, a construção de um sentimento ambivalente entre estarem aparentemente livres e estarem sob vigilância permanente, como se houvesse uma “espada pendurada sobre suas cabeças”.

Se cometerem qualquer deslize, podem ter sua liberdade cerceada ou “degolada” e ter que cumprir medida de internação em um Centro Educacional, conforme demonstram suas falas.

[É uma liberdade], só que vigiada. Qualquer coisa eles botam é a gente *pra* FEBEM de novo. Deus me livre. *Eles vigia*, aí pode ir lá fora, lá em casa, *né*? É uma liberdade sendo assistida, *né*, é um acompanhamento, *né*? Por isso que é vigiada.

Ele mesmo diz lá na audiência: “Ó, de mês em mês vai alguém lá e pergunta *pros* seus vizinhos e tal. Cuidado *pra* onde você vai e tal”. O cara fica assinando, assinando, assinando. Aí eles aí prometem fazer o relatório e mandar *pro* juiz. É. Tem que ir funcionar do jeito que *eles quer*. Se não funcionar do jeito que *eles quer*, nós, gente, *pode* voltar, a qualquer hora, pode cair *pro* Centro Educacional. Eu venho *pra* cá, por causa de que eu não *tô* a fim de ser preso não. *Tô* a fim de curtir é a *liberta*. Se não *vinher* eu vou preso. Prefiro ficar na *liberta* mesmo. Vim *pra* cá. Melhor do que *tá* preso.

Nesse sentido, os adolescentes entrevistados percebem as condicionalidades que restringem a liberdade ou os obrigam a fazer algo (por exemplo, estar dez horas da noite dentro de casa ou comparecer aos atendimentos) como formas de punição brandas, caracterizadas por restrições, mas punição, de fato, para eles, é estar privado de liberdade, “cair” em um Centro Educacional.

Estar em Liberdade Assistida não os “livra” da proximidade da privação de liberdade, portanto, eles entendem que são punidos por meio das restrições impostas. Assim, estar em Liberdade Assistida é como estar no “limbo”: nem se goza do sabor do paraíso, caracterizado pela total liberdade, nem do terror do inferno, que é a internação.

Dessa forma, compreende-se que o adolescente se encontra entre a possibilidade de liberdade e a de punição. É nessa condição de entremeio que são produzidos os discursos constituintes das práticas de atendimento socioeducativo. Tais discursos e práticas apontam para uma contradição em relação à Liberdade Assistida, na medida em que os adolescentes não a consideram como pena severa, se comparada à condição de estar preso, mas percebem, ao mesmo tempo, seu sentido punitivo, exposto nas regras da medida. A Liberdade Assistida é, assim, uma condição em que o adolescente tem sua liberdade sob constante ameaça.

Quando indagados sobre o sentido da punição na condição de Liberdade Assistida, as respostas revelaram a percepção ambivalente que tem sido constante em suas falas. Se, por um lado, corroboram com a necessidade de punição, tanto no sentido de “pagarem” à Justiça pela prática do ato infracional quanto no sentido de prevenirem a prática de novos atos, por outro lado, revelaram descaso em relação às restrições da Liberdade Assistida, conforme ilustra a sequência de diálogos a seguir apresentada.

Claro que o que a gente fizer tem que pagar, *né?* A gente vai mexer com uma pessoa que *tá* ali quieto, tirar a roupa dele, ou até a vida dele, a gente tem que

pagar. Mas tem gente que pensa assim, né, mas tem gente que não, que pensa “não vou pagar não” e vai fazer é mais. Estando em Liberdade Assistida não é fazer mais. O que eu fiz eu paguei foi na hora. Mas em questão de gente que fala, assim, que tem que se arrepender, em questão de arrependimento da gente *tá* fazendo aquilo, a gente, se naquela hora que você fez e não foi *pegue pra* poder pagar sua pena, aí o que vem na cabeça é fazer mais, é o que vem na cabeça. Minha vontade era de sair dali *pra* poder fazer mais *pra* gente poder ganhar as coisas fácil. Mas, assim, a pessoa que faz uma coisa errada tem que pagar.

Tem que ter pena. Nós fizemos mesmo a besteira. Aí, tem que cumprir agora. Tem que aguentar calado. Se *nós erremo, né?* Caía mais de dez vezes, sempre ia ser primeira queda. Mas tem gente que não liga *pra* isso não e faz tudo de novo.

A lógica da punição que se encontra implicada na medida de Liberdade Assistida se opera por meio da restrição a certas liberdades do adolescente, de forma que ele não venha a cometer novos atos infracionais. As práticas de atendimento socioeducativo de Liberdade Assistida e a ação da polícia para com esses adolescentes, além do papel punitivo e restritivo desempenhado pela experiência de privação de liberdade, introduzem na vida desses adolescentes a sensação de estarem sob suspeita e constante vigilância, internalizando o medo de serem presos.

Nessa perspectiva, a Liberdade Assistida é vista pelos adolescentes como uma “prestação de contas” de seu bom comportamento aos técnicos do Núcleo, durante o período mínimo de seis meses. Ao final desse tempo, eles sabem que os profissionais informarão ao juiz dados sobre seu comportamento, que poderão conduzi-lo à liberação ou não da medida.

Para os adolescentes, “prestar contas” significa “assinar”, ou seja, atestar sua presença nos atendimentos, geralmente uma vez ao mês, demonstrando que eles vêm comparecendo ao Núcleo e cumprindo a medida. A Liberdade Assistida é, assim, um “pagamento” à Justiça pelo ato praticado, e ir “assinar” todo mês é o preço (“prestação”) a ser pago pela liberdade, o que se pode aferir das falas a seguir transcritas.

É. Porque a gente podia muito bem ter pagado só na frente do juiz, *né?* Ainda tem que pagar aqui ainda. A gente não pode fazer o que a gente quer. Tipo, se a gente vai *pra* uma festa e é cheio de ordem, tem que cumprir.

Seis meses *nós tem* que passar assinando, pagando.

Tem que *vim* assinar. Se deixar de assinar, senão vão bater lá em casa já. É. Até *pra* roubar *tamo* pagando à Justiça aí. Até *nós ladrão tamo* pagando a vocês.

Além da relação estabelecida com a lei, há a relação com os membros da equipe técnica que elaborarão seu relatório, a partir de como o adolescente incorporou a lei, não como regra empreendida, mas internamente presente e implicada em sua vida cotidiana. É um movimento que adquire dupla dinâmica: legislar e punir. A lei, como expressão jurídico-discursiva, é, no caso dos adolescentes em conflito com a lei, fundamentalmente mediada pela repressão, impondo-se de maneira punitiva e coercitiva, seja cerceando a liberdade, seja impondo barreiras a ela.

Ocorre que a normalização, mediante a imposição e incorporação das normas de boa conduta, confunde-se com “ressocialização”.

Enfim, os adolescentes, bem como os técnicos, não reconhecem o caráter exatamente punitivo da Liberdade Assistida como medida para responsabilizar e disciplinar seu comportamento. O caráter inexorável da punição é reconhecido no caso de internação. Os executores dos sistemas sociojurídicos e socioeducativos não reconhecem na imposição de condicionalidades (como o fato de estar estudando, ter que tirar documentação, não fazer uso de substâncias entorpecentes, comparecer sempre que solicitado, entre outras obrigações) um caráter de punição ao adolescente, capaz de responsabilizá-lo pelo delito praticado. Esse discurso é, muitas vezes, reproduzido pelos adolescentes em Liberdade Assistida, que não percebem essa natureza sancionatória da medida.

Essas considerações sobre os sentidos atribuídos pelos adolescentes e técnicos à medida de Liberdade Assistida levam a reflexões significativas que consideram, para além do caráter meramente negativo das sanções, aspectos positivos e necessários para a vida dos adolescentes que estão sob a égide dessa medida.

Sobre essa questão, Brancher e Aginsky (2006) defendem a existência de uma “violação positiva”, no caso do uso dos mecanismos de coerção como forma de garantir o acesso dos adolescentes às políticas básicas ou de programas de proteção especial que, por outros meios, lhes vinham sendo negados, bem como obrigá-los a usufruir desses atendimentos.

Como dosar ingredientes que até então se propunham como aparentemente paradoxais e antagonizantes como acolhimento e disciplina, ou assistência e controle, ou afeto e limite, ou enfim, como segurança e justiça? Por detrás das respostas a essas indagações, suspeita-se esteja a solução do misterioso enigma, sempre cobiçado e nunca desvendado, que continua a reluzir por detrás de cada invocação à idéia da proposta pedagógica da medida sócio-educativa (BRANCHER; AGINSKY, 2006, p. 478).

Por outro lado, a medida de Liberdade Assistida acaba por produzir nos adolescentes uma demanda por incriminação, a partir de sua condição de suspeitos. Para fazer funcionar a máquina estatal de intervenção penal é necessário que os agentes autorizem/legitimem essa intervenção sobre seus comportamentos. Para tanto, utiliza-se de um modo específico de sujeição, a normalização, pela imposição e incorporação das normas da “boa sociedade”, confundindo-se com a “ressocialização”.

Para a análise dessa demanda por incriminação deve-se recorrer à análise da encomenda de agentes passíveis de punição, isto é, o jogo em que se produz essa demanda e a crença que a fundamenta alicerçam-se nas relações de forças objetivas, materiais e simbólicas (normas e leis) e em seus esquemas práticos (instituições sociojurídicas, socioeducativas e policiais), por meio dos quais os agentes (da punição) classificam os outros agentes (adolescentes em conflito com a lei) e apreciam sua posição nessas relações objetivas.

Mas, se a norma se sobrepõe à lei, abre-se um campo fértil para que os agentes de incriminação negociem acusações, transferindo a disparidade da normalização para dentro dos dispositivos de incriminação. Assim, a normalização dos comportamentos deixa de ser reconhecida legalmente, por meio dos interesses das partes envolvidas, e passam, sem mediações, para a letra da lei, o que tende a fortalecer os agentes policiais a expensas do controle judicial, desde seu início (MISSE, 2008).

De acordo com esse autor, a abertura desses espaços de acusação e incriminação, quando se reduz gritantemente o espaço de negociação legal entre acusador e acusado, abre caminho para um mercado clandestino de troca de bens ou serviços políticos, o que colabora com a construção de uma ordem ilícita informal, em que os conflitos são solucionados nos planos interindividual e microssocial, em uma “ordem ilícita” que convive conflituamente ou colaborativamente com a ordem legítima legal.

Abre-se, assim, a possibilidade de um desenvolvimento de um mercado ilícito de “mercadorias políticas” específicas, que possibilitarão que essa negociação se desenvolva, clandestinamente, entre acusados e agentes da lei, particularmente com os agentes encarregados imediatos da acusação: a polícia (MISSE, 2008, p. 18).

Zaluar (2004) define esse tipo de ação policial como a “antipedagogia da correção e da violência arbitrária”. Sua função corretiva atua no sentido oposto, não previne, mas produz novas ações violentas, daí dizer que violência gera mais

violência. A sanção (nesse caso, a sanção policial) visa relembrar ao indivíduo e à sociedade a existência das normas, pela imposição da força e do exercício da autoridade. Ela relembra e afirma a existência do Estado, daí seu caráter penalógico. Nessa lógica, quanto mais forte e repressor o aparelho estatal, mais se fortalecem as regras e normas por ele estabelecidas.

Dessa forma, mesmo sendo uma medida em meio aberto, a Liberdade Assistida se insere nesse caráter jurídico normativo, exercendo seu controle por meio das práticas socioeducativas que, segundo observado, atuam prioritariamente no plano simbólico, no sentido da integração ou incorporação das normas que sustentam o contrato social pelo adolescente que o rompeu, pautando-se em uma pedagogia normatizante, fundada no paradigma da (re)inserção social via práxis educativa. Nela, “o corpo, mesmo ausente, habita o âmago do olhar penal” (SALES, 2007, p. 166).

A reflexão e a avaliação do ato infracional praticado pelo adolescente tem forte cunho subjetivo, pois são considerados tanto as condicionalidades como o comportamento do adolescente durante o cumprimento da medida, para que ele seja liberado ou não. Assim, complementar ao papel da lei, encontra-se a norma, que visa, prioritariamente, “prevenir o virtual”.

A regulação de novas características é o mecanismo de controle que estimula ou reprime comportamentos e sentimentos até então imperceptíveis: “Pela regulação os indivíduos são adaptados à ordem do poder não apenas pela abolição das condutas inaceitáveis, mas, sobretudo, pela produção de novas características sentimentais, corporais e sociais” (COSTA, 1998, p. 50, *apud* SALES, 2007, p. 177).

Enfim, conforme visto, a Liberdade Assistida surge na vida do adolescente como sanção ao ato de natureza ilícita por ele cometido. No campo de atendimento socioeducativo, inúmeras variáveis se inter-relacionam, sendo as medidas em meio aberto e as em meio fechado extremos da punição ao adolescente em conflito com a lei.

A Liberdade Assistida procede a uma vigilância dos invisíveis, enquanto instituição encarregada de “corrigir” os socioeducandos, na restrita condição de liberdade de que estes dispõem, de forma a saberem-se permanentemente vigiados, em uma visibilidade perversa, a qual opera clivagens internas no seio do grupo juvenil.

Constrói-se, assim, um olhar sobre este *corpus* juvenil, que o compreende como um lócus de punição e justiça, autorizando e legitimando as ações e manipulações sobre o comportamento desses adolescentes. Nesse contexto, cabe ao adolescente em Liberdade Assistida corresponder, da melhor maneira que lhe for possível, às regras e às atividades da medida, utilizando-se dos instrumentos à

sua disposição e daqueles viabilizados pela equipe do Núcleo III de atendimento socioeducativo, de maneira que consiga garantir sua liberdade ou, pelo menos, manter por mais tempo suspensa no ar a “espada” que paira sobre sua cabeça.

## CONSIDERAÇÕES

A legislação brasileira, em relação ao adolescente, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA (Lei 8.069/90), prevê um tipo de responsabilização construída nos termos da socioeducação que não exclui o aspecto punitivo realizado em todo o sistema, que vai da apreensão do adolescente até seu encaminhamento ao Núcleo da LAM, para cumprimento de Liberdade Assistida, que, por sua vez, continua com o trabalho sancionatório e pedagógico.

Essa é a lei que determina a relação entre aspecto punitivo e educativo no sistema jurídico e assistencial que deverá acompanhar o adolescente em conflito com a lei. Diante dela e das ações dos Núcleos de Liberdade Assistida, os sentidos e significados atribuídos à medida socioeducativa de Liberdade Assistida, pelos sujeitos assistidos no Núcleo III da LAM, apontam para uma situação, já explicitada, na qual eles tentam se equilibrar em uma “corda-bamba”, amarrada, por um lado, ao caráter jurídico-sancionatório da medida e ao sociopedagógico, por outro.

A Liberdade Assistida se caracteriza, assim, como uma medida socioeducativa, na qual os adolescentes se localizam na condição de suspeição redobrada, pois, estando em “dívida com a Justiça”, a qualquer deslize ou novo erro que cometerem, eles poderão ter sua liberdade cerceada.

Essa é uma medida que situa o adolescente em um espaço que aqui se denominou “limbo”, no qual nem gozam da sensação de total liberdade, nem estão livres de voltarem ou irem cumprir pena em um Centro Educacional. Eles demonstraram ter ciência dessa condição, ao tentar utilizar táticas de sobrevivência para permanecer na medida, tanto ao agir de acordo com as regras quanto ao driblá-las de alguma forma.

Ao mesmo tempo em que driblam, são também condicionados pelos “conselhos” dos profissionais da LAM, que lhes propõem vivenciar o *habitus* do “bom cidadão”. Por se tratar de uma medida em meio aberto, a incorporação do *habitus* cidadão é realizada pontualmente, durante os atendimentos (em forma de conselhos), e sua manutenção é realizada pelos demais equipamentos e aparelhos sociais – escola, programas estatais, família – dos quais o adolescente participa.

Aliam-se a esses equipamentos as diversas instituições que concretizam o percurso socioeducativo em suas diferentes fases (policial, ministerial, judicial

e socioeducativa), atuando em paralelo e preparando o adolescente para receber, aceitar e, a partir daí, cumprir a medida socioeducativa que lhe foi imposta.

Paradoxalmente, trata-se de um dos maiores entraves à travessia, por parte dos adolescentes em Liberdade Assistida, na medida em que há desajuste entre as condições de produção de um *habitus* válido em determinado campo e inválido em outro. Por exemplo, no Núcleo III da LAM, reproduz-se um *habitus* que permite ao adolescente jogar o jogo instituído naquele campo, que, muitas vezes, é diferente do jogo que ele enfrenta na rua, no bairro, na comunidade, na família, na escola, etc. Diante disso, a questão que se coloca é: o que fazer quando o *habitus* que se reproduz por meio do atendimento socioeducativo é diferente daquele necessário à sobrevivência, em um campo onde o jogo que se joga é outro?

Em suma, o estudo apontou a necessidade e as dificuldades em aliar a natureza penalógico-sancionatória e ético-pedagógica da medida de Liberdade Assistida. Ao amarrar bem a corda em apenas um dos lados, corre-se o risco de que o adolescente não faça a travessia e caia no inferno da “prisão” ou da “morte”. Ou seja, promoção social e efetivação de direitos fazem parte da Liberdade Assistida, tanto (ou mais) quanto a responsabilização pelo ato infracional praticado.

Assim, se essa medida visa “corrigir” o adolescente via inserção social, a esta última há que se imprimir esforços compatíveis, capazes de oportunizar a construção de uma visibilidade legítima e válida destes adolescentes, “de suas qualidades e direitos de pertencimento legítimo à sociedade” (SALES, 2007, p. 327).

Desse modo, tanto a demanda por responsabilização quanto por participação social poderão ser atendidas, de forma que a medida socioeducativa de Liberdade Assistida possibilite a expressão e produção de outros sentimentos, que não apenas o medo e a revolta por parte dos adolescentes que comparecem aos atendimentos ou a indiferença daqueles que não comparecem.

É necessário que possibilite sensações outras, para além da impotência e frustração por parte dos técnicos do Núcleo, diante das reincidências e “quedas” dos adolescentes, da precariedade das condições de trabalho e da rede socioassistencial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, A. F. *Gênero, corpo, emoção e medidas sócio-educativas: uma aproximação da Violência Urbana*. 2007. 179 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UFPE, Recife, 2007.
- BOCCO, F. *Cartografias da infração juvenil*. Porto Alegre: ABRAPSO SUL, 2009.

- BONNEWITZ, P. *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRANCHER, L.; AGUINSKY, B. Juventude, crime & justiça: uma promessa impagável? In: JUSTIÇA, adolescente e ato infracional; sócio-educação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006. p. 469-493.
- BRASIL. Governo Federal. Lei nº. 8.069/90. *Estatuto da criança e do adolescente*. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, 1990.
- \_\_\_\_\_. Governo Federal. *Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen*. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2010.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- COSTA, S. de S. G. *Subjetividade e menor-idade: acompanhando o devir dos profissionais do social*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos, 1998.
- MISSE, M. (Org.). *Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- MONTEIRO, R. A. de P.; CASTRO, L. R. de. A representação social de crianças e jovens como “sujeitos de direitos”: avanços e lacunas na cidadania outorgada à infância e juventude. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, Associação Brasileira de Psicologia Política, v. 8, n. 16, p. 279-284, jul./dez. 2008.
- PINHEIRO, A. *Criança e adolescente no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade*. Fortaleza: Editora UFC, 2006.
- SALES, M. A. *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. São Paulo: Cortez, 2007.
- SANTOS, A. C. dos. Funcionalismo sistêmico e dogmatismo neutral – O papel acríptico da norma jurídico-penal na teoria da prevenção geral positiva. *Revista Jurídica Consulex*, Brasília, ano XIII, n. 298, jun. 2009.
- SARAIVA, J. B. C. *Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral. Uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.
- SOARES, L. E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.
- SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica. In: SPINK, M. J. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

- TEIXEIRA, M. de L. T. Evitando o desperdício de vidas. In: JUSTIÇA, adolescente e ato infracional; sócio-educação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006. p. 427-447.
- WIEWIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. *Revista Tempo Social*, São Paulo, USP, v. 9, n. 1, p. 05-38, 1997.
- ZALUAR, A. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.





# A RETÓRICA COMO SABER SUJEITADO<sup>1</sup>

Wagner Silveira Rezende\*

**Resumo** Este trabalho busca apresentar as principais críticas e os elementos que levaram a retórica a ocupar uma posição subalterna e obscura na trajetória do pensamento ocidental, sendo excluída como forma legítima do fazer científico. Da crítica platônica ao pensamento cartesiano fundado na evidência, a retórica experimentou também fortes objeções oriundas do nominalismo hobbesiano. Apesar do esforço aristotélico para apresentar uma concepção digna acerca da arte retórica, esta última foi tratada, principalmente a partir do século XVI, como um saber de menor importância. Este ensaio de sociologia da ciência objetiva apontar os fatores que levaram a esse descrédito.

**Palavras-chave** Retórica; pensamento ocidental; sociologia da ciência.

## RHETORIC AS SUBJECTED KNOWLEDGE

**Abstract** *This study presents the main criticisms and elements that made the rhetoric to occupy a subordinate and obscure position in the trajectory of Western thought, being excluded as a legitimate form of science. From Platonic criticism to the Cartesian thought (based on evidence), the rhetoric has also experienced strong objections coming from the Hobbesian nominalism. Despite the efforts of Aristotle to present a worthy conception about rhetoric, it was treated, especially from the sixteenth century, as knowledge with no importance.*

**Keywords** *Rhetoric; Western thought; sociology of science.*

---

1 O presente texto é uma adaptação das ideias trabalhadas no capítulo 2 da dissertação de mestrado “A retórica e o Supremo Tribunal Federal – o papel da argumentação na corte brasileira”, defendida em fevereiro de 2010, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

\* Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

## INTRODUÇÃO

O dicionário<sup>2</sup> define retórica como a “arte da eloquência, a arte de bem argumentar, a arte da palavra, o conjunto de regras que constituem a arte do bem dizer”, mas traz também as definições de retórica que se tornaram mais comuns, aquelas com sentido pejorativo: “Emprego de procedimentos enfáticos e pomposos para persuadir ou para exibição; discurso bombástico, enfático, ornamentado e vazio; discussão inútil, debate em torno de coisas vãs; logomaquia”. Mas, afinal, qual a natureza da retórica?

De fato, durante a história do pensamento ocidental, essas duas concepções acerca da retórica, uma com enfoque positivo e outra com enfoque negativo, disputaram espaço entre filósofos, juristas, cientistas e pensadores dos mais variados campos. O que predomina, ainda hoje, inclusive em contextos especializados, é a concepção negativa e pejorativa acerca da retórica.

Ela é vista, em regra geral, assim como uma das definições do dicionário atesta, como algo vazio, que leva ao engano e à ilusão. Dessa forma, como surgiu essa ideia negativa da arte retórica? Quais foram seus principais formuladores e articuladores?

É nessa esteira de questionamentos que o presente artigo encontrou motivação e fôlego para localizar na história do pensamento ocidental as principais críticas à retórica, que a levaram a experimentar um grande descrédito quanto às suas possibilidades de fornecer as bases de um saber encarado como legítimo.

Se não se faz ciência lançando mão da retórica (pelo menos é esse o discurso científico oficial), é porque as críticas dirigidas a ela foram eficazes em convencer seus interlocutores (curiosamente, o convencimento é o objetivo central da retórica). Essas críticas, pela força e influência que exerceram no pensamento ocidental, são oriundas, principalmente, de Platão, Thomas Hobbes e René Descartes. Além disso, como será visto, Aristóteles, apesar de todo o seu esforço em conceder um grande valor à retórica, acabou por imputar a ela determinadas características que contribuíram para seu posterior descrédito, o que justifica sua colocação ao lado dos três críticos aqui referidos.

O artigo começa por estabelecer a retórica como um saber sujeitado, na expressão de Foucault, e segue esmiuçando, respectivamente, as ideias de Platão, Aristóteles, Hobbes e Descartes, no que se refere ao tema de interesse da retórica. É relevante lembrar, por fim, que o enfoque no pensamento desses autores não

---

2 Houaiss (2007).

implica que o pensamento de outros não tenha alcançado importância para o processo de subordinação da retórica. A escolha dos autores aqui trabalhados se justifica pelo impacto de suas ideias para nossa tradição de pensamento.

## **OS SABERES SUJEITADOS**

Há, no mundo, e particularmente no desenvolvimento da história ocidental, saberes que são sujeitosados. Por saber sujeitoado Foucault entende duas coisas distintas. Segundo ele:

De uma parte, quero designar, em suma, conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais. [...] Portanto, os saberes sujeitosados são blocos de saberes históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, e que a crítica pôde fazer reaparecer pelos meios, é claro, da erudição (FOUCAULT, 2005, p. 11).

Assim, os saberes sujeitosados são aqueles que, de alguma maneira, por meio de uma sistematização do conhecimento, foram ocultados dentro de um sistema de saber. Eles ficaram mascarados dentro de uma organização sistemática do saber e, por meio da erudição, podem ser redescobertos. A outra forma pela qual Foucault (2005, p. 12) entende os saberes sujeitosados é:

Em segundo lugar, por “saberes sujeitosados”, acho que se deve entender outra coisa e, em certo sentido, uma coisa totalmente diferente. Por saberes sujeitosados, eu entendo igualmente toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos.

Esse entendimento de saber sujeitoado se refere a todo o saber que foi considerado de menor relevância, incompleto, desprovido do que, em cada época, foi considerado como um saber legítimo ou científico. Esse tipo de saber foi excluído do horizonte científico como forma legítima de produção de conhecimento. O conhecimento científico se organizou e se hierarquizou de forma a deixar de fora de seu campo uma série de saberes.

Segundo Foucault (2005, p. 13), no entanto, por meio do acúmulo de conhecimento erudito é possível que tais saberes sujeitados, descontínuos e desqualificados, não legitimados pelo crivo da ciência em suma, sejam resgatados.

A esse processo de descoberta e de ressurreição dos saberes sujeitados Foucault deu o nome de genealogia. Por meio das genealogias, pode-se fazer intervir os saberes desqualificados e não legitimados contra a “instância teórica unitária que pretende filtrá-los” (FOUCAULT, 2005, p. 13) e excluí-los, hierarquizando-os em nome de um conhecimento tido como verdadeiro. Em suma, a genealogia trava combate contra os poderes do discurso, que, em cada época, foi considerado legítimo e científico.

A análise de Foucault sobre os saberes sujeitados aponta para a existência de um saber histórico das lutas, contido nos primeiros. Isso traz a ideia da existência de uma luta que é travada no campo do discurso, na tentativa de legitimá-lo. Existem, portanto, saberes que, beneficiando-se desse combate travado no campo da constituição de um saber legítimo, conseguiram se legitimar, excluindo, ao mesmo tempo, uma série de outros saberes do processo de legitimação. Estes últimos são os saberes sujeitados, que foram “derrotados” nesse combate em busca da legitimação. E é no resgate desses saberes que se encontra o projeto genealógico, lutando “contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos de poder intrínsecos” (FOUCAULT, 2005, p. 16). A genealogia seria:

[...] relativamente ao projeto de uma inserção dos saberes na hierarquia do poder próprio da ciência, uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico (FOUCAULT, 2005, p. 15).

A retórica é, assim, em certo sentido, um saber sujeitado<sup>3</sup>, principalmente no que tange aos efeitos advindos de ser um saber sujeitado, ou seja, no fato de ter permanecido durante longo tempo da história ocidental como um saber menor, desqualificado do adjetivo científico.

---

3 Nessa direção, caminha também o entendimento de Fábio Ulhoa Coelho, em prefácio à edição brasileira do *Tratado da argumentação*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Ele assevera: “[...] o conhecimento acerca dos processos mentais, que foram mais tarde denominados persuasão ou convencimento – nascidos com os sofistas, a partir das necessidades práticas de discussão e deliberação política no seio da organização democrática grega –, a despeito do refinamento aristotélico, passa a ser considerado um saber menor e é desprezado pela tradição filosófica” (p. XII).

A retórica foi tida como um saber desqualificado, pois perdeu o combate travado desde sua crítica por Platão, cujo momento máximo foi a filosofia do século XVII. Ela permaneceu como um saber que não deveria participar da produção do conhecimento científico. A hierarquização do saber científico deixou de fora a retórica. Paralelamente à sua exclusão formal do âmbito da ciência, a retórica, de fato, nunca foi excluída, pois ela sempre esteve como forma de organizar os discursos, fossem eles científicos ou não.

Nesses dois sentidos, portanto, a retórica foi, durante muito tempo, um saber sujeitoado: excluída do projeto científico, do ponto de vista formal, enquanto era ocultada no interior desse mesmo projeto. Nesse sentido, anota Manuel Carrilho (1994, p. 12):

A retórica foi atrofiada e marginalizada nos quadros dos saberes e das disciplinas: atrofiada pela sua progressiva identificação com o seu componente estilístico, marginalizada pela ausência dos meios que viabilizassem sua efetiva intervenção no campo disciplinar.

Para compreender por que a retórica passou a ser um saber sujeitoado e tido como de menor importância, principalmente no mundo da ciência e da filosofia, é necessário fazer uma digressão histórica e compreender a crítica de Platão à arte retórica, os pressupostos de Aristóteles em relação à arte, o nominalismo de Thomas Hobbes e o método proposto por René Descartes.

A escolha desse enfoque nos quatro autores se justifica pela grande influência que suas perspectivas tiveram para o pensamento ocidental, não significando que, contudo, eles tenham sido os únicos a fornecer as bases para a crítica da retórica. No entanto, suas críticas foram, sem dúvida, fundamentais para a desqualificação do saber que poderia ser fornecido pela retórica.

## **PLATÃO E ARISTÓTELES**

A crítica de Platão à retórica era dirigida, primordialmente, para a principal característica da arte retórica, como apontada por Aristóteles, ou seja, a capacidade de convencer sobre teses contrárias.

Platão via nessa característica o grande problema da retórica, que fazia com que ela fosse um instrumento de poder que levaria ao engano e à ilusão. A crítica de Platão se fundamentava no fato de a retórica ter, de forma conceitual, surgido

ligada ao trabalho dos sofistas. Assim, se a retórica era sofística, ela não poderia fornecer nada de positivo.

Segundo Michel Meyer (1994, p. 32): “o sofista era uma espécie de advogado que podia jogar com diversos sentidos das palavras e dos conceitos se isso servisse à sua tese, quer ela fosse correta ou não”. Com isso, a sofística era percebida como algo destituído de caráter moral, por meio da qual toda e qualquer causa poderia ser defendida, independentemente do aspecto ético que a conduz (ou a ausência dele).

Para Platão, então, a sofística estava mais para um “discurso dos incompetentes” (MEYER, 1994, p. 32) do que para a filosofia que ele procurou desenvolver. Contra a retórica e os enganos aos quais ela levava, Platão desenvolveu uma filosofia apodíctica, a metafísica, assentada, fundamentalmente, na ideia de verdade. Diante disso, toda a contrariedade deveria ser excluída:

A metafísica será a resposta à retórica, uma resposta que, evidentemente, ignora qualquer interrogação enquanto tal, desde que não esteja subordinada à verdade proposicional, necessária, e, portanto, sem debate. Nestas condições, que será então a retórica senão uma manipulação da proposição, uma ilusão da verdade, uma ignorância disfarçada? (MEYER, 1994, p. 32).

Dessa forma, para se chegar à verdade, as opiniões, contingências, ambigüidades, tudo o que permitisse uma pluralidade de sentidos e a possibilidade de algo que fosse contrário ao que se estabelece como verdade deveria ser rejeitado (MEYER, 1994, p. 32).

O verdadeiro discurso, o *logos*, não admite a multiplicidade, pois ele é unívoco. Até mesmo a dialética de Platão era pautada por esse entendimento, pois, apesar de se apresentar como um jogo de perguntas e respostas, o objetivo era fazer aparecer, no decorrer do jogo, a verdade única e indiscutível, já que somente ela é capaz de resolver definitivamente os problemas levantados (MEYER, 1994).

Meyer localiza essa crítica platônica como o pontapé de um processo que levou à exclusão da retórica do campo do *logos* e, por conseguinte, da ciência.

Essa busca, em Platão, fica clara em seus diálogos, em que a dialética apontará para a emergência da verdade. Em *Crátilo* (sem data), o diálogo entre Hermógenes, Sócrates e Crátilo é representativo da busca pela verdade e pela exatidão. Os diálogos em *Crátilo* apontam para a defesa da existência de uma correção dos nomes, indicando o rechaço à ambigüidade e à imprecisão, como apontado, e que gerará efeitos, também, no nominalismo hobbesiano, como poderá ser visto adiante.

Em *Crátilo*, Hermógenes, influenciado por Crátilo, questiona Sócrates acerca da existência de nomes essenciais às coisas, ou seja, de acordo com sua natureza. Diz Hermógenes a Sócrates: “Meu caro Sócrates, eu não reconheço nos nomes outra propriedade que não a seguinte: posso chamar cada coisa pelo nome que eu atribuí, e você, pelo nome que você atribuiu” (PLATÃO, [s.d.], p. 4, em livre tradução)<sup>4</sup>.

Hermógenes coloca em pauta a ideia do relativismo dos nomes, que podem ser atribuídos de acordo com quem nomeia, e não considerando a essência das coisas. Sócrates problematizará essa ideia, apontando para uma correção intrínseca aos nomes, durante todo o resto do diálogo.

De acordo com Sócrates, se o argumento apresentado por Hermógenes fosse verdadeiro, então não existiriam homens sensatos e insensatos, pois cada um estaria certo ao atribuir um nome a cada coisa de acordo com si próprio. A partir disso, o argumento de Sócrates girará em torno da defesa contundente da existência de um nome próprio de acordo com a essência de cada coisa, sustentando essa posição a partir de uma miríade de exemplos.

Para Sócrates, “[...] é evidente que as coisas possuem em si mesmas uma essência estável, que não é relativa e não depende de nós, deixando-se levar acima e abaixo de acordo com nossa imaginação, mas elas possuem em si uma relação com sua própria essência, dada por natureza” (PLATÃO, [s.d.], p. 5, em livre tradução)<sup>5</sup>.

Com isso, há uma maneira correta de falar, de agir e de nomear. Ações, discursos e nomes possuem uma correção por natureza. Para Sócrates, o nome é um instrumento que é capaz de instruir e discernir a essência das coisas. Assim como os nomes possuem uma maneira correta, são necessários homens capazes, “artesãos de nomes”, seres sensatos e que possam capturar a essência das coisas.

Para Sócrates, esses homens são os legisladores, que descobrem o instrumento concebido por natureza para cada coisa. Sobre esse ponto, afirma Sócrates: “e Crátilo diz coisas verdadeiras quando diz que os nomes são naturais às coisas, e que nem todos os homens são artesãos de nomes, com exceção daquele que contempla o nome que é por natureza para cada coisa, e é capaz de colocar a sua forma em letras e sílabas” (PLATÃO, [s.d.], p. 10, em livre tradução)<sup>6</sup>.

---

4 “Mi querido Sócrates, yo no reconozco en los nombres otra propiedad que la siguiente: puede llamar cada cosa con el nombre que yo le he asignado; y tú con tal otro nombre, que también le has dado a tu vez” (PLATÃO, *Cratilo*, [s. d.], p. 4).

5 “[...] no cabe la menor duda de que los seres tienen en sí mismos, una esencia fija y estable; no existen con relación a nosotros, no dependen de nosotros, no varían a placer de nuestra manera de ver, sino que existen en sí mismos, según la esencia que les es natural” (PLATÃO, *Cratilo*, [s. d.], p. 5).

6 “Y Cratilo habla bien cuando dice que hay nombres que son naturales a las cosas, y que no es dado a todo el mundo ser artifice de nombres; y que sólo es competente el que sabe qué nombre

Entre muitos exemplos, Sócrates recorre ao de Agamêmnon, para demonstrar o que diz:

Como mostra o nome, Agamêmnon corre o risco de ser algo deste tipo: por esforçar-se e perseverar, impondo termo às coisas que decidiu pela virtude. Isso é provado pela longa permanência (*moné*) e obstinação da armada em Troia. Eis por que o nome “Agamêmnon” (*Agamémnon*) expressa que este homem é admirável (*agastòs*) pela persistência (*epimónén*) (PLATÃO, [s.d.], p. 14, em livre tradução)<sup>7</sup>.

Os apontamentos feitos no diálogo em *Crátilo* indicam a posição da retórica para Platão. A retórica é o terreno da incerteza e do duvidoso, como aponta Aristóteles, que reconhecia a condição de ambiguidade das palavras. A ambiguidade faz da retórica uma arte essencial. No entanto, para Platão, como demonstrado nesse diálogo de Sócrates, os nomes possuem uma correção natural e não estão à mercê das opiniões dos homens.

A retórica trabalha com o possível, e não com o certo, em absoluto. Com isso, a correção dos nomes, exposta em *Crátilo*, é uma dura crítica à retórica, que tem lugar sob outro registro, o da ambiguidade, e não da correção, por natureza, dos nomes e dos discursos. *Crátilo* figura, portanto, como uma crítica basilar de Platão à retórica.

Assim, seguindo a crítica de Sócrates à sofística, Platão acusou os sofistas de fazerem da retórica uma mera técnica de persuasão, que não estava relacionada com forma nenhuma de conteúdo próprio.

Aristóteles também criticou os sofistas, contudo, não encarou a retórica da mesma maneira que Platão, buscando subordinar a retórica ao conhecimento da verdade e à ética. Apesar disso, Aristóteles e sua obra sobre retórica não foram capazes de impedir a exclusão da retórica do campo da ciência, já que o próprio filósofo enfrentou dificuldades para lidar com isso:

---

*es naturalmente propio a cada cosa, y acierta a reproducir la idea mediante las letras y las sílabas” (PLATÃO, Crátilo, [s. d.], p. 10).*

<sup>7</sup> “*En efecto. Agamemnón tiene el aire de un hombre duro para el trabajo y la fatiga, una vez resuelto a ello, y capaz de llevar a cabo sus proyectos a fuerza de virtud. La prueba de esta indomable firmeza está en su larga estancia delante de Troya, a la cabeza de tan numeroso ejército. Era un hombre admirable por su perseverancia (agastòs kata teen epimoneen); he aquí lo que expresa el nombre de Agamemnón” (PLATÃO, Crátilo, [s. d.], p. 14).*

Nem mesmo Aristóteles, apesar da sua obra imensa de codificador da retórica, poderá impedir esta evolução (da expulsão da retórica do campo do logos). Aliás, na sua Retórica, encontramos todas as dificuldades associadas à coexistência, no interior de um mesmo campo, da literatura e do raciocínio, das paixões e da discussão política ou judiciária (MEYER, 1994, p. 33).

Pode parecer contraditório, à primeira vista, que Aristóteles tenha sido colocado junto com Platão, Hobbes e Descartes, em um trabalho que trata das críticas fundamentais à retórica, no decorrer da história ocidental, sendo que o projeto retórico aristotélico é a obra mais influente no que tange ao assunto até hoje.

Tal projeto de Aristóteles acerca da retórica é a grande fonte na qual beberam os principais filósofos e pensadores responsáveis pelo resgate da importância da arte retórica no século XX (tal como Chaïm Perelman e Michel Meyer). Apesar disso, Aristóteles atribuiu algumas características à retórica que, elas próprias, levaram à abertura para uma série de críticas destinadas à retórica. É o que se passa, agora, a analisar.

A tradição helênica, na busca por uma ética social secular e racional, lançou questionamentos sobre a autoridade dos costumes tradicionais e de certos legisladores para o estabelecimento do que seria o bem, como ocorria nas culturas pré-filosóficas. Os helênicos estabeleceram, então, que o bem seria aquilo que se harmonizava com a natureza humana.

Oriundo dessa tradição, Aristóteles buscou fundamentar a moralidade por meio de argumentos racionais e, em sua obra, buscou estabelecer quais eram as bases para a boa ação. Ele localizou três domínios da ação, na sociedade helênica: o domínio da ação pessoal (interesse da ética), o domínio da casa (interesse da economia) e o domínio da cidade-estado (interesse da política). Aristóteles postulava que o objetivo da ciência política seria a formação de bons cidadãos pelo desenvolvimento de suas virtudes. Segundo ele, os apetites e desejos humanos são naturais (embora não sejam, em si mesmos, bons ou ruins), mas podem ser moldados por hábitos apropriados. Assim, as virtudes morais não nascem em nós por natureza. Para ele, a vida e a sociedade, boas (com o alcance da *eudaimonia*), necessitam do estabelecimento de bons hábitos nos cidadãos.

E Aristóteles identifica, ainda, a *pólis* como uma agregação natural de aldeias, que, por sua vez, são uma agregação natural de famílias que se agrupam para satisfazer necessidades cotidianas. Assim, a *pólis* existe naturalmente, uma vez que os homens são dotados da capacidade de falar sobre o que é bom ou ruim e só podem fazê-lo em uma comunidade política. Ou seja, é em função da linguagem

que a *pólis* pode existir. Diante disso, Aristóteles estabelece que o homem é um animal político por natureza.

Apresentado esse apanhado rápido das principais ideias aristotélicas acerca da sociedade, passe-se ao ponto que interessa aqui mais detidamente. Em seu projeto, o filósofo dividiu as ciências em teóricas e práticas<sup>8</sup>. As ciências teóricas deveriam se ocupar de coisas que existem *per si*, ou seja, coisas que existem por natureza, enquanto as ciências práticas deveriam se ocupar das coisas a serem feitas e realizadas (seriam as ciências práticas, as responsáveis por fornecer o conhecimento para possibilitar o aumento da sabedoria ética e política, ajudando na promoção da virtude dos cidadãos).

Essa divisão entre duas formas de ciência se justificava em razão das diferenças entre as propriedades das substâncias naturais (que eram essenciais e invariáveis) e as propriedades das ações humanas (resultado de um processo de escolha deliberada).

Assim, para duas ciências diferentes, com objetos que apresentam características diferentes, Aristóteles postulou duas formas metodológicas diferentes, adequadas às ciências teóricas e às práticas. Com isso, ele apontou que a indução e a dedução seriam adequadas à investigação das substâncias naturais, que são caracterizadas por serem universais e necessárias, ou seja, pela necessidade natural. Por outro lado, a deliberação é adequada ao campo das ciências práticas, visto que as ações humanas se fundamentam na possibilidade de escolha, e não na necessidade natural.

Conforme postulou Aristóteles, em *A ética* ([s.d.], p. 22-23):

[...] de fato, não há que procurar a precisão igualmente em todos os raciocínios, como igualmente não se pode fazê-lo nem mesmo nos trabalhos manuais. Ora, ao falar do que é honesto e justo, que são objetos de estudo da ciência política, encontra-se tanta disparidade de opiniões, que parece não serem tais por natureza, mas somente por lei.

Essa distinção entre as ciências, suas características e seus métodos leva a uma diferenciação também quanto à segurança e à certeza dos resultados obtidos por cada uma dessas formas de ciências. As ciências práticas, que se dedicam ao

---

8 Para uma melhor aproximação acerca dessa divisão entre as diferentes ciências, consultar *Metafísica*, de Aristóteles.

estudo das ações humanas, não podem ter suas características apreendidas com tanta segurança como nas ciências teóricas e suas substâncias naturais.

Donald Levine (1997, p. 106), sobre as concepções aristotélicas acerca da ciência, assim entende:

As ciências da ação diferem das ciências de substâncias naturais tanto em seus métodos como em seus objetos de estudo. Os métodos empregados no estudo de substâncias naturais são dois: indução e dedução. Através da indução começa-se a aprender generalizações verdadeiras: a água transforma-se em gelo em determinada temperatura, os ovos da galinha convertem-se em pintos quando chocados. Pela dedução, começa-se a demonstrar determinadas conseqüências dessas generalizações. Como o gelo é sólido, e os sólidos têm a propriedade da dureza, logo a água, a uma certa temperatura, adquire a propriedade de dureza... As proposições da ciência natural assumem as formas de universais necessários porque as características essenciais de substâncias naturais são invariáveis.

Assim, Aristóteles anota que nunca se pode esperar que os resultados de uma investigação deliberativa forneçam conclusões absolutamente certas e sejam capazes de atingir níveis de precisão como os fornecidos e alcançados pelas ciências teóricas que se dedicam ao estudo do mundo natural.

Para Aristóteles, “nem toda pesquisa é uma deliberação: não o são, por exemplo, as pesquisas matemáticas” (*A ética*, [s.d.], p. 88). Esse ponto de vista está de acordo com a forma como Aristóteles concebe a diferença entre as ciências práticas e as naturais, sendo que, para estas últimas, “que são exatas e a si bastantes, na há deliberação” (*A ética*, [s.d.], p. 87).

Sobre este ponto, anota Levine (1997, p. 107):

Os métodos orientados para a demonstração de proposições universais estão, portanto, deslocados no campo das ciências práticas. O método apropriado para determinar o curso correto de ação é o que Aristóteles chama deliberação (*bouleusis*). A investigação desenvolve-se examinando e refinando as diversas opiniões que as pessoas sustentam sobre uma questão, e sua resolução bem-sucedida depende dos traços de bom caráter já possuídos pelas partes deliberantes. A excelência deliberativa envolve a seleção de fins dignos, meritórios e a determinação de meios adequados mediante o uso de sólidos argumentos em uma quantidade moderada de tempo. Nunca se pode esperar que as conclusões de uma investigação deliberativa atinjam os níveis de precisão e certeza alcançáveis pelas ciências naturais, e compreender isso é o símbolo de uma pessoa educada.

É interessante observar como o próprio Aristóteles lança as bases que serão utilizadas por outros autores para a crítica da retórica, principalmente como forma de se estabelecer o conhecimento. Ao postular que a deliberação, característica fundamental da arte retórica, não fornece bases de certeza e precisão como as assim fornecidas pelas ciências naturais, com base na indução e na dedução, o filósofo compromete o uso da retórica como forma de saber para uma ciência que se tornou, mais tarde e cada vez mais, obcecada pela certeza absoluta e pela perseguição de uma precisão que não deixa espaço para dúvidas ou ambiguidades. A incerteza e a especulação deveriam ser, cada vez mais, eliminadas do vocabulário científico, que deveria operar, segundo a lógica matemática, qualquer que fosse o objeto em questão.

Note-se que o que está em jogo nessa proposta de Aristóteles é uma distinção entre lógica e retórica: uma mais confiável em suas previsões, fornecendo certezas, e outra que só poderia oferecer resultados plausíveis e possíveis. Com isso, Aristóteles, segundo Meyer, apontava que a retórica se ocupa de teses prováveis, com que a maioria ou os mais sábios estão em desacordo.

Essas teses só são defensáveis se sua verdade já é provável. A retórica, assim, seria como um paliativo da lógica, ou seja, aquilo de que se vale quando não há uma verdade exclusiva e se responde a algo em termos de probabilidade. Diante disso, Aristóteles habilita a retórica, mas, em seguida, exige dela algo que ela não pode satisfazer (MEYER, 1994, p. 44-45).

Já no próprio Aristóteles, arquiteto de uma obra retórica importante e influente e defensor da arte retórica e de sua importância, ironicamente, encontra-se a base que será apropriada, posteriormente, pelos críticos, em busca de certezas, como o fez Thomas Hobbes.

## **O NOMINALISMO DE THOMAS HOBBS**

Thomas Hobbes permaneceu fiel ao pensamento aristotélico até seus quarenta anos. Contudo, ao tomar contato com a obra de Galileu, Hobbes aderiu à noção galileana de universo natural como campo de movimentos atômicos. A partir disso, Hobbes confrontou Aristóteles em vários sentidos. Ele substituiu a noção aristotélica de fenômenos da natureza como um conjunto de substâncias formadas por qualidades e fins essenciais e buscou superar a ideia de Aristóteles de natureza tendente ao repouso.

Apoiado em Galileu, Hobbes pensou a ação humana como impulsionada, por meio de um movimento contínuo e perpétuo, pelos desejos naturais e incessantes dos homens.

A concepção antropológica de Hobbes acerca do homem é universalista e negativa. Para ele, o homem possui um desejo incessante de poder, que o levaria a um estado anárquico e caótico de guerra de todos contra todos. Esse estado de natureza imaginado por Hobbes, caótico como era, ativaría, então, o desejo humano de autopreservação, e, impulsionado pelo medo da morte, os homens, por meio de sua razão, cedem o poder a um soberano, em um contrato social, buscando, assim, estabelecer a paz civil.

Nesse aspecto, duas mudanças fundamentais em relação a Aristóteles podem ser observadas. Enquanto Aristóteles postulava que a tendência dos homens a constituírem grupos e associações duradouros era natural, fazendo da política algo também natural, Hobbes estabelece a política como obra de arte, e não como uma obra natural, visto que o Estado é constituído por um contrato social entre os homens e não é fruto de uma sociabilidade natural entre eles; antes, é fruto, justamente, da ausência de sociabilidade natural.

Além disso, outra mudança importante em relação ao projeto aristotélico é o fato de que Hobbes, assim como Aristóteles, fornece uma visão da boa sociedade, mas aquele, ao contrário deste, postula que a boa sociedade não está nas disposições de desenvolvimento das virtudes éticas dos cidadãos da *pólis*, e sim, simplesmente, na criação e manutenção de um Estado livre de guerras e do caos que caracterizava o estado de natureza (LEVINE, 1997).

E a principal mudança da postura de Hobbes em relação a Aristóteles, a que mais interessa para os fins deste trabalho, é o uso que Hobbes faz, em seus tratados de filosofia política e filosofia moral, dos métodos das ciências naturais. Ele se valeu, principalmente, da geometria como método para construir sua ciência do homem<sup>9</sup>. Diante disso, Hobbes buscou, exaustivamente, empregar termos nítidos e inequívocos para o discurso, ao contrário de Aristóteles, que reconheceu a importância da pluralidade de significados que poderiam ser extraídos dos termos comuns.

A influência de Galileu fez com que Hobbes perseguisse um raciocínio rigoroso e dedutivo, levando-o a superar a concepção de Aristóteles de que não se pode alcançar a certeza que se atinge nas ciências naturais, no que tange às conclusões extraídas a partir das ciências práticas, com base no método deliberativo. Ao contrário, Hobbes buscava essa certeza para o campo da ação humana e de uma

---

9 Segundo Bruno Latour (1994), Hobbes possui uma teoria política e uma ciência.

ciência política e do Estado, com uma fundamentação matemática em relação às investigações da ação humana.

Acerca da busca matemática na compreensão da teoria política de Hobbes, aponta Levine (1997, p. 120):

Há três aspectos em que se pode dizer que Hobbes tentou fazer filosofia moral como matemática. [...] um deles foi empregar termos nítida e inequivocamente definidos para o discurso, em acentuado contraste com Aristóteles, que reconheceu a plenitude de significados de que são portadores os termos comuns sobre ação e procurou incorporar esses diversos significados em discursos sobre o bem. Um outro aspecto foi a tentativa de sugerir um cálculo para representar quantidades de bem e de mal [...]. Um terceiro foi empregar um rigoroso raciocínio dedutivo, segundo o que ele descreveu como o método resolutivo-compositivo de Galileu. Esse método reduz os fenômenos políticos a seus elementos – as propensões dos indivíduos – e depois os reconstitui pela dedução lógica.

E continua Levine (1997, p. 120):

Em todos os três aspectos, Hobbes ignorou a sentença de Aristóteles de que não se deve esperar de investigações referentes à ação humana o gênero de certeza que se adquire na matemática, e apagou assim uma das fronteiras entre o conhecimento teórico e prático que Aristóteles havia traçado.

Assim, Hobbes não seguiu a distinção estabelecida por Aristóteles entre ciências práticas e teóricas.

Ainda no que tange às concepções matemáticas do pensamento hobbesiano, assevera Bruno Latour (1994, p. 25)<sup>10</sup>:

Todos os seus [os de Hobbes] resultados científicos são obtidos não através da opinião, da observação ou da revelação, mas sim através de uma demonstração matemática, o único método de argumentação capaz de obrigar todos a concor-

---

10 O trabalho de Bruno Latour, aqui referido, dedica-se a uma crítica à concepção do que se considera ser moderno e do que se considera como modernidade, em que ele propõe uma antropologia simétrica. Embora não esteja diretamente relacionado com a temática que motiva este trabalho, durante sua exposição, Latour recorre à obra de dois autores, Steven Shapin e Simon Schaffer (*Leviathan and the Air-Pump*, 1985), em que se dedicam a descortinar os aspectos matemáticos da obra de Hobbes e os aspectos políticos da obra de Boyle.

dar; e esta demonstração, ele chega até ela não através de cálculos transcendentais, como o rei de Platão, mas sim por um instrumento de computação pura, o cérebro mecânico, predecessor do computador. Mesmo o famoso contrato social é apenas o resultado de um cálculo ao qual todos os cidadãos aterrorizados que buscam libertar-se do estado natural chegam juntos subitamente.

Essa busca matemática pela certeza se manifesta, como atesta o próprio contrato social, na busca hobbesiana por uma exatidão nos termos empregados, fenômeno pertencente a um movimento denominado nominalismo. Faz-se necessário, então, analisá-lo.

A forma de se fazer a representação do mundo é a linguagem, que, por sua vez, é capaz de fixar as imagens de tudo. É a linguagem que permitirá o acordo entre os homens. E as palavras possibilitam tal acordo pela fixação do que foi discutido entre os homens.

O problema levantado por Hobbes é que não há uma relação completamente adequada entre as palavras e as coisas do mundo que elas pretendem representar. Diante disso, Hobbes aponta para dois tipos de representação: as definições servem à ciência, enquanto as metáforas funcionam para os meios não científicos, como o cotidiano, a poesia, etc. (HOBBS, 2004, p. 35 e 42-43).

Por definição, o filósofo entende a palavra polida. A ideia de representação pertence ao nominalismo, que é um movimento que pressupõe que o único conhecimento acerca do mundo são as representações que se criam para este mundo. Tais representações são aproximativas e corrigíveis. Isso faz com que o conhecimento sobre o mundo seja sempre precário.

Então, o que é possível conhecer sobre a realidade? Para Hobbes, só se pode conhecer o mundo pelos nomes e representações que se dá e se faz das coisas. O nominalismo tem raízes anteriores a Hobbes. Para essa forma de pensamento, o conhecimento é sempre aquém do saber universal, pois este último só pertence a Deus. Com isso, cria-se a ideia de que a linguagem da ciência é profundamente distinta da linguagem mundana, das linguagens da religião, da poesia, do cotidiano, da literatura, etc.

A ideia é que, se o homem raciocina por meio de definições, o acordo e o consenso se tornam mais plausíveis, mais possíveis, pois o homem se torna capaz de somar e subtrair as definições e as metáforas.

Hobbes foi muito influenciado por Galileu e pelo princípio da inércia. Assim, tem-se a ideia de que, ao se olhar um objeto, o homem o representa em seu cérebro. Hobbes, então, realiza a transposição desse princípio para a representação que há

no Estado. A representação que está no cérebro, então, é atualizada pela linguagem. No mundo natural, pensa-se, o consenso sobre os objetos é mais realizável do que a representação no mundo social. Diante disso, por exemplo, um indivíduo pode considerar seu soberano, ou seu rei, como um tirano, enquanto outros o consideram um bom governante. Hobbes aponta, contudo, que, no que tange à soberania, em si, o acordo é possível, pois todos a reconhecem, independentemente de considerarem o rei como um bom ou um mau rei.

A ideia do nominalismo repousa na postulação de que o único critério de buscar a verdade é fornecido pelos sentidos, e eles são falíveis. Os sentidos são traiçoeiros, e é preciso comprovação empírica. Para se chegar a acordos sólidos, é preciso que as coisas estejam bem fixas. Por isso, os pactos e os contratos devem ser tanto mais claramente e precisamente fixados quanto for possível.

A escola de pensamento nominalista teve grande aceitação e influência no mundo anglo-saxão. Ela buscou nomear todas as coisas e todos os fenômenos. No entanto, apontava que todas essas definições eram provisórias. Para o nominalismo, portanto, o conhecimento não pode ser universal. O que pode ser feito é dar nomes provisórios aos fatos e fenômenos do mundo.

O que se nota, então, é que o nominalismo prepara o terreno para o empirismo, que se fundamenta no postulado de que todo o conhecimento deriva dos sentidos. Assim, tudo o que o homem pode conhecer perpassa pelos sentidos, e essa forma de se adquirir o conhecimento é falível, pois só é capaz de fornecer e propiciar um conhecimento provisório e parcial, já que os nomes não são capazes de definir a essência das coisas às quais se referem.

Aristóteles, ao contrário, e influenciando o tomismo (que não pôde criar raízes profundas na Inglaterra<sup>11</sup>), acreditava ser possível o conhecimento acerca do mundo, das essências das coisas.

A partir disso, o nominalismo postula que as imagens são estabelecidas por meio dos nomes, e é a linguagem que representará essas imagens. Diante disso, a fala transfere o discurso mental para uma forma discursiva verbal. Esse fluxo de pensamento é pré-linguístico, mas “é útil ser capaz de expressá-lo em palavras” (HACKING, 1999, p. 24).

Assim, o discurso das palavras exterioriza e estabiliza o discurso mental anterior, proporcionando e possibilitando o contrato, como aponta Hobbes: “Passar nosso discurso mental para um discurso verbal, ou a cadeia de nossos pensamentos para uma cadeia de palavras, caracteriza o uso da linguagem” (HOBBS, 2004, p. 32).

---

11 Para as características da tradição inglesa, consultar Levine (1997).

Bacon era também nominalista e postulou o seguinte aforismo: o problema das palavras surge quando elas “voltam-se contra o entendimento do mais sábio, e poderosamente embaraçam e pervertem o juízo” (BACON *apud* HACKING, 1999, p. 25).

De acordo com essa linha nominalista de entendimento, apesar de alguma maneira útil, visto que se comunica pelo discurso verbal, tal discurso leva ao erro, e somente o discurso mental é que pode levar ao correto pensar.

Durante o século XVII, a tarefa da filosofia era propiciar uma forma “de escapar das armadilhas da linguagem e chegar às ideias” (HACKING, 1999, p. 40). O bispo idealista Berkeley, por exemplo, apontava que, quanto mais os indivíduos reduzirem seus pensamentos às suas próprias ideias, despidas de palavras, menor será a chance de ocorrerem erros (HACKING, 1999, p. 49).

Assim, para essa tradição, “o discurso verbal é apropriado para a comunicação, mas para o pensamento verdadeiro, diziam, procure ficar o mais longe possível das palavras” (HACKING, 1999 p. 25).

Hobbes entendia as palavras como formas de representar os fenômenos, as coisas e as ideias, mas era necessário se valer de definições, para que os erros fossem evitados. Dessa forma, na teoria de Hobbes, a linguagem interessa em razão da crença de que, produzindo boas definições (ou seja, evitando as ambiguidades e os instrumentos retóricos, como as metáforas), escapa-se das armadilhas conceituais. Com isso, o tema dos termos e das palavras se torna central para a teoria política hobbesiana, no que tange à constituição do contrato social.

O contrato é a convenção, o acordo acerca das coisas que foram explicitadas por meio das palavras. Com isso, as palavras devem ser as mais claras e nítidas, reduzindo ao limite a ambiguidade e a dúvida. É por isso, por sua maior clareza, nitidez e polidez, que as definições devem ser utilizadas no espaço para o acordo e para o entendimento, sendo a linguagem fundamentada na depuração proporcionada pelas definições mais adequadas aos contratos. Já as metáforas, por serem ambíguas e carentes de nitidez e clareza, são mais adequadas ao campo da política, em que nada é fixo.

Ao estabelecer essa divisão entre definições e metáforas e conferindo às primeiras um aspecto de superioridade em relação às segundas, Hobbes desenvolveu uma profunda ruptura entre o senso comum (*locus* das metáforas) e a ciência (*locus* da linguagem rigorosa das definições).

Segundo Hobbes, existem abusos quanto ao uso da linguagem<sup>12</sup>. Ele assevera:

---

12 “Os usos especiais da linguagem são os seguintes: primeiramente, registrar aquilo que descobrimos ser a causa de qualquer coisa, presente ou passada, e aquilo que achamos que as coisas passadas e presentes podem produzir ou causar, o que em suma é adquirir artes. A seguir, para

Quatro abusos correspondem a esse uso. Primeiro, quando os homens registram erradamente seus pensamentos pela inconstância da significação de suas palavras, com as quais registram como suas concepções aquilo que nunca conceberam, e desse modo se enganam. Em segundo lugar, quando usam palavras de maneira metafórica, ou seja, com sentido diferente daquele que foi atribuído às palavras, e desse modo enganam os outros. Em terceiro lugar, quando por palavras declaram ser sua vontade aquilo que não é. Em quarto lugar, quando as usam para se ofender uns aos outros, dado que a natureza armou os seres vivos, uns com dentes, outros com chifres, e outros com mãos para atacar o inimigo, nada mais é do que um abuso da linguagem ofendê-lo com a língua, a menos que se trate de alguém que somos obrigados a governar, mas então não é ofender, e, sim, corrigir e punir (HOBBS, 2004, p. 32-3).

O segundo abuso que Hobbes nota no uso da linguagem interessa de perto, pois possui grande relevância para a crítica da retórica. O uso das metáforas é muito criticado por Hobbes, e elas são parte muito importante da arte retórica.

De acordo com Hobbes, o pensamento metafórico só pode levar a enganos e a ilusões. Essa perspectiva tem grande afinidade com a crítica de Platão à retórica, que a via, como já apresentado, como uma forma de enganar as pessoas, afastando-as da verdade. A retórica seria, então, o *locus* do poder e da ilusão, e não da verdade.

Hobbes rechaçava as metáforas justamente por sua busca, guiada e conduzida pelo pensamento matemático, em construir uma ciência da sociedade que levasse à certeza e à verdade, por isso sua obstinação em estabelecer os termos o mais precisamente possível. Só por meio dessa esmerada precisão é que os contratos, fundamento primeiro da própria sociedade civil, poderiam ser estabelecidos com segurança. Assim, o caminho da verdade está na atribuição de termos precisos e na análise das definições:

Percebe-se como é necessário a qualquer pessoa que aspire a um conhecimento verdadeiro examinar as definições dos primeiros autores, para corrigi-las, quando estiverem estabelecidas de maneira negligente, ou para apresentar as próprias. Os erros de definições se multiplicam à medida que o cálculo avança

---

mostrar aos outros aquele conhecimento que atingimos, ou seja, aconselhar e ensinar uns aos outros. Em terceiro lugar, para dar a conhecer aos outros nossas vontades e objetivos, a fim de podermos obter ajuda. Em quarto lugar, para agradar e para nos deliciar, e aos outros, jogando com as palavras, por prazer e ornamento, de maneira inocente” (HOBBS, 2004, p. 32).

e conduzem os homens a absurdos, que finalmente descobrem, mas que não conseguem evitar sem calcular de novo, desde o princípio, onde reside a base de seus erros (HOBBS, 2004, p. 35).

A ausência de definições só pode levar a absurdos, pois os homens só podem conhecer o mundo por intermédio dos nomes que eles conferem às coisas, e esse conhecimento é aproximativo. Diante disso, quanto mais correta e precisa é a definição, em relação ao objeto do mundo ao qual ela se refere, menores serão as chances de ambiguidade e erro.

Para Hobbes, a atribuição das definições tem relação direta com a verdade, e, já que “o verdadeiro e o falso são atributos da linguagem e não das coisas” (2004, p. 34), é pelas definições que se chega à verdade. Sobre a verdade, Hobbes assevera: “Percebe-se então que a verdade consiste na adequada ordenação de nomes em nossas afirmações” (2004, p. 35).

O passo definitivo dado por Hobbes, que compromete a possibilidade da retórica de fornecer as bases para uma forma de conhecimento considerada como científica, é vincular as definições à ciência, ou seja, ciência só se faz por meio de definições corretas e precisas:

De tal modo que na correta definição de nomes reside o primeiro uso da linguagem, o qual consiste na aquisição de ciência; e na incorreta definição, ou na ausência de definições, reside o primeiro abuso, do qual resultam todas as doutrinas falsas e destituídas de sentido (HOBBS, 2004, p. 35).

Exaustivamente, o filósofo inglês, nos capítulos do *Leviatã* referentes à linguagem e à razão<sup>13</sup>, vincula definições corretas à ciência e faz duras críticas à ausência delas, apontando para os absurdos que ela leva os homens a cometer:

À falta de método atribuo a primeira causa das conclusões absurdas, pelo fato de não começarem seu raciocínio com definições, isto é, com estabelecidas significações de suas palavras, como se pudessem contar sem conhecer o valor das palavras numerais, um, dois e três [...].

E continua, ainda na mesma página:

---

13 Capítulos 4 e 5, respectivamente intitulados “Sobre a linguagem” e “Sobre a razão e a ciência”, da parte primeira da obra intitulada “A respeito do homem”, a qual possui ainda três outras partes.

A sexta [causa das conclusões absurdas], [atribuo] ao uso de metáforas, tropos e outras figuras de retórica, em vez das palavras próprias. Embora seja lícito dizer, por exemplo, na linguagem comum, “o caminho vai ou conduz aqui e ali”, “o provérbio diz isto ou aquilo”, quando os caminhos não vão nem os provérbios falam, contudo no cálculo e na procura da verdade tais discursos não podem ser admitidos (HOBBS, 2004, p. 42)<sup>14</sup>.

Essa última passagem citada é reveladora quanto ao *status* que Hobbes atribui à retórica, às suas figuras e aos seus instrumentos. Ela pode ter aplicação para o mundo cotidiano, a poesia, a música, a religião, mas, definitivamente, não para a ciência. A ciência, qualquer que seja ela, deve ser perfeita, correta, precisa, matemática, e não há espaço para as ambiguidades e os enganos aos quais a retórica pode levar. Só as definições e a precisão podem iluminar o espírito humano, conduzindo-o à verdade.

Quanto a isso, Hobbes (2004, p. 44) postula:

Para finalizar, a luz dos espíritos humanos são as palavras claras, meridianas, mas primeiramente limpas por meio de exatas definições e purgadas de toda ambigüidade. A razão é o passo, o aumento da ciência o caminho, e o benefício da humanidade é o fim. De outro lado, as metáforas e as palavras ambíguas e destituídas de sentido são como *ignes fatui*, e raciocinar com elas é o mesmo que perambular entre inúmeros absurdos. Seu fim é a disputa, a sedição e a desobediência.

Apesar de toda essa condenação e do martírio sofrido pela retórica, pelas metáforas e figuras de linguagem, na concepção de Hobbes, é irônico observar que ele próprio se vale de uma figura típica da retórica, de uso vastamente observado em tal campo (o retórico), para condenar as metáforas e o uso de definições imprecisas: a analogia.

Hobbes a utiliza ao comparar a ausência de definições precisas, ou o uso de definições incorretas, com uma ave, que se encontra presa em “varas contendo visco”. Eis o uso paradoxal da analogia em Hobbes (2004, p. 35), condenando seu próprio uso:

---

14 A metáfora é um dos principais recursos retóricos. No projeto aristotélico acerca da retórica, a metáfora ocupa um lugar relevante. Posteriormente, Meyer (2007) também concede um lugar de destaque à metáfora entre as figuras retóricas. Segundo ele, a metáfora não diz, ela convida a concluir (MEYER, 2007, p. 82).

Uma pessoa que procurar a verdade rigorosa deve se lembrar que “coisa” substitui cada palavra de que se serve, e colocá-la de acordo com isso; de outro modo ver-se-á enredado em palavras como uma ave em varas contendo visco: quanto mais lutar, mais se fere [...]. A esse estabelecimento de significações chamam definições, e colocam-nas no início de seu cálculo.

É interessante notar, ainda, como Hobbes vincula, definitivamente, a razão e a linguagem. Para o filósofo, a razão necessita da linguagem para acontecer. Segundo ele:

Os gregos têm uma só palavra, *logos*, para linguagem e razão. Não que eles pensassem que não havia linguagem sem razão, mas, sim, que não havia raciocínio sem linguagem. Ao ato de raciocinar chamaram silogismo, o que significa somar as conseqüências de uma proposição à outra (HOBBS, 2004, p. 36).

Esse ponto chama a atenção, porque, posteriormente, no campo da filosofia, a linguagem assumiu um papel secundário diante do pensamento e só começou a ser efetivamente resgatada em fins do século XIX, principalmente com os trabalhos do Círculo de Viena. Nesse período, também, e graças a essa “virada linguística”, assim denominada por muitos, a retórica retorna ao horizonte de possibilidades de uma série de pensadores, ocupando, novamente, um lugar relevante em muitos campos do saber, inclusive o filosófico e o científico.

Para os fins deste trabalho, contudo, é suficiente notar que, mesmo condenando seu uso incorreto e retórico, Hobbes não omite a importância que a linguagem tem para a constituição do raciocínio. Ele é um nominalista, e não um idealista. Apesar disso, mesmo reconhecendo a importância da linguagem, o filósofo inglês aponta para a necessidade de uma linguagem específica, ou seja, aquela pautada por definições. Assim, a crítica de Hobbes acerca da retórica não se efetiva por meio de uma crítica da linguagem, e sim por uma linguagem específica, qual seja, a metafórica.

Contudo, a definição de razão em Hobbes, mesmo vinculada essencialmente à linguagem, pressupõe o cálculo matemático e correto das definições (e este é o ponto que afeta a retórica diretamente).

Para ele, razão, “nesse sentido, nada mais é do que cálculo, isto é, adição e subtração, das conseqüências de nomes gerais estabelecidos para marcar e significar nossos pensamentos” (HOBBS, 2004, p. 39). Com isso, a razão estaria vinculada, sempre, a uma correta imposição de nomes:

Depreende-se daí que a razão não nasce conosco como a sensação e a memória, nem é adquirida apenas pela experiência, como a prudência, mas obtida com esforço, primeiro por meio de uma adequada imposição de nomes, e em segundo lugar por intermédio de um método bom e ordenado de passar dos elementos, que são nomes, a asserções feitas por conexão de um deles com o outro, e daí para os silogismos, que são as conexões de uma asserção com outra, até chegar ao conhecimento de todas as conseqüências de nomes referentes ao assunto em questão. A isso os homens chamam ciência (HOBBS, 2004, p. 43).

Assim, em Hobbes, a retórica é vista como uma linguagem sem razão ou, pelo menos, como uma linguagem distorcida e que não leva a uma correta razão, a um pensamento preciso e, portanto, científico.

Segundo Levine (1997), as ideias e sugestões de Aristóteles acerca das ciências sociais, investigando as bases da ação humana e os métodos de socialização de indivíduos para a obtenção de hábitos virtuosos, seriam interessantes, mas não foram seguidas pelas modernas ciências sociais, em decorrência, fundamentalmente, do pensamento de Hobbes.

Para muitos, segundo Levine, Hobbes foi o grande fundador da ciência social moderna, e, para o próprio Levine, as grandes tradições de pensamento que integraram de forma relevante as ciências sociais dialogaram, em alguma medida, com a obra de Hobbes.

Ressaltando o impacto do pensamento hobbesiano para o mundo ocidental, Levine (1997, p. 116) assevera:

Agora vou mais longe e afirmo que todas as tradições filosóficas que servem de base sólida para as disciplinas da moderna ciência social – antropologia, economia política, ciência política e psicologia, assim como a sociologia – consistem em elaborações, revisões ou substituições da concepção hobbesiana de ciência social.

Com isso, percebe-se a influência do pensamento desse autor. Diante disso, os postulados hobbesianos, que romperam, em grau significativo, com o projeto aristotélico, tiveram influência profunda e permanente. Sua concepção para o pensamento político, extraída das ciências naturais, como a geometria e a física, não pôde ser ignorada pelos autores da tradição britânica, como afirma Levine (1997, p. 138):

Também estavam unidos [os pensadores britânicos] no ideal de usar a nova concepção atômica da natureza e os métodos para seu estudo praticados pela física moderna como uma rampa de lançamento nessa exploração [acerca da moralidade].

É de se esperar, portanto, que a crítica de Hobbes às incertezas que a concepção aristotélica gerava, ao estabelecer uma distinção entre ciências práticas (da ação humana e deliberativas) e ciências teóricas (naturais, indutivas e dedutivas) tenha gerado uma forma de exclusão da retórica do campo do saber científico, em decorrência da inerente deliberação que caracteriza a arte retórica e também de sua aceitação quanto à importância da pluralidade de sentidos que os termos podem adquirir, algo extremamente criticado por Hobbes por ser o avesso da prática científica.

## O MÉTODO DE DESCARTES

O cristianismo, segundo Meyer (1994), já havia sido um duro golpe à retórica. A concepção de multiplicidade de ideias, intrínseca ao caráter retórico, não poderia figurar em uma doutrina que aponta ser a verdade fundamental revelada pela existência de um Deus. Assim, as meras opiniões humanas não podem gozar de mesmo *status* que essa verdade divina. Contudo, o golpe mais severo vem com o racionalismo radical do século XVII, que encontra em Descartes seu grande representante.

O feudalismo não foi receptivo ao aspecto argumentativo da retórica: “Devemos reconhecer que as monarquias feudais e os impérios, cristãos ou outros, não eram lugares propícios para a discussão livre” (MEYER, 1994, p. 35). Diante de tal restrição ao debate, de ordem política, a retórica, durante a Idade Média, perdeu o vínculo com seu aspecto argumentativo, e foi relegada, quase exclusivamente, “à linguagem do cortesão, às belas fórmulas ou ao ornamento estilístico literário” (MEYER, 1994, p. 35).

Não obstante essa perspectiva de Meyer, acerca do limite da aplicação retórica no cristianismo medieval, durante o período, a retórica formava, com a gramática e a dialética, o chamado *trivium*. Contudo, a arte retórica se via reduzida à pura ornamentação, sem considerações argumentativas, em decorrência do império da verdade absoluta religiosa, que então vigorava.

Apesar desse domínio religioso, as incertezas, as circunstâncias e as contingências não eram grande problema para os pensadores humanistas do século XVI. O

contingente, o duvidoso e o particular faziam parte de um cenário em que a busca pela universalidade e pela certeza ainda não pautavam a produção do conhecimento.

Nesse sentido, assevera Stephen Toulmin (1994, p. 22):

Antes de 1620, os filósofos levaram a linguagem oral tão a sério como a escrita; os acontecimentos particulares tão a sério como as regularidades universais; os aspectos locais, no seu tempo próprio, da prática médica [por exemplo] tão a sério com as leis gerais, intemporais, da teoria fisiológica [por exemplo].

Contudo, em pouco tempo, os empecilhos para o estabelecimento de certezas passaram a ser vistos como inaceitáveis (CARRILHO, 1994). Essa busca pelo universal, pelo absolutamente correto e pela certeza matemática é atribuída, em grande parte, à obra de René Descartes.

Assim assevera Toulmin (1994, p. 22), acerca do impacto da obra cartesiana:

Mas, depois de Descartes, o centro da investigação filosófica mudou: das elocuições orais, e das práticas particulares, situadas no tempo, para questões relativas a teorias universais e intemporais, tal como se expressam nas proposições escritas. E, nos trezentos anos seguintes, este novo centro de investigação estabeleceu os padrões do debate filosófico sobre “razão” e “racionalidade”, bem como sobre “conhecimento” e “método”.

Toulmin atribui essa mudança na perspectiva do pensamento, historicamente, antes acostumado às incertezas e, pouco tempo depois (cerca de cinquenta anos), exigindo certezas absolutas, a um período do século XVII caracterizado por uma crise intelectual, “associada ao colapso do consenso medieval subsequente à Reforma [protestante]” (1994, p. 22).

Nesse período, ocorreu a Guerra dos Trinta Anos, e as diferenças de concepções religiosas (calvinistas e luteranos, jansenistas e jesuítas) levaram a uma crise de comunicabilidade e a um mal-entendido extremo, sem qualquer possibilidade de entendimento comum.

Diante desse cenário de incompreensão, a filosofia se voltou para a busca de um método que pudesse fornecer segurança e certeza, a fim de pôr de lado as diferenças de concepções teológicas básicas (TOULMIN, 1994, p. 23). Assim, entra em cena a busca por concepções universais, e não locais, dotadas de certeza, e não pautadas pela dúvida, cuja linguagem de compreensão deveria ser, fundamentalmente, a matemática.

O que essa análise histórica de Toulmin permite compreender é que mesmo a busca pela certeza e pela universalidade não é, senão, produto de um período histórico com características que levaram a essa obsessão matemática, ou seja, produto das circunstâncias espaciais e temporais e do contexto que tal concepção tanto criticava.

Descartes é eloquente quanto à sua admiração pelo raciocínio matemático e quanto aos resultados que ele oferece, “por causa da certeza e evidência de seus raciocínios” (DESCARTES, 2008, p. 17).

O filósofo francês centra sua proposta de método em rechaçar tudo aquilo que não é absolutamente certo. Assim, ele confere grande valor à evidência, fazendo dela o marco de referência para a produção do verdadeiro conhecimento. Aliás, o século XVII, de maneira geral, representou, no seio da filosofia e da ciência, uma ascensão e um domínio do cartesianismo e do empirismo, e ambas essas concepções se fundamentavam na evidência (o cartesianismo, na evidência intelectual, e o empirismo, na evidência empírica), o que levou a um grande descrédito da arte retórica.

Sobre a evidência cartesiana, ensina Charles Taylor (1997, p. 191):

Não existe conhecimento real quando tenho muitas idéias na cabeça que por acaso correspondem às coisas lá fora se não tenho também uma confiança bem fundamentada nelas. Mas, para Descartes, a certeza bem fundamentada decorre de a matéria apresentar-se a nós sob certa luz, na qual a verdade fica tão clara que é inegável, o que ele chama de *évidence*.

Diante disso, Descartes estava pronto a rejeitar qualquer afirmação que não pudesse ser confirmada por uma evidência confiável. A pluralidade de opiniões, nesse sentido, mostrava-se como algo extremamente problemático e que deveria ser evitado a todo custo. O que é apenas provável só pode ser falso. Assim o filósofo se posiciona:

[...] e mais adiante, quando considerei o número de opiniões contraditórias que tocam um único assunto que podem ser apoiadas por homens instruídos, enquanto pode haver apenas um verdadeiro, considerei como bem perto do falso tudo que fosse só provável (DESCARTES, 2008, p. 18).

Dessa forma, para Descartes, a verdade é unívoca, única e absoluta. Se há probabilidade, há dúvida, e isso não é suficiente para que a verdade seja alcan-

çada. Por isso, o filósofo se vê motivado a fornecer um método que seja capaz de sanar as dúvidas e levar à descoberta da legítima e única verdade. Nesse ínterim, Descartes critica a formação da opinião a partir do costume, da autoridade dos considerados mais sábios e do exemplo. Contra todas essas formas, ele propõe o conhecimento certo, o qual deve ser a fonte de nossas opiniões.

Nesse projeto, Descartes recorre à lógica, à geometria e à álgebra e postula quatro preceitos que deveriam ser seguidos, dos quais o primeiro<sup>15</sup> é esclarecedor quanto ao *status* da certeza e da evidência para o pensamento cartesiano:

O primeiro era de nunca aceitar qualquer coisa como verdadeira que não percebesse claramente ser tal; isto é, cuidadosamente evitar precipitação e preconceito, e não incluir nada mais em meu juízo que os apresentados tão claramente e distintamente à minha mente, de modo a excluir toda base de dúvida (DESCARTES, 2008, p. 25).

Para estabelecer uma verdade dessa forma, livrando-se de qualquer aspecto duvidoso, Descartes não hesitou em ver na matemática o suporte para tal intento:

[...] e, considerando que entre todos que têm até hoje buscado a verdade nas ciências, só os matemáticos podem dar qualquer demonstração, isto é, qualquer razão certa e evidente, não duvidei de que tal deveria ser a regra de minhas investigações (DESCARTES, 2008, p. 26).

Durante todo o *Discurso*, Descartes procede a uma exaltação da certeza e a uma busca contínua para alcançá-la. As passagens seguintes são esclarecedoras quanto a esse ponto:

[...] e que devo rejeitar como absolutamente falsas todas as opiniões com respeito às quais poderia supor a menor base para dúvida, para depois averiguar se lá permaneceu algo em minha convicção que seria completamente indubitável (DESCARTES, 2008, p. 36).

E, ainda:

Eu sempre permaneci firme em minha resolução original de não supor nenhum outro princípio que o que usei recentemente para demonstrar a existência de

---

15 Para os outros três preceitos, consultar Descartes (2008, p. 25-6).

Deus e da alma, e a não aceitar como correto nada que não parecesse a mim mais claro e certo que as demonstrações dos geômetras antigamente feitas (DESCARTES, 2008, p. 43).

Assim, no pensamento cartesiano, em que a certeza, como fim, e a matemática, como método, têm lugar de tão grande destaque, a retórica e sua característica de tratar dos contrários e do que é provável não puderam ocupar senão um lugar de rechaço, exclusão e desconfiança. O cartesianismo parece ter sido, na história ocidental, o golpe de misericórdia para a retórica, que já vinha sofrendo mutilações e agressões desde a crítica platônica. Nesse sentido:

É com o cartesianismo que se consagram os pressupostos que diminuirão a retórica e cavarão um abismo entre ela e a filosofia, sobretudo porque esta se define então por um interesse exclusivo pelo atemporal e pelo universal, interesse que se reforçou quando pareceu que ela poderia propiciar uma solução para a multiplicidade de controvérsias teológicas e políticas que marcaram o século XVII: é assim que, então, nasce o império do método (CARRILHO, 1994, p. 12-13).

Embora adepto de tão grande devoção às certezas e às virtudes da matemática, é interessante notar o uso que Descartes faz da retórica em passagens do *Discurso*. Para se referir à formação de uma nova concepção, que leve à verdade, superando concepções defasadas e sem valia, o filósofo lança mão de uma analogia com a demolição e construção de uma casa (DESCARTES, 2008, p. 29). Em outro momento, compara as certezas à “pedra ou argila”, e as concepções duvidosas, à “terra solta e areia” (DESCARTES, 2008, p. 34).

Por fim, a herança do pensamento cartesiano se fez presente desde a exposição de suas ideias até o final do século XIX e início do século XX. Sua repercussão e influência foram profundas e duradouras no âmbito da filosofia ocidental. Essa vitória do cartesianismo comprometeu ainda mais a retórica, que ficou ainda mais esquecida e excluída do que se considerava como o verdadeiro pensar e filosofar.

De acordo com Magalhães, pelas mãos de Hobbes e Descartes, a retórica não teria mesmo futuro, pois, para ambos, cada um à sua maneira, o entendimento não poderia ser alcançado pela persuasão:

Hobbes, assim como Descartes por outra linha, apontou para um fato: a razão moderna só poderia se expressar pretendendo um código de definições claras e

rompendo com a noção clássica de que pelo debate e a persuasão os pactos e o entendimento, portanto a ação coletiva, são logrados (MAGALHÃES, 2003, p. 111).

## CONCLUSÃO

O processo de desgaste da retórica, com sua progressiva exclusão das formas legítimas de se estabelecer o conhecimento, data (com Platão), como visto, de antes mesmo da confecção de uma obra abrangente sobre o tema (com Aristóteles). Toda a sua complexidade e importância ficaram relegadas, durante boa parte da história ocidental, principalmente do período que vai do século XVI ao fim do século XVIII, ao segundo plano, levando a arte retórica a ser encarada como um saber menor, sem importância, cujos pressupostos só poderiam levar a respostas frágeis, sem solidez, quando não ao engano e à ilusão.

Toda a riqueza que a retórica poderia oferecer, inclusive do ponto de vista científico, como apontou Aristóteles, foi, em grande medida, ignorada. O resgate do pensamento retórico, de bases aristotélicas, só começou a ocorrer no fim do século XVIII, intensificando-se, de fato, na metade do século XX.

Essa negligência com a retórica ocorreu graças à força e ao impacto que as ideias de Platão, Hobbes e Descartes exerceram sobre o pensamento ocidental. Isso mostra como determinada forma de pensamento pode ser excluída do que é considerado legítimo, não por suas potencialidades (ou ausência delas), em si, mas sim pela força exercida por seus críticos (curiosamente, a retórica foi excluída com base na própria retórica, ou seja, a partir do convencimento gerado por sua crítica).

Assim, uma ciência que se tornou cada vez mais comprometida com uma verdade absoluta, para ser ciência, buscou eliminar de seu horizonte a dúvida e a plausibilidade. É relevante notar que hoje, no contexto científico e filosófico em que vivemos, as certezas se desfazem continuamente, e a busca por uma verdade absoluta não parece ser o caminho mais adequado. E, assim, contra a metafísica transcendental, cumpre resgatar a retórica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. *A ética*. Tradução Cássio M. Fonseca. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, [s.d.].  
\_\_\_\_\_. *Metafísica*. São Paulo: Loyola, 2005.  
CARRILHO, Manuel Maria (Org.). *Retórica e comunicação*. Coimbra: Edições Asa, 1994.

- COELHO, Fábio Ulhôa. Prefácio. In: PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005.
- DESCARTES, René. *Discurso sobre o método*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fones, 2005.
- HACKING, Ian. *Por que a linguagem interessa à filosofia?* São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007. CD-ROM.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos. Ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LEVINE, Donald. *Visões da tradição sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- MAGALHÃES, Raul Francisco. *Racionalidade e retórica – teoria da ação da ação discursiva*. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2003.
- MEYER, Meyer. As bases da retórica. In: CARRILHO, Manuel Maria (Org.). *Retórica e comunicação*. Coimbra: Edições Asa, 1994.
- . *A retórica*. São Paulo; Editora Ática, 2007.
- PLATÃO. *Cratilo o de la exactitud de los nombres*. Santiago do Chile: Edição eletrônica da Escuela de Filosofía Universidad ARCIS, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.philosophia.cl/biblioteca/platon/Cratilo.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2012.
- REZENDE, Wagner Silveira. *A retórica e o Supremo Tribunal Federal: o papel da argumentação na corte brasileira*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.
- SHAPIN, Steve; SCHAFFER, Simon. *Leviathan and the air pump: Hobbes, Boyle and the experimental life, including a translation of Thomas Hobbes, dialogus physicus de natura aeris*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1985.
- TAYLOR, Charles. *As fontes do self*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- TOULMIN, Stephen E. Racionalidade e razoabilidade. In: CARRILHO, Manuel Maria (Org.). *Retórica e comunicação*. Coimbra: Edições Asa, 1994.





# A RELAÇÃO ENTRE “DOM/DÍVIDA” E DIREITOS TRABALHISTAS

Laura Senna Ferreira\*

**Resumo** Este artigo pretende analisar a interface entre direitos trabalhistas e a lógica do “dom” e da “dívida”, nas relações de trabalho, em um grupo de oficinas mecânicas da cidade de Pelotas-RS. Nessa perspectiva, o estudo procura reconstruir a história da legislação trabalhista, vinculada à luta dos trabalhadores, e articula a presença de tais direitos com a permanência de determinadas lógicas tradicionais, com base em laços de pessoalidade entre empregados e patrões. Tendo como referência o grupo investigado, analisa, a partir dos anos 1990, de que maneira as transformações advindas da “reestruturação produtiva” impactaram sobre essas relações e, de que forma, sob o ponto de vista dos “direitos”, tornou-se cada vez mais insuficiente a dicotomia formal-informal como representação dos arranjos contratuais e das relações de trabalho.

**Palavras-chave** Direitos trabalhistas; dom e dívida; reestruturação produtiva; oficinas mecânicas.

## THE RELATION BETWEEN “GIFT/DEBT” AND LABOR RIGHTS

**Abstract** *This article intends to analyze the interface between labor rights and the logic of “gift” and “debt” in labor relations within a group of mechanic repair shops, in the city of Pelotas-RS. In this perspective, the study seeks to reconstruct the history of labor legislation, linked to the fight of workers and articulates the presence of these rights to the permanence of a certain traditional logic, based on personal ties between employees and employers. Taking the group surveyed as reference, the work analyzes how the transformations resulting from a “productive restructuring”, as from the 90s, has caused an impact on these relations and how, from the point of view*

---

\* Doutoranda em Sociologia e Antropologia no PPGSA da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

*of “rights”, the formal-informal dichotomy has become ever more unsatisfactory, as the representation of contract and labor relation arrangements.*

**Keywords** *Labor rights; gift and debt; productive restructuring; repair shops.*

## INTRODUÇÃO

A proposta do presente artigo consiste em investigar o segmento das pequenas e médias oficinas mecânicas, sob a ótica da presença/ausência da judicialização das relações de trabalho<sup>1</sup>. Procura-se, para isso, entender de que maneira, sobretudo a partir da década de 1990, a vinculação das oficinas ao processo de “reestruturação produtiva”<sup>2</sup> fragilizou ainda mais uma categoria de trabalhadores que nem ao menos chegou a consolidar seu acesso aos direitos trabalhistas.

Essas oficinas são, em sua maioria, pequenas e médias empresas localizadas no interior do Estado do Rio Grande do Sul, nas quais as relações de trabalho ocorrem em torno de laços de pessoalidade, sendo o recurso à Justiça acionado apenas quando acordos pessoais são rompidos. Em consonância com esse aspecto, pretende-se analisar as dificuldades de existirem formas de contestação em relação a determinadas condições de trabalho, pois, mesmo havendo instâncias organizadas de reivindicação<sup>3</sup>, a maioria dos trabalhadores envolvidos na atividade se encontra na informalidade.

Neste artigo será realizada, em primeiro lugar, uma caracterização do segmento das oficinas mecânicas da cidade de Pelotas-RS. Em seguida, buscar-se-á analisar aspectos da construção da legislação trabalhista brasileira. Abordar-se-á, também, a fragilidade da fronteira teórica e prática entre trabalho formal e informal. Por fim, será feito um esforço no sentido de compreender os motivos que levam, ou não, à reivindicação na Justiça de determinados direitos assegurados em lei.

## O SEGMENTO DAS OFICINAS MECÂNICAS

A partir dos anos 1950, o setor automotivo passou a figurar na “ideologia desenvolvimentista”, que caracterizou o governo de Juscelino Kubitschek (CARDOSO,

---

1 A pesquisa de campo junto às oficinas mecânicas foi realizada na cidade de Pelotas-RS, em 2009/2010. Durante a pesquisa, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas (BAUER, 2002) e observações etnográficas (PEIRANO, 1995).

2 Entre os principais autores que estudam o tema da “reestruturação produtiva” no Brasil estão Ramalho (2006) e Antunes (2005).

3 Os mecânicos de reparos de veículos de Pelotas são representados pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico, filiado à CUT.

1978) como símbolo do desenvolvimento do Brasil, trazendo em si uma “aura de modernidade” (NEGRO, 1999, p. 10).

Essa indústria cresceu de 1950 até 1980, quando ocorreu o esgotamento do modelo “desenvolvimentista” e a ascensão do “Novo Sindicalismo” (RODRIGUES, 1999), levando as empresas a buscarem inovações. Na década de 1980, a qual foi marcada por grande competitividade e pelos movimentos de contestação dos trabalhadores, ocorreram os primeiros passos da “reestruturação produtiva” na indústria automotiva brasileira.

Nesse contexto, o segmento das oficinas mecânicas de automóvel, que faz parte da constituição dessa cadeia, também sentiu as transformações pelas quais passou o setor automobilístico. Os novos modelos de carros desenvolvidos pelas montadoras desencadearam a necessidade de outros saberes e tecnologias de reparos.

Respondendo às demandas mais recentes, as oficinas autorizadas rapidamente se readaptaram aos novos tempos, enquanto os antigos mecânicos, aqueles que surgiram e permaneceram nas margens das montadoras, não tiveram a mesma facilidade. Alguns buscaram absorver diferentes saberes e adotaram novas tecnologias, enquanto outros não tiveram possibilidade de se reestruturarem e acabaram encerrando seus empreendimentos.

Os respectivos indícios indicam, dessa maneira, que os mecânicos, tantos os proprietários quanto os empregados, viram sua trajetória de vida e de trabalho ser amplamente transformada pelas mudanças na indústria automobilística brasileira.

A relação das oficinas com as transformações efetuadas pelas montadoras é permanente. No entanto, não possui poder homogeneizador, posto que as pequenas e médias oficinas continuam bastante heterogêneas. Nesse cenário altamente moderno de reestruturação, vários desses empreendimentos seguem, por exemplo, contando com a presença de familiares, vizinhos e amigos, no mesmo local de trabalho, no qual certo “apadrinhamento”, companheirismo e afetividade muito comumente permanecem imbricados ao cotidiano de trabalho.

Nos últimos anos, essas relações que envolvem “lealdade” e “confiança” foram intensamente abaladas, e as dificuldades enfrentadas por algumas oficinas fizeram com que parte dos proprietários deixasse de oferecer certas “benesses”, como, por exemplo, casa e alimentação, o que aumentou a condição de vulnerabilidade desses trabalhadores, muitos dos quais possuem apenas vínculos informais de trabalho.

Nesse contexto, a hegemonia das relações de pessoalidade entre proprietários e empregados faz com que, muitas vezes, a lógica das relações fundamentadas na proximidade distancie a possibilidade de reivindicação de direitos. Ao menos que a

reciprocidade vinculada à lógica do “dom” e da “dívida”<sup>4</sup>, esperada pelos trabalhadores, seja rompida, pode ser que a busca por direitos na Justiça nunca se efetive.

Observa-se que há, nessas oficinas mecânicas, uma convivência entre relações altamente pessoalizadas e outras circunscritas à objetividade de determinados contratos, indicando, dessa maneira, o quanto o capitalismo contemporâneo, como afirmara Harvey (1992, p. 146), é capaz de conviver com distintos ritmos e intensidades de mudanças.

A seguir, pretende-se demonstrar de que forma as diferentes lógicas, sejam elas familiares, sejam informais, sejam pessoais, relacionam-se, afinam-se e/ou se contradizem, em relação a outras racionalidades fundamentadas na formalidade, na abstração e, principalmente, no Direito moderno.

Com isso, procura-se escapar a qualquer dicotomia entre tradição e modernidade e indicar que as noções do Direito estão presentes e imbricadas com qualquer outra dessas lógicas sociais. Os parâmetros do Direito podem, ou não, ser apropriados pelos atores em jogo, uma vez que esse aspecto depende da particularidade das relações e dos contextos sociais, mas as normas jurídicas fundamentais são conhecidas e reconhecidas por eles.

## **O RAMO DA MECÂNICA A PARTIR DA PRESENÇA/AUSÊNCIA DOS DIREITOS TRABALHISTAS**

As questões pertinentes a serem refletidas, as quais se referem à relação dos empregados das oficinas mecânicas com os direitos trabalhistas, são as seguintes: se a maioria dos trabalhadores, conforme foi observado, conhece seus direitos, por que deixam de acionar a Justiça quando não recebem essa cobertura? Ou, ao contrário, por que alguns recorrem à instância jurídica, enquanto outros não o fazem?

A fim de encontrar respostas que atendam às indagações formuladas, é preciso entender que, nesse segmento, a maioria dos trabalhadores está na *informalidade em termos formais*. Apesar da aparente redundância da linguagem, estar na *informalidade em termos formais* não significa estar em termos reais. Isso ocorre porque, mesmo sem carteira assinada e acesso legal aos direitos, na prática, muitas vezes, estão sendo cumpridos os quesitos fundamentais da legislação trabalhista.

Existem, entre essas oficinas, alguns estabelecimentos em condições bastante precárias. São aqueles cujo proprietário não possui condições objetivas de legalizar

---

4 A noção de “dom” e “dívida” está vinculada à tradição teórica inspirada em Mauss (2003).

todos os trabalhadores, sob pena de encerrar o próprio empreendimento, mas que, em alguns casos, independentemente disso, acredita que é “justo” fazê-lo e procura estar de acordo, na prática, com aquilo a que os empregados têm direito.

Contrariamente, existem estabelecimentos que possuem condições materiais de legalizar os trabalhadores e que, mesmo assim, não o fazem. Esses parecem ser os maiores alvos de ações na Justiça, posto que os empregados sabem que não se trata de uma impossibilidade real do proprietário, mas de uma vontade de “lucrar mais”.

As oficinas nas quais há ausência formal e ausência prática de direitos geralmente são aquelas de “fundo de quintal”, nas quais trabalham pessoas da família do dono e, eventualmente, algum amigo ou vizinho. Nessas, geralmente, a questão dos direitos legais não se coloca durante ou após a saída do estabelecimento.

No caso de presença formal e ausência real dos direitos, quer dizer, quando há carteira assinada, e os proprietários não seguem as normas, os empregados estão mais em desacordo com seus patrões, uma vez que, nesses casos, possuem todo o respaldo da lei. A presença formal e a presença real dos direitos são proporcionadas, na maioria das vezes, pelas condições econômicas das oficinas e pelas convicções dos proprietários, muitos deles, há pouco tempo, empregado em alguma oficina mecânica.

Nesse universo, alguns empregadores se queixam da “desconsideração” dos empregados que, depois de trabalharem anos nas oficinas, colocam “questão na Justiça”. Por outro lado, os trabalhadores dizem que o fizeram exatamente por entenderem ser “injusto” não terem acesso aos direitos, depois de estarem tanto tempo no estabelecimento. Mas, além dessa conclusão fundamentada nos anos de serviço, os motivos que fazem com que alguns entrem na Justiça e outros não residem em um terreno mais complexo das relações de “reciprocidade”, em termos de “dom e dívida” (MAUSS, 2003; SIGAUD, 1979), que ocorre entre patrões e trabalhadores.

Nesse sentido, enquanto o empregado considerar justas as atitudes do empregador, sua permanência e saída da oficina apresentarão a tendência de ocorrer sem mediação jurídica. Porém, a partir do momento em que alguma divergência acontecer, seja de ordem econômica, seja de subjetiva, torna-se, frequentemente, um bom motivo para ação na Justiça. Geralmente, alguma atitude considerada como de “ingratidão” do empregador (como, por exemplo, não deixar o funcionário, no momento em que sai da oficina, levar consigo uma ferramenta pela qual tenha apreço) justifica essa atitude de revolta individual do trabalhador.

Com isso, pretende-se afirmar que existe uma “reciprocidade” fundamentada em certos “costumes” (THOMPSON, 1998) e expectativas que precisam ser considerados quando a relação acontece com base na personalidade. A partir do momento em que essa “racionalidade” não é mantida, tem-se um cenário que potencializa a ação via Sistema Judiciário.

Dessa maneira, não é possível entender as instituições jurídicas inspirando-se apenas em argumentos racionalistas e, muito menos, economicistas, pois os trabalhadores fazem um cálculo que envolve, simultaneamente, diferentes racionalidades. Acionar ou não na Justiça para reivindicar direito é uma opção que parece se colocar apenas quando ocorre uma ruptura em esferas de relações das quais se esperava “lealdade” e “reciprocidade”.

A seguir, procura-se historicizar a partir de quando o acesso à Justiça passou a ser uma possibilidade, utilizada ou não pelos trabalhadores. Se alguns dos empregados das mecânicas podem sair da oficina e procurar seus direitos na Justiça, essa alternativa vem sendo gestada há muitas décadas, na sociedade brasileira, na qual uma “cultura de direitos” (PESSANHA, 2001) se cristalizou tanto no setor formal quanto no informal do mercado de trabalho.

## **A CONSTRUÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA**

A legislação social que existe no Brasil é, em sua essência, a legislação trabalhista, cuja consolidação se deve a um movimento de muitas lutas dos trabalhadores, considerando que a conquista de direitos foi um processo de décadas de mobilizações e conflitos entre capital e trabalho.

Na prática, como afirmam Murilo (2009) e Santos (1994), os direitos sempre foram seletivos. Santos (1994), por exemplo, observa que, a partir de 1930, mais especificamente, desde a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1931, e da carteira profissional para trabalhadores urbanos, em 1932, foi dado início àquilo que o autor definiu como uma “cidadania regulada”, ou seja:

[...] são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. [...] A cidadania está embutida na profissão e os direitos dos cidadãos restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei não reconhece (SANTOS, 1994, p. 68).

Nesse sentido, trabalhadores rurais e urbanos cujas profissões não estivessem regulamentadas eram considerados pré-cidadãos. Nesse momento, a “associação entre cidadania e ocupação proporcionará as condições institucionais para que se inflem, posteriormente, os conceitos de marginalidade e de mercado informal de trabalho” (SANTOS, 1994, p. 68). Além disso, a lei de sindicalização estabeleceu, a partir de 1931, quem poderia pertencer ao sindicato, e o funcionamento deste passou a depender de registro no Ministério do Trabalho. Desde então, só puderam apresentar reclamações trabalhistas nas Juntas de Conciliação e Julgamento os empregados sindicalizados. Mais adiante, com a Carta de 1937, a população economicamente ativa foi partilhada de vez entre regulamentados e não regulamentados. Dessa forma:

A regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público definem, assim, os três parâmetros no interior dos quais passa a definir-se a cidadania. Os direitos dos cidadãos são decorrência dos direitos das profissões e as profissões só existem via regulamentação estatal. O instrumento jurídico comprovante do contrato entre o Estado e cidadania regulada é a carteira profissional que se torna, em realidade, mais do que uma evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico (SANTOS, 1994, p. 69).

O Estado, assim, via profissão, definiu quem era e quem não era cidadão. A prática da regulamentação das profissões passou a ser uma espécie de “batismo cívico” e primeiro passo para o ingresso na cidadania.

As primeiras manifestações de acesso dos trabalhadores a essa “cidadania regulada” podem ser observadas, por exemplo, quando Biavaschi (2007) analisa processos datados entre 1936 e 1942, que giraram em torno da Lei nº 62, de 1935, a chamada Lei da Despedida, que garantia estabilidade depois de dez anos de emprego. Essa foi umas das primeiras leis que, segundo a autora, representou a constituição dos trabalhadores como sujeitos de direito.

A partir desse momento, os direitos do trabalho “assumiram posição estratégica para a vivência da cidadania, o que se reforçou pela fragilidade dos direitos civis e pelo desrespeito aos direitos políticos” (CASTRO, 2002, p. 12)<sup>5</sup>. Da perspectiva

---

5 Castro (1979) demonstra como, contrariando a sequência que T. H. Marshall, em *Cidadania, classe social e status*, afirma ser típica do clássico caso inglês: direitos civis no século XVIII, direitos políticos no século XIX e direitos sociais no século XX, no Brasil, o acesso aos direitos sociais, principalmente os do trabalho, veio primeiro.

de Castro (2002), de modo geral, na sociedade brasileira, falar de uma história dos direitos é falar de uma história das formas de organização dos trabalhadores.

A Primeira República foi o momento inicial das lutas por direitos e pela constituição de uma identidade a partir do trabalho. De acordo com Castro (2002), essa experiência republicana foi camuflada pelo Estado pós-30, para que, assim, o governo do presidente Getúlio Vargas pudesse sustentar a “tese da outorga” dos direitos<sup>6</sup>. A partir da década de 1930, principalmente desde 1937, os “direitos sociais, materializados com destaque nos direitos do trabalho, tornaram-se o centro definidor da condição de cidadania no país” (CASTRO, 2002, p. 34)<sup>7</sup>.

Castro (2002) ainda afirma que somente com a Constituição de 1988, que incorporou a CLT, os direitos de cidadania foram expandidos para patamares políticos e civis. No entanto, os direitos do trabalho continuaram sendo o centro definidor da noção de cidadania.

Essa questão é um dos principais temas analisados por Paoli (1989). A autora indica que, durante muito tempo, as relações de trabalho na sociedade brasileira foram pautadas por instituições privadas, e o direito de cidadania se manteve privilégio das elites. Apesar de o golpe militar de 1930 ter levado para dentro do Estado as demandas nascidas nas relações de trabalho, após 1937, os patrões se uniram para burlar e limitar os direitos legais dos trabalhadores, fortalecendo seu modelo privatista.

Esse modelo privatista é resquício, como demonstra Sevcenko (1993), ao analisar a Revolta da Vacina, de uma lógica que aboliu a escravidão, mas que não conseguiu deixar de ver o trabalhador como escravo. Conforme Sevcenko (1993, p. 80), aos “pobres, em geral, nessa sociedade, não se atribui a identidade jurídica de cidadãos, inerente à República. Na prática, era reservado a eles um tratamento similar ao dos antigos escravos”.

Tal discussão, tendo em vista o caso das pequenas e médias oficinas em análise, nas quais praticamente inexistem organização política e onde predominam vínculos fundamentados em relações de pessoalidades, a partir dos quais qualquer reivindicação é tratada como gesto de “ingratidão”<sup>8</sup>, não é possível pensar em uma relação direta entre lutas e direitos. Poder-se-ia dizer, então, de forma precipitada,

---

6 Em 1919, uma conferência de Rui Barbosa (1988), intitulada *A questão social e política no Brasil*, demonstra, segundo Evaristo Moraes (1988), que, além dos trabalhadores, os próprios políticos defendiam formas de proteção aos empregados, muito antes das políticas getulistas, reconhecendo os excessos do sistema liberal.

7 Em 1940, foi instituído o salário-mínimo; em 1941, começou a funcionar a Justiça do Trabalho; em 1943, foi criada a CLT.

8 Ramalho (1989) também indica, em estudo sobre a FNM, que as benesses da empresa, no período em que predominava uma gestão mais personalizada, fizeram qualquer forma de insubordinação

que, não havendo organização política nem conflitos explícitos, esses sujeitos não teriam consciência de seus direitos. Ocorre que, na prática, a construção da ideia de direito está tão cristalizada e, de certa maneira, é tão legítima entre os trabalhadores da sociedade brasileira que, nos mais diferentes ramos, há uma forte clareza acerca dos direitos trabalhistas.

Um aspecto que evidencia essa referência, no caso em questão, é que, quando se rompe o vínculo de “reciprocidade” que une trabalhadores e proprietários, o recurso à Justiça é frequentemente acionado, o que ocorre tanto entre os trabalhadores formais quanto entre os informais ocupados no setor das oficinas mecânicas.

### **A FRAGILIDADE DA FRONTEIRA TEÓRICA E PRÁTICA ENTRE TRABALHO FORMAL E INFORMAL**

A questão da tensão entre mercado de trabalho formal e informal é uma problemática clássica na sociologia brasileira. Oliveira (2006), em *Crítica à razão dualista*, procura superar essa dicotomia e estabelece a interdependência entre essas instâncias. No caso das oficinas mecânicas em análise, é importante observar o quanto o informal, conforme se constatou, tem por referência o mercado de trabalho formal.

Nesses termos, em consonância com as proposições de Noronha (2000; 2003), há, no Brasil, uma forte presença da lei na estruturação do mercado de trabalho, posto que o “próprio mercado informal, de certa forma, se molda pela lei, inspira-se nela” (NORONHA, 2000, p. 242).

Isso significa que mantém normas não escritas, oriundas da CLT, que definem os padrões mínimos do conceito de ser empregado e contam com noções elementares de justiça e contrato justo: “Os contratos informais assalariados urbanos espelham as práticas legais” (NORONHA, 2000, p. 272). Por outro lado, afirma Noronha (2000, p. 272):

Os inúmeros casos de desrespeito à legislação do trabalho nas empresas que adotam contratos formais e de “respeito” à lei nas empresas informais mostram a insuficiência da dicotomia formal-informal como descrição dos padrões contratuais ou de relações de trabalho no Brasil.

---

parecer um ato de “ingratidão” (RAMALHO, 1989, p. 120), dificultando, dessa maneira, formas explícitas de reivindicações dos trabalhadores.

Conforme o autor, até o final da década de 1980, muitos acreditavam que a informalidade iria ser superada pelo desenvolvimento do país. Contudo, os anos 1990 começaram com uma crescente informalidade, e a “incorporação de diversos segmentos ao mercado formal ainda estava em processo quando ‘novas informalidades’ surgiram” (NORONHA, 2003, p. 4), o que nunca ocorre sem conflitos, visto que, no “Brasil, a prática de ex-empregados ‘informais’ processarem seus empregadores quando demitidos exemplifica os limites do acordo ‘informal’” (NORONHA, 2003, p. 6).

A percepção do senso comum acerca dos contratos de trabalho pode, popularmente, entender o trabalho informal como justo ou, pelo menos, aceitável. A aceitação requer um piso mínimo de direitos (tais como 13º salário, vale-transporte e férias anuais) e envolve “uma complexa avaliação que inclui noções de direito, justiça, ética, bem como conveniências pessoais” (NORONHA, 2003, p. 8).

Para o autor,

Um contrato “informal”, verbal, pode ser entendido como “justo” se o empregado percebe que o empregador tem boas razões para não regularizar a situação (por exemplo, uma microempresa em dificuldades financeiras). Ao contrário, quanto mais o trabalhador percebe que a “informalidade” é um meio de gerar um retorno extra para a empresa, mais “injusto” será o contrato (NORONHA, 2003, p. 8).

Na concepção do autor, para compreender os contratos que são inaceitáveis por parte dos trabalhadores, é “essencial a compreensão daquilo que escapa à razão do economista e do jurista, isto é, o balanço efetivamente elaborado pelas partes dos contratos entre as noções de eficiência e justiça” (NORONHA, 2003, p. 10)<sup>9</sup>.

Cardoso (2003) também procura tencionar essa dicotomização entre mercado de trabalho formal e informal e demonstra a ocorrência de uma informalização crescente nas práticas do mercado formal. O autor parte da evidência de que, nos anos 1990, passa a existir uma judicialização das relações de classe no Brasil, representada por uma explosão de procura ao recurso judiciário, o que ocorre porque:

[...] em modelos legislados de relações de classe como o nosso, o aumento da judicialização é consequência natural da deslegitimação da norma legal pelos

---

9 Na visão de Noronha (2003), o programa neoliberal de desregulamentação, que se esboçou nos anos de 1990, enfrenta o fardo de o Brasil ser um modelo não contratual, e sim legislado, no qual a condição de assalariado é a base da cidadania, e, apesar da informalidade, a lei continua sendo uma referência para as partes.

capitalistas. Transformações importantes no palco da luta de classes reduziram o poder coercitivo dos sindicatos e a capacidade fiscal do Estado, abrindo caminho para que os empregadores avaliem como pouco custoso evadir-se da norma (CARDOSO, 2003, p. 495).

Cardoso argumenta que, desde o início da década de 1990, os “empregadores estão deslegitimando a ordem legal existente [e] flexibilizando a frio mercado de trabalho” (CARDOSO, 2003, p. 496). Conforme o autor, o capitalista faz um cálculo (entre seguir ou não a legislação trabalhista), envolvendo custos e benefícios. E, de fato, são poucos os que concordam moralmente com a norma. Porém, em alguns casos, o próprio ambiente material pode impor limites à adesão à regra, o que ocorre, frequentemente, em comunidades pobres que não permitem nem mesmo “imaginar alternativas ao trabalho informal, de sorte que a relação com a regra simplesmente não se põe: nem trabalhadores, nem empregadores (se houver) tornarão a regra jurídica objeto de suas relações” (CARDOSO, 2003, p. 517).

Para Cardoso (2003), é notório que “a economia brasileira tratou de flexibilizar no grito o direito do trabalho nos anos 90, via contestação da norma legal” (CARDOSO, 2003, p. 521). Como o modelo é legislado, “o resultado esperado não é outro senão o recurso à justiça” (CARDOSO, 2003, p. 521).

Geralmente as reclamações buscam reparos retroativos, referentes ao tempo em que a pessoa esteve empregada, o que indica uma opção sistemática pela ilegalidade, mas não necessariamente pela informalidade.

Nesse contexto, a Justiça do Trabalho está se tornando o lugar que tenta atenuar os males da perda do emprego. Capital e trabalho, agora, defrontam-se, primordialmente, “pela mediação de advogados e juízes do trabalho, intérpretes do direito” (CARDOSO, 2003, p. 546). Isso ocorre porque os “empregadores podem escolher não cumprir o que a lei prescreve” (CARDOSO; LAGE, 2005, p. 452) e decidir correr o risco de não ser pego pela fiscalização.

Nesse sentido, tendo em vista a noção de mercado formal e informal, “a rigor, nenhum destes termos designa, como nos acostumamos a acreditar, categorias sociais distintas. [...] não denotam mais do que práticas sociais que não são estantes” (SILVA, 1990, p. 5).

No caso das oficinas mecânicas em análise, onde muitas vezes o ambiente econômico é pouco favorável, constata-se referência formal e/ou prática à legislação trabalhista, o que indica, como afirma Noronha (2003), a legitimidade da CLT mesmo em setores que frequentemente não estão formalmente de acordo com ela.

Entre os empregados dessas oficinas, verifica-se que, quando relações de personalidade são rompidas, o que muitas vezes ocorre no momento em que o empregado sente que o patrão está “abusando” de sua posição e sendo “injusto”, a Justiça do Trabalho entra como recurso, em uma espécie de “acerto de contas”. Nesse sentido, pode-se dizer que não há desconhecimento acerca dos direitos por parte desses atores, mas considerações e balanços que levam ou não a reivindicá-los. A tendência de que isso ocorra ou não está relacionada às noções de contrato “justo” e “aceitável” (NORONHA, 2003) construídas por esses sujeitos.

Esses aspectos obrigam a rever a rigidez das fronteiras entre mercado de trabalho informal e formal, posto que o informal também está pautado pela legislação. Além disso, considerando o desrespeito à lei, por intermédio de uma “flexibilização a frio” (CARDOSO, 2003) das relações de trabalho, setores que, anteriormente, estavam no “núcleo duro” (SILVA, 1990) da cidadania perdem direitos e, conseqüentemente, aproximam-se de setores como o ramo das oficinas em questão, tradicionalmente, marcado por contratos informais.

Com a reformulação neoliberal das instituições trabalhistas, em um momento de enfraquecimento das lutas e limitação das ações dos sindicatos, crescem a informalidade e a precariedade do trabalho (GRILLO, 2008). As tendências de “informalização”, historicamente presentes, foram reforçadas pela racionalidade econômica da década de 1990. Nesse contexto de desmonte do conjunto normativo e institucional, adquire consistência um verdadeiro despotismo na área econômica, marcada por uma intensa reprivatização das relações de classe e “pela extensão dos contratos ilegais de trabalho a áreas antes imunes a relações informais de emprego” (CARDOSO, 1999, *apud* GRILLO, 2008, p. 324).

Nesse caso, a condição hegemônica de informalidade já não é uma particularidade dos trabalhadores sem carteira de trabalho. Dessa maneira, os empregados das oficinas mecânicas e de outros ramos predominantemente informais cada vez mais se parecem com assalariados do setor formal e vice-versa e, assim como esses, frequentemente lançam mão do recurso à Justiça como uma estratégia de contestação e resistência.

## **OS MOTIVOS QUE (NÃO) LEVAM À PROCURA DOS DIREITOS ASSEGURADOS EM LEIS**

Os trabalhadores empregados nas pequenas e médias oficinas mecânicas conhecem, em sua grande maioria, seus direitos. O fato de não os reivindicar, seja na relação direta com o patrão, seja na Justiça, não indica, necessariamente, falta

de clareza e/ou informação, mas, antes, uma racionalidade estratégica que avalia as possibilidades de fazer isso ou não.

Nesse sentido, a pesquisa de Sigaud (1979) é extremamente importante. Sigaud (1979) procurou entender, na Zona da Mata de Pernambuco, o significado da ruptura das relações tradicionais que ocorriam em torno da moradia no engenho e a emergência de novas relações entre proprietários e trabalhadores, a partir da “criação dos direitos”. Antes dos “direitos”, o vínculo entre proprietários e moradores era mediado, exclusivamente pelo “dom de um lado e a dívida do outro” (SIGAUD, 1979, p. 40)<sup>10</sup>. Conforme Sigaud (1979), nesse universo, mesmo depois da “criação dos direitos”, se o proprietário continuasse atuando dentro da lógica do “dom”, o trabalhador não se sentia desejoso de colocar a questão na Justiça.

Grynszpan (1999), assim como Sigaud (1979), traz elementos para pensar a apropriação dos atores em relação aos direitos. Em sua leitura, a legitimidade da instituição judiciária não pode ser considerada como dada; é preciso considerar as noções morais de justiça com as quais os indivíduos operam. Assim, é importante perceber aspectos como:

[...] distintos usos que os indivíduos, em função de seus capitais específicos, de sua posição no espaço social, de suas redes de relações, de alianças e oposições, fazem dos juizados, bem como daquilo que podem perceber e formular, mais do que como um problema, como uma questão passível de uma oficialização, de uma judicialização (GRYNSZPAN, 1999, p. 112).

Os direitos sociais, gestados na modernidade, tiveram o papel de proteger os trabalhadores das adversidades do mercado de trabalho<sup>11</sup>. Segundo Thompson (1998), a estrutura de direitos do trabalho começa a surgir junto à formação da própria classe trabalhadora, no momento em que os “costumes” que garantiam as proteções sociais estavam sendo tencionados.

Para Thompson (1998), bem como para Sigaud (1979), os motivos que fazem com que os trabalhadores reivindiquem direitos estão muito além de um cálculo exclusivamente econômico; existem razões de ordem política e moral que estão em jogo.

---

<sup>10</sup> Essa lógica paternalista tem origem remota na sociedade brasileira. De acordo com Moraes (1980), Jorge Street, por exemplo, defendia o paternalismo e pensava que, em um período intermediário, os patrões precisavam servir de conselheiros e guias para os trabalhadores.

<sup>11</sup> Essas questões são intensamente discutidas nas obras de Polanyi (1980) e de Castel (1998).

Tal aspecto vai ao encontro das afirmações que aqui se fizeram em relação aos mecânicos empregados nas oficinas. Quando eles recorrem à Justiça, estão reconhecendo que a situação de “clandestinos” na qual se encontram não é mais “aceitável”. Isso ocorre, geralmente, nos casos em que deixaram de se sentir dignos em função de algum “abuso” por parte dos patrões.

Quando os empregadores rompem com certa “reciprocidade” que, como destaca Sigaud (1979), está presente em relações personalizadas, os trabalhadores não veem mais razões para cultivar uma “fidelidade”. Poderia ser dito, então, que, quando as expectativas em torno dos “costumes” (THOMPSON, 1998) são rompidas, uma rebeldia se instaura. Nesse caso, o patrão deixa de ser considerado “amigo”, e o trabalhador pode “colocar a questão na Justiça”, fazendo com que os direitos se tornem objetivamente existentes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O que se procurou pensar neste artigo foi quanto à presença e/ou à ausência da legitimidade dos direitos e à possibilidade de reivindicá-los na Justiça, no caso de um grupo de mecânicos da cidade de Pelotas-RS. Constatou-se que, embora a grande maioria seja de trabalhadores não sindicalizados e informais, eles não estão à margem de uma “cultura de direitos” (PESSANHA, 2001). Percebeu-se que há entre eles a forte presença da lógica da reciprocidade do “dom” e da “dívida” (MAUSS, 2003; SIGAUD, 1979), que envolve a relação deles com os proprietários e que faz com que, muitas vezes, o recurso à Justiça se distancie.

No sentido inverso, indicou-se que, quando ocorre uma ruptura nessas expectativas, muitas vezes, o recurso à Justiça se torna uma possibilidade.

Tal discussão se mostrou como fundamental para pensar a fronteira entre o mercado de trabalho formal e informal. Nesse caso, observou-se que, na prática, o informal está, muitas vezes, pautado pelo formal. Na mesma perspectiva, o mercado de trabalho formal, via ilegalidade, pauta-se pela informalidade. No caso em questão, trata-se, muito frequentemente, não apenas de informalidade, mas de uma “ausência presente” das normas jurídicas, ou seja, nas oficinas mecânicas, pode ocorrer uma “ausência” de direitos, no sentido de não serem formalizados, ao mesmo tempo em que pode existir uma “presença” de direitos, no sentido de serem concretizados na prática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BARBOSA, Rui. *A questão social e política no Brasil*. Conferência pronunciada no teatro lírico. São Paulo: Editora LTr; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- BAUER, Martin et al. A entrevista narrativa. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BIAVASCHI, Magda. *O direito do trabalho no Brasil – 1930-1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas*. São Paulo: Editora LTr, 2007.
- CARDOSO, Adalberto. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- \_\_\_\_\_. Direito do trabalho e relações de classe no Brasil contemporâneo. In: VIANNA, Luis (Org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2003.
- CARDOSO, Adalberto; LAGE, Telma. A inspeção do trabalho no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 451-490, 2005.
- CARDOSO, Miriam. *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTRO, Angela. *Burguesia e trabalho*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GRILLO, Sayonara. *Relações coletivas de trabalho: configurações institucionais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: LTr, 2008.
- GRYNSZPAN, Mario. Acesso e recurso à Justiça no Brasil: algumas questões. In: PANDOLFI, Dulce et al. *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MORAES, Evaristo. Introdução. In: MORAES, Evaristo. *Idéias sociais de Jorge Street*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980.

- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: BARBOSA, Rui. *A questão social e política no Brasil*. Conferência pronunciada no teatro lírico. São Paulo: Editora LTr; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- MURILO, José. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- NEGRO, Antônio. Nas origens do “Novo Sindicalismo”: o maio de 59, 68 e 78 na indústria automobilística. In: RODRIGUES, Iram (Org.). *O Novo Sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- NORONHA, Eduardo. O modelo legislado de relações de trabalho no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 241-290, 2000.
- \_\_\_\_\_. Informal, legal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 111-129, out. 2003.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- PAOLI, Maria Celia. Trabalhadores e cidadania. Experiência do mundo público na história do Brasil moderno. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 40-66, set./dez. 1989.
- PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PESSANHA, Elina. Metalúrgicos, sempre operários navais. Da cultura de direitos às perspectivas dos sem-fábricas da indústria naval do Rio de Janeiro. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco. *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro*. A trajetória dos metalúrgicos. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação – as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária: o caso da FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- \_\_\_\_\_. Dinâmicas sociopolíticas em novos territórios produtivos. In: RAMALHO, José Ricardo (Org.). Dossiê: novos espaços industriais e desenvolvimento regional. *Cadernos CRH*, Salvador/BA, v. 19, n. 46, p. 9-17, jan./abr. 2006.
- RODRIGUES, Iram. A trajetória do novo sindicalismo. In: RODRIGUES, Iram (Org.). *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e justiça: A política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993.
- SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SILVA, Luiz Antônio Machado. A (des)organização do trabalho no Brasil urbano. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 4, n. 3/4, p. 2-5, jul./dez. 1990.
- THOMPSON, Edward. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

# MULHER:

## uma “classe desprivilegiada em alta conta”<sup>1</sup>

Isabelle Anchieta\*

**Resumo** Dos grupos desprivilegiados, a mulher ocupa uma posição no mínimo curiosa. Ao contrário dos demais, como os negros e homossexuais, ela é exaltada socialmente pela maternidade, beleza, divindade e virtude. Símbolo da liberdade e da igualdade na Europa, na América e na Ásia, ela está simultaneamente à margem de posições sociais de prestígio na vida política, no trabalho e na família, há mais de vinte séculos. Será que o poder feminino foi ou ainda é apenas simbólico? Mas, se as imagens e os símbolos são fundamentais ao poder, por que, no caso feminino, há uma separação entre a vida real e a vida simbólica? Para responder a essas questões, será aqui feita uma análise comparativa entre dois sociólogos: o canadense Erving Goffman, na obra *L'arrangement des sexes* (sem tradução para o português), publicada em 1977, e o francês Pierre Bourdieu, com a obra *A dominação masculina*, de 1998, além do diálogo com estudos feministas e historiadores do gênero.

**Palavras-chave** Mulher; poder feminino; classe desprivilegiada em alta conta; diferenças negociadas.

**WOMEN: A “UNDERPRIVILEGED CLASS IN HIGH REGARD”**

**Abstract** *Disadvantaged groups of women occupy a position at least curious. Unlike the others, like blacks and homosexuals, she is socially exalted for her motherhood, beauty, goodness and virtue. Symbol of freedom and equality in Europe, America and Asia, while it is outside of social positions of prestige in political life, work and family for over twenty centuries. Does the female power has been or is*

---

1 “As mulheres, ao contrário de outros grupos desprivilegiados, estão em alta conta” (GOFFMAN, 2009).

\* Doutoranda em Sociologia pela FFLCH/USP. Mestre em Comunicação Social pela UFMG e jornalista pela PUC-Minas. É professora na Universidade Mackenzie-São Paulo. Possui dois livros publicados: *Mapeamento do ensino do jornalismo cultural no Brasil* (prêmio Itaú Cultural) e *Sete propostas para o jornalismo cultural*. Foi âncora do telejornal da Rede Globo Minas.

*still only symbolic? But if the images and symbols are fundamental to power, why there is a separation between real life and the symbolic, in the female case? To answer these questions, we will do a comparative analysis of two sociologists: the Canadian Erving Goffman, in *L'arrangement des sexes*, published in 1977, and the Frenchman Pierre Bourdieu's work, *The masculine domination*, in 1998, in addition to dialogue with feminist studies and historians of the genre.*

**Keywords** *Woman; female power; underprivileged class in high regard; negotiated differences.*

A mulher é uma escrava que é necessário saber colocar num trono.  
Balzac

## INTRODUÇÃO

A mulher, como noção cultural, está sujeita a oscilações históricas que ainda não se resolveram. Exaltada e controlada; santa e sem poderes; responsável na vida privada e aprendiz na vida pública; uma sequência contraditória de imagens femininas que se acumula anacronicamente.

O papel social da mulher do século XXI não deixa, por isso, de ser desencaixado, pois, simultaneamente, a mulher legitima sua presença na vida pública e convive com imagens que a associam à vida privada dos vinte séculos que a antecederam.

É na apresentação dessa diversidade de “mulheres” que cai por terra o eterno feminino<sup>2</sup> ou a mística feminina<sup>3</sup>. Tal como amplamente demonstram antropólogas, sociólogas, filósofas e historiadoras, a ideia de uma natureza feminina nada mais é do que o resultado de uma construção simbólica de posições assimétricas entre homens e mulheres, um artifício com efeitos muito reais no trabalho, na economia, nas políticas públicas, na educação e na família, dando-nos conta de que “as mulheres não se representavam a si próprias. Eram representadas” (DUBY; PERROT, 1992, p. 14).

Mas há, ainda, algumas inquietantes questões em aberto, pois, se foram os homens que detiveram o controle da representação simbólica feminina, por que eles a pintaram com tintas tão idealizadas, se queriam, na verdade, marginalizá-la? Por que Marianne de Delacroix ocupa o centro simbólico da Revolução Francesa,

---

2 Beauvoir (1980).

3 Friedman (1971).

no quadro “Liberdade guiando o povo” (1830)? E a estátua da Liberdade do escultor Bartholdi, o símbolo da democracia das Américas? Ou mesmo a estátua chinesa da Deusa da Democracia (1989), que ocupa a Praça Tien-na-Men, em Pequim? Também por que a Justiça como mulher, a Liberdade como mulher, a Democracia como mulher?

Em geral, os estudiosos do tema respondem à questão, separando o plano simbólico do real. Como defendem a historiadora francesa Arlette Farge e a canadense Natalie Zemon Davis, “este discurso pletórico e repetido sobre a mulher e sobre a sua natureza é atravessado pela necessidade de contê-la, pelo desejo mal disfarçado de fazer da sua presença uma ausência” (FARGE; DAVIS *apud* DUBY; PERROT, 1990, p. 09).

Tal separação entre real e simbólico também é compartilhada pela célebre pesquisadora da história da mulher, Michelle Perrot, e pelo historiador francês Georges Duby. Eles sugerem que

talvez esta abundância de imagens seja proporcional ao seu efetivo recolhimento. As deusas povoam o Olimpo das cidades sem cidadãs; a Virgem reina nos altares onde ficam os padres; Marianne encarna a República francesa, assunto de homens. A mulher imaginada, imaginária, ou mero fantasma, submerge tudo (DUBY; PERROT, 1990, p. 8).

E eles lançam a questão: “E as mulheres no meio disto tudo? Um espesso manto de imagens encobre o seu território e mascara o seu rosto” (DUBY; PERROT, 1990, p. 9).

Apesar da pertinência dos argumentos dos estudiosos do gênero, persiste o paradoxo, pois, se o imaginário e os símbolos criam e sustentam o poder instituído, como bem sabem os governantes, por que a tese da separação entre o imaginário e o real vale, exclusivamente, no caso das mulheres?

Caminha-se nas ciências sociais para a crítica da distinção platônica entre realidade e aparência como sinônimo de verdadeiro e falso. Separar a esfera do poder da esfera simbólica, no caso feminino, seria o mesmo que afirmar, equivocadamente, que as imagens da mulher não teriam efeito sobre as práticas sociais. Como defende o historiador social de arte, Hans Gombrecht, “o mundo do homem não é só o mundo de coisas tangíveis, é um mundo de símbolos, no qual a distinção entre realidade e faz-de-conta é ela própria irreal” (GOMBRICH, 2007/1977, p. 85).

Parte-se, assim, do pressuposto de que a arte cria mais do que imita a natureza<sup>4</sup> e de que os efeitos da criação, muitas vezes, escapam ao controle do Criador. As imagens da mulher funcionariam, nesse sentido, como Galateia de Pigmaleão.

No mito grego, Pigmaleão, rei de Chipre, uma ilha do Mediterrâneo, estava em busca de uma esposa, mas sempre encontrava defeitos nas mulheres reais. Resolveu, por fim, esculpir uma estátua de marfim da mulher ideal. Tal era sua perfeição que “acabou por se apaixonar por sua criação”, que tinha o nome de Galateia. Pigmaleão rogou, então, à Afrodite (Vênus) que transformasse sua criação em uma mulher, e a deusa converteu o marfim em um corpo vivo.

Criação, encanto, descontrole e tentativa de controle desse fascínio são Galateia e Pigmaleão. A representação do “belo sexo” desvela o fascínio e o medo dos homens<sup>5</sup> com o poder e a beleza da mulher, traindo sua intenção de dominá-la. “Poder de Pigmaleão?” Pode-se responder positivamente, “pois, se representar é criar, é preciso mesmo ter salvaguardas contra esse poder, que, de repente, pode ficar descontrolado” (GOMBRICH, 2007/1977, p. 94).

Para aprofundar o tema, será feita uma comparação entre dois importantes autores: Erving Goffman, na obra *L'arrangement des sexes* (sem tradução para o português), publicada originalmente em 1977 pelo sociólogo da escola de Chicago, e Pierre Bourdieu, com a obra *A dominação masculina*, publicada originalmente em 1998, livro que surge, em parte, como reação à leitura da obra de Goffman.

## DOMINAÇÃO *VERSUS* DIFERENÇAS NEGOCIADAS

O sociólogo Pierre Bourdieu é categórico: “A dominação é masculina”. Realiza sua argumentação a partir da estrutura de dominação institucionalizada. Seu objetivo geral está em demonstrar como esse sistema de diferenças entre os sexos passa a ser institucionalizado e ativado pelo orquestramento da Igreja, do Estado e da Escola. Todo o sistema simbólico gira em torno de reforçar “os detentores dos instrumentos de produção e reprodução do capital simbólico”. Para ele, o conjunto de oposições entre homens e mulheres visa: “assegurar a conservação e o aumento do capital simbólico masculino: estratégias de fecundidade, matrimoniais, estratégias educativas, estratégias econômicas, estratégias de sucessão” (BOURDIEU, 2010, p. 62).

4 Nas palavras de Oscar Wilde (1994, p. 52): “a Vida imita a Arte, mais do que a Arte a Natureza”.

5 Em uma frase célebre, o filósofo alemão Nietzsche diz: “O verdadeiro homem quer duas coisas: perigo e jogo. Por isso quer a mulher: o jogo mais perigoso”.

Para compreender essas diferenças é preciso, segundo o autor, reconstituir a permanência da dominação masculina, recuperando a “história das mulheres”; mas uma história que dê lugar “à história dos agentes e das instituições que concorrem permanentemente para garantir essas permanências, ou seja, a Igreja, Estado, Escola e etc., cujo peso relativo e funções podem ser diferentes, nas diferentes épocas” (BOURDIEU, 2010, p. 101).

Esse seria o primeiro passo “para esboçar o programa de uma análise histórica do que permaneceu”, sem que com isso o texto se torne uma afirmação da permanência, mas, antes, um “trabalho histórico de des-historização” (BOURDIEU, 2010, p. 101).

Bourdieu toma como ponto de partida um esquema que denomina “quadro sinóptico das oposições pertinentes”. Ele é resultado de sua pesquisa etnográfica na sociedade Cabila (Argélia), com o objetivo de ordenar as evidências observadas. Organizado conceitualmente de forma vertical, Bourdieu elabora um sistema de “oposições homólogas”, ou divisões simbólicas que colocam o masculino dominante acima do feminino.

Nesse círculo superior, associam-se ao masculino: o sagrado, o direito, o quente, o fogo, o sol, o ouro, a luz, o céu, etc. O feminino, abaixo, associa-se, inversamente: ao mágico, ao ordinário, ao úmido, à terra, à lua, à obscuridade, à bruxa, à traição, à astúcia, etc.

Com o quadro, o autor ilustra que “a oposição entre os sexos se inscreve na série de oposições mítico-rituais: alto/baixo, em cima/embaixo, seco/úmido, quente/frio, ativo/passivo, móvel/imóvel” (BOURDIEU, 2010, p. 27), um sistema que só faz sentido quando essas distinções que definem as características tidas como femininas são contrapostas com as características tidas como masculinas. Trata-se de uma divisão entre os sexos que, segundo Bourdieu (2010, p. 17), parece estar “na ordem das coisas”.

De qualquer maneira, sua arbitrariedade não é questionada, “por não perceberem os mecanismos profundos” dessa suposta oposição. Para ele, a “força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão andocêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la” (BOURDIEU, 2010, p. 18).

Nesse ponto, Bourdieu dialoga com a noção de gênero de Johan Scott, que define como “relação fundamental entre duas proposições: gênero tanto é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos quanto uma maneira primária de significar relações de poder”

(SCOTT, 1988, p. 141). Trata-se de um poder de origens difusas, em que a “ideologia de gênero” é forjada historicamente pelas relações políticas e econômicas.

O francês, no entanto, omite, em seu sistema de oposições, um paradoxo levantado por Erving Goffman: o fato de as mulheres serem exaltadas socialmente. O sociólogo da Escola de Chicago define-as como uma “classe-desprivilegiada em alta-conta” (GOFFMAN, 2009). Observa que, entre os grupos desfavorecidos, como os velhos, os obesos, os doentes mentais, etc., as mulheres ocupam um lugar à parte na estrutura social, já que, “nas sociedades ocidentais, a mulher é idealizada como um objeto puro, frágil e precioso” (GOFFMAN, 2009, p. 104).

Preferindo a ideia de “arranjo” à de “dominação”, Goffman sugere a ideia de conciliação, combinação e acordo. E, se é preciso um arranjo, há o pressuposto de que a relação não é determinada unilateralmente por homens, mas que a mulher participa ativamente dessa “negociação”, o que ora ocorre de maneira tensa, na medida em que necessita de uma conciliação, e ora de maneira cúmplice. Assim, para ele, a relação entre os sexos não é de pura dominação de um pelo outro.

Assim, ao contrário do que ocorre em Bourdieu, ele não trabalha com a ideia de oposição, mas de “diferenças negociadas” entre os sexos, em várias situações sociais. Essa “margem de manobra” à ordem masculina em vigor é o que lhe interessa, é a tônica e a originalidade de sua obra.

Em seus exemplos, isso fica latente quando lembra ocasiões em que a mulher não age dentro das expectativas, sendo violenta, e coloca o homem em uma situação desconhecida, além do uso dos recursos simbólicos da ordem dominante. Mas não está apenas na transgressão o poder feminino, na medida em que ele reside no interior mesmo dos mecanismos de dominação, como uso da beleza, da fragilidade, da maternidade, do casamento, da pressuposição de ingenuidade e honestidade a favor dos interesses da mulher. São essas reversões, mais do que só as transgressões, os lócus de poder femininos, chegando, inclusive, a destacar as vantagens concedidas às mulheres em certos domínios, como o fato de serem poupadas de combater em guerras, de realizar trabalhos penosos e de terem a preferência em diversas situações (GOFFMAN, 2009, p. 57).

Trata-se de uma hierarquia dos sexos que é construída, segundo o sociólogo, com base em uma justificação biológica que se atualiza em cada esfera social: no trabalho, na família, na relação amorosa, etc. Mas, para ele, “não são as consequências sociais de diferenças sexuais inatas que devem ser explicadas, mas o modo pelo qual tais diferenças foram (ou são) sugeridas como uma garantia para os nossos arranjos sociais” (GOFFMAN, 2009, p. 41).

Adotando uma explicação cultural para as diferenças, Goffman destaca os achados da antropóloga americana Margaret Mead. Em suas pesquisas nas tribos da Oceania, África e Nova Guiné, durante os anos 1930 e 1940, ela demonstrou que havia comportamentos de gênero dissonantes dos modelos tradicionais ocidentais. Nas tribos Tchambuli, por exemplo, a mulher assume uma posição dominadora em sua sociedade e em sua família, enquanto os homens são “menos responsáveis socialmente e emocionalmente mais dependentes”. Tais experiências levam-na a concluir que “a natureza humana é quase incrivelmente maleável, respondendo acurada e diferentemente às condições culturais” (MEAD *apud* MENDONÇA, 2010, p. 268).

Goffman defende, assim, que cada conjunto social realiza sua própria concepção do que é “essencial” e característico das duas classes sexuais. Entendem-se essas sexualidades como “modelos de atividade implicados em uma simulação sexual, a uma incitação a estas atividades que têm a forma de uma aparência culturalmente específica, uma maneira de ser” (GOFFMAN, 2009, p. 49). Trata-se de uma performance sexual que se realiza e institucionaliza-se no arranjo social; um jogo de posições sexuais que dá margens ao apoderamento feminino.

Mas, afinal, o que impediu a mulher de usar ao seu favor esse poder? Para o autor, uma das principais razões seria a falta de cooperativismo e a segregação social entre as mulheres. Elas agiriam de acordo com os interesses masculinos, alimentando o atual arranjo social de diferenças. Ao encontrar seu parceiro, a mulher tende a isolar-se das demais (o que não acontece com os homens).

Para Goffman, “o ritual de complementaridade representa uma maneira hábil de favorecer o arranjo social” (GOFFMAN, 2009, p. 59). “As mulheres estão separadas umas das outras pelo jogo do qual elas participam na própria organização que as divide”, uma organização que “as posiciona em relação com os homens próximos e contra o resto do mundo” (GOFFMAN, 2009, p. 59).

Por outro lado, os homens são educados socialmente em outra lógica cooperativa, que se materializa, em grande medida, no esporte coletivo, o que implica ter aliados e adversários, dominar as regras, saber os limites do jogo e desenvolver estratégias para vencer. Caso seja desleal com o rival, há um juiz capaz de repreendê-lo e, no limite, expulsá-lo do jogo e impedi-lo de realizar seu maior objetivo: vencer. Assim, o homem é treinado por meio de um sistema de punição e recompensa a relacionar-se com outros homens, o que Goffman denominou “rivalidade organizada” (GOFFMAN, 2009, p. 95). Por esse motivo, homens podem ser extremamente agressivos durante o jogo e, ao fim, saírem de forma amigável, sabendo separar o espaço da competição.

O esporte é apontado como estratégia central na construção da concepção mesma do “masculino” por diversos sociólogos, como Beauvoir, Benjamin (1994) e mesmo Bourdieu e Goffman. “Na medida em que constituem um arranjo especialmente desenhado para que os homens possam manifestar as qualidades proclamadas como básicas da sua natureza: força de vários tipos, vigor e dureza” (GOFFMAN, 2009, p. 96).

Pierre Bourdieu destaca que, entre os jogos masculinos, o principal é o jogo da guerra. “Os homens (ao contrário das mulheres) são socialmente instituídos e instruídos de modo a se envolverem, enquanto crianças, em todos os jogos que lhe são socialmente destinados e cuja forma por excelência é a guerra” (BOURDIEU, 2010, p. 92). O autor compara os jogos femininos e masculinos. Os jogos considerados sérios são reservados aos homens, enquanto as mulheres são voltadas às crianças e à criancice, o que “contribui para fazer esquecer que o homem é, também, uma criança que brinca de ser homem” (BOURDIEU, 2010, p. 92), afirma Bourdieu, alertando sempre para o fato de que o “masculino” também é uma construção social.

## REFLEXÃO FINAL

As diferenças de perspectiva entre os sociólogos, no debate do gênero, são evidentes. Enquanto Pierre Bourdieu observa a relação entre homens e mulheres por oposições mais rígidas, Goffman aponta para os paradoxos dessa relação, com a ideia de mulher como “classe desprivilegiada em alta conta” (GOFFMAN, 2009), uma discordância teórica que se percebe ainda nos pressupostos adotados para explicar as diferenças entre os sexos, pois, enquanto o sociólogo francês valoriza o poder das instituições como sustentáculos da estrutura de dominação masculina, Goffman aborda a biologia como base da justificativa da hierarquia de gênero, o que validaria, sem determinar completamente, os gêneros, distintos performativamente e culturalmente.

Se os autores caminham por vias distintas, concordam, no entanto, com que não se pode pensar o masculino e o feminino isoladamente, pois os gêneros só se tornam inteligíveis em relação. Separá-los seria criar uma identidade ou uma essência para cada gênero. Para os sociólogos, trata-se de um jogo social que só pode ser ativado quando os dois componentes são colocados em relação e tensão. E esse foi um dos grandes impasses dos estudos feministas. Ao tentarem compensar um silenciamento histórico do feminino por meio da produção de uma história ou sociologia feminina, omitiram propositalmente o lugar do homem para essa composição, um equívoco metodológico que estudiosas contemporâneas identificaram.

Nathalie Davis, em 1975, disse: “Deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos trabalhar unicamente sobre o sexo oprimido, da mesma forma que um historiador das classes não pode fixar seu olhar unicamente sobre os camponeses” (DAVIS *apud* SCOTT, 1986). Ou ainda Michèle Riot-Sarcey (2008), em 1991, quando, em seus estudos, destacava a necessidade de ultrapassar a noção de “gênero no singular”.

Outro ponto em comum entre os autores é a projeção da mudança do papel da mulher. Eles previam que a diferença hierárquica entre os sexos tornar-se-ia insustentável nas sociedades modernas. Para Bourdieu, a maior mudança está no fato de que “a dominação masculina não se impõe mais com a evidência de algo que é indiscutível. Em razão, sobretudo, do enorme trabalho crítico do movimento feminista” (BOURDIEU, 2010), destaca o fato de que tal debate já evidencia transformações efetivas nas práticas sociais.

O aumento do acesso das mulheres ao ensino secundário e superior, ao trabalho assalariado e, com isso, à esfera pública; é também o distanciamento em relação às tarefas domésticas e às funções de reprodução (relacionado com o progresso e o uso generalizado de técnicas anticoncepcionais e a redução do tamanho das famílias) (BOURDIEU, 2010, p. 107).

Para o francês, de todos os fatores levantados, o que merece maior importância é a transformação da “função da instituição escolar na reprodução das diferenças entre os gêneros” (BOURDIEU, 2010, p. 107). Ele defendia que a instrução das mulheres é uma mudança capaz de contaminar as demais esferas: o trabalho, a remuneração e a independência feminina e, com ela, as relações de poder e autonomia da mulher, no interior da família, um modelo que passa a ser reproduzido, pois “as filhas de mães que trabalham têm aspirações de carreira mais elevadas e são menos apegadas ao modelo tradicional da condição feminina” (BOURDIEU, 2010, p. 108). E não deixa, com isso, de ponderar que as “mudanças visíveis de condições ocultam a permanência de oportunidades de acesso e índices de representação não devem mascarar as desigualdades que persistem entre as carreiras possíveis” (BOURDIEU, 2010, p. 109).

Segundo o autor, é necessário mais do que “tomar consciência” da dominação e de suas estratégias simbólicas, é preciso uma radical transformação das condições sociais de produção das tendências de dominação.

Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos da dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre mulheres quanto entre homens) e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social (BOURDIEU, 2010, p. 139).

Para Goffman, a sustentação das diferenças entre os sexos está também em jogo, o que denominou “reflexividade institucional”, ou seja, o fato de que “nós somos socializados de maneira a confirmar nossas próprias hipóteses sobre a nossa natureza” (GOFFMAN, 2009, p. 26).

Trata-se de um sistema de relações, corpos, gestualidades, vestimentas, etc. para confirmar a diferença que se supõe inata entre homens e mulheres. Ele demonstra, durante sua obra, a fragilidade dessa hipótese e a tendência de seu questionamento. “O funcionamento de órgãos sexuais diferentes está em jogo, mas não há nada em seu funcionamento que biologicamente recomende a segregação, esse arranjo é totalmente uma questão cultural” (GOFFMAN, 2009, p. 83).

É uma mudança na compreensão dos sexos que tendencialmente se consolida nas sociedades modernas e industrializadas. Nelas, as diferenças físicas se tornam dispensáveis, exigindo mais capacidade intelectual do que força física. No entanto, a mudança mais significativa, para o sociólogo, não é tanto essa equiparação, mas a capacidade da sociedade de compreender que as diferenças foram forjadas culturalmente. E a instalação de uma “reflexividade institucional” tem agora como base a desnaturalização das relações e a compreensão histórica e cultural dos sujeitos sociais.

O que torna nossa sociedade industrial especial não é que a produção econômica pouco dependa das diferenças naturais, mas que nossos cidadãos não mais acreditam que o lugar tradicional da mulher é uma expressão natural de suas capacidades naturais. E, sem esta crença, todo o arranjo entre as classes-sexuais não faria muito sentido (GOFFMAN, 2009, p. 61).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BENJAMIN, W. *Walter Benjamin: obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

- DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres*. Porto: Afrontamento, 1990.
- . *Imagens da mulher*. Porto: Afrontamentos, 1992.
- FRIEDMAN, B. *Mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- GOFFMAN, E. *L'arrangement des sexes*. Paris: La Dispute, 2009.
- GOMBRICH, E. *Arte e ilusão*. São Paulo: Martins Fontes, 2007/1977.
- MENDONÇA, J. M. *Margeret Mead, bali e o atlas do comportamento infantil*: apontamentos sobre um estudo fotográfico. São Paulo: Horizontes Antropológicos, jul./dez. 2010. p. 315-348.
- RIOTSARCEY, Michèle. In: SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 16, n. 1, jan./abr. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000100018&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000100018&script=sci_arttext)>. Acesso em: nov. 2011.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, 1986.
- . *Gender and the Politics of History*. Columbia: Columbia University Press, 1988.
- WILDE, O. *A decadência da mentira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.



# O IMPACTO DA CORRUPÇÃO SOBRE A QUALIDADE DO GOVERNO DEMOCRÁTICO

Umberto Guarnier Mignozzetti\*

**Resumo** Neste trabalho, busca-se explorar o problema da definição e operacionalização empírica da questão da qualidade do governo e, em especial, do governo democrático. Discute-se esse problema tendo em perspectiva a questão da corrupção. Na primeira parte do texto, apresenta-se a definição de qualidade do regime democrático, tal como aparece na formulação de Diamond e Morlino (2005). Na conceituação dos autores, que fazem uma analogia com o controle de qualidade em empresas, os regimes democráticos deveriam ser avaliados segundo três quesitos: procedimentos, resultados e conteúdos. Em seguida, desenvolve-se a cadeia causal que levaria a corrupção a deteriorar cada um desses elementos, fazendo com que os governos tenham baixo desempenho no que tange à qualidade de suas instituições. Feita essa discussão preliminar, passa-se à etapa empírica, em que, usando dados de painel para o período de 1996 a 2005 e cento e cinquenta e quatro países, explora-se como as medidas selecionadas para a qualidade do regime são afetadas pelo problema da corrupção. A análise é feita, primeiramente, considerando todos os regimes e, em seguida, o modelo controlado para os países democráticos. Mostra-se, de forma consistente, como a corrupção pesa na qualidade do governo e como o efeito sobre a qualidade é especificamente consistente nos regimes democráticos.

**Palavras-chave** Corrupção; qualidade da democracia; regime político; império da lei; dados de painel.

---

\* Graduado, mestre e doutorando em Ciência Política (DCP – USP). Aqui, registre-se um agradecimento especial aos colegas do Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas (NUPPs – USP) pelos valiosos comentários, bem como à FAPESP, pelo auxílio financeiro (bolsa número 09/54293-3).

## IMPACT OF CORRUPTION ON THE QUALITY OF DEMOCRATIC GOVERNMENT

**Abstract** *This paper explores the problem of define and operate empirically the issue of quality of government, and centrally, the quality of democratic government. The problem has been discussed considering the effect of corruption on the quality of government. In the first section, it has been presented the definition of quality of government such as used by Diamond and Morlino (2005). The conceptualization of the authors suggests that quality of government must be considered in terms similar with the quality control of firms, which has three main components: procedures, results and contents. Following, we construct a causal chain that relates corruption with a decay in these three components, making governments with a low performance in fight corruption to present also a lower levels of democratic quality. Done this discussion, we present a panel data regression model, for the period from 1996 to 2005, in which we explore how quality could be harmed by the corruption. The analysis is done considering, in the first step, all countries and then, only the democratic ones. It has been shown that corruption harm all forms of government, but has a stronger negative effect on democratic ones.*

**Keywords** *Corruption; quality of democracy; political regime; Rule of Law; panel data analysis.*

## INTRODUÇÃO

Um problema recorrente para os países que, nos últimos trinta anos, passaram por processos de redemocratização é a questão da qualidade das instituições que foram produzidas nesses movimentos, envolvendo uma série de condicionantes que estariam ligados a um conceito mais amplo de procedimentos democráticos e, sem dúvida, relacionam-se à questão do impacto que soluções que estariam fora do escopo legal e institucional podem gerar no sistema.

Este trabalho tem basicamente duas etapas fundamentais. Na primeira delas, será realizada uma discussão mais conceitual, quando será tratado o efeito da corrupção sobre os diversos condicionantes de uma democracia dita com qualidade<sup>1</sup>, observado do ponto de vista teórico. Basicamente, a questão do *império da lei* é o conceito-chave para entender o problema da qualidade das instituições democráticas. Por fim, será abordado o problema da corrupção como uma violação

---

1 Ou seja, a corrupção, muitas vezes, pode “agilizar” a consecução de um serviço e nem por isso pode ser considerada, de nenhum modo, como uma ação justificável, tanto do ponto de vista ético quanto do ponto de vista da qualidade das instituições, tal como será aqui definido.

no império da lei e, conseqüentemente, como um fator desestabilizador do projeto de uma democracia que promete proporcionar conteúdos qualitativamente superiores, tendo em vista outras soluções institucionais (ditaduras, autoritarismos, totalitarismos, etc.).

Na segunda etapa, serão tratados os principais *insights* da discussão teórica, dando forma a um modelo empírico que tem como finalidade explicitar as relações entre a qualidade da democracia e a corrupção. O objetivo é mostrar como a corrupção impacta sobre os diferentes indicadores de qualidade da democracia.

## DA QUALIDADE DA DEMOCRACIA

Uma definição mais abrangente de democracia, incluindo a avaliação de seu desempenho para além dos marcos procedimentais, pode ser encontrada na introdução do texto *Assessing the quality of democracy*, editado por Diamond e Morlino<sup>2</sup>. Nesse trabalho, os autores defendem que a definição minimalista (ou *procedimental*) não seria suficiente para dar conta do conteúdo e da importância da democracia, de forma ampla.

Para identificar o que seria uma boa democracia, os autores supõem que, além de sufrágio universal, eleições livres e competitivas, fontes alternativas de informação e mais de uma escolha política (que são os principais fatores na definição minimalista), dever-se-á ter também foco nas liberdades políticas e civis; na igualdade política; na transparência; na legalidade e legitimidade das instituições; e, por fim, na responsividade dos governantes perante os cidadãos.

Nas palavras dos autores:

*...we consider a quality of democracy to be one that provides its citizens a high degree of freedom, political equality, and popular control over public policies and policy makers through the legitimate and lawful functioning of stable institutions. A good democracy thus first a broadly legitimated regime that satisfies citizen expectations of governance (quality in terms of result). Second, a good democracy is one in which its citizens, associations, and communities enjoy*

---

2 Outro texto interessante, em que aparece o mesmo problema, é o de Doh Chull Shin, *Democratization: perspectives from global citizenries*, de 2005. No texto, há um argumento interessante sobre por que olhar para a qualidade da democracia: “As Rose and his associates aptly point out, these institutions constitute not more than ‘the hardware’ of representative democracy. To operate the institutional hardware, a democratic political system requires the ‘software’ that is congruent with the various hardware components” (SHIN, 2006). No texto de Shin, as dimensões são nomeadas como institucionais, substantivas e culturais, e o autor desenvolve sua abordagem sobre a democratização de acordo com essa triplíce chave conceitual.

*extensive liberty and political equality (quality in terms of content). Third, in a good democracy the citizens themselves have the sovereign power to evaluate whether the government provides liberty and equality according to the Rule of Law. Citizens and their organizations and parties participate and compete to hold elected officials accountable for their policies and actions. They monitor the efficiency and fairness of the application of the law, the efficacy of government decisions, and responsiveness of elected officials. Governmental institutions also hold one another accountable before the law and the constitution (quality in terms of procedure)* (DIAMOND; MORLINO, 2005, p. xi-xii).

A questão da qualidade da democracia, então, envolveria três dimensões fundamentais (que se desdobrariam em oito dimensões mais pontuais): *procedimentos, resultados e conteúdos* (em uma analogia com o controle de qualidade das empresas)<sup>3</sup>.

Quanto aos procedimentos, ter-se-ia o modelo dahlniano da poliarquia e suas instituições fundamentais. A diferença seria que não faria sentido se não fossem considerados também a dimensão participativa<sup>4</sup> e os autores, mesmo sem citar textualmente, uma vez que seguem a ideia de que é necessária uma democracia em que as instâncias participativas vão além da disputa puramente eleitoral.

Os *conteúdos* da democracia seriam outro ponto fundamental e teriam relação com o que Moisés (2005) denomina conteúdo normativo das instituições. Nessa chave, as instituições não seriam somente algo criado para resolver problemas pontuais ou corpos que teriam como única utilidade mediar disputas que surgiriam no seio da sociedade sobre qual visão de bem-comum dever-se-ia adotar. Os papéis e os alcances das instituições seriam mais amplos. Nas palavras do autor: “Isso [a confiança nas instituições] se explica através das regras constitutivas das instituições que remetem a conteúdos éticos e normativos resultantes da disputa dos atores pelo sentido de política” (MOISÉS, 2005).

Os conteúdos da democracia seriam, então, a base de legitimidade (esta ligada à *confiança* no arcabouço institucional democrático) sob a qual foram constituídas as representações daquilo que os indivíduos entenderiam como os valores constantes na sociedade e sua tradução para as instituições políticas, por meio

---

3 Não foi desenvolvido exaustivamente, mas acredita-se que alguns dos aspectos tratados pelo conceito valem também fora das democracias, embora ganhem mais importância e notoriedade nesses regimes.

4 Se os autores forem considerados ligados ao republicanismo, ter-se-á a ênfase em toda uma discussão sobre o fato de que, quando as desigualdades se acentuam, tem-se uma forte deturpação na ideia de cidadania, no sentido de que o “valor” de cada indivíduo é alterado.

da definição dos procedimentos e resultados possíveis, sem contar os problemas que as determinadas instituições deveriam resolver. Assim, as instituições não seriam somente a imagem *rousseauniana* daquilo que viria para transformar o homem, mas também seriam algo produzido pelos indivíduos de acordo com seus conteúdos normativos<sup>5</sup>, e isso seria o que as define como algo *intersubjetivo* com relação aos indivíduos.

No que concerne aos *resultados*, fica evidente que o funcionamento das instituições gera nos indivíduos alguma expectativa (senão, para que instituições?), e o resultado dessas instituições traduzirá, juntamente com os outros fatores, se a democracia tem ou não um conteúdo qualitativo elevado.

Pode-se pensar que, se a finalidade das instituições é mediar a relação entre indivíduos que estariam interagindo (não como amigos ou parentes, e sim como cidadãos), e dado que estes naturalmente esperam algum resultado palpável dessa relação, o desempenho das instituições tem um impacto fundamental no modo como os cidadãos pensam a política.

A confiança institucional<sup>6</sup> é diretamente afetada também pelo modo como os indivíduos avaliam as instituições, bem como há influência se elas estão (ou não) cumprindo o papel que lhes fora atribuído, tanto de modo normativo (por exemplo, as pessoas têm a vida como valor e, com o intuito de preservá-la, buscam a constituição de um aparato para cumprir tal finalidade. Daí nasce a polícia. Entretanto, se a polícia viola a integridade física dos indivíduos de modo indiscriminado, eles acabam por perceber que os resultados que esperavam não estariam sendo alcançados) quanto de modo positivo<sup>7</sup> (como no fato da polícia, que tem um código a cumprir).

Os resultados, portanto, influenciam na qualidade, e os bons resultados naturalmente traduzem uma boa qualidade da democracia, além de aumentar o apoio e fortalecer as instituições.

---

5 Na discussão sobre corrupção, aparecem frequentemente textos em que a população não considera uma determinada prática institucional como corrupta, quando, na verdade, o é (segundo a Constituição). Pode-se pensar que o *enforcement* contra uma dessas práticas não seria tão acentuado quanto esperado, pois não está arraigado no hábito da população.

6 Talvez o enfoque tenha sido pequeno na questão da desconfiança ou confiança institucional, mas ela é fundamental e está relacionada com o conteúdo e os resultados da cooperação dos indivíduos em sociedade. Um alto grau de confiança, tendo em vista que o regime democrático estaria fortemente relacionado com a ideia de consenso e de uma disputa fundamentada na justiça e na isonomia, acabaria por facilitar e auxiliar um bom desempenho do regime. Por outro lado, uma baixa confiança estaria ligada a um *déficit democrático*. Ver mais em Norris (1999).

7 Positivo no sentido de legalmente instituído. Outro ponto é que, apesar de também ser possível considerar esses códigos como criação dos indivíduos, também estariam embebidos de normatividade.

Estes são os pontos principais da discussão. Descendo ao nível mais específico, eles estariam relacionados com:

- a) *participação*, ou seja, uma boa democracia deveria garantir alto grau de participação dos indivíduos nas decisões públicas e deveria estar além do simples ato de votar e ser votado, presente também na realização de plebiscitos, na existência de uma sociedade civil ativa e fortemente mobilizada e no direito a formas alternativas de ação individuais e coletivas (como ONGs, associações, entre outras);
- b) *competição*, que está relacionada com o sistema eleitoral e partidário. A alternância de poder, o fato de haver eleições limpas e a equidade na competição contribuem para que haja qualidade, de acordo com essa dimensão. Outros fatores relevantes são a participação e a existência de mais de um partido sério na arena política;
- c) *accountability vertical*, que significa que os eleitos têm, de algum modo, de prestar contas de suas ações aos cidadãos. Eles têm de justificar suas ações, bem como fazê-las plenamente públicas, agindo, de algum modo, em correspondência com as expectativas dos indivíduos;
- d) *accountability horizontal*, que significa que existem, no próprio governo ou na sociedade civil, agências cuja principal finalidade seja a fiscalização e, eventualmente, a punição de ações governamentais impróprias. É chamado horizontal porque é exercido por órgãos que não estariam necessariamente excluídos do governo. Nesse sentido, agências governamentais, como no Brasil, os Tribunais de Contas, o Banco Central (por meio do COAF, por exemplo), as Procuradorias e o Ministério Público, participariam da lógica de *freios e contrapesos* proposta por essa dimensão;
- e) *liberdade*, que pode ser classificada, segundo Diamond e Morlino, como civil, política e social. A civil refere-se à livre expressão, à liberdade de associação e de pensamento, entre outras; a política estaria relacionada ao direito pleno de ação no campo político (votar e ser votado, por exemplo); e a liberdade social estaria relacionada à garantia de um patamar mínimo de igualdade que seria indispensável ao bom funcionamento da cidadania em si (pode-se pensar que a cidadania, sem um mínimo de conteúdo educacional garantido aos cidadãos, dificultaria que reivindicassem a plenitude de seus direitos e produziria um déficit no conteúdo qualitativo da democracia);

- f) *igualdade*, que seria essencial na qualidade da democracia, pois, primeiramente, nas relações democráticas, há que se ter em vista que ou os indivíduos se relacionam de igual para igual ou não há democracia, daí a igualdade (em algum nível, no mínimo, e no ponto ideal, em um *nível mínimo de desigualdades*) é uma condição *sine qua non* para o funcionamento da democracia<sup>8</sup>;
- g) *responsividade* (*responsiveness*), que estaria ligada a uma boa resposta, por parte dos governos e das instituições, às demandas e às necessidades dos cidadãos. Ou seja, a responsividade, em uma boa democracia, significa que os governantes, bem como as instituições como um todo, estariam, de modo efetivo, representando as expectativas que os indivíduos têm sobre seu comportamento e cumprindo-as, ou seja, as demandas sociais estariam sendo plenamente atendidas.

Para finalizar a discussão sobre qualidade da democracia, deve-se ainda discutir o *império da lei* (*Rule of Law*). Tal tópico foi deixado para o fim propositalmente (no caso, é a dimensão “h”), pois está, além de fortemente ligado a todas as outras sete dimensões listadas<sup>9</sup>, em uma forte relação (negativa) com a corrupção, que será discutida adiante.

Por império da lei pode-se entender basicamente que ela vale igualmente para todos os indivíduos que se relacionam com ela em situação de igualdade, ou seja, a lei vale para todos os indivíduos, e ninguém estaria acima dela.

Para O’Donnell (2005), o império da lei significa que os direitos civis, políticos e sociais são igualmente *enforçados* e que os indivíduos têm seus direitos garantidos em um patamar de igualdade. Isso significa que a lei é consistente em sua aplicação e que os indivíduos não correriam o risco de sofrer com abusos de poder. Assim, caso haja alguma situação que se caracterizasse como tal, poderiam

---

8 A inclusão deste ponto pode gerar discussões. Acredita-se que igualdade não precisa simplesmente estar relacionada à igualdade de renda, e sim pode ser algo mais interessante, como equidade, ou mesmo igualdade perante a lei (que, se levada a sério, é de grande valia). É razoável pensar que o *mercado* teria também um papel fundamental como alocador de recursos na sociedade.

9 Na verdade, todas as dimensões listadas estão inter-relacionadas. Isso significa que uma alteração em um dos elementos de qualquer uma das dimensões refletiria em alterações nas outras; naturalmente, em algumas mais e em outras menos, dependendo do local onde se observa a alteração. Ou seja, se não houver *império da lei*, não faz sentido falar em eleições limpas, pois, se a lei não é plenamente cumprida, isso afetaria as eleições também. Se, por exemplo, não houver *accountability* vertical, poder-se-ia concluir que a responsividade estaria fortemente comprometida, e os governantes não teriam a obrigação de responder às demandas sociais. Decerto não teria que temer em agir até mesmo contra a população e, portanto, não haveria uma boa democracia. Portanto, a qualidade da democracia seria um fenômeno multidimensional.

ser acionados organismos cuja finalidade seria coibir tal transgressão e que, como característica principal, teriam sucesso em sua empreitada<sup>10</sup>.

Ainda segundo O'Donnell, as dimensões principais do *império da lei* são: o fato de a lei ser *enforçada* para todos igualmente; a supremacia do estado de direito sobre qualquer *gap* de legalidade que possa ocorrer, o que significa que o Estado tem domínio supremo sobre o território; a corrupção estar sobre controle efetivo; uma burocracia preparada que aja de acordo com as normas legais; uma força policial profissional e eficiente; cidadãos com efetivo acesso às cortes e à justiça limpa; a existência de agências de *accountability* horizontal que assegurem o cumprimento da lei pelos diversos órgãos de Estado.

Um Estado com essas características muito contribui com a questão da qualidade da democracia, pois, como poderia ser facilmente deduzido, essa dimensão tem forte relação teórica com as sete outras já aqui discutidas<sup>11</sup>.

O'Donnell também lista o que ele qualifica como falhas no império da lei. Elas são a existência de leis racistas e sexistas, as quais acabariam por deturpar a própria ideia de império da lei, além das falhas derivadas da aplicação desigual da lei<sup>12</sup>, que resultariam do uso dos recursos legais de maneira indiscriminada, sem observância das prerrogativas de que a lei deve valer igualmente para todos; as falhas relativas às relações entre as agências de Estado e os cidadãos comuns<sup>13</sup>; as falhas no acesso ao Judiciário; e a inexistência de um processo que garanta um mínimo de equidade, o que pode gerar uma forte descaracterização do império da lei, pois os tribunais são as instituições principais na aplicação das garantias legais. Por fim, citam-se as falhas para complementar as situações onde haja um vazio de legislação, com o intuito de punir tal ou qual transgressão ou mesmo de caracterizar as transgressões que venham a aparecer.

Em uma palavra, toda essa discussão sobre a qualidade da democracia tem o objetivo de mostrar que os conteúdos efetivos que estão sendo observados na prática das instituições têm grande valia no trato do problema. Não adianta ter instituições que funcionem *formalmente* de modo democrático para que haja uma democracia. Deve-se ter também uma conjunção de *conteúdos* e de *resultados*,

10 É relevante lembrar que o fato de um crime ser denunciado não significa que ele seja punido ou até mesmo seja julgado por um tribunal independente. Assim, não só a denúncia, mas todos os passos do processo são indispensáveis para um efetivo império da lei.

11 Na verdade, todas as dimensões se inter-relacionam.

12 O'Donnell nessa parte cita uma frase interessante que fora proferida, segundo ele, pelo Presidente Vargas: "Para meus amigos, tudo; para meus inimigos, a lei" (O'DONNELL, 2005, p. 11).

13 Estas se referem aos procedimentos adotados por essas agências, que devem sempre tratar os indivíduos igualmente e de modo equitativo. Quando isso não acontece, o *rule of law* falha nesse sentido.

que, associada a *procedimentos* democráticos, permita não só uma democracia eleitoral, mas também um sistema em que o cidadão seja suficientemente *empoderado* e participe das decisões, não somente como simples apertador de botões na urna eletrônica, mas como um indivíduo consciente de que suas escolhas afetam os resultados finais do processo e, por isso, não podem ser negligenciadas. As instituições devem representar (e corroborar), de algum modo, essas aspirações.

Uma ênfase grande é dada a definições que trabalham tão somente com as formas e as formalidades democráticas, entretanto, no argumento aqui adotado, elas figuram como um pé no tripé procedimentos, conteúdos e resultados. Não que se esteja negligenciando sua importância, mas sim se está tentando buscar formas de enriquecer o conteúdo daquilo que se entende como democracia.

## A CORRUPÇÃO E A QUALIDADE DA DEMOCRACIA

No caso da corrupção, há uma vertente do que seria uma transgressão na ideia de *Rule of Law*. A corrupção vem sendo definida amplamente na literatura como uma apropriação privada de algum bem público. Robert Williams (1999) sugere basicamente uma contextualização da evolução do conceito de corrupção com relação aos diferentes momentos das ciências sociais. O autor mostra que, em tratamentos anteriores, quando o conceito não era definido rigorosamente pela academia, a corrupção era entendida menos de forma positivada e mais de forma moral, em termos de ser puramente um ato valorativo condenável, pressupondo que a estrutura legal fosse suficientemente neutra para fazer com que o ato fosse, então, punido.

Posteriormente, entre os anos 1960 e 1980, a corrupção foi definida como uso de algum bem público<sup>14</sup>, tendo-se em vista algum benefício privado. Essa concepção teria sido estabelecida por Joseph S. Nye, em seu artigo intitulado “Corruption: a cost-benefit analysis”, de 1967. Essa concepção, em geral, é utilizada até hoje, com poucas variações. E, aqui, abordar corrupção como uma violação de algum bem público com vistas a algum benefício privado parece ser bem razoável.

O problema principal é que a corrupção é *socialmente definida*, e, portanto, o estatuto jurídico-legal que define o bem-público em tal ou qual direção e sua

---

14 “The dominant definition of corruption from the 1960s to the 1980s was a legally derived approach – the public office definition. This built on a crucial distinction between the public and the private realms, which gradually evolved as arbitrary, autocratic and absolutist government in Europe gave way to more limited, representative and accountable forms” (WILLIAMS, 1999, p. 505).

apropriação em tal ou qual outra direção podem se chocar diretamente com a percepção que os indivíduos têm de corrupção.

Desse modo, não está evidente para muitos indivíduos, conforme mostram Peters e Welch (1978), Atkinson e Mancuso (1985) e Jackson (1994) (*apud* SPECK, 2000, p. 16-17), que algumas práticas que são corrupção, segundo as leis desses países, sejam mesmo consideradas como tal.

Os dados mostram que, enquanto no Canadá (estudado por Atkinson e Mancuso) 52,5% da população acredita que, se um funcionário público usar sua influência para conseguir uma vaga em uma faculdade para um amigo ou parente seu é um ato de corrupção, nos EUA e na Austrália, respectivamente, 23,7% e 21,5% qualificava o mesmo ato como corrupto. Isso sugere que, apesar das definições formais, deve-se ter respaldo na percepção dos cidadãos para tratar a corrupção<sup>15</sup>.

A questão que se coloca no final é, então, como definir o que é corrupção. De modo prático, será realizado um trabalho com a definição de Nye de que corrupção é a situação em que o bem público é apropriado indevidamente em benefício privado. Deve-se ter em vista, entretanto, o fato de que a definição de bem público, em sua relação com os bens privados, é política, e, portanto, qualquer conceito mágico que aponte diretamente para uma barreira precisa entre os dois pode acabar por ser reducionista, a ponto de não dar conta da profundidade do fenômeno.

Assim, toma-se a percepção sobre o tema como algo fundamental em sua definição, por pressupor que os indivíduos em sociedade preenchem os conteúdos dos conceitos necessários para definir um ato de corrupção.

Um dos principais resultados da corrupção, o qual impacta negativamente sobre a qualidade da democracia, é o ato de afetar o império da lei, um dos principais pilares de sustentação da democracia.

Caso a prática do suborno seja recorrente, por exemplo, ter-se-á que, em primeiro lugar, o *império da lei* foi subvertido pelo fato de que esse é um procedimento que nada tem de equânime e justo<sup>16</sup>.

Seligson (2002) mostra que os economistas andaram na frente dos cientistas políticos nesse ponto. Eles esclareceram mais rapidamente o fato de que a

---

15 Pode-se pensar que, se, na democracia, os indivíduos têm participação na composição do poder; esse poder, caso represente linearmente os indivíduos, ou seja, seus interesses sejam iguais, nos corpos políticos e na sociedade, não há nenhum incentivo para que os políticos percebam, portanto, atos que nós, analistas, classificamos como corruptos. Nas palavras de Williams (1999, p. 506): “...*corruption is socially defined: it is what the public in a country think it is*”.

16 Ou seja, não existe lei que diga que uma instituição deve pagar propina, e, então, ela subverte a legislação e, caso não seja punida, perverte todo o sistema, pois, em todos os sistemas, há cláusulas que preveem a punição de corruptos e, em especial, devem ocorrer na democracia, pois esse é um regime pautado no assentimento dos indivíduos com relação às *regras do jogo*.

corrupção tem um impacto profundo sobre os investimentos do Estado e, portanto, sobre a qualidade do gasto público<sup>17</sup>. Na ciência política, o conceito oscilou entre algo como uma “graxa”, que teria como principal objetivo desemperrar as instituições, para algo que mina a legitimidade democrática (ou seja, para continuar a metáfora, a corrupção seria a “areia” nas engrenagens democráticas).

Acredita-se que uma demonstração clara de que a corrupção afeta negativamente o *império da lei* fornece uma chave interpretativa razoável para entender o quanto a corrupção impacta na produção de uma democracia de baixa qualidade (ou mesmo na produção de não democracias).

Segundo Seligson (2002), a corrupção não afeta somente o desempenho do regime, ela também prejudica as relações interpessoais, pois, na explicação do autor, os indivíduos que foram expostos a situações em que tiveram que recorrer a alguma prática de suborno são mais suscetíveis a uma baixa confiança interpessoal, e isso impacta na confiança política. Além disso, pode-se constatar que a corrupção tem grande impacto na legitimidade do regime, pois o uso de dinheiro ou qualquer outro meio que seja público para algum fim privado subverte a própria ideia da finalidade de uma instituição pública, que é prestar um serviço pautado pela equidade e justiça em suas ações.

Em segundo lugar, esse procedimento afeta a igualdade, pois nem todos os indivíduos têm como pagar subornos. Então, estar-se-ia segregando os indivíduos em duas classes: os da alta classe, que são privilegiados pelo bem público, pois teriam como comprá-lo, e os da baixa classe, que, se já sofrem com a baixa renda, ainda seriam afetados pela impossibilidade de usufruir do bem público.

Em terceiro lugar, o *accountability* estaria afetado, pois as agências, dado que a corrupção seja algo corrente, não teriam efetividade em seu funcionamento, e, portanto, a qualidade do regime estaria fortemente abalada.

Em quarto lugar, pode-se pensar que a competição estaria limitada, pois alguns grupos poderiam usar a corrupção como uma fonte de vantagem comparativa, com relação a outros, e, então, a equidade na competição seria violada.

Decerto esses passos não são tão lineares e claros quanto o exposto, e frequentemente a corrupção tem mais efeitos ruins e difusos sobre a qualidade do regime do que bons e, por isso, poder-se-ia estender a lista ainda mais para liberdades,

---

17 “Economists have gathered some strong evidence on the negative impact of corruption on investment and growth in developing nations and this article does not challenge that evidence. Political scientists, however, have been far more anecdotal in their claims regarding the costs or benefits of corruption in those nations. (...) Corruption may not only be bad for the economy it may be bad for the polity as well” (SELIGSON, 2002).

participação, entre outras instituições que deveriam funcionar bem, em um regime de qualidade elevada.

Quanto a outro grupo de efeitos que refletiria na qualidade da democracia, há o fato de que a corrupção afetaria a confiança dos indivíduos e o apoio dos cidadãos ao regime, ou seja, é quase intuitivo aceitar que, se uma pessoa pagou um suborno a algum órgão público, ela provavelmente não avaliará bem o desempenho desse órgão, mesmo que tenha saído satisfeita com a rapidez do serviço após o pagamento<sup>18</sup>.

Pode-se concluir, então, que a corrupção afeta o apoio dos indivíduos ao regime. Pode-se pensar que, em um regime em que haja alto grau de corrupção, haja, por consequência, alto grau de desconfiança política por parte dos cidadãos, grande insatisfação com o desempenho do regime e forte *cinismo* por parte dos indivíduos com relação às instituições políticas.

Para concluir, a corrupção impacta na *Rule of Law*, que, por sua vez, impacta na qualidade da democracia e na qualidade da *cidadania*. E isso ocorre não de maneira causal direta, mas de modo multicausal, ou seja, a corrupção age no *império da lei*, que tem efeitos na qualidade da democracia. Assim, promover um impacto no império da lei prejudica ainda mais a qualidade da democracia e tem como efeito um aumento na apatia dos indivíduos com relação ao regime.

## O MODELO EMPÍRICO

Dito o anterior, cumpre agora formular como se deve proceder nos testes sobre a relação entre a qualidade da democracia e a prática da corrupção. Usa-se, na etapa empírica, o banco do projeto *Quality of Government*, da Universidade de Gotemburgo. Foi montado um painel que compreende de 1996 até 2005, para cento e cinquenta e quatro países. Resolveu-se excluir todos os países em que as observações faltantes de algumas variáveis se apresentassem para toda a série de tempo<sup>19</sup>. Como o número observações faltantes é elevado, o painel é desbalanceado<sup>20</sup>.

---

18 Isso é uma hipótese quase evidente, mas que valeria a pena ver se procede estatisticamente. Aqui, está-se tomando como algo muito plausível de se acontecer.

19 No caso, usa-se como critério haver valores faltantes em todo o período, na variável “ti\_cpi” (Índice de Percepção da Corrupção da TI). O banco pode ser solicitado pelo seguinte e-mail: umberto.mig@gmail.com.

20 Poderia ser argumentado haver possível viés de seleção para os casos, entretanto, tentou-se preservar ao máximo os países. Ainda assim, poder-se-ia ter cortado ainda mais os dados pelo fato de que este artigo versa somente sobre os países democráticos. Será analisado se os resultados são robustos também para situações intrarregimes.

A variável dependente usada no trabalho tem relação com as dimensões usadas para descrever uma boa democracia (ou, de modo geral, governo). Usou-se o Índice de Qualidade do Governo, do *International Country Risk Guide* (consultar <http://www.icrgonline.com>). Esse índice, que tem na corrupção um de seus componentes, parece bem consistente no objetivo de medir um bom ou mau desempenho de governo. O interessante para a análise aqui é que não tem por suposto que democracias são “melhores” que outros regimes, o que acaba por robustecer os resultados, caso se demonstre que a corrupção é mais incisiva em regimes democráticos.

Passando às variáveis independentes, tem-se uma primeira variável de controle que se refere à classificação de um país como democrático ou não. Utiliza-se a variável de Cheibub e Gandhi, assumindo dois valores (*dummy*), “democrático” e “outros”<sup>21</sup>. Outra categórica diz respeito ao *status* do país no Índice de Liberdades da *Freedom House*<sup>22</sup>. Esta variável pode assumir três valores: livre (F), parcialmente livre (PF) e não livre (NF). Essas categóricas têm como objetivo controlar o segundo grupamento de regressões, em que são apresentadas as diferenças do impacto da corrupção e outras variáveis.

As independentes de corrupção serão duas, o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) da Transparência Internacional (consultar <http://www.transparency.org/>) e o Índice de Rule of Law (RL), do Banco Mundial. Operacionalmente, existe um grande problema na mensuração da corrupção: ou se está tratando de percepções, que estão sujeitas à cognição dos indivíduos, ou seja, o grau de escolaridade, a atenção que confere à política, experiência pregressa com atos relacionados à prática, entre outros; ou se está tratando de uma medida concreta para o problema. Por exemplo, se for considerado o quanto de corrupção foi descoberto, pode-se ter uma medida para um dado ano. Entretanto, o problema é que se estaria considerando como corrupção aquilo que foi descoberto. Assim, segundo esse critério, todo o país que combatesse a corrupção estaria entre os mais corruptos, o que não parece muito razoável.

Assim, essa questão foi resolvida usando o IPC e o Índice de RL por acreditar em sua confiabilidade, pelo fato de que, na montagem dos índices, não são utilizados somente *surveys*, mas também muitos outros meios de acessar os dados,

---

21 Consultar <http://ksghome.harvard.edu/~pnorris/Data/Data.htm>.

22 Consultar o site *Freedom House* ([www.freedomhouse.org](http://www.freedomhouse.org)). Lá, há uma explicação bem detalhada da metodologia com que a medição é conduzida.

como, por exemplo, relatórios de consultorias internacionais da área financeira, entre outros<sup>23</sup>.

Alguém poderia perguntar por que utilizar o Índice de RL para mensurar corrupção. A resposta é que os testes de correlação mostram que essas variáveis estão fortemente correlacionadas (0.957), o que permite cambiá-las sem nenhuma perda substancial nos dados.

As outras variáveis usadas são o Índice de Participação de Vanhagem (IPart) e o Índice de Competição de Vanhagem (IComp), os quais medem a parte mais procedimental da democracia (ver o Índice de Liberdade Econômica (ILE), da Heritage Foundation, que combina dez elementos de liberdade econômica em sua composição (consultar <http://www.heritage.org/index/>). Do Banco Mundial usam-se os índices de Accountability (Acc), de Estabilidade Política (EPol), de Efetividade do Governo (EfGov), além de *Rule of Law* (consultar <http://www.worldbank.org/wbi/governance/pubs/govmatters4sra.html>).

Outro ponto que vale frisar é que todas as variáveis numéricas variam de 0 a 10. Assim, basta saber que se pode acrescentar em até dez vezes o valor do coeficiente estimado para ter-se uma ideia de sua magnitude. Por fim, serão estimados os parâmetros usando modelos de efeitos fixos para os períodos estudados.

O primeiro modelo, em que serão estudadas as relações entre qualidade do governo e participação política, competição política, liberdades econômicas e corrupção, será especificado do seguinte modo<sup>24</sup>:

$$[1.1] \quad QG_{it} = \alpha_t + \beta_1 IPart_{it} + \beta_2 IComp_{it} + \beta_3 ILE_{it} + \beta_4 SFH(NF)^* IPC_{it} + \beta_5 SFH(PF)^* IPC_{it} + \beta_6 SFH(F)^* IPC_{it} + \varepsilon_{it}$$

Em que  $\alpha_t$  são os efeitos fixos para o tempo<sup>25</sup>. Pressupõe-se que  $\beta_1$  seja positivo, pois uma maior participação política implica melhoria na qualidade do governo. Para  $\beta_2$ , espera-se também um sinal positivo, pois maior competitividade política, por suposto, aumentaria a qualidade do governo (seleção política mais competitiva reverter-se-ia em seleção de qualidade mais elevada).

Para  $\beta_3$  deve-se ter também um sinal positivo, pois, quanto maiores as liberdades econômicas dos agentes, maior a qualidade da gestão governamental e, ainda

23 Testando a validade das variáveis, toma-se o banco *cross-section* do projeto QOG e cruzam-se variáveis sobre, por exemplo, pagamento de propina (consultar TREISMAN, 2007) com o Índice de Percepção e o de Controle da Corrupção. A correlação é altíssima. Verificar o resultado no Apêndice.

24 Para a análise descritiva das variáveis, consultar o Apêndice.

25 Consultar o Apêndice para ter acesso aos resultados para o tempo.

que outras liberdades sejam importantes, ter liberdade econômica, em um país não livre, já é um passo na direção de ampliação das liberdades<sup>26</sup>.

Para  $\beta_4$ ,  $\beta_5$  e  $\beta_6$ , espera-se que o sinal seja positivo e acredita-se que a corrupção pesa mais quanto maiores forem as liberdades no país. O primeiro modelo de equação estimará os coeficientes para todos os países; o segundo, somente para os classificados como democráticos por Cheibub e Gandhi (consultar <http://ksghome.harvard.edu/~pnorris/Data/Data.htm>). Para os democráticos, tem-se as mesmas expectativas quanto aos sinais, pois acredita-se que pouco se alteram as relações quando se trata apenas de países democráticos. Espera-se que o peso da participação e o da competição se tornem mais efetivos pelo fato de que estes são componentes mais propriamente democráticos. O modelo estimado fica da seguinte forma:

| Modelo 1.1   |                 |              |                |              |
|--------------|-----------------|--------------|----------------|--------------|
|              | Todos os países |              | Democráticos   |              |
| Comp         | $\beta$         | 0,005        | $\beta$        | <b>0,166</b> |
|              | EP              | 0,020        | EP             | <b>0,035</b> |
|              | Pr(> t )        | 0,793        | Pr(> t )       | <b>0,002</b> |
| Part         | $\beta$         | <b>0,134</b> | $\beta$        | <b>0,174</b> |
|              | EP              | <b>0,021</b> | EP             | <b>0,035</b> |
|              | Pr(> t )        | <b>0,000</b> | Pr(> t )       | <b>0,000</b> |
| ILE          | $\beta$         | <b>0,145</b> | $\beta$        | 0,036        |
|              | EP              | <b>0,041</b> | EP             | 0,041        |
|              | Pr(> t )        | <b>0,000</b> | Pr(> t )       | 0,374        |
| SFH(NF)*IPC  | $\beta$         | <b>0,672</b> | $\beta$        | 0,392        |
|              | EP              | <b>0,050</b> | EP             | 0,239        |
|              | Pr(> t )        | <b>0,000</b> | Pr(> t )       | 0,102        |
| SFH(PF)*IPC  | $\beta$         | <b>0,607</b> | $\beta$        | <b>0,594</b> |
|              | EP              | <b>0,033</b> | EP             | <b>0,062</b> |
|              | Pr(> t )        | <b>0,000</b> | Pr(> t )       | <b>0,000</b> |
| SFH(F)*IPC   | $\beta$         | <b>0,686</b> | $\beta$        | <b>0,785</b> |
|              | EP              | <b>0,023</b> | EP             | <b>0,033</b> |
|              | Pr(> t )        | <b>0,000</b> | Pr(> t )       | <b>0,000</b> |
| Estatísticas | $\alpha$        | 0,994        | $\alpha$       | -0,784       |
|              | R <sup>2</sup>  | 0,855        | R <sup>2</sup> | 0,856        |
|              | IC              | 7,431        | IC             | 20,038       |
|              | n               | 117          | n              | 84           |
|              | T               | 1 - 8        | T              | 1 - 9        |
|              | N               | 658          | N              | 506          |

Fonte: Quality of Government – Univ. de Gotemburgo.

26 É certo que se pode discutir muito sobre esse ponto. Entretanto, alguma liberdade econômica já implica maior acesso à informação do que nenhuma liberdade.

Ou seja, foram obtidos todos os coeficientes, conforme esperado. As discrepâncias foram, primeiramente, no modelo com todos os países, e a competição se mostrou não significativa a 0,05. Acredita-se que isso ocorra porque competição política é eminentemente algo democrático (exatamente o que demonstra o modelo só com os democráticos), ou seja, ela influencia na qualidade de governos democráticos. As liberdades econômicas se mostraram significativas no modelo com todos os países e não significativas em países democráticos. Acredita-se que o motivo desse resultado é haver uma diferença essencial em autoritarismos (e pós-autoritarismos) e totalitarismo (e pós-totalitarismo). Alguma liberdade é evidentemente melhor que nenhuma liberdade, o que significa que liberdades no campo econômico (em geral autoritários) pressionam os governos a gerirem melhor seus recursos.

Outra discrepância foram, no modelo com todos os países, as magnitudes para os termos de interação entre os *status* no índice da *Freedom House* e o Índice de Percepção das Corrupções. Pressupõe-se que o impacto da corrupção cresceria conforme se caminhasse positivamente (mais liberdade) nas categorias do SFH. No entanto, parece que há peso menor em países parcialmente livres. Na regressão só com países democráticos, o crescimento é evidente na direção pressuposta.

O segundo modelo utiliza as variáveis do Banco Mundial para tratar da influência da corrupção sobre a qualidade do governo<sup>27</sup>. Estudar-se-á o efeito do *accountability*, da estabilidade política, da efetividade do governo e do *Rule of Law* na qualidade do governo. A especificação do modelo será a seguinte:

$$[1.2] \quad QG_{it} = \alpha_t + \beta_1 Acc_{it} + \beta_2 EPol_{it} + \beta_3 EfGov_{it} + \beta_4 SFH(NF)*RL_{it} + \beta_5 SFH(PF)*RL_{it} + \beta_6 SFH(F)*RL_{it} + \varepsilon_{it}$$

Acredita-se, para esse modelo, que  $\beta_1$  será positivo, porque um governo com maior *accountability* tem qualidade elevada, pelo fato de ter que responder ao público. No caso do *accountability* horizontal, também é necessário responder às agências do próprio governo. Isso gera respostas de mais qualidade, na medida em que o público tem influência efetiva nos resultados do governo.

Para  $\beta_2$  espera-se também que seja positivo, pois um país mais estável politicamente pode implementar um governo de maior qualidade do que um país onde a política estaria mais sujeita à volatilidade.

---

27 A ideia de usar variáveis da mesma fonte seria devida ao fato de que elas apresentariam homogeneidade quanto aos processos de coleta e tratamento (ou pelo menos é isso que se supõe).

Para  $\beta_3$  espera-se também um sinal positivo, pois um governo mais eficiente tem qualidade superior. Espera-se ainda que esse coeficiente tenha peso relativamente grande na qualidade do governo.

Para  $\beta_4$ ,  $\beta_5$  e  $\beta_6$ , na interação entre *Rule of Law* – que se está nesse modelo usando como *proxy* de corrupção (a correlação entre essa variável e o Índice de Percepção da Corrupção é de 0,91<sup>28</sup>) – e o *status* do Índice da *Freedom House*, espera-se uma relação positiva e crescente, na medida em que se caminha de menos livre para mais livre. O  $\alpha$  continua sendo o intercepto para o modelo de efeitos fixos. Os valores estimados são:

| Modelo 1.2   |                 |        |                |        |
|--------------|-----------------|--------|----------------|--------|
|              | Todos os países |        | Democráticos   |        |
| Acc          | $\beta$         | -0,045 | $\beta$        | 0,295  |
|              | EP              | 0,046  | EP             | 0,075  |
|              | Pr(> t )        | 0,320  | Pr(> t )       | 0,09   |
| EPol         | B               | 0,080  | $\beta$        | -0,097 |
|              | EP              | 0,035  | EP             | 0,051  |
|              | Pr(> t )        | 0,024  | Pr(> t )       | 0,061  |
| EfGov        | B               | 0,368  | $\beta$        | 0,06   |
|              | EP              | 0,061  | EP             | 0,088  |
|              | Pr(> t )        | 0,000  | Pr(> t )       | 0,496  |
| SFH(NF)*RL   | B               | 0,462  | $\beta$        | 1,607  |
|              | EP              | 0,066  | EP             | 0,549  |
|              | Pr(> t )        | 0,000  | Pr(> t )       | 0,003  |
| SFH(PF)*RL   | B               | 0,484  | $\beta$        | 0,918  |
|              | EP              | 0,063  | EP             | 0,099  |
|              | Pr(> t )        | 0,000  | Pr(> t )       | 0      |
| SFH(F)*RL    | B               | 0,562  | $\beta$        | 0,796  |
|              | EP              | 0,064  | EP             | 0,087  |
|              | Pr(> t )        | 0,000  | Pr(> t )       | 0      |
| Estatísticas | A               | 0,301  | $\alpha$       | -0,476 |
|              | R <sup>2</sup>  | 0,844  | R <sup>2</sup> | 0,854  |
|              | IC              | 16,308 | IC             | 50,415 |
|              | N               | 130    | n              | 85     |
|              | T               | 3-5    | T              | 2-6    |
|              | N               | 630    | N              | 404    |

Fonte: Quality of Government – Univ. de Gotemburgo.

Nesse modelo, há alguns resultados interessantes. O primeiro é que *accountability* é algo propriamente democrático, o que se pode notar pelo fato de que, no modelo com todos os países, além de a variável não ser significativa, ela ainda

28 Consultar Apêndice.

ficou com sinal invertido, enquanto, no modelo só com os democráticos, a variável apresentou sinal coerente e, na medida em que se aumenta uma unidade nela, melhora-se em 0,295, em média, o desempenho qualitativo do governo.

Quanto à estabilidade política, vê-se que seu peso efetivo se aplica somente ao modelo com todos os países. Entre os democráticos, não se observa esse mesmo resultado<sup>29</sup>. O modelo com todos os países apresentou coerência nas outras variáveis e, conforme era esperado, na medida em que se caminhou de NF para F, no *status* do Índice de Liberdades da *Freedom House*, aumentou-se a importância do *Rule of Law* na qualidade do governo.

O resultado curioso é que, se fosse controlado para os democráticos, nem estabilidade política nem efetividade do governo seriam as dimensões que pesariam fundamentalmente. O essencial mesmo é o *Rule of Law*. Na medida em que se caminha positivamente no SFH (mais liberdade), o peso da relação entre SFH e RL se inverte e, para um democrático que fora classificado como não livre no SFH<sup>30</sup>, acaba sendo ainda mais essencial um bom desempenho no Índice de *Rule of Law*, para que se possa considerá-lo como um governo de qualidade.

Acredita-se que esses resultados mostram, de maneira consistente, como a corrupção afeta diretamente o desempenho dos governos. Politicamente, espera-se de um país mais corrupto um desempenho qualitativo bem mais baixo que o de um país onde esses problemas tenham sido tratados. E o problema se agrava ainda mais quanto menos livre for o país.

Se forem controlados só os países democráticos, quanto menos livre é o país, mais problema ele apresenta no que tange à corrupção (ou seja, nas “democraduras”, a corrupção se mostra como um fator consistente de piora qualitativa). O modelo aqui mostra que, à medida que se controlam os resultados para países democráticos<sup>31</sup>, eles acabam por se tornar ainda mais robustos e consistentes, demonstrando claramente que o problema da corrupção não é somente um problema para regimes autoritários, mas sim um problema essencial para os regimes democráticos ao redor do mundo.

---

29 Provavelmente pelo fato de as variáveis estarem muito correlacionadas (o IC do modelo só para os democráticos foi de mais de 50), pode ter acontecido de uma variável ter pesado efetivamente na estimação da outra. Resolveu-se, aqui, não corrigir a multicolinearidade, mas admite-se que ela pode ter afetado esse modelo quando houve controle para países democráticos.

30 Há, nessa situação, a Rússia, a Costa do Marfim e o Quênia.

31 Contando ainda que o índice de democracia de Cheibub e Gandhi apresenta uma série de problemas de classificação que aparecem na verdade em todos os índices que tentam criar uma espécie de “linha de corte” para definir o que é e o que não é uma democracia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DIAMOND, L.; MORLINO, L. Introduction. In: DIAMOND, L.; MORLINO, L. (Org.), *Assessing the quality of democracy*. New York: John Hopkins University Press, 2005.
- MOISÉS, J. A. Cidadania, confiança e instituições democráticas. *Lua Nova*, São Paulo, v. 65, p. 71-94, 2005.
- NORRIS, P. Introduction: the growth of critical citizens? In: NORRIS, P. (Org.) *Critical citizens: global support for democratic government*. New Jersey: Oxford University Press, 1999.
- O'DONNELL, G. Why the Rule of Law matters. In: DIAMOND, L.; MORLINO, L. (Org.). *Assessing the quality of democracy*. New York: The John Hopkins Press, 2005. p. 3-17.
- SELIGSON, M. The impact of corruption on regime legitimacy: a comparative study of four Latin American countries. *Journal of Politics*, Columbia, v. 64, n. 2, p. 408-433, 2002.
- SHIN, D. C. Democratization: perspectives from global citizens. *Oxford Handbook of Political Behavior*. New Jersey: Oxford University Press, 2006.
- SPECK, B. W. Mensurando a corrupção: uma revisão de dados provenientes de pesquisas empíricas. *Os Custos da Corrupção*, Fundação Konrad-Adenauer, Cadernos Adenauer, n. 10, 2000.
- TEOREL, J.; HOLMBERG, S.; ROTHSTEIN, B. *The quality of government dataset*, versão, 15 maio 2008. University of Gotemburgo: The Quality of Government Institute. Disponível em: <<http://www.qog.pol.gu.se>>. Acesso em: 20 jul. 2009.
- TREISMAN, Daniel. What have we learned about the causes of corruption from ten years of cross-national empirical research? *Annual Review of Political Science*, v. 10, p. 211-244, 2007.
- WILLIAMS, R. New concepts for old? *Third World Quarterly*, v. 20, n. 3, p. 503-513, 1999.

## APÊNDICE

### Matriz de correlação entre medidas de corrupção.

| Matriz de correlação |   | IPC    | Bribery to Government Officials | Common to pay irregular additional payments | Have paid a bribe in any from | Controle de corrupção Banco Mundial |
|----------------------|---|--------|---------------------------------|---|-------------------------------|-------------------------------------|
| R                    | IPC   | 1,000  | -0,808                          | 0,775                                       | -0,641                        | 0,961                               |
| p-valor              |   |        | 0,000                           | 0,000                                       | 0,000                         | 0,000                               |
| N                    |   | 101    | 44                              | 74  | 61                            | 101                                 |
| R                    | Bribery to Government Officials             | -0,808 | 1,000                           | -0,642                                      | 0,448                         | -0,803                              |
| p-valor              |   | 0,000  |                                 | 0,000                                       | 0,010                         | 0,000                               |
| N                    |   | 44     | 49                              | 35  | 32                            | 49                                  |
| R                    | Common to pay irregular additional payments | 0,775  | -0,642                          | 1,000                                       | -0,549                        | 0,701                               |
| p-valor              |   | 0,000  | 0,000                           |   | 0,000                         | 0,000                               |
| N                    |   | 74     | 35                              | 79  | 48                            | 79                                  |
| R                    | Have paid a bribe in any from               | -0,641 | 0,448                           | -0,549                                      | 1,000                         | -0,656                              |
| p-valor              |   | 0,000  | 0,010                           | 0,000                                       |                               | 0,000                               |
| N                    |   | 61     | 32                              | 48  | 66                            | 66                                  |
| R                    | Controle de corrupção Banco Mundial         | 0,961  | -0,803                          | 0,701                                       | -0,656                        | 1,000                               |
| p-valor              |   | 0,000  | 0,000                           | 0,000                                       | 0,000                         |                                     |
| N                    |   | 101    | 49                              | 79  | 66                            | 188                                 |

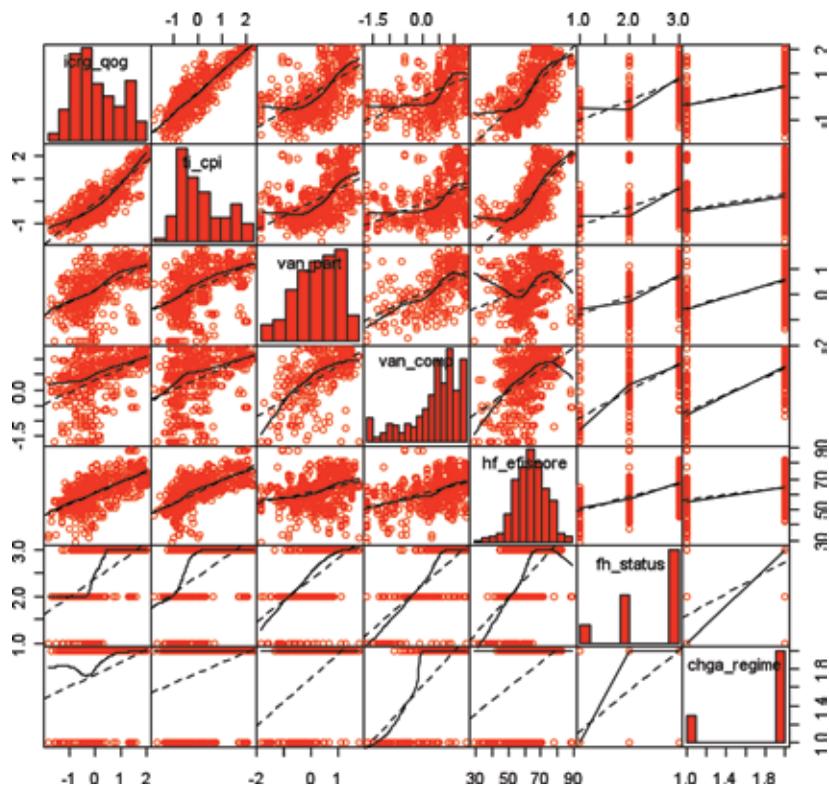
Fonte: Quality of Government – Univ. de Gotemburgo (15 mai/2008).

### Matriz de correlação entre *Rule of Law* e as medidas de corrupção.

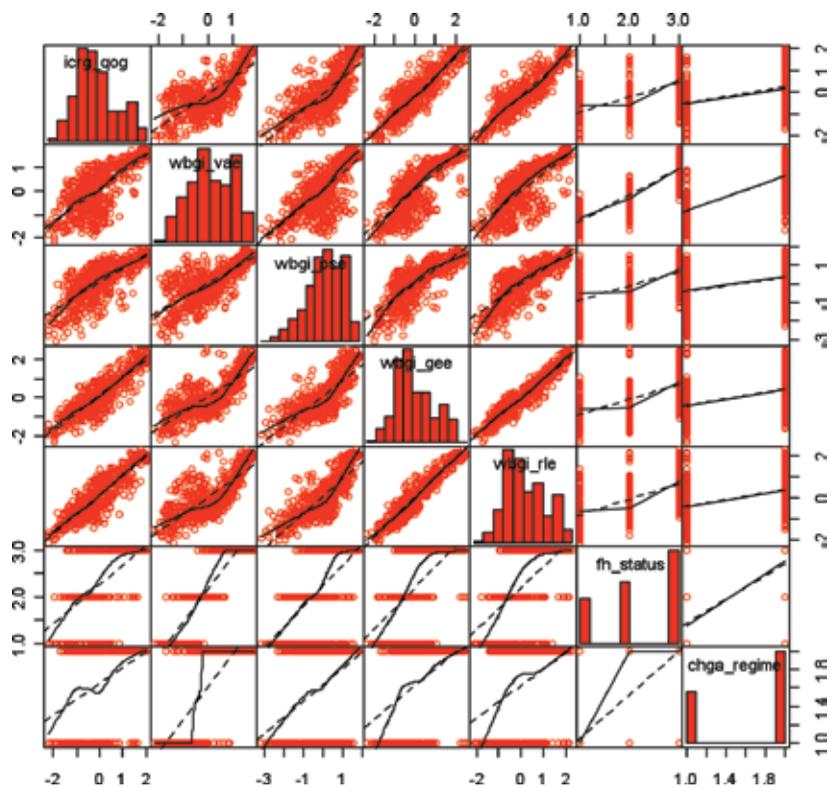
| Matriz de correlação             |         | IPC   | Control corruption Banco Mundial | Rule of Law Banco Mundial |
|----------------------------------|---------|-------|----------------------------------|---------------------------|
| IPC                              | R       |       | 0,973                            | 0,937                     |
|                                  | DF      |       | 745                              | 745                       |
|                                  | p-valor |       | 0,000                            | 0,000                     |
| Control corruption Banco Mundial | R       | 0,973 |                                  | 0,957                     |
|                                  | DF      | 745   |                                  | 1059                      |
|                                  | p-valor | 0,000 |                                  | 0,000                     |
| Rule of Law Banco Mundial        | R       | 0,937 | 0,957                            |                           |
|                                  | DF      | 745   | 1059                             |                           |
|                                  | p-valor | 0,000 | 0,000                            |                           |

Fonte: Quality of Government – Univ. de Gotemburgo (15 mai/2008).

**Fig 1.** Scatterplot-matrix para os dados do primeiro modelo. Variáveis utilizadas no Modelo 1.1.



**Fig 2.** Scatterplot-matrix para os dados do segundo modelo. Variáveis utilizadas no Modelo 1.2.



**Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas usadas nos modelos.**

| Variável    | Descrição                        | Min  | 1Q   | Md   | Méd  | 3Q   | Máx.  | Miss |
|-------------|----------------------------------|------|------|------|------|------|-------|------|
| icrg_qog    | Escala qualidade governo         | 0,00 | 3,70 | 5,00 | 5,24 | 6,72 | 10,00 | 531  |
| ti_cpi      | Escala de percepção da corrupção | 0,00 | 2,39 | 3,44 | 4,32 | 5,92 | 10,00 | 554  |
| van_comp    | Índice de competição política    | 0,00 | 2,96 | 6,60 | 5,58 | 8,24 | 10,00 | 154  |
| van_part    | Índice de participação política  | 0,00 | 3,20 | 5,46 | 5,05 | 7,01 | 10,00 | 154  |
| hf_efiscore | Escala de liberdade econômica    | 0,00 | 5,03 | 6,01 | 5,93 | 6,97 | 10,00 | 104  |
| wbgi_vae    | Escala de <i>accountability</i>  | 0,00 | 3,40 | 5,37 | 5,44 | 7,74 | 10,00 | 462  |
| wbgi_pse    | Escala de estabilidade política  | 0,00 | 4,91 | 6,45 | 6,23 | 7,83 | 10,00 | 468  |
| wbgi_gee    | Escala de efetividade do governo | 0,00 | 3,32 | 4,26 | 4,80 | 6,13 | 10,00 | 468  |
| wbgi_rle    | Escala de <i>Rule of Law</i>     | 0,00 | 3,34 | 4,47 | 4,98 | 6,55 | 10,00 | 464  |

Fonte: Quality of Government – Univ. de Gotemburgo (15 mai/2008).

**Coefficientes de efeitos fixos temporais.**

| Efeitos fixos temporais – Modelo 1.1 |               |              |              |
|--------------------------------------|---------------|--------------|--------------|
| Todos os países                      |               |              |              |
|                                      | Estimado      | EP           | Pr(> t )     |
| 1996                                 | <b>0,945</b>  | <b>0,263</b> | <b>0,000</b> |
| 1997                                 | <b>0,537</b>  | <b>0,266</b> | <b>0,043</b> |
| 1998                                 | 0,239         | 0,257        | 0,353        |
| 1999                                 | 0,129         | 0,256        | 0,616        |
| 2000                                 | 0,034         | 0,257        | 0,893        |
| 2001                                 | <b>-0,081</b> | 0,255        | 0,750        |
| 2002                                 | <b>-0,499</b> | 0,256        | 0,051        |
| 2003                                 | <b>-0,494</b> | 0,254        | 0,052        |

| Democráticos |               |       |          |
|--------------|---------------|-------|----------|
|              | Estimado      | EP    | Pr(> t ) |
| 1996         | <b>-0,044</b> | 0,331 | 0,896    |
| 1997         | <b>-0,010</b> | 0,329 | 0,975    |
| 1998         | 0,169         | 0,332 | 0,611    |
| 1999         | 0,077         | 0,325 | 0,814    |
| 2000         | 0,106         | 0,324 | 0,744    |
| 2001         | <b>-0,074</b> | 0,327 | 0,822    |
| 2002         | <b>-0,171</b> | 0,321 | 0,595    |
| 2003         | <b>-0,166</b> | 0,330 | 0,615    |
| 2004         | 0,046         | 0,324 | 0,888    |
| 2005         | 0,076         | 0,324 | 0,810    |

Fonte: Quality of Government – Univ. de Gotemburgo.

| Efeitos fixos temporais – Modelo 1.2 |          |       |          |
|--------------------------------------|----------|-------|----------|
| Democráticos                         |          |       |          |
|                                      | Estimado | EP    | Pr(> t ) |
| 1996                                 | -0,090   | 0,305 | 0,768    |
| 1997                                 | -0,083   | 0,308 | 0,789    |
| 1998                                 | 0,081    | 0,298 | 0,786    |
| 1999                                 | 0,070    | 0,306 | 0,818    |
| 2000                                 | -0,094   | 0,306 | 0,758    |
| 2001                                 | -0,098   | 0,296 | 0,740    |
| 2002                                 | 0,028    | 0,295 | 0,924    |
| 2003                                 | 0,017    | 0,326 | 0,959    |
| 2004                                 | 0,029    | 0,307 | 0,924    |
| 2005                                 | 0,269    | 0,301 | 0,371    |

Fonte: Quality of Government – Univ. de Gotemburgo; Nota: O algoritmo não conseguiu extrair os EF para todos os países.

Os efeitos fixos não foram obtidos, em alguns casos, para todos os anos; em outros, como é o caso do Modelo 1.2, não foram obtidos para todos os países. O motivo é que os valores faltantes não permitiram tal extração de coeficientes. Foi utilizado para a análise o pacote *plm* do R, e, apesar de pouco eficiente em termos computacionais, o pacote se mostrou bem consistente em suas extrações. É relevante ressaltar que alguns problemas podem ser identificados pelo fato de os modelos controlados para os democráticos reduzirem o número de casos e, com isso, permitirem alguma multicolinearidade. Outro problema que pode ser levantado é o do viés de seleção. Acredita-se que, apesar dessa possibilidade, foi feito o possível para manter o máximo de países no painel.



# MOVIMENTO NEOPENTECOSTAL E

## NEOESOTERISMO:

### um enfoque sob o paradigma da orientalização do Ocidente

Janete Rodrigues da Silva\*

**Resumo** Segundo Campbell (1997), o Ocidente sofre um processo de orientalização que se traduz em uma gradativa substituição da teodiceia judaico-cristã, com base na concepção de um Deus pessoal e transcendente que impõe sua vontade e exige obediência, por outra oriental fundada em uma representação imanentista da divindade, que, por sua vez, é mais apropriada a uma sociedade marcadamente antropocêntrica. O objetivo aqui é mostrar que o movimento neopentecostal, com a ressignificação dos conteúdos cristãos, emerge como produto típico desse contexto histórico-cultural e, portanto, está mais apto a trazer respostas às demandas existenciais próprias desse tempo, de onde advém seu êxito na disputa por consumidores de bens e serviços religiosos. Nesse sentido, ele se afasta da ortodoxia do protestantismo tradicional e se aproxima da heterodoxia das tradições religiosas do Oriente. Assim, partindo do pressuposto de que existem similaridades que evidenciam essa aproximação, propõe-se um estudo comparativo entre uma denominação neopentecostal, Igreja Universal do Reino de Deus, e uma instância religiosa que seja representativa das religiosidades de cunho oriental; no caso, a instituição religiosa *Perfect Liberty*, com a finalidade última de delinear o perfil do sujeito religioso na contemporaneidade.

**Palavras-chave** Orientalização; neopentecostalismo; teodiceia; ortodoxia; heterodoxia.

---

\* Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (UFG), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais/UFG. Atualmente, aluna regular do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB).

## NEOPENTECOASTAL MOVEMENT AND NEO-ESOTERICISM: A FOCUS ON THE PARADIGM OF EASTERNIZATION OF THE WEST

**Abstract** *According to Campbell (1997), the West undergoes an easternization process that translates to a gradual substitution of the jewish-christian theodicy, based on the conception of a personal and transcendent God that imposes its will and demands obedience, by an eastern one founded on an immanentist representation of divinity which, in its turn, is more appropriated to a markedly antropocentric society. The goal here is to show that the neopentecoastal moviment, with its resignification of the christian subjects, emerges as a typical product of this historical-cultural context and, therefore, is apter to bring answers to the existential demands proper of this time, hence its success in the dispute for consumers of religious goods and services. In this manner, it drives away from the traditional protestantism's orthodoxy and approximates the heterodoxy of eastern religious traditions. In accordance, being preestablished that there are similarities that evidence this approximation, we propose a comparative study between a neopentecoastal denomination, Universal Church of the Kingdon of God, and a religious instance that is representative of eastern-oriented religiosities; in the case, the religious institution Perfect Liberty, with the ultimate purpose of delimiting the religious subject's profile in the contemporanity.*

**Keywords** *Easternization; neopentecoastal; theodicy; orthodoxy; heterodoxy.*

### INTRODUÇÃO

O neopentecostalismo, com sua ressignificação dos conteúdos da fé cristã, é apontado por estudiosos (FRETON, 1994; VELHO, 1997; SANCHIS, 1997) como o fenômeno que mais tem contribuído para a reconfiguração do campo religioso brasileiro. Para explicar o avanço das igrejas neopentecostais, pesquisadores ressaltam alguns aspectos que fazem com que esse movimento seja tão atrativo na disputa por consumidores de bens e serviços religiosos. Entre esses aspectos estão: a adequação de seus conteúdos à lógica do mercado, o utilitarismo, que conferiria a essas igrejas características das religiões de magia, e a espetacularização dos cultos (MARIANO, 1995; PRANDI, 1997; CAMPOS, 1997).

Todos esses aspectos são facilmente observados em um trabalho de campo, entretanto, acredita-se que eles resultam, particularmente, da mudança, enunciada por Campbell (1997), que ocorre na própria essência da teodiceia cristã, como consequência de um processo de orientalização do Ocidente. Nesse sentido, o neopentecostalismo se afasta da ortodoxia cristã tradicional e assimila conteúdos das tradições religiosas do Oriente.

A Confissão Positiva e seus desdobramentos seriam os sinais mais explícitos dessa transformação que Fonseca (1994, p. 7) chama de “Nova Era Evangélica”.

Ao se afastar da ortodoxia do protestantismo dos reformadores, o neopentecostalismo segue a tendência de uma vivência religiosa que, segundo Simmel (1997), é mais convergente com o processo de individualização desencadeado pelas transformações que dão o contorno do mundo moderno. Considerando que a individualização traduz-se, entre outras coisas, em autonomia e emancipação, é de se esperar que a vivência religiosa pautada pela crença em um Deus transcendente e soberano, cuja vontade se sobrepõe a todas as outras, perca espaço para uma concepção de divindade que não ameaça a posição de centralidade conquistada pelo ser humano, agora sujeito de si e da história.

Se a emergência do movimento neopentecostal evidencia uma tendência religiosa antropocêntrica, em contraposição ao teocentrismo do cristianismo tradicional, a chegada e o avanço de religiosidades de cunho oriental confirmariam tal tendência. Embora pareçam incipientes no *ranking* das religiões fornecido pelo IBGE, Deis Siqueira (2003) argumenta que essas religiosidades, cuja expressão mais popular é o multifacetado movimento *New Age*<sup>1</sup>, vêm obtendo êxito significativo no campo religioso brasileiro, sinalizando que o Brasil não passou incólume pela onda de orientalização religiosa verificada primeiramente em países da Europa.

Portanto, tendo como ponto de partida a tese de Campbell (1997) de que o Ocidente está sendo orientalizado, o objetivo aqui é apresentar indicativos de que o neopentecostalismo e as religiosidades de cunho oriental, doravante denominadas também neoesotéricas<sup>2</sup>, possuem similaridades que evidenciam que ambos estão em total conformidade com as demandas existenciais típicas da sociedade contemporânea; daí o êxito na disputa por consumidores de bens de salvação.

Como casos representativos das vertentes citadas, privilegia-se como *lôcus* do trabalho de campo a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e a instituição religiosa *Perfect Liberty* (PL). A opção pela IURD foi determinada não apenas por ser a denominação neopentecostal que mais cresce, mas também porque possui algumas especificidades que a tornam bastante representativa do gênero.

---

1 Magnani (1999, p. 10) afirma ainda que o movimento *New Age*, que ele prefere denominar como movimentos neoesotéricos, compreende orientações religiosas não oriundas apenas de tradições orientais, mas também do “encontro da ciência contemporânea e antigas cosmologias, das tradições indígenas e novas propostas ecológicas”.

2 Utiliza-se aqui a terminologia que se considera mais adequada. Existe uma grande variedade de conceitos para se referir ao mesmo fenômeno social. Magnani (1999) opta por “neoesoterismo” para aludir às religiosidades heterodoxas que, entre outras influências, sustentam-se nas cosmologias orientais.

Entre tais especificidades, chama a atenção o sincretismo evidenciado por meio da apropriação e ressignificação de elementos simbólicos de outras religiões e de superstições populares.

No caso da PL, a opção foi motivada pelo fato de que, em um tempo relativamente curto, essa instituição religiosa atraiu muitos adeptos e se tornou referência para praticantes e simpatizantes dos ensinamentos e dos estilos de vida advindos do Oriente.

## PROTESTANTISMO E MODERNIDADE

A emergência da modernidade, capitaneada pelo modo de produção capitalista, traz como característica mais distintiva de outras épocas e de outras sociedades o primado da razão. Os arautos da modernidade são os pensadores iluministas, cujo programa, segundo Adorno e Horkheimer (1985), era o desencantamento do mundo.

Seu propósito era superar os mitos e libertar o homem das superstições, enfim, resgatá-lo das trevas do pensamento medieval-escolástico e conduzi-lo ao esclarecimento. A ciência se torna o fio condutor das transformações que levariam a humanidade a um estágio de convivência no qual todos seriam iguais, livres e fraternos. As necessidades humanas de segurança e bem-estar seriam supridas por meio do controle total da natureza.

Assim, o domínio não estava mais nas mãos dos deuses ou mesmo de um Deus transcendente, mas nas mãos dos homens dotados de saber. As repostas para todas as arguições passam a ser buscadas em causas naturais ou na própria história humana. Portanto, se, na Idade Média, o fenômeno religioso regia, de modo totalizante, todos os âmbitos da vida, na dinâmica do mundo moderno, ele passa a operar em uma esfera específica, relativamente autônoma.

Para Weber (2000), a racionalização das ações, *espírito* dessa nova ordem, encontra eco e suporte na conduta ascética intramundana dos protestantes, sobretudo dos seguidores das doutrinas de Calvino. Assim, o sentido encontrado por muitos na teodiceia calvinista foi o ponto de partida para a formação de um *ethos* que teve peso determinante no desencantamento do mundo e, por conseguinte, no processo de secularização.

Esse processo, conforme o prenúncio weberiano, avançaria de tal modo que a motivação religiosa, que levou os protestantes a prosperarem, cederia lugar à motivação puramente secular. Nesse sentido, o trabalho que, até então, era visto como um meio de glorificar a Deus passaria a ter um fim em si mesmo. Embora

Weber não acreditasse na extinção da crença religiosa, seu prognóstico era de que o espaço ocupado pela religião seria cada vez menor.

Confirmando, de certa forma, o prognóstico weberiano, Peter Berger (1985) observa que as instituições religiosas perderam, com o avanço da modernidade, muito de seu potencial de influência, no entanto, a crença em algum tipo de prática ou instância de cunho religioso continuou, de modo geral, a fazer parte do cotidiano dos indivíduos. Assim, para ele, secularização e religião não seriam realidades incompatíveis e mutuamente excludentes. Para o autor, o próprio cristianismo traz em si as sementes da secularização, já que herda do judaísmo a noção de transcendência radical de Deus.

A ideia de um Deus fora do mundo seria o primeiro passo para que os postulados da religião perdessem sua primazia. Por outro lado, é necessário ressaltar que a doutrina da encarnação, com Deus entrando na história humana como homem, é a contrapartida cristã a essa transcendentalização radical. O Deus totalmente outro, a partir de então, é, também, o totalmente próximo. Isso evidencia que a igreja cristã emerge sob o paradoxo da transcendência de Deus, cuja expressão máxima é a lei mosaica, e a imanência desse mesmo Deus, cuja expressão é o próprio Cristo.

Ainda que se possa afirmar, como Berger, que as sementes da secularização já se encontram no cristianismo, deve-se considerar que este também comporta, como informam particularmente as narrativas da Tradição Sinótica<sup>3</sup>, elementos de um mundo encantado, como anjos e demônios, os quais já faziam parte do judaísmo tardio, período na história de Israel, depois do exílio babilônico, no qual Iahweh era, com efeito, o Deus cujo nome nem poderia ser pronunciado, tamanha sua distância em relação aos homens.

O fato é que, no desenvolvimento do cristianismo que culminou com a hegemonia do catolicismo romano, prevaleceu a tendência de um mundo encantado. Segundo Berger (1985, p. 124):

O católico vive em um mundo no qual o sagrado é mediado por uma série de canais – os sacramentos da Igreja, a intercessão dos santos, a erupção recorrente do “sobrenatural” em milagres – uma vasta continuidade de ser entre o que se vê e o que não se vê.

---

3 Dos quatro evangelhos que narram a vida e a obra de Jesus, os três primeiros, Mateus, Marcos e Lucas, apresentam muitas semelhanças entres si; daí serem denominados “sinóticos” (SCHNELLE, 2004, p. 58).

O protestantismo seria a reação oposta à tendência católica que predominou no período medieval, daí sua vocação secularizante que, entre outros fatores, contribuiu com o processo de racionalização. Entre as consequências dessa ruptura, destaca-se a relativização da autoridade, antes incontestada, da instituição religiosa e sua hierarquia.

Ao questionar o poder de Roma, Lutero ofereceu o precedente necessário para o surgimento, sem fim, de denominações oriundas do protestantismo e, posteriormente, para uma maior aceitação de tradições religiosas não cristãs.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a Reforma é responsável, na esfera religiosa, por um relativismo que, por sua vez, ganha força na sociedade contemporânea. Assim, o processo de secularização não só elevou a ciência ao topo, pondo fim ao monopólio do pensamento pela Igreja, mas também possibilitou o advento de novas cosmologias no Ocidente e, por conseguinte, tornou possível o pluralismo.

Dessa maneira, a proliferação de novas formas religiosas seria consequência da própria secularização, não sinalizando, portanto, seu arrefecimento; pelo contrário, anuncia todo o seu vigor, como defende Pierucci (1997).

Sob esse ponto de vista, a Reforma, como um dos fomentadores da secularização, deu o ponta-pé inicial para a formação de um mercado religioso cada vez mais diversificado e, conseqüentemente, mais competitivo. Entre outros fatores, alia-se a isso a crise de plausibilidade do cristianismo, decorrente da desvalorização de sua teodiceia que vem sofrendo golpes sucessivos, como destaca Berger (1985), desde o terremoto de Lisboa, em 1755, até a Primeira Guerra Mundial.

O resultado é que, além da fragmentação do cristianismo, outras formas de conceber a divindade ganham espaço na sociedade ocidental, sobretudo aquelas advindas de tradições religiosas do Oriente. De acordo com Troeltsch (1967), não é por acaso que isso acontece.

## **DA TRANSCENDÊNCIA À IMANÊNCIA**

Ernst Troeltsch (1967) assinala que o misticismo e o espiritualismo são as formas de expressão religiosa que mais convergem com o espírito da cultura moderna, justamente por não terem uma ética social própria, permitindo, desse modo, a formação de grupos fluidos, pois propõem uma vivência religiosa mais pessoal e privatizada. Assim, a religião estaria sofrendo uma importante transformação no mundo ocidental.

Campbell (1997), confirmando o diagnóstico de Troeltsch, afirma que paulatinamente os postulados judaico-cristãos vêm sendo substituídos por um paradigma religioso característico do Oriente. Segundo ele:

[...] ocorre atualmente no Ocidente um processo de orientalização caracterizado pelo deslocamento da teodiceia tradicional por uma que é essencialmente oriental na sua natureza [...] e que qualquer que seja a ética a guiar nossa conduta no século XXI, provavelmente será algo congruente com esta nova teodiceia emergente (CAMPBELL, 1997, p. 6).

Destarte, o Deus pessoal e transcendente da tradição judaico-cristã cede lugar para uma concepção panteísta e, portanto, imanentista da divindade. As transformações indicadas por Campbell põem em xeque a ortodoxia cristã em prol de uma orientação mais heterodoxa. Segundo o autor, essa nova orientação percebe a experiência religiosa:

[...] como expressão verdadeira daquela consciência religiosa universal que está baseada em um fundamento divino último; uma visão que leva à aceitação de um relativismo religioso em relação a todas as formas específicas de crenças e à doutrina do polimorfismo, na qual a verdade de todas as religiões é reconhecida. Daí, não apenas são toleradas visões largamente diferentes das verdades centrais do Cristianismo, mas todas as formas de religião são vistas como idênticas (CAMPBELL, 1997, p. 12).

Assim, percebe-se uma afinidade dos ensinamentos das tradições religiosas do Oriente, considerando sua proposta de Deus imanente e impessoal, com a exigência antropocêntrica da modernidade. Não sem razão, as raízes desse processo podem ser encontradas na gênese do próprio mundo moderno. Os pensadores iluministas, representantes por excelência da nova ordem, expulsaram a divindade da Terra. Dever-se-ia abandonar a postura ingênua do teísmo, com seu Deus pessoal e inventor, em prol de outra, deísta, na qual a deidade ocupasse a posição imutável de causa primeira. Entretanto, se, em Kant (2003), por exemplo, ainda subsiste a noção de total transcendentalidade do Ser supremo, em Hegel, com sua *Fenomenologia do espírito* (1992), vê-se a proposta de um panteísmo e, por conseguinte, de um imanentismo, que fez escola entre os teólogos cristãos, sobretudo os mais liberais.

Para entender melhor o processo pelo qual Hegel formula sua concepção de religião e, conseqüentemente, de Deus, deve-se recorrer aos seus escritos teológicos

que constituem uma série de ensaios que elaborou em sua juventude. No ensaio *História de Jesus* (1975), o filósofo alemão condena o judaísmo e toda a religião que impõe um sistema de normas arbitrário. Para ele, a ortodoxia cristã protestante havia se tornado autoritária, pondo-se, desse modo, em contraposição aos ensinamentos de Jesus, que eram racionalistas e não autoritários.

A essência do desenvolvimento do homem é, de acordo com Hegel (1975), a consolidação da autonomia moral do sujeito. É a este que cabe a decisão final sobre como deve proceder em todos os âmbitos de sua vida. A crítica hegeliana à ortodoxia reflete a tendência moderna de rejeitar a heteronomia prevalente no cristianismo católico medieval e que subsistiu na proposta dos reformadores.

Portanto, considerando as transformações que conferem ao fenômeno religioso um novo lugar na modernidade, ameaçando as bases da cultura judaico-cristã, a sobrevivência do cristianismo como religião majoritária no Ocidente dependeria de uma adequação ao espírito desse tempo. Sob tal perspectiva, acredita-se que o movimento neopentecostal é uma das formas tipicamente contemporâneas que o cristianismo assume para atender as demandas próprias dessa configuração histórica.

No campo religioso brasileiro, a Igreja Universal do Reino de Deus se destaca como uma das denominações mais representativas do neopentecostalismo, não apenas por seu incontestável êxito, mas também por assumir, desde a sua fundação, um discurso que rompe com a tradicional concepção cristã de salvação e assumir uma postura explicitamente heterodoxa.

## NOTA METODOLÓGICA

Não é tarefa fácil detectar, entre as inúmeras referências religiosas que compõem o mosaico sincrético da IURD, indícios claros de orientalização. Ademais, este trabalho seria ainda mais difícil se a sustentação empírica se restringisse à realidade neopentecostal. Entende-se que, para melhor detectar tais indícios no cristianismo iurdiano, seria preciso, também, uma imersão no universo de uma religiosidade advinda do Oriente. Isso daria o subsídio necessário para definir o que é tipicamente oriental e, a partir disso, estabelecer parâmetros para comparação.

Assim, optou-se pela Instituição Religiosa *Perfect Liberty*. De origem japonesa, a PL chegou ao Brasil em 1958 e alçou uma posição privilegiada no *ranking* das religiões orientais que aqui se estabeleceram.

Os dados foram coletados durante o ano de 2009, por meio de frequência assídua nos cultos e reuniões das instituições pesquisadas. Foram realizadas

entrevistas informais com membros e, em um esforço para compreender de forma mais aprofundada como foram atraídos e por que permanecem, optou-se por colher relatos de história de vida.

Por fim, com o propósito de entender como essas instâncias religiosas funcionam e como constroem simbolicamente uma percepção de si mesmas, fez-se necessária uma revisão da bibliografia por elas produzida.

## **IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS: ASPECTOS RELEVANTES PARA A CONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE**

A IURD tem sua gênese no ano de 1977, no Bairro da Abolição, no Rio de Janeiro. Os primeiros cultos foram realizados em um local que havia sido uma funerária. Seu fundador é o hoje conhecido e controverso bispo Edir Macedo.

Com uma retórica admirável e um carisma inquestionável, conseguiu construir, em pouco tempo, um império que abrange poder midiático, político e econômico, fundamentado em uma influência religiosa que não para de crescer

Não devem ser desconsideradas as particularidades que impedem que a Igreja Universal seja simplesmente listada como mais uma denominação neopentecostal brasileira. A opção pela IURD foi motivada justamente pelas peculiaridades que apresenta, as quais, por seu turno, evidenciam que essa, mais do que qualquer outra igreja, possui uma vocação heterodoxa que a torna bastante flexível em suas estratégias evangelísticas, embora alimente um discurso fundamentalista sob muitos aspectos<sup>4</sup>.

### **“PARE DE SOFRER” – FUNDAMENTO DE UMA NOVA TEODICEIA**

“Pare de Sofrer”, *slogan* amplamente difundido pela Igreja Universal, põe em evidência o fundamento sobre o qual está estabelecido todo o seu conteúdo doutrinário e, conseqüentemente, o meio pelo qual concorre no mercado religioso pelo “[...] monopólio da gestão dos bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso” (BOURDIEU, 2005, p. 57). O esforço empreendido pelos especialistas visa atingir, por meio do discurso e de todo o aparato simbólico, o maior número de pessoas possível. Os cultos temáticos são um bom exemplo disso.

---

4 Como exemplo desse fundamentalismo, está a leitura literalista da Bíblia e sua pretensa superioridade em relação às outras religiões e até mesmo a outras vertentes cristãs.

Entre todas as reuniões, a Reunião do Descarrego e a Corrente da Libertação são, sem dúvida, as que melhor explicitam a ideia de espetacularização, trabalhada por Campos (1997), ao propor, de forma ideal-típica, a noção de teatro, além da de templo e mercado, para compreender os mecanismos de funcionamento da igreja.

Tudo é feito para captar o máximo de atenção. Primeiro, o dirigente lista uma série de sintomas que podem ter como causa a opressão demoníaca – dores de cabeça, insônia, medo, vontade de suicidar-se, depressão e outros. Depois, atribui a origem desses males à vida pregressa das vítimas ou de seus familiares, que podem ter “dado lugar” aos demônios para que agissem ao participarem de outras religiões, especialmente a umbanda e o candomblé.

Em seu livro *Orixás, caboclos e guias*, Macedo (1987, p. 23) afirma:

Pode parecer incrível, entretanto, acontece! Muitas pessoas após a oração da fé, quando o espírito demoníaco se manifesta, afirmam estupefatas: “Pastor, eu nunca freqüentei o espiritismo, como pode ser o meu sofrimento? Desde criança sinto uma opressão demoníaca”. O fato de nunca ter ido a uma reunião espírita e de professar uma religião cristã não impede que os demônios se apoderem das pessoas. Em muitos casos, um espírito foi o “senhor” do corpo do pai ou da mãe que faleceu e procura agora se apossar do filho ou da filha para continuar a sua obra maligna. Há casos de demônios que perseguem várias gerações. Por essa razão, quando estou libertando pessoas possesas, sempre pergunto se tem alguém na família que freqüenta ou freqüentou centros espíritas.

Ao mesmo tempo em que identifica o mal com as entidades que compõem o panteão das religiões afro, apropria-se simbolicamente de seus conteúdos. A roupa branca utilizada, o sal grosso, a arruda e o fato de usarem a mesma nomenclatura que os espíritos recebem nos terreiros são exemplos dessa apropriação.

De acordo com Bonfatti (1999), a IURD, ao elaborar um sistema religioso trazendo elementos bem conhecidos de outras religiões ou práticas religiosas, minimiza possíveis traumas decorrentes de uma ruptura.

A absoluta personificação do mal, representado pelo diabo e seus demônios, oferece um inimigo que pode ser objetivamente combatido. Nas palavras de Macedo (1987, p. 103): “Tudo o que existe de ruim neste mundo tem origem em satanás e seus demônios. São eles os causadores de todos os infortúnios que atingem o homem direta ou indiretamente”. As doenças, os vícios, os maus sentimentos e tudo o que dificulta a vida do ser humano são resultantes da ação demoníaca.

Assim, por exemplo, quem se prostitui o faz porque um “espírito de prostituição” o está induzindo.

Segundo Oro (1997), a ênfase que a IURD põe em sua vocação “libertadora” tem como propósito demarcar sua diferenciação de outras igrejas. As palavras de Edir Macedo (1987, p. 6) confirmam tal proposição:

Temos ministrado o Evangelho de Jesus Cristo na sua pureza e integridade, e por obra do Espírito Santo, nossa igreja foi levantada para um trabalho especial, o qual se salienta pela libertação de pessoas endemoninhadas. Dessa maneira, nossa experiência tem sido muito vasta nesse campo e grande é o número de pessoas que nos procuram pedindo esclarecimento a respeito de tão discutido assunto.

Acontece, também, uma ressignificação simbólica do dinheiro, o qual outrora era visto, pelo que afirma Oro (1992), como algo impuro. Sob esse aspecto, pode-se falar de uma secularização levada às últimas consequências, pois a fé propagada pelo neopentecostalismo assume o mundo como principal lugar da existência, contrapondo-se, dessa maneira, aos protestantes analisados por Weber (2000), que tinham como objetivo último a eterna felicidade no paraíso celestial, verdadeira morada do crente.

O “Pare de Sofrer” da Igreja Universal acena com a possibilidade de uma existência terrena livre de qualquer angústia. Edir Macedo (2000, p. 49), falando sobre a importância da fé para vencer os males, afirma:

[...] quando Deus criou a vida, criou-a com três grandes propósitos. O primeiro, que ela fosse vivida em abundância, isto é, com todos os seus direitos e privilégios, sem nenhuma forma de aflição, angústia ou preocupação. No plano da criação de Deus, “viver a vida” significava automaticamente viver a felicidade, pois o próprio Senhor Jesus afirmou: “... eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância” (João 10:10). O segundo grande propósito foi que ela não tivesse nenhum tipo de interrupção provocada por doenças, enfermidades, dores, enfim, qualquer tipo de sofrimento ou morte. [...] Finalmente, o terceiro grande propósito da vida, e o principal, foi o de, através dela, manifestarmos a Sua glória por toda a eternidade, a começar aqui pela Terra [...]. É por intermédio da fé sobrenatural que os filhos de Deus tomam posse de toda a plenitude da vida.

Vê-se, assim, a proposta de uma nova teodiceia, na qual o sofrimento deixa de ser uma realidade inevitável. Há um incentivo permanente à reação diante das

circunstâncias ruins. Para tentar fundamentar biblicamente os ensinamentos, torna-se necessária uma forma de interpretar as escrituras distinta daquela feita pelo cristianismo tradicional.

Mariano (1996, p. 27) explica: “[...] era preciso substituir suas concepções teológicas que diziam que os verdadeiros cristãos seriam, se não materialmente pobres, radicalmente desinteressados de coisas e valores terrenos”. A demonização da pobreza é o melhor exemplo dessas novas concepções teológicas. O pobre não é mais o “bem-aventurado”, mas, ao contrário, é aquele que se encontra sob maldição; daí a necessidade primordial que tem de ser liberto.

### **INSTITUIÇÃO RELIGIOSA *PERFECT LIBERTY*: ASPECTOS RELEVANTES PARA A CONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE**

Segundo Castilho e Godoy (2007), surgiu no Japão, no início do século XIX, até meados do século XX, como contrapartida ao processo de modernização e a perspectiva materialista do conhecimento, um conjunto de religiões com discurso pautado no desejo de revigoração das tradições e da espiritualidade.

Essas religiões começaram a se estabelecer no Brasil na primeira década do século XX e continuaram a chegar nos anos subsequentes, mas o crescimento mais expressivo ocorreu com a emergência, nos anos 1960, do movimento *New Age*.

Por causa da dificuldade de definição do fenômeno, Magnani (1999), que denomina o movimento de neoesotérico, propõe um quadro analítico para distinguir as diferentes instâncias e práticas que constituem o universo *New Age*. Assim, classifica os segmentos em cinco grupos: sociedades iniciáticas; centros integrados; centros especializados; espaços individualizados; e pontos de venda.

As sociedades iniciáticas são as formas de vivência religiosa mais institucionalizadas no circuito neoesotérico. Os centros integrados são lugares que ofertam, em um mesmo espaço, vários serviços e atividades como consultas, palestras e vendas de produtos. Os centros especializados, por sua vez, incluem todas as instituições que visam à formação de pessoas, tais como escolas, academias e institutos. Os espaços individualizados são aqueles que oferecem alguma modalidade de prática neoesotérica, mas sem grandes agrupamentos. Tal classificação fornece a sistematização necessária para a localização das religiosidades orientais, especificamente da instituição religiosa *Perfect Liberty*, a qual é referência entre as religiosidades de cunho oriental que têm contribuído para a reconfiguração do campo religioso brasileiro nas últimas décadas.

A PL, segundo a tipologia proposta por Magnani, estaria circunscrita ao âmbito das sociedades iniciáticas porque cumpre os requisitos delimitados na caracterização do autor:

[...] apresentar um sistema doutrinário com base em princípios filosófico-religiosos definidos, com um corpo de rituais próprios e níveis de iniciação codificados; possuem graus de hierarquia interna que permitem estabelecer, ao menos, a distinção entre o conjunto de seguidores e os mestres/dirigentes (MAGNANI, 1999, p. 27).

Segundo Albuquerque e Souza (2002), a *Perfect Liberty*<sup>5</sup> tem sua gênese no Japão, no início do século XX. Seu fundador foi Tokumitsu Kanada. Antes de criar uma seita própria, Kanada foi adepto da seita<sup>6</sup> budista *Shingon* e de outra seita, *Mitake-Kyo*. Seus supostos poderes de clarividência e cura atraíram um monge do budismo, Tokuharu Miki, que relata ter recebido a revelação para estabelecer dezoitos preceitos doutrinários, tornando-se o primeiro patriarca.

Posteriormente, foram acrescentados mais três preceitos pelo segundo patriarca, em um total de vinte e três, que sintetizam a fé peelista. Originalmente, a nova instância religiosa foi denominada *Hitomiti* (caminho do homem). Em 1937, mesmo sob forte repressão, em seu país de origem, a instituição já contava com um milhão de seguidores, mas se firmou apenas em 1946, já com a denominação *Perfect Liberty*.

Em 1953, a organização construiu sua “Sede Eterna”, em Tondabayashi, Osaka, também chamada de “Terra Sagrada” da PL. A “Sede Eterna” é um grande espaço que tem como finalidade principal abrigar os adeptos que estão em peregrinação.

---

5 A liderança oferece uma explicação para o nome em inglês: “De 1936 até o final da Segunda Guerra Mundial, nossa instituição se chamava *Hito-no-michi* (o caminho do homem), que injustamente foi dissolvida pelo governo militar por ser popular e orientar a paz”. Nosso patriarca, na época, o segundo fundador, juntamente com alguns adeptos, foram presos, mas em 1945, no final da Segunda Guerra, todos foram libertados e absolvidos. Em setembro de 1946, o segundo patriarca fundou novamente a instituição, nomeando-a em inglês, e explicou: “O inglês será de agora em diante a língua internacional mais popular do mundo” (<http://www.perfectliberty.ca>).

6 Embora Souza e Albuquerque (2002) utilizem a terminologia “seita” para se referirem à PL, no discurso peelista, prevalece a terminologia “igreja”. Tal fato sinaliza que há um esforço da instituição para conseguir cada vez mais legitimidade. Para maior clareza, é relevante lembrar, aqui, a clássica distinção entre seita e igreja elaborada por Ernest Troeltsch (1987). Segundo ele, a igreja é uma organização essencialmente conservadora, que não se contrapõe à ordem secular; ao contrário, ajusta-se à sociedade e exerce domínio sobre as massas. Sua transigência é estratégica, pois tem sempre a pretensão de alcançar a universalidade. A seita, por sua vez, é um pequeno grupo religioso que se caracteriza pelo legalismo, ascetismo e expectativa escatológica. Seus membros renegam os valores da sociedade secular. Considerando essa diferenciação, pode-se afirmar que tanto a IURD como a PL têm predominantemente aspectos que as caracterizam mais como igrejas do que como seitas.

A *Perfect Liberty* chega à América Latina na década de 1950, por intermédio de um projeto missionário particularmente bem-sucedido no Brasil. Estabelecem uma “Terra Sagrada” em Arujá, São Paulo, seguindo o modelo da que já existia no Japão. O número de igrejas brasileiras perfaz um total de cento e noventa, sendo cem instaladas apenas no Estado de São Paulo. A instituição faz o registro de seus filiados, e, segundo informações internas, o número de adeptos é de aproximadamente trezentos e sessenta mil. Desse total, cento e sessenta mil se encontram em São Paulo. Cada templo possui um mestre e os assistentes de mestres, que são os responsáveis por orientar os adeptos. Um dado interessante apontado por Albuquerque e Souza (2002), que evidencia o caráter proselitista da PL, é o fato de 95% dos membros no Brasil não terem ascendência japonesa, ou seja, ela é quase totalmente constituída por brasileiros.

A fé peelista está centrada na pessoa do fundador, denominado Oshieoya-Samá, que significa literalmente “Pai dos Ensinamentos”. Comumente, os adeptos se referem a ele como o patriarca. É venerado como mediador divino para o qual as preces são dirigidas, pedindo especialmente por orientação (*mioshiê*). A principal de todas as preces é a *Oyashikirĩ*. Embora afirmem sempre a humanidade do líder supremo, ele transcende a todos, porque é *Uno com Deus*.

Em todos os templos, há uma foto sua que é reverenciada. O atual patriarca é o terceiro na linha sucessória, no entanto, ele não é visto como sucessor, mas como fundador, isso porque, para cada época, há uma revelação específica, então, sua palavra é resultante da iluminação recebida para o tempo presente.

É difícil não comparar o significado de Oshieoya-Samá para os peelistas com o que Jesus representa para os cristãos. Ambos são reconhecidos por seus seguidores como humanos e divinos concomitantemente e, na simbologia religiosa das duas religiões, possuem funções equivalentes, pois são mediadores entre o homem e Deus.

Um cântico, entoado em uma das missas dominicais, revela a centralidade da figura Oshieoya-Samá na construção da identidade da *Perfect Liberty*. A canção, intitulada “Com quem contar”, fala da peregrinação de alguém em busca de ajuda, até encontrar-se com aquele que pode lhe revelar o caminho certo: “Andei, andei e encontrei Oshieoya-Samá, Oshieoya-Samá”, conforme diz o refrão.

---

7 De acordo com os ensinamentos da instituição, “Ao solicitar ou pronunciar *Oyashikiri*, o adepto da PL é agraciado. A palavra *Oyashikiri* tem em si a capacidade de mobilizar a Providência Divina” (INFORMATIVO PL, 2011).

Além da foto do líder, outro símbolo importante nos templos da PL é *Omitamá*, forma circular com um sol no centro, de onde emanam vinte e um raios que simbolizam os vinte e um preceitos. É perante ele que são feitas as preces.

## **A VIDA É ARTE – O MUNDO COMO ÚNICO PALCO DA EXISTÊNCIA HUMANA**

Diferentemente do cristianismo, a PL não tem um livro sagrado. Todos os seus ensinamentos estão resumidos nos vinte e um preceitos, que, segundo creem, foram revelados por Deus à Oshieoya-Samá. De acordo com Albuquerque e Souza (2002), merecem destaque, para a compreensão de sua teodiceia, os princípios de que a “vida é arte”, o primeiro e o mais enfatizado nas reuniões, e de que “a vida do homem é autoexpressão”.

De acordo com as autoras:

Os preceitos da PL levam o adepto a atribuir transcendência ao histórico e a considerar que o Bem é aquilo que é bom aqui e agora, e o Mal é aquilo que desagrada aqui e agora, resultando, enfim, na aceitação da sua situação material. [...] Entendem ainda os mestres que todas as coisas têm sua origem em Deus e se movem em direção ao progresso e ao desenvolvimento, transformando o mal em verdade, a infelicidade em felicidade. Pode-se afirmar que a maioria das atividades da PL acha-se relacionada com a solução de problemas, sobretudo a cura de doenças (ALBUQUERQUE; SOUZA, 2002, p. 39).

Os fundamentos doutrinários da *Perfect Liberty* revelam certo distanciamento de algumas características muito enfatizadas em tradicionais religiões do Oriente, como o budismo e o hinduísmo. A crença na reencarnação, dogma central nessas duas grandes religiões, não é compartilhada pelos peelistas. Opondo-se, sobretudo, ao hinduísmo, declaram-se monoteístas, crendo em um só Deus, Mioyaoookami, como Criador de todas as coisas. Contudo, seu monoteísmo não deve ser confundido com o da tradicional concepção judaico-cristã. Sua noção de divindade é mais próxima do panteísmo: “Na PL vemos Deus como um todo e infinito. Acreditamos que o ser humano é a manifestação de Deus. Viemos de Deus e quando nossos corpos morrerem nossas almas para Deus retornarão” (www.perfectliberty.ca).

A sentença “vida é arte” é o ponto de partida de toda a filosofia peelista que é focada primordialmente em orientações para o cotidiano:

Só ao levar a vida artística pode o homem conhecer o significado e o profundo sabor da vida. Em que consiste a vida artística? Consiste em cada qual expressar livremente a sua personalidade, em seu campo de trabalho. Caso o homem não vise ao bem-estar social, nem se coloque no estado de objetividade, afastado do ego, sem se deixar dominar pelas vantagens e desejos egoísticos, sua personalidade não poderá ser expressada [sic] em grau elevado ([www.perfectliberty.ca](http://www.perfectliberty.ca)).

A “Declaração do Peelista”, feita em uníssono pelos participantes ao fim da missa, é a reafirmação constante do compromisso de viver de acordo com os preceitos recebidos:

Nós, peelistas, pretendemos aqui, livres do ego, expressar o mais naturalmente, o mais livremente possível, nossas personalidades, ao mesmo tempo, difundir essa filosofia e implantá-la em todos os homens, para, juntos, dedicarmos-nos à cultura e civilização do gênero humano (CADERNO DE ORAÇÕES DA PL)<sup>8</sup>.

A ideia de salvação vincula-se à noção de transformação. Os preceitos são o percurso para a liberdade e, por conseguinte, para a felicidade. É relevante dizer que a concepção de felicidade é a mesma compartilhada pela sociedade secular. O livro *Você ainda pode e deve ser feliz!*, escrito pelo mestre Kaor Tanida, orienta os leitores sobre os caminhos que precisam percorrer para terem sucesso em todas as áreas da vida. O trecho a seguir refere-se à postura correta para ser bem-sucedido financeiramente:

Se temos problemas financeiros, é porque não seguimos o caminho correto no que se refere ao dinheiro e à matéria. [...] Qual é, então, o caminho para o sucesso financeiro? Em primeiro lugar, precisamos ter vontade e prazer de utilizar o dinheiro. Isso é fundamental, mas também é algo que precisa ser sentido. O processo de melhora financeira, fundamentado na vontade de se utilizar o dinheiro, inclui a facilidade que se tem de pagar as coisas e o prazer do ato de pagar (TANIDA, 2006, p. 34).

É importante reiterar que, na teodiceia peelista, a salvação não é supra-histórica. Viver em plenitude é uma realidade possível para o aqui e agora. À medida que o ser humano evolui, por meio da transformação interior, com emoções positivas,

---

8 Livreto utilizado durante as cerimônias.

pensamentos positivos, atitudes certas, vivendo com criatividade e sendo útil ao próximo (*missassaguê*), consegue tudo o que almeja.

Outro importante aspecto dos ensinamentos peelistas tem a ver com a questão das doações que os adeptos devem fazer à igreja. Em nenhuma das cerimônias assistidas houve um momento especial dedicado ao recolhimento de ofertas, no entanto, uma assistente de mestre explicou que, quando uma pessoa recebe a prece que marca sua adesão, é instruída, entre outras coisas, sobre a obrigação de contribuir.

## IURD E PL: CARACTERÍSTICAS SIMILARES

### HETERONOMIA *VERSUS* AUTONOMIA

Conseguir obediência, inculcar nos seguidores um *habitus* (BOURDIEU, 2005), ou seja, levá-los a pensar, agir e perceber o mundo de determinado modo são indícios do poder coercitivo que determinada instância religiosa exerce sobre seus seguidores. É o caso do catolicismo medieval e do protestantismo analisado por Weber, ambos sustentados na crença em um Deus transcendente e em um ascetismo decorrente da aceitação do mundo como lugar de sofrimento. Essa heteronomia gradativamente vai perdendo espaço com o processo de modernização marcado pelo desejo de emancipação e, conseqüentemente, de autonomia do indivíduo.

A teodiceia das religiões orientais, fundamentada em uma concepção imanentista de divindade, possui incrível afinidade com esse “espírito moderno”. Portanto, o que se ouve dos adeptos da *Perfect Liberty* é bem característico de uma vivência religiosa que não é construída sob a noção de pecado. Tal noção só faz sentido em religiões para as quais Deus é um ser dotado de personalidade e pode ser ofendido pelos atos dos homens.

As palavras de uma médica que frequenta a PL corroboram com tal afirmativa. “Na PL, eu recebo orientação para viver; é uma filosofia de vida que eu sigo para que as coisas corram bem”. Assim, a motivação para seguir os preceitos religiosos tem como objetivo fundamental evitar os problemas que podem sobrevir caso negligenciem-se as orientações recebidas. Aquele que faz opção por uma conduta imprópria não afronta a Deus, mas a si mesmo.

D’Andrea (2000) diagnostica um processo de destradicionalização religiosa. Segundo ele, as religiões tradicionais enfraquecem porque não são mais capazes de atender as demandas do sujeito contemporâneo. Daí a tendência que se sobressai,

de uma vivência religiosa centralizada no homem. Essa centralidade é radical no imanentismo, que oferece a oportunidade ímpar da “autodeificação”.

É interessante notar que, nesse processo, há uma inversão de posições, pois, à medida que a divindade é imanentizada, o homem é transcendentalizado. O neopentecostismo parece, de fato, ser uma forma de adequação cristã para esse novo momento histórico, pois também joga por terra a contraposição Deus/homem.

Uma das evidências disso é que, embora mantenha a concepção de Deus como ser transcendente e pessoal, a noção de pecado perdeu a força que tinha no cristianismo tradicional, para o qual Iahweh não é apenas pai amoroso, mas é, principalmente, aquele que está pronto a punir aos que transgridam suas leis.

Yamada (2004, p. 46), discorrendo especificamente sobre a Igreja Universal, afirma: “Na IURD, os seres humanos não carregam mais o fardo do pecado, porque o pecado é atribuído ao Diabo”. Em uma comparação direta, a desculpabilização do ser humano é, conforme Medeiros (1998), entre outras coisas, algo característico da Nova Era.

Quando os demônios são culpabilizados pelos males, o único grande pecado do ser humano passa a ser a falta de fé. Mais do que qualquer outra coisa, é sobre o argumento da necessidade de se ter fé que os líderes neopentecostais focam seus discursos. E na IURD isso é levado ao extremo. Isso porque a todo o tempo os dirigentes procuram promover a igreja como a que mais põe a fé em prática, e os frequentadores reproduzem com convicção o que ouvem:

[...] só que a minha fé foi movida foi lá, entendeu? A Universal é uma igreja que abre a mente das pessoas, para as pessoas não aceitar ser humilhadas... Não aceitar ser pisado, não aceitar viver de aluguel, não aceitar viver pedindo emprestado, entendeu? Lá é assim, eles abrem a visão das pessoas, é melhor você ser cabeça de sardinha que rabo de baleia, é isso que eles ensinam (Lu, microempresária, oito anos de IURD).

Mas a mudança mais significativa é evidenciada no modo paradoxal como os cristãos iurdianos se relacionam com Deus. Ao mesmo tempo em que Cristo é tido como soberano, dizem “Jesus é o Senhor da minha vida”, confissão recorrentemente feita pelos membros, revelando que sua razão de existir é a felicidade de seus “filhos”.

E, como ocorre em uma concepção imanentista, a divindade também pode ser movida por meio da fé. É importante salientar, porém, que é o ser humano,

em última instância, que recebe a glória pelo êxito ou a vergonha pelo fracasso. Se conseguiu é porque é uma pessoa de fé, se não, é porque não teve fé suficiente.

A religiosidade antropocêntrica observada na IURD é condizente com o que foi diagnosticado por Berger (1985), ao afirmar que, no mundo secularizado, é o indivíduo, cuja submissão à instituição religiosa é apenas voluntária, quem define sob quais parâmetros deseja desenvolver sua espiritualidade. Como consequência:

[...] a tradição religiosa, que antigamente podia ser imposta pela autoridade, agora tem que ser colocada no mercado. Ela tem que ser “vendida” para uma clientela que não está mais obrigada a “comprar”. Nelas as instituições religiosas tornam-se agências de mercado e as tradições religiosas tornam-se comodidades de consumo (BERGER, 1985, p. 149).

Sob essa perspectiva, em uma sociedade tão dinâmica, na qual os indivíduos estão continuamente fazendo novas exigências, as religiões dependem também de constantes inovações para manterem sua competitividade no mercado religioso. Essa busca constante por inovação é explícita na Igreja Universal. Desse modo, apesar de ter todas as características que parecem indicar uma estrutura forte, se formos além do que é aparente, o que se percebe é que é o frequentador quem decide se o que é ensinado tem validade para a sua vida.

Paul Freston (1994) mostra que os membros não acatam cegamente os apelos dos líderes. Eles fazem uma absorção que lhes é conveniente daquilo que está sendo pregado. Ademais, as doações que seriam a prova mais gritante do poder coercitivo da instituição sobre os participantes, segundo Freston, são feitas partindo de um princípio racional:

Para o membro comum, as doações muitas vezes substituem os gastos com remédios, bebida ou drogas. Mesmo quando a conversão não trouxe uma economia direta, pode ter suscitado novas atitudes que resultam em vantagens financeiras. Para muitos membros, a doação à igreja e a racionalização do comportamento são inseparáveis. Vieram juntas e fazem parte de um pacote de transformações; um pacote precário constantemente ameaçado pelos padrões antigos. A doação encarna o compromisso com o padrão novo e, como tal, não é necessariamente contraproducente da perspectiva da economia doméstica (FRESTON, 1994, p. 153).

A IURD possui, como toda a instituição religiosa, um grau de normatividade. Todavia, está bem distante do legalismo que caracteriza o pentecostalismo clássico.

Prevalece, de acordo com Freston (1994, p. 138), “[...] uma ideologia da interioridade como a única base para a vida transformada”.

As palavras do bispo Macedo, em seu *blog* pessoal, corroboram com tal afirmativa:

Quem deve ditar normas de conduta no meu casamento? Quem deve dizer o que devo ou não beber ou comer? Obviamente, estas são questões puramente individuais e ninguém tem o direito de conduzir minha vida, salvo a Palavra de Deus. Mas, e quando a Palavra não é clara com respeito a assuntos de fórum [sic] íntimo? Ora, o Espírito Santo opera em nós instruindo segundo Sua vontade. E quando Ele instrui, é pela fé que Ele o faz. Logo, a fé é o caminho a seguir. O que para alguns é pecado, para outros não é. E vice-versa ([www.blog.bispomacedo.com.br](http://www.blog.bispomacedo.com.br)).

Em suma, a conformação do conteúdo doutrinário iurdiano ao espírito da época expressa-se por meio da assimilação de uma postura religiosa mais convergente com o processo de individualização que se acentua na contemporaneidade. Tomando como eixo a dicotomia institucionalização *versus* privatização da religião, tão debatida hoje pelos estudiosos do fenômeno religioso, conclui-se que prevalece a tendência de uma fé mais privatizada, todavia, isso não significa que o crente prescindia da filiação institucional, mas que sua fidelidade é limitada pelo sentido encontrado, que, por sua vez, pode ser tão efêmero como quase todas as certezas dessa realidade tão fluida.

## IURD E PL: APROXIMAÇÕES DOUTRINÁRIAS

Em uma sociedade antropocêntrica, não há mais lugar para um Deus autoritário e punitivo. Desse modo, a tendência que ganha força é a de uma divindade a serviço dos homens. “Você pode mover Deus para conseguir o que você quer, só precisa saber os mecanismos”, afirmativa feita por M. L., assistente de mestre da *Perfect Liberty*, peelista há trinta e cinco anos.

Na IURD, expressões como “eu determino”, “eu reivindico” e “tomo posse” dão a tônica da relação entre o fiel e Deus. Embora existam diferenças doutrinárias no que tange à concepção da divindade, no neopentecostalismo ainda prevalece a crença em um Deus pessoal. Enquanto as religiosidades de cunho oriental se ancoram em uma representação panteísta, na vivência prática da fé, o modo como

os cristãos neopentecostais e os adeptos de religiosidades vindas do Oriente se relacionam com o divino é muito semelhante.

“O ato de fazer *shikiri* é muito importante, porque eu relato para Deus o que eu pretendo fazer e falo exatamente o que eu preciso, para não ter erro” (Dona L., trinta e quatro anos de PL). Essa fala chama a atenção porque remete a uma prática que se tornou corrente no neopentecostalismo. Tal prática consiste em sempre especificar para Deus aquilo que deseja receber, descrevendo com todos os detalhes, para que não haja erro na entrega. Esse ensinamento, propagado pelo pastor sul-coreano Paul Yonggi Cho (1989), mexe com a estrutura cristã erigida sobre a concepção de um Deus que é onipotente, onisciente e onipresente.

Aliada a esse novo modo de conceber a divindade, está a crença no poder da palavra. É provável que essa seja uma das similaridades mais explícitas entre o movimento neopentecostal e as religiosidades orientais. Acreditar que as palavras podem influenciar nos acontecimentos é o fundamento da “Confissão Positiva”, um dos principais preceitos teológicos do neopentecostalismo. Contudo, a fé no poder das declarações é muito mais coerente com o monismo oriental, com todas as coisas interconectadas, o mundo material e o espiritual em uma influência mútua, do que com a transcendentalidade do Deus cristão que aliena divino e humano.

Contudo, como ser coerente não é uma preocupação para o sujeito religioso contemporâneo, é possível ver o bispo Macedo proferir as seguintes palavras:

A mãe diz para o filho: “Você faz isto comigo, seu filho irá fazer pior contigo”. Os anos passam e chega a vez deste filho se deparar com situações difíceis com seus próprios filhos. E então vivencia aquela “praga” da mãe. Pouca gente sabe que a palavra tem espírito. Se ela é má, produz tristeza, dor e morte. Mas, se é boa, traz alegria, saúde e vida ([www.blog.bispomacedo.com.br](http://www.blog.bispomacedo.com.br)).

Outra aproximação que não deve passar despercebida se refere à doutrina do carma, que ganha nova roupagem no neopentecostalismo, com a crença em maldições hereditárias. A lei do carma implica, conforme é ensinada em religiões como o budismo, a crença também em reencarnação, esta última veementemente negada pelos neopentecostais. Todavia, quando se trata de ciclo cármico e maldições hereditárias, a lógica é parecida, de onde decorre novamente a desculpabilização do sujeito.

Se, conforme a doutrina do carma, as pessoas carregam sobre si as consequências de seus atos em vidas passadas, segundo a doutrina das maldições hereditárias, as pessoas carregam as consequências dos atos de seus antepassados. Fazendo

uma comparação direta entre IURD e PL, vê-se que a doutrina que compartilham é similar. Para os peelistas, que não creem em reencarnação, uma família pode estar sujeita a uma “corrente de desvirtudes”, ou seja, males espirituais, físicos e emocionais que passam de geração para geração, até que alguém se esforce, por meio de mudanças efetivas no modo de ser, pensar e agir para limpar a corrente que rege a família, a fim de que seus descendentes não sejam atingidos. Para os iurdianos, as maldições são decorrentes da atuação maligna transmitida de pais para filhos, até que o ciclo se rompa com uma intervenção libertadora de Jesus, mediada, obviamente, pela igreja.

Além das similaridades já citadas, é relevante lembrar que o neopentecostalismo adere a uma concepção mais vitalista da salvação. Nesse sentido, abandona a expectativa escatológica, típica do pentecostalismo clássico, e põe ênfase à salvação neste mundo. Acerca dessa proposição, o relato de uma fiel da IURD é emblemático:

Porque tem igreja que prega só a salvação, mas ninguém se salva com a luz cortada, com telefone bloqueado, com aluguel atrasado, com cobrador na sua porta. Não tem ninguém que se salva, porque a palavra de Deus diz assim que no dia em que Ele voltar o seu coração deve estar igual ao coração de um recém-nascido, e não tem ninguém que é humilhado, que é cobrado, se Jesus voltar, ganha a salvação. Porque todo mundo que é cobrado, ele é frustrado e envergonhado (Lu, microempresária, oito anos de IURD).

Masanobu Yamada (2004) observa que essa é uma concepção inerente às novas religiões japonesas. Não sem razão, o movimento neopentecostal privilegia a noção de libertação em detrimento da ideia de salvação, que se encontra intimamente vinculada à doutrina do pecado e à crença na vida após a morte. O resultado dessas transformações é o desenvolvimento de um novo *ethos*, mais conformado com os padrões da sociedade secular do que aquele do “crente” do pentecostalismo clássico, com seus usos e costumes que evidenciavam uma rejeição categórica do mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma sociedade hedonista, voltada para o consumo e receosa quanto ao futuro, não é difícil que o “Pare de sofrer” da IURD encontre eco. Ao mesmo tempo em que oferece solução para os males da vida, permite que o indivíduo exerça sua autonomia. É necessário ressaltar, ainda, que o “Pare de sofrer” não deve ser visto apenas como mero recurso de retórica. Se não para todos, pelo menos para uma parcela significativa dos frequentadores, a frase de efeito se traduz em libertação

de vícios, na construção de uma nova identidade, na determinação de lutar para melhorar o *status* social e em uma série de outros benefícios enfatizados nos testemunhos dos participantes.

A continuidade do sucesso iurdiano depende basicamente de dois fatores: a disposição do fiel para continuar crendo que um dia alcançará as bênçãos almeçadas e a capacidade da igreja de continuamente produzir sentido e atrair novos conversos. Entretanto, como Weber (1991) observou, o carisma tende a se rotinizar, portanto, nenhuma instituição fundada sob a força do carisma pode estar segura quanto a seu futuro. A impressão que se tem é de que os líderes da Igreja Universal são conscientes disso; daí usarem todos os recursos possíveis para manterem seu poder de atração.

No caso da *Perfect Liberty*, não há toda essa preocupação em inovar sempre. Pelo contrário, a liturgia repetitiva das cerimônias, sempre seguindo o mesmo programa, revela que, mesmo com postura religiosa tipicamente heterodoxa, nos rituais prevalece o peso da tradição. Tudo é feito exatamente como foi ensinado pelo patriarca. O fato de preservarem os principais conceitos em japonês exemplifica esse apego ao tradicional.

Finalmente, é bom que se diga que a relação Ocidente e Oriente não é uma via de mão única. Optou-se por enfatizar a influência das tradições religiosas orientais na ressignificação dos conteúdos cristãos realizada pelo neopentecostalismo, entretanto, o contrário também poderia ser feito. Elementos tipicamente ocidentais podem ser percebidos na *Perfect Liberty*, a começar pelo próprio nome da instituição. As vestes usadas pelos oficiantes são semelhantes às batinas e aos hábitos dos sacerdotes e das freiras do catolicismo. Não deve ser por acaso que o *La-Hai*, cerimônia que ocorre nas manhãs de domingo, seja também chamada de missa dominical. Mas isso deve ser objeto específico de outra investigação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Teodor W.; HORKHEIMER Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALBUQUERQUE, Leila M. B.; SOUZA, Beatriz M. Doutrina e ética da perfect liberty no resgate de papéis femininos tradicionais. In: *Revista de Estudos da Religião*, PUC, São Paulo, Ano 2, n. 4, p. 34-46, 2002.

BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. 4. ed. São Paulo: Paulus, 1985.

- BONFATTI, Paulo. Sobre as categorias universais: relevantes aspectos observados na Igreja Universal do Reino de Deus. *Revista Rhema de Teologia e Filosofia*, Juiz de Fora, Itasa, v. 5, n. 1999. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/~bonfatti/>>. Acesso em: 20 jun. 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CAMPBELL, Colin. A orientalização do Ocidente: reflexões sobre uma nova teodicéia para um novo milênio. *Religião & Sociedade*, v. 18, n. 1, p. 5-22, 1997.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. *Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CASTILHO, Gilberto B.; GODOY, Maria G. Ghizzi. Espiritualidade e cura nas novas religiões japonesas. *Caminhos*, PUC, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 201-218, jan./jun. 2007.
- CHO, Paul Yonggi. *A quarta dimensão*. 17. ed. São Paulo: Vida, 1989.
- D'ANDREA, Anthony. *O self perfeito e a Nova Era – individualismo e reflexividade em religiosidades pós-tradicionais*. São Paulo: Loyola, 2000.
- FONSECA, Alexandre B. Nova era evangélica, confissão positiva e o crescimento dos sem religião. In: JORNADAS SOBRE ALTERNATIVAS RELIGIOSAS NA AMÉRICA LATINA, 8. *Apresentação de trabalho*. São Paulo, 1994.
- FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo. In: ANTONIAZZI, Alberto. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- HEGEL, G. W. F. *Historia de Jesus*. Madrid: Taurus, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Fenomenologia do Espírito*. Parte I. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- INFORMATIVO PL. *Perfect Liberty: juventude*. Belo Horizonte, Ano 1, n. 5, mai./2011.
- INSTITUIÇÃO Religiosa Perfect Liberty: perguntas e respostas. Disponível em: <[http://www.perfectliberty.ca/faq\\_b.htm](http://www.perfectliberty.ca/faq_b.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2010.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- MACEDO, Edir. *Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?* Rio de Janeiro: Universal Produções, 1987.
- \_\_\_\_\_. Edir. *O poder sobrenatural da fé*. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Universal, 2000.
- MAGNANI, José G. *Mystica urbe*. Um estudo antropológico sobre o circuito neo-esotérico na metrópole. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- MARIANO, Ricardo. *Neopentecostalismo: os pentecostais estão mudando*. 1995. 250 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – USP, FFLCH/ PPGS, São Paulo, 1995.
- \_\_\_\_\_. Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 44, p. 24-44, mar. 1996.

- MEDEIROS, Bartolomeu Tito Figueirôa de. Um caso de sincretismo afro-cristão-kardecista-umbandista-new age: as casas filiais do Vale do Amanhecer, no Nordeste brasileiro (Mimeo). In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21. Vitória: 1998.
- MIKI, Tokuchika. *Vida é arte*. São Paulo: Editora Vida Artística, 2003.
- ORO, Ari Pedro. Podem passar a sacolinha: um estudo sobre as representações do dinheiro no neopentecostalismo brasileiro. *Cadernos de Antropologia*, v. 9, p. 7-44, 1992.
- \_\_\_\_\_. Neopentecostais e afro-brasileiros: quem vencerá essa guerra? *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 10-36, nov. 1997.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Reencantamento e dessecularização: a propósito do autoengano em sociologia da religião. In: JORNADAS SOBRE ALTERNATIVAS RELIGIOSAS EM LATINO-AMÉRICA, 7. nov. 1997. Disponível em: <<http://www.naya.org.ar/congresos/contenido/religion/11.htm>>. Acesso em: 5 jul. 2010.
- PRANDI, Reginaldo. A religião do planeta global. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto (Org.). *Globalização e religião*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 63-70.
- SANCHIS, Pierre. O campo religioso contemporâneo no Brasil. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto (Org.). *Globalização e religião*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 103-117.
- SCHNELLE, Udo. *Introdução à exegese do Novo Testamento*. São Paulo: Loyola, 2004.
- SIMMEL, G. *Essays on religion*. Yale: Yale University Press – Durham, 1997.
- SIQUEIRA, Deis. *As novas religiosidades no Ocidente*. Brasília, cidade mística. Brasília: UnB, 2003.
- TANIDA, Kaor. *Você ainda pode e deve ser feliz!* São José do Rio Preto: Ed. Microlins, 2006.
- TROELTSCH, Ernst. *El protestantismo y el mundo moderno*. 3. ed. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1967.
- \_\_\_\_\_. “Igreja e seitas”. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 134-144, 1987.
- VELHO, Otávio. Globalização: antropologia e religião. In: ORO, Ari P.; STEIL, Carlos Alberto, (Org.). *Globalização e religião*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva*. v. I. Brasília: Ed UnB, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 15. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.
- YAMADA, M. A concepção vitalista da salvação no Brasil: as novas religiões japonesas e o pentecostalismo. *Revistas de Estudos da Religião*, São Paulo, Ano 4, n. 3, p. 29-49, 2004.



## Tradução

KAFKA E O TRABALHO DA DOMINAÇÃO<sup>1</sup>Bernard Lahire<sup>2</sup>

Tradução de Guilherme Seto Monteiro\* e Lucas Amaral de Oliveira\*

Seria razoável pedir a um escritor, particularmente a um romancista e romancista como Franz Kafka, do qual conhecemos a inventividade formal e a ruptura com os códigos da narração realista, para que voltasse suas luzes aos fenômenos da dominação<sup>3</sup>? Não foi repetido à exaustão, por várias gerações de críticos formalistas, que, em literatura, somente a forma (estilo, gênero, registro discursivo, etc.) conta e que aquilo de que nos falamos os criadores, no fundo, pouco importa?

Utilizador de formas de todos os gêneros (da fábula à crônica, passando por conto, lenda, parábola e mito), os quais ele distorce e torce em seu próprio regime, grande fabricante de narrativas imagéticas e inventor de uma espécie de *narração teorizante*<sup>4</sup>, em ruptura com as expectativas realistas, o escritor de Praga, de língua alemã, tinha, todavia, também muitas “coisas a dizer”. Ele concebia a literatura mais como uma forma de conhecimento de si e do mundo do que como um exercício formal, composicional ou estilístico; e não definia sua tarefa de escrita independentemente do que esperava poder provocar no leitor (choque, dor, liberação ou despertar).

1 Este ensaio foi publicado, originalmente, em francês. Ver: LAHIRE, Bernard. Kafka et le travail de la domination. *Actuel Marx*, 1º semestre, n. 49, p. 46-59, 2011. Versão on-line disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-actuel-marx-2011-1-page-46.htm>>. Acesso em: 05 fev. 2012.

2 Bernard Lahire, sociólogo, nasceu em Lyon, na França, em 1963. Atualmente, é professor de sociologia na École Normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines, em Lyon, e diretor da equipe Dispositions, pouvoirs, cultures, socialisations, do Centre Max Weber (CNRS). Realizou sua formação na Université Lumière Lyon 2, onde apresentou seu doutorado, em 1993, sob orientação do professor Yves Grafmeyer. De 13 de novembro a 17 de dezembro de 2011, o professor Lahire ocupou a “Cátedra Lévi-Strauss”, em uma iniciativa institucional conjunta da Universidade de São Paulo e do Consulado Geral da França em São Paulo. Na ocasião, foi acolhido pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde ministrou a disciplina “Problemas e métodos da Sociologia das disposições”.

\* Mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP).

3 Este artigo se apoia nos resultados de uma longa pesquisa sociológica dedicada à obra de Kafka. Permito-me referir à obra a que essa pesquisa deu lugar (KAFKA, Franz. *Éléments pour une théorie de la création littéraire*. Paris: La Découverte – Laboratoire des Sciences Sociales, 2010); e, mais particularmente, à sua quarta parte, intitulada «Domination et point de vue des dominés», p. 429-575, também de 2010.

4 Ver: LAHIRE, Bernard. La fabrique littéraire de Kafka. In: KAFKA, Franz. *Éléments pour une théorie de la création littéraire*. Paris: La Découverte – Laboratoire des Sciences Sociales, 2010. p. 305-316.

Ora, durante toda a sua vida de escritor, Kafka não cessou de tentar elucidar os mecanismos da dominação, a qual ele pessoalmente havia sofrido (na relação, a um só tempo, de admiração e conflito com seu pai) e que ele havia podido observar em diversos espaços profissionais: de saída, na loja de roupas da família, onde o pai, judeu assimilado, autodidata e em busca feroz por ascensão social, comandava com mão de ferro seus empregados tchecos; depois, no quadro de sua própria atividade profissional (o mundo burocrático de uma companhia de seguros contra acidentes de trabalho) e das empresas às quais ele era designado para fazer visita, a fim de avaliar os riscos profissionais a que os operários estavam sujeitos em contato com as máquinas; e, por fim, na usina de amianto da família, da qual seu pai o encarregava regularmente. Ao evocar, em seu Diário, em suas correspondências e na carta endereçada a seu pai<sup>5</sup> ou ao colocar em cena, em seus textos literários, cenas opressivas, alienantes e frequentemente humilhantes, nas quais os humilhados participavam, sem querer ou mesmo saber de sua própria dominação, Kafka buscava seu grande empreendimento de conhecer-se e conhecer as relações inter-humanas.

## O “PARTIDO DO PESSOAL”<sup>6</sup> E A SENSIBILIDADE À CONDIÇÃO OPERÁRIA

Em sua *Carta ao pai*<sup>7</sup>, Kafka diz ter tomado o “partido do pessoal”, ao ver como seu pai maltratava seus empregados tchecos. A lógica analógica das associações e das identificações vai, desse modo, alcançar um papel central na representação que ele poderia fazer do mundo social e de suas oposições.

Como não se identificar com o pessoal enquanto se ocupa uma posição análoga à sua nas relações de dominação? O filho (escritor) é para o pai (burguês) aquilo que o empregado é para o patrão; e não é difícil deduzir que a convivência simbólica e a simpatia sentidas por Kafka pelo pessoal, ou mesmo sua defesa real, na ordem das maneiras ordinárias de se comportar diante deles (extremamente polidas, humildes e respeitadas), ou suas tomadas de posição mais políticas, são

5 Seu diário, suas correspondências e a famosa carta a seu pai estão reunidas em: KAFKA, Franz. *Oeuvres complètes* III e IV. Paris: Gallimard, 1984 e 1989a.

6 NT: Modesto Carone, na edição brasileira (KAFKA, 1997, p. 35), traduz “*personnel*” como “empregados”. Aqui, decidimos utilizar o vocábulo “pessoal”, sobretudo para manter a ideia original de Lahire, que explora a riqueza semântica de *personnel*: a um só tempo, capaz de designar o si-próprio e os empregados.

7 Escrita em novembro de 1919, essa carta, endereçada formalmente a seu pai, não estava destinada a ser publicada. Consultar *Lettre à son père*, em Kafka (*Oeuvres complètes*, IV, op. cit., p. 833-881). As citações foram extraídas desta edição.

igualmente maneiras de se defender ou de se lançar simbolicamente ao apoio de seu próprio caso.

Assim, Kafka vai projetar permanentemente sobre os dominados (socialmente, politicamente, nacionalmente e culturalmente) sua própria situação familiar de dominado e sentir uma solidariedade espontânea em relação a eles. Tomar o partido dos dominados, dos humilhados ou dos oprimidos era defender seu próprio partido contra o pai.

Kafka vê, então, nos empregados maltratados, ultrajados e desprezados algo como irmãos de condição:

Por isso eu pertencia necessariamente ao partido dos empregados, mesmo porque, já por temor, não entendia como era possível insultar um estranho daquele jeito; daí que, por temor, eu quisesse de alguma maneira conciliar os empregados – a meu ver terrivelmente revoltados – com você e nossa família, em nome da minha própria segurança<sup>8</sup>.

Ainda escreve Kafka, referindo-se ao pai: a loja “me lembrava muito minha própria situação em relação a você”. Ele começa muito cedo a se sentir simbolicamente solidário aos empregados de seu pai (seus “inimigos pagos”, como Hermann Kafka os chamava), que os maltratava:

Não sei, talvez fosse assim na maioria das lojas (na *Assicurazioni generali*<sup>9</sup>, no meu tempo, por exemplo, o tratamento era de fato parecido, lá eu apresentei ao diretor minha demissão, alegando, de um modo não totalmente sincero, mas também não de todo falso, que não podia suportar os insultos, que aliás nunca me atingiram diretamente; nesse ponto eu era dolorosamente sensível por conta de minha experiência familiar), mas na infância não me importavam as outras lojas. Era na loja, porém, que eu o via e escutava xingar e se enfurecer de um modo que, na minha opinião da época, não acontecia em nenhuma outra parte do mundo<sup>10</sup>.

Tanto na loja como em família, o pai dava mostras de “tirania” e desprezo, ultrajava (“Você dizia ao falar de um caixeiro tuberculoso: ‘Que ele morra, então, esse cão doente!’”) e se mostrava “injusto”. É ao observar a injustiça cometida em

8 NT: Ver: KAFKA, Franz. *Carta ao pai*. op. cit., p. 35.

9 Primeira companhia de seguros em que Kafka trabalhou, entre outubro de 1907 e julho de 1908.

10 NT: KAFKA, Franz. *Carta ao pai*. op. cit., p. 33-34.

relação aos empregados que Kafka toma consciência daquela de que ele mesmo era vítima.

Kafka se solidariza com os estigmatizados, os fracos e os mais sofredores. Ele sente uma simpatia pelos tchecos (dominados pelos alemães), pelos judeus do leste não assimilados (desprezados pelos judeus ocidentais), pelos de língua ídiche (vista como uma língua pobre e não civilizada pela maioria dos judeus germanófonos) e por todos aqueles que pareciam, a seus olhos, vítimas de injustiças ou de opressores.

De modo geral, escreve Marthe:

Hermann Kafka abominava o excesso de humildade que impelia seu filho a buscar o comércio das classes inferiores – os criados, os judeus do leste, etc. –, ele via ali a marca de uma pusilanimidade desprezível e, mais ainda, sem dúvida, a condenação de suas próprias ambições<sup>11</sup>.

Leitor do anarquista comunista Piotr Kropotkine e do socialista anarquizante Alexandre Herzen, frequentando círculos anarquistas ou socialistas<sup>12</sup>, sempre com a mesma moderação e discrição, ele apresenta um interesse constante por todos aqueles que lutavam em favor das vítimas de exploração econômica ou de opressão estatal. Mas isso não é tudo.

Kafka trabalhou no setor de seguros contra acidentes de trabalho. A companhia para a qual ele trabalhou, a partir de 1908, havia sido criada logo após a aprovação das leis sobre a proteção social, entre 1885 e 1887, que teve como objetivo definir as responsabilidades do Estado em relação aos trabalhadores. Kafka entrou, portanto, em uma companhia que claramente caminhou em direção a um progresso social e à proteção dos operários.

No contexto de seu trabalho, ele recebia os acidentados e examinava seus dossiês, o que implicava conhecer as condições de trabalho dos operários em seus aspectos mais concretos e técnicos, já que cada acidente era a ocasião de descrever e compreender o funcionamento das máquinas, o manuseio das ferramentas e as situações de trabalho, para determinar se houve um erro humano ou se a empresa era responsável.

Além disso, Kafka fazia visitas em usinas para observar as condições de trabalho e as medidas de segurança, a fim de decidir o nível de cotização das empresas que decidiam ser seguradas. Em seguida, ele redigia relatórios que

---

11 ROBERT, Marthe. *Seul comme Franz Kafka*. Paris: Calmann-Levy, 1979. p. 104.

12 LÖWY, Michael. *Franz Kafka: sonhador insubmisso*. São Paulo: Azougue, 2005.

continham observações escritas e desenhos de certas máquinas particularmente perigosas, e, então, por vezes, recomendava a compra de máquinas que comportassem menos riscos aos trabalhadores. Mais tarde, ele se voltou a “redigir os recursos contra os empreendedores em falência, depois a representar o ofício diante dos tribunais (queixas por recusa de pagamentos, reclamação de danos causados por acidentes, etc.) e a codificar os casos de acidentes”<sup>13</sup>. Ao trabalhar para esse tipo de companhia, Kafka se colocou objetivamente ao lado do “pessoal”.

## MÁQUINAS INFERNAS

Em *Amérika*<sup>14</sup>, Kafka descreve um mundo onde os empregados subalternos do Hotel Occidental são reduzidos a não mais do que simples engrenagens de uma grande maquinaria, onde telefones, elevadores, receptores, guichês, escritórios, etc. são onipresentes. Se a técnica pode ter um caráter mágico e fascinante (por exemplo, o escritório de cem armários de tamanhos diferentes, com regulador incorporado que permite “girar uma manivela, realizar, segundo seu gosto e suas necessidades, as mudanças mais diversas nas proporções e na ordem dos compartimentos”, e diante do qual Karl se vê tão fascinado quanto na época em que era criança e via os presépios mecânicos “na feira do Pequeno Jesus”), ela frequentemente esmaga os indivíduos, pois está no coração da ordem profissional.

Do mesmo modo, enquanto visita a empresa de seu tio, Karl ouve campanhas “na sala do telefone” que “atordoam” continuamente, vê um empregado cuja cabeça está como que aprisionada pelos receptores (“a cabeça presa em um círculo de aço que lhe colava os receptores nas orelhas”) e é quase reduzido ao estado de máquina (“ele repousava o braço direito sobre uma pequena mesa, como se esse membro fosse particularmente pesado, e somente seus dedos que tinham o lápis vibravam, mas vibravam com uma velocidade que tinha algo de inumano”).

O empregado em questão não se permite dar sua opinião, mesmo quando ele não parece estar de acordo (“Via-se freqüentemente que ele teria alguma objeção a apresentar, alguma explicação a pedir, mas certas palavras que ele ouvia o obrigavam, antes que pudesse entender sua intenção, a baixar os olhos e a escrever”), e é impelido ao silêncio “porque as mesmas comunicações que ele recebia ao telefone eram registradas por dois outros empregados para ser em seguida comparadas, o que impedia todo erro”.

13 WAGENBACH, Klaus. *La prague de Kafka*. Paris: Éditions Michalon, 1996. p. 83.

14 KAFKA, FRANZ. *O desaparecido ou Amerika*. São Paulo: Editora 34, 2003.

No centro dessa sala, todos se ocupam, mas ninguém conversa:

Por toda a sala reinava uma circulação contínua. As pessoas iam e vinham rapidamente. Ninguém se saudava, esta formalidade havia sido completamente suprimida, cada um se contentava em seguir os passos daquele que o precedia e em olhar o chão sobre o qual se queria avançar o mais rapidamente possível.

Kafka coloca em cena, no seio de uma administração tecnicizada, empregados de repartição reduzidos a suas funções, dependentes de máquinas e controlados por outros, por intermédio de outras máquinas.

Com frequência, ele volta um olhar quase sociológico aos dispositivos técnicos, no sentido de que ele os considera como elementos que participam ativamente da organização das relações sociais. A máquina de tortura d'A *colônia penal* é a objetivação de uma forma de exercício do poder, do mesmo modo que, em *América*, os escritórios sofisticados impõem suas lógicas de hiper-racionalização burocrática, ou os receptores aprisionam a cabeça dos empregados como um meio de constrangê-los a trabalhar e reduzi-los a suas funções na divisão social do trabalho.

Nos dias 9 e 10 de janeiro de 1913, ele escreve para Felice Bauer, que trabalha em uma empresa fabricante de gravadores de som e máquinas de gravação:

Uma máquina com sua exigência silenciosa e grave parece-me exercer sobre o trabalhador um constrangimento mais forte e mais cruel que o de um ser humano. Um empregado que digita à máquina tem pouca importância, é fácil comandá-lo, demiti-lo, gritar com ele, cobri-lo de injúrias, questioná-lo, encará-lo, é ele que determina quem é o mestre, enquanto em face do gravador de som o empregado é aviltado, reduzido ao estado do operário de usina que coloca seu cérebro a serviço do ronco de uma máquina.

Kafka ainda se surpreende, junto a seu amigo Max Brod, com a docilidade desses operários e empregados mutilados, feridos, que poderiam legitimamente se voltar, com violência, contra seus empregadores ou contra a companhia de seguros, mas que, em vez disso, insistem polidamente em pedir ajuda: “Como essas pessoas são modestas, elas vêm nos apresentar requerimentos. No lugar de tomar o local de assalto e de destruir tudo, elas apresentam requerimentos!”

Abusos de autoridade, negações de justiça, humilhações, explorações, docilidade das vítimas de acidentes de trabalho, Kafka mergulha permanentemente no universo dos sofrimentos populares.

Que trabalho indesejável, com efeito! Em meus quatro distritos – sem falar de minhas outras tarefas –, as pessoas caem como embriagadas dos andaimes e são tragadas por máquinas, todas as vigas caem, todos os alicerces se movimentam, todas as escadas fazem escorregar, o que se constrói degringola, o que se deruba cai em cima de nós mesmos. E dá dor de cabeça ver as jovens das fábricas de porcelana, que caem o tempo todo com montanhas de louças (*Carta a Max Brod*, verão de 1909).

Alguns anos mais tarde, ele anota em seu *Diário* sobre o aspecto desumanizado dos jovens operários da usina da família, a princípio tratados mais como bestas do que como pessoas às quais se deve um mínimo de consideração (“Esses jovens não são seres humanos; nós não os cumprimentamos, não pedimos desculpas quando trombamos com eles”, *Diário*, 5 de fevereiro de 1912).

Kafka tem, portanto, uma ideia precisa da condição dos operários e, com efeito, não permanece insensível a tudo aquilo que observa.

## **A DOMINAÇÃO VISTA DESDE A POSIÇÃO DO DOMINADO**

Com base em suas experiências familiares e profissionais, Kafka põe no cerne de sua obra as relações de poder e dominação. Entretanto, ao fazer isso, ele não ambiciona descrever as formas particulares de exercício do poder ou os modos determinados de dominação; ao contrário, busca identificar determinadas invariantes das relações de dominação que permeiam as instituições e as cenas sociais e que se referem à contribuição que o dominado dá à sua própria dominação, quando esta não se funda em uma pura relação de força física, mas comporta uma parte simbólica.

Para tanto, Kafka é forçado a se perguntar sobre os dispositivos socialmente constituídos nas crenças, nos sentidos e nas ações que impedem os dominados de romper com o círculo vicioso nos quais são mantidos. Ele aprende a lançar um olhar distanciado do mundo e se surpreende, em uma surpresa totalmente sociológica, com o fato de que o acaso das circunstâncias e condições possa levar os homens a ocupar posições muito diferentes uns em relação aos outros e, especialmente, a cumprir os papéis de dominante ou de dominado:

Um círculo de homens formado por senhores e servos. Faces trabalhadas, brilhando a cores vivas. O senhor se senta, e o servo lhe traz comida em um prato. Entre esses dois homens não há praticamente nenhuma diferença, quer dizer,

nenhuma diferença que possa ser avaliada de outra maneira que entre um homem, por exemplo, que, graças ao curso de inumeráveis circunstâncias, é inglês e vive em Londres, e outro homem lapão, que, no mesmo momento, corre os mares, sozinho em seu barco na tempestade. Claro, o servo pode – e isso dependendo de certas condições – tornar-se senhor, mas seja lá qual for a resposta que se queira lhe dar, essa questão não é tão problemática aqui, pois trata-se de uma estima momentânea de dados momentâneos (*Diário*, 4 de dezembro de 1913).

Ele se questiona, da mesma forma, sobre a limitação do horizonte de possibilidades, em razão de que tal horizonte foi forjado em condições culturais dadas. É a interiorização pelos seres humanos da normalidade ou da evidência de sua situação que explica a necessidade que eles têm de viver da maneira como vivem: “Por que os Tchouktches (tribo da Sibéria) não deixam seu terrível país? Em comparação com sua vida e seus desejos atuais, eles viveriam melhor em qualquer outro lugar. Mas não podem, pois ‘tudo o que é possível acontece; só é possível o que acontece’” (*Diário*, 5 de janeiro de 1914). É o mesmo processo que conduz o dominado a suportar sua condição.

Se houver vontade de buscar algo como uma visão de mundo em Kafka, é a partir de sua relação com o poder que se poderia abordá-lo. Com efeito, as relações de poder, de força ou de dominação formam, de maneira quase obsessiva, a trama e suas narrativas.

Kafka procurou, ao longo de toda a sua vida, analisar as características do poder arbitrário, absoluto, tirânico de um pai que não justifica suas acusações, censuras e sanções, de um pai também muito pouco gratificante e que não esconde sua decepção com relação aos comportamentos do filho que se recusou a herdar. Ele continuou também, e sobretudo, a levar a cabo a autoanálise da estrutura psíquica que ele mesmo havia construído por meio da relação concomitante de admiração e de conflito com o pai (sentimento de culpa, de nulidade, de incapacidade de tomar as decisões, de propensão à autopunição ou de autocastigo).

Partindo da vontade de elucidar essa experiência íntima de dominação, culpabilização e desvalorização de si, Kafka continuou a detectar e a decifrar as formas de exercício do poder e as modalidades de ação e reação dos dominados, onde quer que fosse possível observá-los.

## **A CONTRIBUIÇÃO DO DOMINADO NA MANUTENÇÃO DE SUA CONDIÇÃO**

Em seus textos, Kafka evidencia o papel central da crença na força e na potência do poder, em sua existência e manutenção. Uma vez que os sinais do poder

ou da importância social aparecem e são percebidos como tais, os comportamentos de reverência ou de submissão seguem espontaneamente.

As pessoas que estão em posição de poder, no mundo social em geral ou em uma dada organização (como hotel, castelo ou empresa), inspiram não só respeito ou submissão, mas, às vezes, também a cobiça irresistível de que outros se aproximem delas, o que pode chegar até ao desejo amoroso ou sexual.

Toda a autoridade exerce um poder de atração sobre aqueles que dependem desse indivíduo; admiram-no e amam-no, justamente o que poderia destruí-los. O efeito de proteção é grande por parte daqueles que podem se orgulhar de possuir uma ligação – mesmo que fraca – com o poder: um miraculoso laço de parentesco com o riquíssimo tio senador que transforma o jovem imigrante à deriva, Karl Rossmann, em pessoa digna de respeito (*Amérika*); um laço alegadamente amoroso de Frieda, a serviçal do “hotel dos Senhores”, com Klamm, chefe do “departamento X” (*O castelo*), etc. Porém, todo o deslocamento em relação ao poder ou, pior, toda a atitude de resistência ou de desconfiança em relação a ele, imediatamente, traz como consequência a queda, o declínio, a desgraça e a marginalidade: excluído por seu tio, Karl Rossmann cai para o nível mais baixo da escala e, por isso, passa a ser tratado como escravo, como um cachorro, bem como a recusa de se oferecer a um funcionário do Castelo condena Amalia e toda a sua família a viver uma vida de pária.

O poder não seria tão poderoso se os afetados não acreditassem em sua onipotência. O tio de Karl, assim como o próprio Castelo, não faz mais que cortar relações ou demonstrar descontentamento por começar imediatamente o declínio ou a marginalização de Karl e da família de Amalia. Essencial é a participação de todos aqueles que, por medo do poder, por temor de serem associados a seres denegados, viram as costas a eles.

O que cria o poder é, em grande medida, a crença em sua força. Ora, Kafka mostra sempre as diferenças entre aqueles que fazem ou são realmente as pessoas de poder – objeto de comentários permanentes e em torno dos quais paira, por vezes, um perfume de mistério<sup>15</sup> – e as representações que se fazem delas: nós os vemos maiores, mais majestosos e mais belos do que são na realidade<sup>16</sup>; nós atribuímos a eles qualidades e capacidades que eles não possuem necessariamente;

---

15 Klamm é um personagem quase impossível de ver, de alcançar, e todos aqueles que o viram ou acreditaram tê-lo visto pintam dele uma imagem distorcida pela fascinação.

16 Assim, os retratos de juízes majestosos sentados sobre seus tronos em *O processo*, na realidade, são representações deformadas de pequenos juízes sentados sobre cadeiras de cozinha, assim como Klamm, que aparece a K. como um homem bem comum, em nada parecendo com a imagem de uma águia à qual compara Gardena.

logo, nós os superestimamos e nos comportamos de tal maneira que os tornamos, de um só golpe, muito poderosos.

Kafka evidencia sempre o papel das ilusões e de todas as técnicas de manutenção ou silenciamento delas mediante o exercício do poder. Sua concepção de escrita como uma forma de despertar consciências, de “quebrar o mar congelado que há dentro de nós” ou de dar um “soco no crânio” está diretamente ligada à forma como ele percebe o poder: o encantamento, o feitiço, a graça envolvidos na manutenção do poder opressivo.

As coisas se complicam quando aquele que se encontra na posição de dominado ou submisso interioriza sua ilegitimidade, sua nulidade e seu estado de submissão, a tal ponto que ele mesmo fica convencido de merecer sua sina; às vezes, fica feliz com o menor gesto de condescendência ou até de desprezo que o poder lhe dirige.

O ato mais desdenhoso é ainda percebido como um sinal de interesse e de reconhecimento por aquele que, totalmente dependente do olhar do dominante, vê, de certa forma, a confirmação de sua existência na ordem mais absurda ou na humilhação mais degradante<sup>17</sup>.

Kafka amplia, deliberadamente, os traços, como se quisesse chamar a atenção para os fatos mais banais do cotidiano, que passam completamente despercebidos na maioria das vezes.

A interiorização de uma relação de dominação no mundo faz com que o dominado antecipe todos os desejos do dominante e puna a si mesmo antes de qualquer sanção externa. O sentimento de culpa, as condutas de autopunição que o acompanham, a falta de confiança em si ou a autodepreciação permanente são manifestações da interiorização de uma relação de dominação.

Joseph K., em *O processo*, é literalmente impedido (de viver) por seu sentimento de culpa, e todos os funcionários da Justiça que aparecem para impedi-lo, julgá-lo e aconselhá-lo são elementos ficcionais de um processo que, em grande medida, ocorre no interior do próprio Kafka.

O tribunal é, essencialmente, um tribunal interior, e a faca de açougueiro com a qual um dos dois executores o mata não é outra senão a faca que ele insere em si mesmo. Firmemente convencido de que é culpado de alguma coisa, deixa de viver, pelo medo, pela ansiedade e pelo sentimento de culpa que ele interiorizou, por inter-

---

<sup>17</sup> Na obra *Amérika*, o personagem de Robinson, a serviço de uma ex-cantora (Brunelda), é reduzido à condição de escravo. Interpretando como uma marca de atenção a ele da parte de Brunelda, isso seria, na verdade, uma exploração incrível. Ele acha “gentil” o fato de ela lhe pedir para que se ocupe sozinho de toda a mudança em troca de sua saúde. Feito escravo, ele está pronto para “trabalhar o quanto for possível” e “deitar-se para morrer”, quando estiver já no fim de suas forças.

médio das relações com seu pai. E, aceitando entrar no jogo do processo, engajar-se ou investir-se em algo com ardor, ele contribui para seu próprio infortúnio.

Kafka compreendeu isso por si mesmo e colocou, magnificamente, em numerosas passagens de seus textos: seria “suficiente” recusar entrar na lógica do processo, não se apresentar diante do tribunal (que, como tribunal interior, logicamente, não marcou um encontro específico com o acusado, este que está detido, mas também livre para seguir com suas atividades cotidianas), perder as ilusões que se tem sobre o poder, desenfeitiçar-se ou romper o encanto para que as coisas sejam outras. Mas a condicional é indispensável ao raciocínio, porque o dominado fica mais frequentemente impedido de cometer um ato tão “leve” (quem poderia permanecer totalmente indiferente à ameaça de um poderoso, senão outro poderoso, ou seja, alguém que não está habituado a se deixar impressionar e a se submeter?), por todo o seu passado incorporado, pelas disposições em reconhecer a legitimidade do dominante e se sentir imediatamente culpado com o que lhe acontece e a que ele é submetido.

Esforçando-se para descrever, desde o interior, os mecanismos psíquicos e simbólicos sobre os quais repousa o poder e descrevendo o que nele há de docilidade e submissão servil, Kafka tenta se libertar e, ao mesmo tempo, libertar o leitor que gostaria de realizar o mesmo trabalho. Mostrando que o poder tirânico, muitas vezes, não fundamenta suas decisões em outro princípio racional, senão na defesa de seu próprio interesse de dominante, sendo inútil tentar compreender os motivos de sua ação, porque não há, no fundo, nada a compreender, ele não direciona o leitor a se submeter, sem buscar compreensão, mas, antes, esforça-se<sup>18</sup> para mostrar que a busca por razões já significa conceder muito crédito a um poder arbitrário e contribuir, assim, para a manutenção de sua legitimidade.

O poder inacessível que os heróis de Kafka buscam, inutilmente, decifrar é, em definitivo, indecifrável, sobretudo porque o fundamento último de sua existência é perfeitamente arbitrário.

## A SERVIDÃO INVOLUNTÁRIA

Seria possível resumir as situações arranjadas por Kafka, em seus diversos textos, dizendo que são uma ilustração do tema da “servidão voluntária”, como pensado por Étienne de La Boétie<sup>19</sup>.

18 Como pretende Günther Anders, em sua obra *Kafka: pró e contra*. São Paulo: Perspectiva, 1969.

19 No romance de Robert Walser, que tanto apreciava Kafka, *L'Institut Benjamenta*, e que trata expressamente da formação da servidão, a expressão de La Boétie é empregada quando a irmã

Trata-se de autopunição, antecipação dos desejos do dominante, docilidade e fascínio por ele. Kafka insiste no papel da relação subjetiva dos dominados frente ao poder na manutenção da dominação. No entanto, sem dúvida, ele teve problemas para qualificar essa servidão como “voluntária”, pois ela repousava, para ele, sobre a força da inércia dos hábitos.

Em algumas de suas reflexões quase sociológicas<sup>20</sup>, ele coloca os hábitos e o peso do passado herdado como centrais na dificuldade de qualquer libertação. Constatado por ele mesmo, em seu empreendimento de autoanálise, de modo geral, ele enxergava esse movimento em marcha em todos os casos de dominação que observava.

Transcrevendo um diálogo entre Kafka e um funcionário do escritório, Janouch testemunha essa atenção ao ponto de vista, ou melhor, à lógica comportamental dos dominados. O funcionário diz a Kafka que “a rua não é um perigo” e que “o Estado é forte”. Kafka concorda, mas acrescenta que “sua força apóia-se na inércia das pessoas e em sua necessidade de tranqüilidade<sup>21</sup>”.

Mas o que escreveu, de fato, Étienne de La Boétie? Ele parte de um espanto inicial, o de

ver milhões e milhões de homens miseravelmente subjugados e, de cabeça baixa, submissos a um jogo deplorável; não que a ele sejam obrigados por força maior, mas porque são fascinados e, por assim dizer, enfeitizados apenas pelo nome de um que não deveriam temer, pois ele é só, nem amar, pois é desumano e cruel para com todos eles<sup>22</sup>.

A questão do “um” contra “todos” ou do tirano sozinho frente aos milhões de subjugados não é a mais fundamental de todas, pois, evidentemente, um tirano, como o analisa La Boétie de outro ponto de vista, nunca está verdadeiramente sozinho: ele dispõe de armas, de subalternos poderosos a seu serviço, que, por sua vez, têm eles mesmos seus subalternos, etc.

A questão central não é, portanto, a do número, mas a do fundamento do poder de uns sobre outros. O fascínio e o encantamento estão no coração do mecanismo do poder. O tirano “tem apenas o poderio que lhe dão<sup>23</sup>”, e é o povo mesmo “que

---

do diretor explica a Jacob que a “submissão voluntária ao rigor e à aflição [...] constituirão boa parte da [sua] vida”. WALSER, Robert. *L'Institut Benjamenta*. Paris: Gallimard, 1981. p. 152.

20 LAHIRE, Bernard. Kafka, l'institution littéraire et la sociologie. *Franz Kafka*, op. cit., p. 344-362.

21 JANOUCH, Gustav. *Conversas com Kafka*. São Paulo: Novo Século, 2008. p. 66.

22 LA BOÉTIE, Étienne de. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 74.

23 *Ibid.*, p. 74.

se sujeita e se degola”. Todavia, La Boétie apresenta o comportamento dos dominados como uma questão de escolha, de opção voluntária. É o povo que, “podendo escolher entre ser súdito ou ser livre, rejeita a liberdade e aceita o jugo”<sup>24</sup>; é o povo “que consente seu mal, ou melhor, persegue-o”<sup>25</sup>. São os dominados que são “cúmplices do assassino que vos mata” e que são, em alguma medida, “traidores de vós mesmos”<sup>26</sup>.

Não obstante, falando de servidão “voluntária”, La Boétie pretende, sobretudo, insistir no caráter geralmente não coercitivo do consentimento obtido pelos dominantes. Ninguém obriga diretamente os dominados a agir como tais; nenhuma força externa os constrange à submissão. Ninguém força ninguém, mas tudo é feito, desde o nascimento e a primeira educação, de tal modo que as coisas ocorram como de fato ocorrem. Agir dessa maneira torna-se, então, o horizonte natural dos dominados:

É verdadeiro dizer que no início serve-se contra a vontade e à força; mais tarde, acostuma-se, e os que vêm depois, nunca tendo conhecido a liberdade, nem mesmo sabendo o que é, servem sem pesar e fazem voluntariamente o que seus pais só haviam feito por imposição. Assim, os homens que nascem sob o jugo, alimentados e criados na servidão, sem olhar mais longe, contentam-se em viver como nasceram; e como não pensam ter outros direitos nem outros bens além dos que encontraram em sua entrada na vida, consideram como sua condição natural a própria condição de seu nascimento<sup>27</sup>.

Em primeiro lugar, a força, depois, o costume: “a primeira razão da servidão voluntária é o hábito”<sup>28</sup>. O sociólogo contemporâneo diria de forma mais simples que os dois se misturam, ou seja, que o enfraquecimento dos hábitos pode levar ao recurso da força, que a ameaça do uso da força ou da sanção pesa muito na manutenção de atitudes dóceis (como dirá muito bem Kafka, em sua *Carta ao pai*), mas que, efetivamente, o essencial desse estado de coisas repousa sobre a inércia, sobre os hábitos mentais e comportamentais e sobre a impossibilidade na qual são colocados os dominados de imaginar ou colocar em prática outras formas do fazer.

---

24 *Ibid.*, p. 77.

25 *Ibid.*, p. 77.

26 *Ibid.*, p. 79.

27 *Ibid.*, p. 84.

28 *Ibid.*, p. 88.

Ao introduzir o hábito no centro do problema, La Boétie se revela melhor analista que os sociólogos que insistem na consciência reflexiva e nas capacidades críticas dos atores:

Entretanto, o hábito, que em todas as coisas exerce um império tão grande sobre todas as nossas ações, tem principalmente o poder de ensinar-nos a servir: é ele que, a longo prazo (como nos contam de Mitridates, que acabou habituando-se ao veneno), consegue fazer-nos engolir, sem repugnância, a amarga peçonha da servidão<sup>29</sup>.

Como La Boétie, Kafka falava de “enfeitiçamento” dos dominados pelos dominantes. Tendo perguntado a seu amigo Oskar Baum a receita da cerveja que ele queria fabricar com sua irmã Ottla, na fazenda de Zürau, ele o agradece em meados de setembro de 1917 e acrescenta em sua carta, com humor, o seguinte: “Em breve, nós vamos experimentá-la e, com isso, tentar enfeitiçar todo o país. É necessário enfeitiçar se se quer obter alguma coisa de substancial”. Isso não soa sem sentido com algumas cenas de *O castelo* (1922), onde o álcool flui livremente na estalagem do vilarejo e onde a única que ousou resistir ao Castelo foi Amalia, que não bebia.

Quando Kafka quer definir a má literatura de entretenimento, ele diz que ela age como um “narcótico”, enquanto a verdadeira literatura, ao contrário, tem por virtude “despertar” o leitor. Ora, La Boétie, por sua vez, suscitava o papel de todos os meios de divertimento no desvio das consciências e na sustentação das relações de dominação:

Os teatros, os jogos, as farsas, os espetáculos, os gladiadores, os bichos curiosos, as medalhas, os quadros e outras drogas desse tipo eram para os povos antigos a isca da servidão, a compensação por sua liberdade roubada, os instrumentos da tirania. Esse sistema, essa prática, esses atrativos eram os meios que os tiranos antigos empregavam para adormecer seus súditos na servidão<sup>30</sup>.

## AS DISPOSIÇÕES NO CORAÇÃO DA DOMINAÇÃO

Quando se toma consciência dessa onipresença da temática das relações de dominação em Kafka e, além disso, quando se conhece sua propensão à observação

---

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 84.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. 93.

distanciada, seu relativismo antropológico, sua convicção atinente à necessidade de ensinar às crianças uma atitude científica de ruptura com os preconceitos, quando se conhece seu interesse pelos rituais, sua reflexão sobre o caráter social dos indivíduos, os determinismos sociais e a importância da educação e dos hábitos culturais adquiridos desde cedo, então, inevitavelmente, a questão a ser colocada é acerca da existência de uma espécie de sociologia implícita própria a esse autor.

A ideia de “sociologia implícita” pode levar à confusão, se ela passar a impressão de se estar conferindo ao escritor o estatuto de sociólogo, enquanto sua prática se inscreve em um contexto totalmente diferente. Mesmo quando ela se apoia – o que acontece mais frequentemente que o esperado – sobre uma documentação fornecida, observações repetidas ou verdadeiras investigações, o trabalho literário nunca tem a mesma preocupação com a sistematicidade, com a explicação e muito menos com a conceitualização do trabalho sociológico. Porém, também não se pode tratar o escritor como se seu papel fosse apenas o de retranscrever o real. Ele o modela, coloca-o em um formato determinado, tipifica-o, analisa-o mediante o próprio ato de seleção das características relevantes das personagens, da ação, dos encadeamentos das sequências, etc.

Há, portanto, um conhecimento sobre o mundo social que se manifesta no trabalho literário e que contribui, à sua maneira, para a objetificação de certas dimensões do mundo social.

Ademais, é difícil não pensar no fato de que alguns sociólogos profissionais propuseram interpretações do mundo social muito aquém, tanto em precisão como em sutileza, das explanações que escritores como Kafka foram capazes de oferecer, os quais, no entanto, apoiaram-se em observações mais limitadas, por exemplo, observando aqueles que os rodeavam mais imediatamente ou, o que acontecia com maior frequência, analisando sua própria experiência de mundo.

Certas sociologias atuais que, a torto e a direito, reivindicam para si as denominações de compreensivas, pragmáticas ou etnometodológicas têm a desagradável disposição, sob o pretexto de “respeitar os atores” e de não ocupar uma posição analítica considerada muito “tendenciosa”, de reduzir a dominação ao “sentido de dominação” para os atores<sup>31</sup>. Tal decisão tem por consequência maior não analisar

---

31 Nessa medida, Patrick Pharo critica as “teorias da dominação”, porque elas veem dominação em todos os lugares. Ora, para uma “teoria pragmática do direito”, não é “essencial supor um sentido oculto da dominação (reprimido, esquecido e negado) cada vez que a situação não se preste aos membros envolvidos na manifestação de tal sentido. Seria conveniente, apenas, considerar que há momentos e situações que, para as partes envolvidas, podem tomar o sentido de uma dominação, enquanto outros momentos e situações não se prestam a essa caracterização” (PHARO, Patrick. *Le civisme ordinaire*. Paris: Librairie des Méridiens, 1985. p. 63).

as relações sociais em termos de dominação propriamente, a não ser que elas sejam percebidas, “definidas”, “interpretadas” como tais pelos atores sociais; ela repousa sobre um mal-entendido sobre os fundamentos simbólicos das relações de dominação.

É questionável a premissa de que são os mais dominados que percebem com mais frequência as situações que vivem como de dominação. Fazer a análise da dominação depende da representação que os dominados têm das situações; trata-se de não ver em que medida tais representações participam do processo de dominação e recusar, assim, a ideia de que elas podem ser “ilusórias”, porque, em parte, são forjadas no quadro de relações de dominação.

Ao questionar ritualmente em nome de quê (de qual abuso de poder) os sociólogos podem definir uma situação como “situação de dominação”, enquanto mesmo os atores não parecem vê-la desse modo, uma concepção como essa ignora muito facilmente o trabalho de legitimação da dominação pelos dominantes<sup>32</sup> ou os simples efeitos de habituação que as dominações pluriseculares produzem naqueles que a elas se submetem ou as incorporam, desde suas primeiras socializações, e que fazem com que essas dominações lhes pareçam tão “naturais” quanto as paisagens nas quais se acostumaram a viver.

Por essas razões, gostaria de aconselhar muitos sociólogos contemporâneos a lerem Kafka.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KAFKA, FRANZ. *Oeuvres complètes III*. Paris: Gallimard, 1984.

\_\_\_\_\_. *Oeuvres complètes IV*. Paris: Gallimard, 1989a.

\_\_\_\_\_. *Lettre à son père*. In: *Oeuvres complètes IV*. Paris: Gallimard, 1989b. p. 833-881.

\_\_\_\_\_. *Carta ao pai*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. *O desaparecido ou Amerika*. São Paulo: Editora 34, 2003.

\_\_\_\_\_. *Éléments pour une théorie de la création littéraire*. Paris: La Découverte – Laboratoire des Sciences Sociales, 2010.

\_\_\_\_\_. *Domination et point de vue des dominés*. Paris: La Découverte – Laboratoire des Sciences Sociales, 2010. p. 429-575.

LAHIRE, Bernard. *La fabrique littéraire de Kafka*. In: KAFKA, Franz. *Éléments pour une théorie de la création littéraire*. Paris: La Découverte, 2010. p. 305-316.

---

<sup>32</sup> Dizem-nos, entretanto, que uma situação “reconhecida como legítima” não é “de todo uma situação de dominação” e que é somente quando ela perde sua legitimidade que tal situação pode “aparecer simplesmente como uma dominação” (*Ibid.*, p. 209).

\_\_\_\_\_. Kafka et le travail de la domination. *Actuel Marx*, n. 49, p. 46-59, 1<sup>o</sup> semestre 2011. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-actuel-marx-2011-1-page-46.htm>>.

Acesso em: 17 jan. 2012.

LÖWY, Michael. *Franz Kafka: sonhador insubmisso*. São Paulo: Azougue, 2005.

ROBERT, Marthe. *Seul comme Franz Kafka*. Paris: Calmann-Levy, 1979. p. 104.

WAGENBACH, Klaus. *La prague de Kafka*. Paris: Éditions Michalon, 1996. p. 83.



# DE OLHOS BEM ABERTOS

## “APRESENTAÇÃO DAS ENTREVISTAS”

Paulo Menezes\*

Pode-se dizer que as relações entre cinema e sociedade praticamente datam do início da história do cinema. Depois de um momento inicial, no qual os irmãos Lumière imaginaram que sua invenção em pouco tempo seria esquecida, como mais uma curiosidade científica da virada do século 19 para o 20, com a invenção do que se convencionou chamar depois de narrativa, estabeleceu-se rapidamente a separação do que se denominava cinematógrafo para o que, a partir de então, se concebe como cinema propriamente dito, marcando a clivagem fundamental que acompanhou o cinema em toda a sua história: “ficção” e “documentário”. Se, por um lado, George Méliès traçou os caminhos da invenção por meio da criação dos primeiros efeitos especiais, inúmeros cineastas em formação saíram com suas pesadas câmeras mundo afora para filmar e “documentar” os mais variados fenômenos sociais: da guerra dos Boer, na África do Sul, às cerimônias de coroação do Czar Nicolau II, na Rússia pré-revolucionária (cf. BARNOUW, 1993).

Essa separação, que, desde seus primórdios, nunca foi precisamente definida – pois, nos primeiros filmes “documentários”, a encenação de algumas cenas não era vista como um problema, como viria a se transformar na década de 1950, quando começou a se consolidar a relação entre cinema e universidade ou, mais precisamente, entre cinema e ciência –, teve seus limites e correlações variando de um lado para o outro, durante toda a história do cinema, pois, como bem disse Godard, no limite, “todos os grandes filmes de ficção tendem ao documentário como todos os grandes documentários tendem à ficção” (*apud* GAUTHIER, 1995, p. 4).

Isso remete diretamente ao problema enfrentado pela relação entre cinema e sociedade, do ponto de vista das ciências sociais. Se, no caso da antropologia, essa relação data praticamente dos primórdios do cinema – por meio dos etnólogos que buscavam retratar da maneira mais “fiel” possível os povos então chamados de primitivos ou exóticos, por meio de imagens que se pretendiam “objetivas”,

---

\* Professor Livre-Docente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, e atual coordenador do Curso de Pós-Graduação em Sociologia.

explicitando que os filmes “realizados pelos etnólogos de campo dos primeiros decênios se queriam deliberadamente positivistas” (PIAULT, 2000, p. 108), apresentando os questionamentos mais profundos dessa perspectiva apenas a partir de meados dos anos 1980, por meio dos autores “pós-modernos” da antropologia –, no caso da sociologia esse trajeto é muito mais recente. Pode-se marcar como momento “inaugural” dessa relação a publicação dos livros de Ian Jarvie, *Towards a Sociology of the cinema* (1970), e de Pierre Sorlin, *Sociologia du cinéma* (1977), que, pela primeira vez, apresentaram, de maneira sistematizada, possibilidades investigativas de um novo material analítico primordial: o cinema não mais visto apenas como uma forma auxiliar de pesquisas acadêmicas, mas como algo que, a partir de então, pode se colocar como material investigativo autônomo, no tocante às suas possibilidades epistemológicas e metodológicas.

Nessa direção, o livro de Ian Jarvie partia de uma análise institucional do cinema, vendo a sociologia do cinema primordialmente como uma sociologia da indústria, buscando os motivos de sua instituição e de seus desdobramentos, enquanto o livro de Sorlin via no cinema uma forma de “encenação social”, por meio da qual as sociedades expressam concepções ideológicas sobre si mesmas, por meio dos grupos sociais inseridos na produção e percepção dos filmes.

Aqui, nessa acepção, a análise do material fílmico se torna essencial por serem os filmes, em suas percepções, elementos fundamentais de constituição do imaginário por meio dos quais os homens e as sociedades se percebem e criam critérios valorativos para avaliar a si mesmos e aos outros, criando concepções e hierarquias que se expressarão em outras dimensões do social.

Deve-se notar também que, tendo em vista as especificidades que um objeto de investigação e estudo como o cinema possui, em quaisquer de suas formas, essencialmente múltiplo e interdisciplinar, é impossível realizar seus estudos fincados unicamente em uma área disciplinar, seja ela a sociologia, seja a antropologia, sem recorrer, de maneira sistemática, a estudos e autores advindos de outras áreas do conhecimento e que acabam por ser tornar “clássicos” em uma disciplina de formação ainda relativamente recente.

Nessa direção, autores advindos da filosofia, história, psicologia, além daqueles mais diretamente vinculados aos estudos de cinema desde seus primórdios, entre outros, acabam sendo de fundamental importância para os desdobramentos de pesquisas sobre cinema e filmes, na área das ciências sociais, por mais que alguns ainda insistam em tentar mantê-los restritos a autores de apenas uma corrente disciplinar; perspectiva infelizmente muito comum ainda na universidade brasi-

leira, em contraste com a muito maior liberdade de abordagens da universidade europeia, inglesa e francesa em particular.

No caso da academia brasileira, a sociologia do cinema, como disciplina de ensino e pesquisa, surge no ano de 1986, por meio de um curso que se chamava Sociologia da Arte: Pintura e Cinema, oferecido por mim aos alunos de graduação do curso de Ciências Sociais. Esse trajeto também não foi simples, por ser visto com certa desconfiança pelas áreas mais instituídas de ensino e pesquisa nas ciências sociais, que sempre apresentam certa resistência a temas novos e inovadores, em geral, sempre vistos como pertencentes a alguma outra área de conhecimento.

Ao mesmo tempo, ele concretiza um interesse que começou no início dos anos 1960, quando, nos idos de meus sete anos, assisti a um filme no já extinto cine Phenix, na Vila Mariana, que restou como o primeiro filme do qual tenho lembrança, de todos os que assisti em minha infância: *Guerra dos botões*, de Yves Robert, que mostrava a inusitada forma como dois grupos rivais de pequenos estudantes lutavam entre si em busca de supremacia de uns sobre os outros. Era realizada a retirada dos botões das calças curtas e dos suspensórios que as mantinham, fazendo com que o grupo perdedor passasse a vergonha de voltar para casa com as calças caindo pelos joelhos.

Já nas ciências sociais, como professor que era, ao mesmo tempo, aluno de mestrado e, depois, de doutorado, possibilidade hoje em dia praticamente extinta na universidade e, desde a minha experiência na prática, acabada nessa escola, ensinava ao mesmo tempo em que aprendia, pois, como nem pintura nem cinema eram temas dos cursos de graduação e pós à minha época, meu ímpeto investigativo me levou a buscar formação em todas as áreas em que pudesse encontrar conhecimento que me ajudasse a investigar imagens por meio dos objetos que me atraíam na época: a arte moderna e a relação entre cinema e sexualidade nos anos 1970.

Se, antes disso, até idos dos anos 1970, a literatura era fruto de interesse em cursos dessa escola, em seu final, por meio dos cursos do professor Rui Coelho, a imagem, seja ela pintura, fotografia, seja cinema, não fazia parte do currículo específico de nenhuma das áreas que compõem as ciências sociais, nem mesmo da antropologia, que só foi criar um curso de antropologia visual muitos anos depois, em meados da década de 1990.

Esse curso de sociologia da arte foi se transmutando, até se tornar, posteriormente, somente um curso de fotografia e cinema e, para depois, já no ano 2000, transformar-se também no primeiro curso sobre cinema documental na área de ciências sociais nas universidades brasileiras.

A partir de 1998, esses cursos passaram a ser ministrados também em nível de pós-graduação, inaugurando, aqui, de forma institucional, a pesquisa específica nessa área de conhecimento, agora direcionada para pesquisas de mestrado e, conseqüentemente, de doutoramento, que se consolidou por meio de suas defesas, no decorrer do ano 2000.

Desdobramentos diretos dessa consolidação se expressam atualmente na criação de cursos de graduação e pós-graduação de alunos formados e egressos de nosso curso de pós, os quais, ao transformarem-se em professores de outras universidades, implantam cursos e orientações específicos nessa área de conhecimento, como os realizados por Mauro Rovai, na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), nos últimos cinco anos, reforçando a abrangência e a disseminação dessa área de conhecimento nessa escola institucionalizada.

O dossiê de entrevistas que apresenta a Revista *Plural* neste número visa explorar essa diversidade de perspectivas e formações nas inúmeras possibilidades de se trabalhar a relação entre cinema e sociedade de uma perspectiva multidisciplinar, na área das ciências humanas em geral, e das sociais em particular.

Optou-se por entrevistar pesquisadores de formações variadas e em diferentes níveis de carreira, deixando de lado os pesquisadores mais antigos das áreas, que falam por meio de suas obras já bastante disseminadas.

Por meio das entrevistas de André Parente, Arthur Autran, Marina Soler Jorge, Eduardo Morettin, Rose Satiko e do estadunidense Rendal Johnson, busca-se apresentar essa diversidade de formações e de perspectivas nas várias abordagens de investigação sobre o cinema, a partir de diferentes áreas específicas de conhecimento, como a sociologia, a história, a antropologia, a filosofia e as comunicações ou a área de cinema das escolas de arte propriamente ditas.

Em quase todas as entrevistas, fica explícita a formação interdisciplinar necessária para a investigação de um objeto tão multifacetado como o cinema, em suas mais variadas proposições. Da mesma forma, explicitam-se as diferenças de interpretação que os olhares mais pontuais trazem na avaliação de questões mais diretas e específicas.

Não vou aqui adiantar o que o leitor poderá ler cuidadosamente nas páginas que seguem. Reforço apenas que, independente do foco mais particular de cada área de conhecimento, um ponto de partida teórico mais geral parece alimentar as variadas perspectivas de maneira acentuada, em contraste com outras áreas de investigação tomadas por concepções muito mais restritivas do que se conceberia como sociológico, como se existisse apenas uma sociologia legítima, e não

várias formas diversas de se trabalhar sociologicamente sociologias distintas e não excludentes ou totalizantes.

Por fim, um breve comentário necessita ser realizado sobre a terceira pergunta destas entrevistas. Ao se afirmar que “as relações entre cinema e política no Brasil foram um tema candente no campo cinematográfico brasileiro do século 20”, incorre-se em duas ordens distintas de problemas.

Primeiro, como aconteceu com o conceito de classes sociais de Marx, a partir da década de 1970, toma-se o conceito de campo não como uma entidade teórica – que deve balizar a investigação de realidades distintas e, portanto, verificar sua pertinência e caracterização por meio de relações evidenciadas no trabalho de pesquisa –, como uma evidência que não deveria mais ser pensada em suas possibilidades constitutivas de se desdobrar ou não de uma realidade empírica, como uma realidade em si mesma, que deveria ser apenas meramente reconhecida e observada como ponto de partida, e não intermediário ou de chegada do trabalho investigativo. Assim, transforma-se o que seria uma indagação teórica à pesquisa em uma evidência empírica naturalizada.

Segundo, a afirmação de que Cinema e Política foi tema candente no cinema brasileiro do século 20 cria uma generalização do que se concebe como político, o que exigiu dos entrevistados uma multiplicidade de redefinições, pois a própria ideia do que é político sofreu profundas alterações, a partir da segunda metade do século 20 e, com ela, o que de político os filmes não diretamente políticos (definição também complexa) podem expressar, em suas mais variadas acepções.

Independente dessas questões, as entrevistas que seguem abordam, de maneira muito instigante, uma área de conhecimento que tem se disseminado de forma consolidada no pensamento das ciências sociais e humanas, na universidade brasileira e internacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARNOUW, Erik. *Documentary: a history of the non-fiction film*. New York: Oxford University Press, 1993.

GAUTHIER, Guy. *Le documentaire: un autre cinéma*. Paris: Nathan, 1995.

JARVIE, Ian Charles. *Towards a sociology of the cinema*, New York: Routledge & Kegan Paul, 1970.

SORLIN, Pierre. *Sociologie du cinéma*. Paris: Aubier-Montaigne, 1977.



## Entrevista

# CINEMA E SOCIEDADE:

## “seis questões para seis intelectuais”<sup>1</sup>

Entrevistados Arthur Autran Franco de Sá Neto, Rose Satiko Gitirana Hikiji, Randal Johnson, Marina Soler Jorge, Eduardo Victorio Morettin e André Parente.

Entrevistas realizadas por Guilherme Seto Monteiro e Lucas Amaral de Oliveira\*

**Revista Plural** *Primeiramente, gostaríamos de saber como ocorreu sua aproximação com o cinema, tanto em termos biográficos como intelectuais e profissionais. Aliás, como foi sua formação acadêmica? Como surgiram as escolhas de objetos de estudo?*

**Autran** Em geral, a cinefilia tem relação com a infância e a adolescência e, no meu caso, não foi diferente. Nasci e vivi minha adolescência em Manaus, uma cidade em que, na época, não tinha muitas opções culturais. O cinema quase se impunha como a única diversão a que um jovem com cerca de quinze anos tinha acesso, sem a companhia dos pais. O encanto pela sala escura, com uma tela branca enorme, e pela descoberta da liberdade foi paralelo, ainda mais quando eu entrava de férias e ia para o Rio de Janeiro, onde minha família em geral veraneava.

Muito cedo, assisti a alguns filmes que me impressionaram profundamente: *A noite (La notte*, de Michelangelo Antonioni, 1961), *O dragão da maldade contra o santo guerreiro* (Glauber Rocha, 1969), *Ran* (Akira Kurosawa, 1985) e, especial-

---

\* Mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e membros da Comissão Editorial da Revista *Plural*.

1 Os entrevistados neste dossiê são os professores Arthur Autran Franco de Sá Neto (Autran), docente no departamento de Artes e Comunicação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar; Rose Satiko Gitirana Hikiji (Hikiji), docente no departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP; Randal Johnson (Johnson), docente no departamento de Espanhol e Português da Universidade da Califórnia – UCLA; Marina Soler Jorge (Jorge), docente do curso de História da Arte da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal Paulista – UNIFESP; Eduardo Victorio Morettin (Morettin), docente na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – USP; e André Parente (Parente), docente na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. As entrevistas foram realizadas por Guilherme Seto Monteiro e Lucas Amaral de Oliveira, mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

mente, *Os incompreendidos* (*Les quatre cents coups*, François Truffaut, 1959). Vi esse último filme bem jovem, com cerca de dezesseis anos, e lembro perfeitamente o cinema, uma sala chamada Lido, localizada no aterro do Flamengo e que hoje parece ter virado uma igreja evangélica. O filme me impressionou tanto que fui a pé até Copacabana – onde eu estava hospedado – pensando em tudo o que acabara de assistir. Foi um impacto enorme, em termos estéticos e existenciais; talvez o maior que eu tivera até então. A partir dali, a cinefilia tomou conta de mim, e passei a considerar seriamente trabalhar em cinema – pois, até então, pretendia fazer vestibular para Filosofia.

Descobri que havia cursos universitários de Cinema e resolvi estudar em São Paulo, cidade que eu conhecia muito pouco, mas que me encantara quando aqui estivera. Após uma tentativa frustrada em 1989, prestei outra vez o vestibular para o curso de Cinema da ECA-USP e fui aprovado na turma de 1990 – ou seja, entrei no curso no mesmo ano em que Fernando Collor de Mello acabou com a Embrafilme e o cinema brasileiro se encontrava mergulhado em uma crise profunda.

No curso de Cinema, fiz amizades muito estimulantes e também tive o contato com mestres que me marcaram (especialmente Jean-Claude Bernardet, Maria Rita Galvão, Ismail Xavier, Carlos Augusto Calil e Eduardo Leone). Durante boa parte do curso, fiquei em dúvida entre tentar seguir carreira no campo do cinema ou continuar na universidade, mas meu gosto por estudar, a dificuldade em me inserir no cinema (pois nunca tive interesse em trabalhar na televisão ou na publicidade) e o fato de que minhas primeiras pesquisas chamaram atenção de algumas pessoas me levaram para o campo acadêmico de uma vez.

A situação de terra arrasada do cinema brasileiro acarretou um ambiente muito intenso de discussão naqueles anos. Hoje isso parece impossível, mas vivíamos uma situação na qual a produção brasileira de longas-metragens praticamente deixara de existir, e isso nos levava (aos estudantes e também aos professores e cineastas) a interrogar sobre a necessidade do cinema brasileiro, sobre sua importância cultural e econômica, além das relações com o Estado, etc. Essas discussões na ECA possivelmente direcionaram meu interesse acadêmico pelo cinema brasileiro como objeto de estudo. Nunca tive tanta curiosidade pelo cinema estrangeiro como objeto ao qual eu gostaria de me dedicar anos a fio, no que pese adorar cineastas como Howard Hawks, John Ford, Fritz Lang, Jean Renoir, Luchino Visconti, Roberto Rossellini, Orson Welles, Jean Rouch, Jean-Luc Godard, Valerio Zurlini ou Eric Rohmer.

Logo no início da minha carreira como pesquisador, tive muito interesse no papel da crítica cinematográfica, em entender como ela dialogava com o cinema

brasileiro. Ainda na graduação, sob a orientação de Jean-Claude Bernardet e muito influenciado pela leitura de *Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte*, de Paulo Emílio Salles Gomes, resolvi aprofundar meu conhecimento sobre um dos críticos da revista, o carioca Pedro Lima – o qual foi redator da coluna sobre cinema brasileiro em *Cinearte*, entre 1927 e 1930. Esse trabalho sobre Pedro Lima acarretou a possibilidade de colaborar com a Cinemateca Brasileira na organização do arquivo do crítico, material que eu mesmo ajudei a instituição a localizar.

No mestrado, ainda sob a orientação de Jean-Claude e influenciado por ele e pela obra de Maria Rita Galvão, continuei na seara da crítica, mas a relacionando com o processo de construção da historiografia do cinema brasileiro. Foi então que optei por estudar a obra de Alex Viany, crítico comunista que foi central na formação da geração do Cinema Novo e é também o autor do primeiro livro sobre a história do nosso cinema.

No doutorado tive certa mudança de foco, pois resolvi trabalhar com o pensamento industrial, ao longo de um período elástico, 1924 a 1990, buscando compreender quais os projetos industrialistas que os cineastas brasileiros elaboraram. A influência de Jean-Claude também é notável nesse trabalho, mas o desenvolvi no Instituto de Artes da UNICAMP, sob a orientação do professor José Mário Ortiz Ramos, o que foi importante no sentido de eu começar a relacionar o cinema com outros campos do audiovisual, especialmente a televisão, além de buscar uma perspectiva sociológica mais embasada teoricamente.

**Hikiji** Eu sempre gostei muito de cinema, desde criança<sup>2</sup>. Eu morava em São Bernardo, que é uma cidade que tem poucas opções fora do cinema dito “comercial”. Então, desde que eu me lembro de ter a possibilidade de começar a ir para São Paulo sozinha, com quatorze ou quinze anos, tinha essa busca por informação. Para encontrar alguma coisa fora desse circuito, o jeito era fazer o esforço de ir até a capital ou usar o que na minha adolescência era um fenômeno bastante importante: o videocassete.

Já a minha formação acadêmica foi dupla: eu fiz Ciências Sociais na USP e fiz Jornalismo, simultaneamente, na Metodista, em São Bernardo. Meu interesse inicial era trabalhar com Jornalismo, sendo que eu tinha interesse por uma área relacionada ao jornalismo cultural. Iniciei minha formação em Ciências Sociais pensando-a como uma formação complementar à minha formação jornalística. Curiosamente, meu primeiro trabalho depois de me formar em Jornalismo foi com televisão – eu havia passado em uma seleção da TV Cultura. Então, na

---

2 Depoimento colhido pessoalmente e posteriormente revisado pelo próprio autor.

televisão – que não era o que eu esperava fazer com o jornalismo de fato, pois eu gostava da perspectiva de trabalhar com o jornalismo impresso –, eu acabei tendo acesso ao universo da produção audiovisual. Trabalhei em várias funções da TV Cultura, desde a redação (apuração e pauta), até a reportagem na rua. Isso, para mim, foi muito importante, porque, apesar do ritmo acelerado do telejornalismo e de o produto final ser uma montagem de três minutos, a familiaridade com a linguagem audiovisual – algo que eu efetivamente experimentava – se iniciou ali com essa experiência na televisão.

Dessa experiência na TV Cultura veio a vontade de aprofundar a perspectiva de produção audiovisual, mas sem as limitações colocadas pelo ritmo do telejornalismo diário. Daí veio a ânsia de trabalhar com documentário, com a produção audiovisual mais aprofundada que a produção jornalística.

Quando eu saí da TV Cultura, trabalhei por alguns meses na Folha de São Paulo, também na área de cultura. Nessa época, eu estava terminando a graduação em Ciências Sociais e resolvi fazer o mestrado em Antropologia. Nesse momento, surgiu minha primeira proximidade acadêmica efetiva com o campo do cinema, porque eu resolvi fazer um mestrado com foco em antropologia visual, em que a ideia era abordar a produção, do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, do cinema não apenas hollywoodiano, mas também europeu, que vinha trazendo de uma forma muito instigante, naquele momento, a questão da violência.

De certa maneira, alguns filmes lançados nessa época vinham provocando uma discussão entre os teóricos, historiadores e críticos do cinema, mas também na mídia, de forma mais ampla, sobre a questão da representação da violência: filmes como os do Tarantino, do Oliver Stone, foram marcando uma discussão da forma como o cinema estava apresentando a violência. Essa discussão motivou meu mestrado, que teve início em 1996. Entre 1996 e 1998, eu realizei essa pesquisa que abordou a produção de alguns diretores desse cinema produzido no final dos anos 1980 e início dos 1990 e que suscitavam a discussão a partir da temática da violência.

Ao analisar esses filmes, o que eu pude perceber – e o que eu tentei trabalhar na minha dissertação – é que a própria forma fílmica era violenta, ou seja, não era simplesmente uma representação da violência, mas uma linguagem fundamentada no que eu chamei de “imagem-violência”.

Na antropologia, temos a tradição da pesquisa de campo; os antropólogos que trabalham com documentos, e não com “gentes” são uma minoria. Trabalhar com filmes era uma perspectiva muito pouco explorada naquele momento. Então, um primeiro desafio foi pensar a análise fílmica a partir de um diálogo entre a

teoria antropológica e a do cinema, pois seria impossível realizar essa pesquisa sem ter acesso ao que vem sendo feito pelo campo mais tradicional dos estudos sobre o cinema.

Em um segundo momento, depois de finalizar esse mestrado, realizei um doutorado, e a análise fílmica não foi mais o foco da pesquisa, mas a produção audiovisual, que se tornou uma parte metodológica importante da minha investigação. Na pesquisa junto a um projeto de ensino musical para crianças e jovens de baixa renda, eu produzi dois pequenos documentários etnográficos, que eu considero capítulos importantes da minha tese. Não entendo esses filmes como anexos, como ilustrações do material escrito, mas sim como parte constituinte da tese.

A partir de então e desde a finalização do doutorado, eu venho me dedicando tanto à produção do que se chama de filmes etnográficos quanto ao estudo de campo do filme etnográfico. Portanto, de alguma maneira, a análise fílmica volta à tona nesse segundo momento, mas a partir de um campo da produção cinematográfica, o documental, em especial o do filme etnográfico, produzido em contexto de pesquisa antropológica – que é no que eu venho trabalhando nos últimos seis anos.

**Johnson** Como praticamente todo mundo, criei-me com o cinema, vendo filmes quase todos os fins de semana. Comecei a me interessar mais seriamente durante a faculdade, entre 1966 e 1970, anos que coincidiram com a Guerra Fria, a Guerra do Vietnã, o movimento de direitos civis, o movimento estudantil, o surgimento da contracultura, e assim por diante.

Filmes como *Easy rider* (Dennis Hopper, 1969), *Medium cool* (Haskell Wexler, 1969), *The strawberry statement* (Stuart Hagmann, 1970), *Don't look back* (D. A. Pennebaker, 1967), *In the year of the pig* (Emile de Antonio, 1968), *if...* (Lindsay Anderson, 1968), e *Z.* (Costa Gavras, 1969) me impressionaram muito. Conheceria filmes de Godard, Pontecorvo e outros mais tarde.

Paradoxalmente, foi nesse período, com a sombra da convocação militar pairando sobre minha cabeça – não fui convocado porque, naquela época, havia um sorteio com base no dia do aniversário, e meu número não foi escolhido –, que descobri o Brasil, por meio da música de João Gilberto; isso em meados de 1967. Comecei a estudar a língua portuguesa logo depois. De um lado, portanto, a violência da guerra e a resistência que se manifestou de várias maneiras; de outro, uma imagem diferente de um país que não conhecia: uma imagem idealista e romântica, sem dúvida, mas que influenciou muita gente da minha geração. O filme *Orfeu negro* circulava nas universidades, com grande popularidade. Entre a guerra e um Rio de Janeiro idealizado, a opção era fácil.

Entrei na pós-graduação, na Universidade do Texas, em 1970, para estudar literatura luso-brasileira. No primeiro ano de pós, tive a oportunidade de estudar com dois professores visitantes: Massaud Moisés e Haroldo de Campos. Com uma formação teórica praticamente nula, naquele momento, a disciplina de Massaud, sobre literatura portuguesa, foi mais útil, pelo menos a curto prazo, pelo que ele ensinou sobre a análise meticolosa de textos literários. A longo prazo, no entanto, Haroldo teve um impacto maior. Em seu seminário sobre prosa de vanguarda, ele expôs a análise de *Macunaíma*, que seria publicada em 1973 com o título *Morfologia do Macunaíma*. Esse seminário plantou uma semente que, no meu caso, daria frutos mais tarde, com minha tese de doutorado sobre *Macunaíma*, Modernismo e Cinema Novo, em que uso a metodologia de Haroldo (e de Vladimir Propp), em uma análise comparada da estrutura narrativa do *Macunaíma*, de Mário de Andrade, e o filme de Joaquim Pedro de Andrade.

Hoje, a análise é datada e superada, mas ainda considero válido o argumento central do estudo, de que, em sua adaptação, Joaquim Pedro fez uma radicalização ideológica da obra de Mário, à luz da situação política do final dos anos 1960. Assisti ao filme pela primeira vez em uma sala de cinema que existia na Galeria Alaska, no Rio, onde passei o ano letivo 1971-1972, com uma bolsa da Fulbright, fazendo pesquisa para minha tese de mestrado sobre o escritor Adonias Filho. Lembro-me de ter visto, também, naquela época, *Como era gostoso o meu francês*, logo depois da sua estreia, em outra sala de cinema em Copacabana.

Ainda na Universidade do Texas, fiz minhas primeiras disciplinas de cinema propriamente dito, inclusive uma (em 1974, se lembro bem) sobre o cinema latino-americano, com Julianne Burton-Carvajal, uma das maiores especialistas do assunto nos Estados Unidos. Foi ali que comecei a aprender alguma coisa sobre o novo cinema latino-americano e sobre diretores como Solanas e Getino, Gutiérrez Alea, García Espinosa, Sanjinés e outros. No entanto, meu contato mais sistemático com o cinema brasileiro veio em 1975-1976, quando passei dezoito meses no Brasil fazendo pesquisa para a tese de doutorado, a qual resultou da conjunção de todos esses fatores (isto é, o seminário do Haroldo, um interesse maior pelo cinema, o contato com o cinema latino-americano, etc.).

Além de fazer análise fílmica, assisti a mais de duzentos filmes brasileiros nesse ano e meio e via tudo o que podia, desde os filmes do Cinema Novo até a pornochanchada. A oportunidade de ver tantos filmes foi importante, porque me deu uma visão geral do desenvolvimento histórico e estético do cinema brasileiro.

Uma pessoa muito importante nessa fase do meu crescimento intelectual foi Paulo Emílio Salles Gomes, que foi quem me levou à ECA, na USP, onde fiz a análise do filme de Joaquim Pedro, em uma moviola.

Naquele ano, se me lembro bem, Paulo Emílio organizou uma mostra de oitenta filmes brasileiros. Não diria que assisti a todos, mas vi um bom número.

Depois de terminar a tese e me formar, conheci Robert Stam, que havia se formado em Berkeley, e resolvemos colaborar em uma coletânea de ensaios sobre o cinema brasileiro, uma colaboração que resultou no livro *Brazilian cinema* (1982), o primeiro livro a sair sobre o assunto nos Estados Unidos.

O interesse pelo Cinema Novo levou ao livro *Cinema Novo x 5* (1984), com estudos meio autorais da obra dos diretores Joaquim Pedro de Andrade, Cacá Diegues, Ruy Guerra, Glauber Rocha e Nelson Pereira dos Santos. A ideia do livro era oferecer ao público americano uma visão geral da obra desses diretores – faltam ao livro vários outros realizadores, como Leon Hirszman e Paulo César Saraceni. Aliás, foi no período em que estava trabalhando nesse livro que comecei a me interessar pela relação entre o cinema e o Estado; um interesse que resultou no livro *The film industry in Brazil: culture and the state*, que aborda o desenvolvimento do cinema brasileiro desde o início, com um enfoque especial na política cinematográfica dos anos 1930 até os anos 1980.

Com a exceção de um livro sobre o realizador português Manoel de Oliveira (2007) e alguns ensaios esparsos, a linha central do meu trabalho sobre o cinema brasileiro, desde então, enquadra-se, de modo geral, no que chamaria de uma economia política do cinema.

Muito importante nessa trajetória foi o trabalho do sociólogo francês Pierre Bourdieu, cuja obra conheci em meados dos anos 1980. Esse contato ocorreu em parte por causa de uma volta ao estudo do Modernismo, que havia sido central na minha tese de doutorado.

Quando fazia pesquisa para *The film industry in Brazil*, soube, pela primeira vez, da relação complexa entre escritores e artistas modernistas e o Estado nos anos 1930. Isso acabou sendo outra linha de pesquisa, desde então, resultando em ensaios como *Regarding the philanthropic ogre: cultural policy in Brazil, 1930-1945/1964-1990* (1993), *As relações sociais da literatura brasileira* (1994), e *A dinâmica do campo literário brasileiro – 1930-1945* (1995).

Estou atualmente com planos de retomar um projeto de livro sobre o assunto que iniciei já faz tempo.

Voltando ao cinema, nessa linha de pesquisa, continuo interessado pela dinâmica do campo cinematográfico e suas relações com políticas públicas e outros setores de produção audiovisual, como a televisão, com artigos publicados principalmente nos Estados Unidos, tais como *TV Globo, the MPA and contemporary Brazilian cinema* (2005) e *The Brazilian retomada and global Hollywood* (2007).

**Jorge** Eu fui uma adolescente cinéfila e me interessava tanto pelo cinema de vanguarda (como Buñuel e Eisenstein) quanto pelos chamados *cult movies* (filmes como *O massacre da serra elétrica*, *A noite dos mortos vivos*, *O ataque dos vermes malditos*, etc.). Também gostava do cinema clássico norte-americano. Aliás, lembro que, ainda pré-adolescente, eu assistia a *E o vento levou* quase todos os dias, nas minhas férias: começava em um dia e, se não conseguia terminar, continuava no dia seguinte, e assim indefinidamente, de modo que eu conhecia de cor as frases (dubladas) de Scarlet O’Hara. Um pouco mais tarde, meu *cult* favorito se tornou *Os fantasmas se divertem*, a que eu também assistia repetidamente.

Continuei gostando muito de cinema ao longo da Universidade, mas meu envolvimento acadêmico com o assunto começou, digamos assim, quase por acaso: o professor Marcelo Ridenti, da Sociologia da UNICAMP, selecionou alguns bolsistas de iniciação científica para estudarem temas relacionados à arte e à política entre as décadas de 1960 e 1990 no Brasil. Fui selecionada e, dentro desse tema, escolhi pesquisar o Cinema Novo brasileiro. Desde esse momento, não saí mais da pesquisa relacionada ao cinema. Como dou aula em um curso de História da Arte, acho que hoje estou mais no cinema e na arte do que na sociologia propriamente dita.

**Morettin** Eu fiz minha graduação em História, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH-USP, de 1983 a 1987<sup>3</sup>. Na época, existia um interesse grande pelo cinema, mas ele não era parte integrante dos objetos estudados pelos historiadores brasileiros de então. Os professores projetavam filmes em sala de aula. Lembro, por exemplo, da exibição de *Os chapeleiros*, de Adrian Cooper, em uma aula do professor Edgar Carone. Outros docentes, como Arnaldo Contier, Carlos Vesentini e Maria Helena Capelato, demonstravam também esse interesse. O cinema estava presente nas salas de aula, mas não era ainda tema de pesquisa na pós-graduação. Durante a graduação, eu e mais alguns colegas criamos um cineclube, que expressava a paixão que tínhamos pelo cinema e também a inquietação de vê-lo como objeto de análise e fonte de pesquisa. O cineclube foi fundado em 1986, e dele participaram colegas que depois vieram a desenvolver pesquisas nesse campo. Um deles foi Cláudio Aguiar Almeida, que fez o primeiro mestrado do departamento de História Social sobre cinema, *Argila: uma cena do Estado Novo*, orientado pela Maria Helena Capelato e publicado em 1999 pela Annablume; outro foi Alcides Freire Ramos, que hoje é professor da Universidade Federal de Uberlândia, que entrou no mestrado e passou para o doutorado direto com a orientação do Arnaldo Contier e cujo

---

3 Depoimento colhido pessoalmente e posteriormente revisado pelo próprio autor.

trabalho foi publicado no livro *O canibalismo dos fracos*, editado pela EDUSC, em 2002, sobre Joaquim Pedro de Andrade e *Os inconfidentes*.

No cineclube, nós organizávamos uma série de mostras já preocupados com a temática “Cinema e história”. Organizamos, inclusive, um ciclo de filmes com o acervo do Instituto Goethe, com a participação dos professores do departamento de História Contemporânea.

Houve um momento em que eu não soube se seria possível levar à frente um trabalho sobre cinema no departamento de História. Nesta época, eu fui muito influenciado pelo trabalho de Ismail Xavier e, em particular, pelo livro *Sertão mar*, lançado em 1983, quando eu cursava minha graduação. Sua leitura me permitiu pensar na possibilidade de falar sobre a história a partir do cinema, de pensar o discurso cinematográfico como uma potência também, no sentido de construção e interferência em um determinado contexto. E, então, eu fui cursar disciplinas na Escola de Comunicações e Artes – ECA/USP.

Conheci Maria Rita Galvão, que, por sua vez, me indicou para uma bolsa de Iniciação Científica CNPQ, na Cinemateca Brasileira, em 1987, parte integrante de um projeto sobre o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), coordenado por Carlos Roberto de Souza. Foi na Cinemateca que entrei em contato com meu primeiro objeto de estudo, o filme *Os bandeirantes*, uma produção de 1940 do INCE, dirigida por Humberto Mauro e orientada pelo historiador Afonso de Taunay.

Em determinado momento, fiquei em dúvida se deveria seguir minhas pesquisas no departamento de História ou na ECA. Optei pela ECA, onde fiz meu mestrado e meu doutorado, sob a orientação de Ismail Xavier. O que aconteceu de comum com Cláudio, Alcides e comigo é que, nesse momento, a aproximação ao cinema ocorreu por intermédio de filmes históricos ou filmes em que existia um projeto ideológico muito claro.

**Parente** Eu me aproximei do cinema por várias maneiras bastante distintas: por um lado, comecei a fazer cursos de fotografia e cinema na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, em 1975 e 1976, ainda muito jovem. Na EAV, fiz vários filmes em super-8. Em sua maioria, eram o que as pessoas chamam hoje de cine-en-saio, documentários nos quais nos vemos implicados e são narrados na primeira pessoa. Simultaneamente à produção desses documentários, fui testemunho da emergência da vídeo-arte brasileira, por meio do trabalho de um grupo de artistas (Anna Bella Geiger, Fernando Cocchiarale, Ivens Machado, Letícia Parente, Miriam Danowski, Paulo Herkenhoff, Sônia Andrade e Ana Vitória Mussi) do Rio de Janeiro, do qual fazia parte minha própria mãe, Letícia Parente.

Minha mãe e Sônia Andrade fizeram alguns dos vídeos seminais do que eu chamaria de o primeiro capítulo da videografia brasileira. São vídeos que estão sendo revalorizados pelas jovens gerações. Em 1977, ingressei no Instituto de Psicologia da UFRJ – onde, inclusive, criei um cineclube – e me dediquei ao estudo da percepção e da imagem, enquanto me aprofundei na obra de importantes filósofos contemporâneos com quem vim a estudar mais tarde; entre eles, Gilles Deleuze e Michel Foucault.

Em 1978, passei a fazer parte do que eu chamaria de uma militância curta-metragista. Participei da criação da CORCINA (Cooperativa dos Realizadores Cinematográficos Autônomos S.A.), juntamente com diretores, roteiristas, fotógrafos e montadores de cinema da geração nascida nos anos 1950: Sergio Rezende, José Joffily, Arthur Omar, Sergio Peo, Roberto Moura, Lúcio Aguiar, Sílvio Da Rin, Sandra Werneck, Aída Marques, Mariza Leão, entre muitos outros. Os filmes realizados por mim, na época da CORCINA, eram experimentais, com um forte acento conceitual, e causavam um grande estranhamento nos espectadores: *Os Sonaciremas* (1979), *Curto-circuito* (1980) e *Na arte, nada se perde, nada se cria, tudo se transforma* (1982). Na verdade, nós nos batíamos contra as políticas da Embrafilme, que, nesse momento, se voltava cada vez mais para a produção de filmes comerciais.

Entre 1982 e 1987, fiz meu doutorado, sob a orientação de Gilles Deleuze. Era uma tese sobre a questão da narratividade cinematográfica nos movimentos experimentais do pós-guerra, publicada posteriormente aqui pela Papyrus, em 2000, e na França (*Cinema e narrativité*, L' Harmattan, 2005). Tratava-se de uma crítica ferrenha da semiologia e, ao mesmo tempo, de uma crítica deleuziana. Considero que minha tese é uma contribuição aos livros que Deleuze consagrou ao cinema. E se, por acaso, ele veio a me citar em *Cinema 2: a imagem-tempo* não foi sem razão. Portanto, minha aproximação com o cinema foi ao mesmo tempo prática e teórica, estética e política, tecnológica e experimental.

**Revista Plural** Sua obra é representativa de uma determinada perspectiva de trabalho com o cinema no Brasil. Gostaríamos que você nos expusesse, resumidamente, sua abordagem, considerando a relação entre cinema e sociedade presente em seus textos. Quais autores você destacaria como referências-chave para seu trabalho?

**Autran** Como apontei anteriormente, minha abordagem se alterou ao longo dos anos. Atualmente, estou pesquisando a política cinematográfica brasileira contemporânea, com uma perspectiva que é menos historicizante e mais sociológica.

As obras dos meus orientadores tiveram grande influência sobre mim, especialmente os livros *Cinema brasileiro: propostas para uma história* e *Historiografia clássica do cinema brasileiro*, de Jean-Claude Bernardet, bem como *Cinema, Estado e lutas culturais (Anos 50, 60, 70)*, de José Mário Ortiz Ramos. Mas é claro que outras referências são importantes. Entre os autores clássicos no campo do cinema, posso citar Alex Viany e Paulo Emílio Salles Gomes e, quanto aos autores contemporâneos, além de Ismail Xavier e Maria Rita Galvão, a obra de José Inácio de Melo Souza é fundamental também. Entre os autores estrangeiros, no campo do cinema, destacaria David Bordwell, Douglas Gomery, Michèle Lagny, Pierre Sorlin e Robert Stam. Na seara da Sociologia, a leitura de Armand Mattelart, Néstor García Canclini, Octavio Ianni, Pierre Bourdieu e Renato Ortiz é sempre importante. Já no campo da estética, tenho grande dívida para com o pensamento de Georg Luckács. Há, ainda, autores cuja obra é uma espécie de horizonte intelectual para meu trabalho. Nesse sentido, Roberto Schwarz tem um papel referencial.

Pela lista acima, é óbvio que não sigo uma “corrente teórica”. Penso que a complexidade do cinema brasileiro, enquanto objeto de estudo, obriga o pesquisador a se relacionar com diferentes teóricos e estudiosos de variados campos do conhecimento.

**Hikiji** Para responder a essa questão, é necessário dividir meu trabalho em dois momentos: a análise fílmica e a produção fílmica. Em minha pesquisa no mestrado, que deu fruto a uma dissertação em que a análise fílmica era elemento central, eu precisei trabalhar, de fato, desde uma perspectiva interdisciplinar. Então, há autores da filosofia, da teoria do cinema e da antropologia que informam o trabalho e que influenciaram minha forma de pensar o cinema.

Talvez um autor que tenha uma influência bastante determinante nesse momento de minhas abordagens seja Walter Benjamin. A aproximação com Benjamin ocorreu de maneira diversa: por um lado, a partir da leitura de seus trabalhos mais clássicos sobre imagem, fotografia e cinema; por outro, a partir de seus textos sobre magia e *mimeses*.

A aproximação com Benjamin, no mestrado, ocorreu também por intermédio de um antropólogo chamado Michael Taussig, que recupera Walter Benjamin para pensar sobre como o cinema e a fotografia são uma atualização, na própria modernidade, de um mundo que ainda opera no registro da magia, o mundo das “máquinas miméticas”.

Com efeito, esse conceito tem papel central em meu trabalho, porque esse fenômeno da *mimeses* foi uma entrada para pensar a relação do espectador com os

filmes. Autores como o próprio Edgar Morin já vinham trabalhando com a questão do cinema e dos mecanismos de projeção e de identificação que, no fundo, estão relacionados com a forma de se pensar hoje nossa relação com as imagens, quando projetadas em uma tela. Aprecio muito a perspectiva do Morin, sobretudo quando ele comenta que, por meio desse mecanismo de projeção e identificação, nós nos identificamos com um ou outro personagem dos filmes, e que, a partir disso, somos levados a viver a experiência do filme; quer dizer, não é uma experiência afastada, mas uma experiência que implica adesão emocional do espectador com o filme.

Obviamente, existem mecanismos que provocam a quebra dessa adesão, que são os momentos de reflexividade, mas são mecanismos que têm de ser efetivamente incorporados pelo realizador do filme, pois, caso contrário, a tendência é a dissolução, em que espectador e filme se tornam uma coisa só.

Além disso, também fui buscar autores que analisavam filmes e traziam ferramentas específicas para trabalhar com o material fílmico. São vários os autores com os quais eu trabalhei, mas talvez eu possa destacar aqui a obra de Anne Goliot-Lété e Francis Vanoye, *Ensaio sobre a análise fílmica*. Esse foi um trabalho que me ajudou muito na parte mais prática da pesquisa, ou seja, como lidar com a desconstrução, com a desmontagem e com a decupagem do filme. Mas fui buscar também na tradição da antropologia o que já vinha sendo feito em termos de uso do filme em contexto de pesquisa. Aqui, eu encontrei uma tradição importante, dos anos 1940, durante a guerra, principalmente, na Columbia University, um grupo de estudos liderado pela Margaret Mead e pela Ruth Benedict, que se propunha a utilizar filmes, literatura, enfim, materiais diversos, na impossibilidade de acessar a cultura de determinada população.

Nos “Estudos de cultura à distância”, por meio de filmes e romances, os pesquisadores norte-americanos tinham acesso aos valores, sentimentos e modos de pensar dos povos aos quais não tinham acesso durante a guerra. Entender essa aproximação com o cinema – de ética questionável – foi um movimento importante para eu traçar de que maneiras se processaram as relações entre antropologia e cinema na história de nossa disciplina.

Em um segundo momento, quando eu passo a pensar a produção de filmes a partir do campo da antropologia, surge um autor fundamental, tanto em termos de inspiração quanto de produção: o cineasta-antropólogo francês Jean Rouch, que produziu mais de cem filmes, a maioria no continente africano, desde os anos 1940 até 2004, ano de sua morte.

Rouch percebeu que a tese escrita, apesar de ser um requisito fundamental para sua formação e para o campo de conhecimento em etnologia e antropologia,

era muito limitada em termos de possibilidade de compartilhar esse conhecimento com os grupos que ele estudava. Rouch formula, então, o conceito de “antropologia compartilhada”, que seria a ideia de que, por meio do cinema, ele poderia produzir conhecimento junto aos grupos pesquisados e, mais, apresentar o resultado dessa produção para os grupos em uma linguagem inteligível para os próprios grupos.

Essa possibilidade de produzir um conhecimento em parceria com aqueles com os quais você realiza a pesquisa e devolver esse saber por meio da produção audiovisual é algo que me parece muito valioso.

Outro autor que poderia destacar é o David MacDougall, que, além de produzir filmes etnográficos desde os anos 1970, em contextos como Austrália, África e Índia, tematiza questões importantes sobre a produção de imagens em relação à possibilidade de produção de conhecimento. O que ele traz de fundamental para essa área é afirmar que a produção de filmes, a partir da perspectiva das ciências sociais, deve ser pensada como uma forma específica de produção de conhecimento, em que é preciso pensar as especificidades das possibilidades da produção de saber, quando diferentes tipos de mídias são acessados. Ou seja, não é opor a produção audiovisual à produção acadêmica, escrita, mas, ao contrário, pensar de que maneira a produção audiovisual consegue acessar um fenômeno de forma específica ou refletir acerca de como um mesmo fenômeno pode ser abordado por meio de um texto e por meio de um filme.

**Johnson** De certa forma, respondi a essa pergunta no item anterior. Além de vários críticos brasileiros, como Paulo Emílio Salles Gomes, Jean-Claude Bernardet, Ismail Xavier, José Carlos Avellar e outros, a referência principal seria, sem dúvida, Bourdieu, que ajuda a entender como um campo de atividade funciona em termos de posições que estão de alguma maneira em competição por aquilo que está em jogo no campo, seja dinheiro, seja prestígio – ou outra coisa. Quando, por exemplo, há um debate dentro da classe cinematográfica acerca de uma política de financiamento qualquer, há sempre interesses em jogo, e é importante ver quais são esses interesses e como se expressam. Escrevo um pouco sobre isso no ensaio mencionado acima, *TV Globo, the MPA and contemporary Brazilian cinema*<sup>4</sup>.

---

4 “Any field of cultural production is traversed by tensions, conflicts and contradictions deriving from its very structure, based on the relations between positions that participants, or agents, occupy in the field, and thus on the distribution of the diverse forms of capital at stake. This is particularly true in the case of fields of cinematic production in countries like Brazil, where film industries are shaped by multiple economic, ideological, social, and cultural exigencies that are compounded by U.S. domination of local film markets and the consequent need for diverse forms of state support. In addition to longstanding tensions between commercial and cultural (or artistic, or political) modes of cinematic discourse, conflicts also emerge concerning such

**Jorge** Minhas primeiras referências são meus orientadores: Marcelo Ridenti, da UNICAMP, que tem uma das obras mais importantes de Sociologia da Cultura do Brasil (*Em busca do povo brasileiro*, Editora Record, 2000) e Paulo Menezes, da USP, que me ensinou a analisar a linguagem interna dos filmes e a evitar o reducionismo que liga muito imediatamente arte e sociedade.

Considero que são muito importantes para minha pesquisa autores como Pierre Bourdieu, Walter Benjamin e Edgar Morin. Penso que cada um dos grandes autores, criadores de teorias relevantes, tem muito a contribuir com a relação entre arte, cultura e sociedade, de modo que devemos reter seus aspectos importantes e argumentar em relação àqueles que consideramos passíveis de crítica.

Ultimamente, tenho me concentrado em leituras mais específicas sobre cinema, como Ismail Xavier, David Bordwell e André Bazin. Além disso, estou bastante entusiasmada com o historiador da arte Hans Belting e seu livro recente, *A verdadeira imagem*. É um autor que empreende uma antropologia da imagem, seja ela artística ou não. Nesse sentido, creio que hoje esse é meu maior interesse, isto é, pesquisar a relação entre o espectador contemporâneo e a imagem cinematográfica para além das grandes teorias, sobretudo a “teoria do dispositivo”, concentrando-me, assim, na experiência do espectador que habita um mundo no qual sua vivência do “real” ocorre necessariamente no campo imagético.

**Morettin** Minha perspectiva é a de valorizar a análise fílmica, no sentido de evitar o emprego do filme como ilustração ou pano de fundo para a discussão de temas que talvez não precisassem do filme para serem discutidos. Falando das influências, o trabalho do Ismail Xavier foi fundamental, porque não só nos textos, como também nas aulas, ele mostrava sempre o quanto era possível discutir, a partir das obras, questões que não necessariamente se encontram nas falas dos diretores e nas críticas de época.

Em *Sertão mar*, ele afirma a necessidade de se prender àquilo que “bate na tela”, e isso para mim foi uma orientação: nunca descuidar das questões ligadas à análise fílmica

Outro autor importante, mas no sentido de construir um contraponto, foi *Marc Ferro*. *Cinema e História* foi traduzido em 1977, e o texto *Filme: uma contra-análise da sociedade*, em 1974, dentro da coletânea *História: novos objetos*, textos

---

*things as government film policy, which has a determinant impact on production models and, indeed, on the very survival of most national industries” (TV Globo, the MPA and contemporary Brazilian cinema. In: SHAW, Lisa; DENNISON, Stephanie (Org.). Latin American cinema: essays on modernity, gender and national identity. Jefferson, Carolina do Norte: McFarland, 2005. p. 14.*

que foram, pelo menos até os anos 1990, a principal referência para todos que se interessavam em estudar a questão Cinema e História.

Foi na pós-graduação que comecei a entrar em contato com a obra de Ferro, em uma disciplina que foi muito importante em minha formação, ministrada pelo professor Carlos Vesentini. Foi então que percebi, após uma leitura extensa desses textos, que, no fundo, os filmes para Ferro são utilizados mais como ilustração do que como fonte. Há uma série de princípios importantes e originais, mas nunca ou raramente desenvolvidos a partir do estudo de determinado tema. Ferro é uma figura muito importante na historiografia francesa, porque ele também tem uma dimensão de militância pela causa argelina e sempre foi um historiador preocupado com questões que não necessariamente estavam na ordem do dia na academia francesa. Sua importância para mim reside no fato de ter sido aquele que abriu a porta de entrada para esse universo. Porém, a insuficiência de sua análise era clara.

Do ponto de vista formativo, e isso não se traduz necessariamente nos textos, mas muito em uma vivência de aula, Maria Helena Capelato, Arnaldo Contier e Carlos Vesentini foram fundamentais nesse processo, pois me permitiram entender a especificidade de um discurso no universo das representações e o papel desempenhado pela memória histórica. A disciplina do professor Vesentini que eu mencionei logo acima foi um dos momentos significativos desse percurso. Ministrada em 1990, ele discutira como a noção de fato histórico era pensada em diferentes momentos da historiografia, do positivismo, passando pela escola dos *Annales* e História Nova, até chegar às vertentes benjaminianas. Era um curso bastante amplo em termos de bibliografia, mas, ao mesmo tempo, muito dedicado à análise do discurso que se encontrava presente nos textos.

Vesentini tinha uma preocupação com a análise do discurso que era diferente dos trabalhos que Hayden White fazia à época e que posteriormente tornar-se-iam referência, os quais consistiam em entender o discurso histórico como dotado de uma dimensão literária e, portanto, passível de ser dividido em gêneros. Dessa forma, pensar o real tornar-se-ia algo muito complicado.

O trabalho do Vesentini seguia outra linha: a de tentar perceber, no discurso, de que forma a luta política se traduzia na construção de uma memória que, ao fim e ao cabo, tentava apagar outras.

Há uma dimensão de luta que está posta na presença das diferentes expressões sociais, que podem se manifestar em jornais, livros, debates e cinema. Nesse cenário, o historiador tem que recorrer à argúcia para não se deixar iludir acerca de determinado discurso que, no fundo, pode se tornar hegemônico depois. Essa discussão permeava o curso e serviu para me chamar a atenção para o fato de que

seria necessário recorrer a elementos diferentes do trabalho do historiador para compreender as dimensões da análise discursiva.

Existe certa hermenêutica no trabalho do historiador ao lidar com as fontes escritas. Esse arcabouço também precisa ser construído para o historiador que trabalha com o filme, e, certamente, a História não era o lugar para isso ser construído. Por isso procurei a ECA.

Hoje, isso mudou bastante. No departamento de História, há professores como Maurício Cardoso e Marcos Napolitano que já estão absolutamente cientes da necessidade do estudo das linguagens específicas da música e do cinema. A escolha do cinema como objeto não se põe mais como um problema. No último simpósio da Associação Nacional de História (ANPUH), tivemos três seminários dedicados ao tema “Cinema e História”, cada um com uma abordagem diferente e reunindo pelo menos oitenta trabalhos. Em 1993, quando eu apresentei um trabalho pela primeira vez, em um simpósio da ANPUH, creio ter sido o único sobre cinema. Isso dá uma dimensão de como o cinema foi sendo incorporado no universo de trabalho da História.

**Parente** Minha postura diante dessa questão é muito simples. Em primeiro lugar, eu não me considero um profissional do cinema, mas um artista, isto é, para mim, o que importa não é fazer filmes a qualquer custo, mas fazer cinema. Para mim, trata-se de uma música de Caetano Veloso (*O estrangeiro*, por exemplo), um conto de Guimarães Rosa (*A terceira margem do rio*) e um texto de Deleuze (*Cinema 2: a imagem-tempo*), que são mais cinematográficos do que *Se eu fosse você*, que é um produto como outro qualquer (um carro, um sapato ou um saco plástico). Eis uma analogia, para resumir: não é porque escrevemos um texto que estamos fazendo literatura, ou melhor, o cinema não se reduz aos filmes. O cinema ou é invenção ou não é nada.

Sobre a questão dos autores e da relação do cinema com a sociedade, eu gostaria de dizer para mim a política dos autores instaurada pelos críticos do *Cahiers do Cinéma* continua válida. Entretanto, meu acento vai para a política, e não para os autores. Eu estou ligado, por minha história, ao cinema de autor e, mais ainda, ao que eu chamaria de cinema de artista, um cinema feito com imagens eletrônicas e digitais e que nem sempre vemos nas salas de cinema.

A ideia de que o cinema é um espetáculo que ocorre em uma sala escura, na qual temos uma projeção de um filme que dura algo em torno de duas horas e que conta uma história, é o que eu chamo de *forma cinema*: a forma que a indústria do espetáculo instituiu. Isso nos coloca problemas históricos, políticos e estéticos. E o que dizer de todas as experiências que se fizeram ao longo da história do

cinema e que diferem dessa imagem instituída do cinema que temos? O que dizer dos filmes que foram exibidos fora das salas de cinema? O que dizer dos filmes de curta metragem, dos filmes não narrativos e dos filmes abstratos? O que dizer de todas as experiências cinematográficas que não se adequam à “forma cinema” que se tornou dominante?

Seria interessante olhar para as artes plásticas e fazer a seguinte pergunta: o que aconteceu quando a arte deixou de ser apenas desenho, gravura, pintura e escultura, que eram suas formas dominantes até meados do século XX? A meu ver, o conceito de cinema é trans-histórico: muita coisa foi feita utilizando-se de imagem em movimento, desde o início das primeiras experiências com os ditos dispositivos óticos (taumatrópio, zoetropio, fenatiscópio, teatro ótico, kinoscópio, *hale's tour*).

Ao longo do século XX, tivemos muitas formas distintas de instalação cinematográfica que se distinguia do cinema de sala, em suas dimensões primordiais: a sala, o sistema de projeção e a forma discursiva dos filmes.

**Revista Plural** *As relações entre cinema e política foram um tema bastante candente no campo cinematográfico brasileiro do século XX. Nas duas últimas, teria havido um distanciamento entre essas esferas? De seu ponto de vista, qual a posição que o cinema ocupa hoje em nossa cultura?*

**Aufran** Certamente, a política, no sentido mais estrito, não possui o mesmo papel de destaque que já teve no cinema brasileiro, especialmente aquele que Ismail Xavier entende como o “cinema brasileiro moderno”. E não deixa de ser curioso o fato de que alguns dos filmes atuais mais instigantes em termos políticos sejam produções voltadas para o grande público. E refiro-me especialmente aos dois *Tropa de elite* (2007 e 2010). Por mais que se desgoste desse díptico de José Padilha, não se pode negar que boa parte das polêmicas em torno dos filmes tiveram conotações claramente políticas. Isso demonstra que há espaço para esse tipo de discussão junto ao público massivo.

De outro lado, pouco se discutiu o filme em um sentido mais profundo. O personagem do capitão Nascimento, com sua grossura, violência e megalomania, é um dos personagens marcantes da história do cinema brasileiro. Ele pertence a uma estirpe à qual pertencem outras figuras como Antônio das Mortes e Zé do Caixão, os quais também foram personagens solitários, violentos e marcantes para o(s) público(s) cinematográfico(s).

Os três são personagens angustiados que buscam, por meio da violência, mudar tudo, botar de ponta-cabeça o que está errado, possuindo uma consciência

trágica da necessidade de mudança e da dificuldade para algo se alterar. O fato de esses personagens serem originários de filmes muito diferentes entre si indica claramente que esse tipo de personagem expressa algo de muito profundo em nossa sociedade: a percepção da necessidade de mudanças, e também a dificuldade em realizá-las coletivamente, de onde advém a necessidade dessa espécie de herói trágico fadado ao fracasso.

Em outra seara, aquela do cinema dito de “arte” ou “culto”, destaca-se a obra de Sérgio Bianchi, pois filmes como *Cronicamente inviável* (2000) ou *Os inquilinos* (2009) são profundamente políticos. O primeiro por relacionar os intelectuais com a situação de crise geral do país, como parte integrante dessa crise; o segundo por constituir uma representação espacial das mais interessantes, ao conseguir representar essa situação de claustrofobia que todos vivemos nas grandes cidades brasileiras, em nome da segurança pessoal.

Por outro lado, o documentário ocupa ainda um papel importante em relação à discussão política, particularmente uma “política das imagens” no Brasil. De diferentes formas, filmes como *Edifício Master* (Eduardo Coutinho, 2002), *Peões* (Eduardo Coutinho, 2004), *Entreatos* (João Moreira Salles, 2004), *Santiago* (João Moreira Salles, 2007), *Corumbiara* (Vincent Carelli, 2009), *Pacific* (Mercelo Pedroso, 2009), *Vocação do poder* (Eduardo Escorel e José Joffily, 2009) e *Kene Yuxi* (Zezinho Yube, 2010) são também trabalhos profundamente políticos pelo fato de abordarem de maneira diferenciada questões centrais do Brasil contemporâneo e pelo modo como os filmes abordam tais questões.

Mas é fato que, na maior parte da produção ficcional ou documental, a política passa longe de ser uma discussão central, e há pouca consciência em torno de uma política das imagens ou mesmo das imagens políticas.

Não obstante, o cinema possui um papel relevante no quadro cultural brasileiro; de um lado porque alguns filmes logram amplo contato com o público que hoje frequenta as salas de cinema, e então, como queria Gustavo Dahl, já existe toda uma relação cultural forte.

Nesse sentido, películas como as duas partes de *Tropa de elite*, *Meu tio matou um cara* (Jorge Furtado, 2004) ou *Dois filhos de Francisco* (Breno Silveira, 1995) têm um papel fundamental, pois atraem para o cinema nacional um público que, em geral, só assiste ao *blockbuster* estrangeiro.

Em relação aos filmes mais voltados para a experimentação de linguagem, há sempre o público cinéfilo que acompanha a obra de realizadores como Eduardo Coutinho, João Moreira Salles, Julio Bressane, Karim Aïnouz, Marcelo Gomes, Andrea Tonacci, Carlos Reichenbach, Domingos de Oliveira, entre outros, mas me

parece que, infelizmente, se trata de um público cada vez menor e muito voltado em termos de interesses culturais para o próprio universo do cinema.

A inserção do cinema brasileiro dito culto no universo mais amplo da cultura nacional se afigura atualmente como algo limitado. Não tenho uma resposta sobre a causa disso; há desde o fato de que o público universitário em geral parece menos afeito à experimentação no campo estético, quando comparado com o dos anos 1960-1970, mas também parece existir uma dificuldade de os filmes conseguirem estabelecer diálogo com preocupações da elite cultural. Finalmente, os últimos anos foram marcados por mudanças muito grandes na imprensa cultural, nas formas de difusão dos filmes e no próprio público. Assim, em geral, o cinema brasileiro dito culto parece acompanhar mal essas alterações todas.

**Hikiji** Volto a falar a partir do campo que tenho pesquisado. Pensar o cinema hoje implica refletir sobre as novas formas de produção e compartilhamento de imagens e sons. Fenômenos como o Youtube devem ser considerados em uma reflexão atual sobre o fazer audiovisual. Na rede, com recursos audiovisuais, tem-se feito política de formas novas e ainda pouco analisadas. Nesse sentido, não vejo apenas distanciamento entre cinema e política, mas aproximações a partir de novas formas de fazer cinema e política.

**Johnson** É inegável que já não exista um *movimento* político dentro do cinema brasileiro, como havia a partir dos anos 1960 com o Cinema Novo. Não há o que poderíamos chamar de uma “causa comum” ou um discurso político hegemônico. O cinema já não é visto mais como um instrumento de conscientização em um processo mais amplo de transformação social. O que existem são políticas que se expressam de muitas maneiras diferentes, em uma grande variedade de formas estéticas. Os assuntos e as abordagens são múltiplos.

Jean-Claude Bernardet disse uma vez que *Cidade de Deus* era talvez o filme mais político da época em que foi lançado, não por causa de seu posicionamento político propriamente dito, mas por conta dos amplos debates que provocou. A controvérsia provocada por *Tropa de Elite* também não deixa de ter seu lado político.

*Tropa 2* é mais explicitamente político em sua denúncia da corrupção. Mas a política também existe no nível familiar (*Lavoura arcaica* e *Santiago*) e envolve desde a história (*Carlota Joaquina*) até a estética (*Viajo porque preciso...*), com muitas possibilidades intermediárias.

Há também, é claro, outros níveis de política, como a política do mercado, dos incentivos fiscais e assim por diante.

**Jorge** Creio que as expectativas de que a arte iria mudar o mundo, próprias dos anos 1960 e 1970, foram deixadas para trás. Os cineastas não têm feito filmes es-

tritamente políticos, no sentido mais óbvio do tema, mas isso não significa que tenham deixado de tratar do mundo em que vivem. A política na arte foi muito identificada ao cinema anticonvencional, de narrativa fragmentada, por vezes incompreensível para o grande público, em uma separação entre arte e massas que reproduziu aquela das vanguardas históricas nas artes plásticas.

A meu ver, podemos dizer que a radicalidade cinematográfica dos anos 1960 e 1970 – por exemplo, o cinema de Godard – perdeu espaço para um cinema que tenta pensar o mundo sem perder a comunicação com o público. Nesse sentido, a contemporaneidade sugere uma vitória da ontologia de Bazin sobre a epistemologia das grandes teorias, pois o realismo prevaleceu.

**Morettin** Certamente, houve uma modificação, na medida em que, nos anos 1960 e 1970, existia um projeto de revolução em pauta, vinculado ao contexto da ditadura militar e da repressão, e, nos anos 1990 e 2000, esse processo mudou radicalmente, não existindo mais a dimensão coletiva de um projeto de mudança. Isso fica muito evidente no chamado “cinema da retomada” e em alguns filmes históricos rodados nesse período, como *Hans Staden*, de 2000.

O filme se propõe como uma adaptação da obra homônima de Hans Staden, que trata, como sabemos, de seu encontro forçado com a cultura indígena. O trabalho do Luiz Alberto Pereira foi justamente no sentido de evitar qualquer processo de alegorização, afastando-se, desse modo, de um filme como o do Nelson Pereira dos Santos, *Como era gostoso o meu francês*, de 1972, no qual a alegoria era empregada no sentido de fazer considerações sobre seu momento histórico. Por meio dessa diferença, vemos como o projeto político se esvazia de um momento ao outro.

Afora isso, uma vertente que hoje faz aproximações interessantes entre cinema e política é o documentário, tanto pela figura do Eduardo Coutinho como pela do João Moreira Salles. E isso também com a perspectiva de discutir o documentário em sua dimensão de registro do mundo que se coloca diante da câmera. O filme que é exemplar nesse sentido é o *Jogo de cena*, do Eduardo Coutinho, que registra os depoimentos de diferentes atrizes em torno de experiências de vida, e, a partir de determinado momento, o espectador já não consegue discernir o que corresponderia a um depoimento efetivo ou a uma encenação.

Decerto, esses filmes têm uma posição política, mas dentro de outra chave, na qual os temas estão lá. Existem questões que se referem a certo diagnóstico de problemas contemporâneos, mas, ao mesmo tempo, a forma como o próprio documentário se estrutura dá expressão àquelas discussões.

De certa maneira, houve um distanciamento em relação aos projetos do passado, mas acredito que, hoje, as articulações se apresentam em outra chave.

Se formos pensar no Brasil dos anos 1960 e no Brasil hoje, bem ou mal, temos no poder um partido que surgiu no contexto das greves operárias do final dos anos 1970. A atual presidente foi presa política, torturada. Quais seriam, então, os projetos de mudança hoje? Em alguma medida, os projetos daqueles que propunham mudanças nos anos 1960 e 1970 venceram, e talvez a questão de hoje seja buscar novos paradigmas, que percebemos nas manifestações no mundo árabe ou nos Estados Unidos, com o Occupy Wall Street.

O cinema também mudou muito de lá para cá. A produção está mais esfacelada com as perspectivas da internet, e há uma produção grande de pessoas que estão fora da indústria. Nesse sentido, talvez a política esteja em outro lugar, não tanto nos cineastas como porta-vozes de grandes projetos de mudanças. Creio que isso se perdeu, mas não é um fato necessariamente lamentável, pois essas discussões talvez estejam hoje em outros espaços. A questão é perceber aonde isso acontece.

**Parente** Bom, há aí não apenas uma pergunta, mas uma afirmação. Eu não creio que o cinema brasileiro tenha sido predominantemente político apenas por conta de um de seus principais movimentos, que foi o Cinema Novo. Os ciclos regionais das três primeiras décadas não eram propriamente políticos. O cinema dos grandes estúdios, como a Cinédia, a Atlântida, em particular, a Chanchada, e o cinema da Vera Cruz, nos anos 1930, 1940 e 1950, não foram eminentemente políticos. Por fim, o Cinema Marginal, que foi um dos mais expressivos movimentos do cinema brasileiro, ao lado da Chanchada e do Cinema Novo, não foram políticos, no sentido mais comum desse termo.

Se exibirmos hoje *Deus e o diabo na terra do sol*, ao lado de *O bandido da luz vermelha*, muitas pessoas conectadas com o cinema de hoje talvez achassem o bandido mais contemporâneo e mais político. O mesmo ocorreria entre *A falecida* e *Bang-bang*. São quatro obras seminais, geniais, que estão para mim entre os dez melhores filmes brasileiros de todos os tempos. Mas *O bandido* e *Bang-bang* são filmes radicais, são verdadeiras metralhadoras cinematográficas e marginais no sentido do lema de Hélio Oiticica: “Seja marginal, seja herói”.

Como dizer que não são políticos se possuem uma estética da guerrilha urbana? Que transformações culturais podem ter ocorrido para operar essa mudança? Sem dúvida, já não assistimos mais a cinema como antigamente. As questões políticas também mudaram. Hoje, a política, como política de Estado, política que coloca no horizonte a revolução, está em crise. Já não acreditamos mais que as grandes mudanças passem pelos partidos políticos e pelo Congresso. Há uma crise de representatividade e, mesmo, quanto à capacidade dos políticos de inventarem novas formas de subjetividade, sensibilidade e mentalidade.

Soluções para os problemas de hoje são soluções que passam muito mais por micropolíticas. Hoje, já não acreditamos mais que apenas por meio de uma revolução podemos resolver os problemas de distribuição de renda, educação, saúde e meio ambiente. Penso que o cinema está mais ligado à micropolítica, a questões das relações entre o patrão e o empregado, o homem e a mulher, o pai e o filho, o professor e o aluno, de uma crise de valores, do que é ou não fora da norma. O politicamente correto tem mais a ver com uma ética do que com uma política.

Nesse sentido, filmes como *Passaporte húngaro* (Sandra Kogut), *Madame satã* (Karim Ainouz) e *Tamboro* (Sergio Bernardes) são altamente políticos, mas dentro de outra perspectiva, que é a da produção de subjetividade.

Sobre a posição que o cinema ocupa hoje em nossa cultura, eu não teria como responder a essa pergunta. O que tenho a dizer é que o dado novo do cinema no Brasil é a vontade de fazer cinema. Todos querem fazer cinema. Como isso se produziu sem uma política pública? A meu ver isso ocorreu por conta dos inúmeros eventos de cinema que se criaram no país. Hoje, dizemos que a Argentina tem mais de mil escolas de cinema e que o Brasil tem mais de mil eventos de cinema (festivais, mostras, seminários, prêmios, encontros, simpósios e congressos), eventos de toda ordem. Isso acabou por criar um público ávido por discutir e fazer cinema.

Há todo o tipo de inversão. Há coisa de seis anos, conversei com um colega de Florianópolis. Ele estava participando da criação de um curso de graduação em cinema na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Eu perguntei: “como vocês vão abrir um curso de cinema em uma cidade onde tem quatro salas de cinema?” Abriram o curso, e, no ano em que foi aberto, ele já era considerado o segundo curso mais procurado da UFSC.

Entretanto, essa vontade de fazer cinema expressa desejos diferentes. Nem sempre se trata de uma vontade de arte, nem sempre as pessoas têm algo a dizer cinematograficamente.

**Revista Plural** *Quais foram os filmes mais relevantes produzidos recentemente (sobretudo na última década)? Por quê?*

**Autran** Tenho dificuldade em apontar o que seria “mais importante” na última década. Hoje, já não sou cinéfilo e acompanho pouco a produção estrangeira. Já a produção brasileira eu acompanho melhor e destacaria alguns filmes como: *Edifício Master*, *Santiago*, *Serras da desordem* (Andrea Tonacci, 2006) e *O céu de Suely* (Karim Ainouz, 2006). São filmes que, de forma muito intensa, propuseram a ruptura de limites tradicionais da história do cinema brasileiro.

O primeiro, em relação à representação da classe média no campo documental, a qual ainda hoje é um tabu no Brasil e que, no filme de Coutinho, atingiu um grau de complexidade muito grande; o segundo, pela forma como o realizador expõe sua dominação em relação ao objeto, algo presente em qualquer documentário, mas muito obliterado naqueles que têm o outro de classe como tema. Há uma vinculação entre realizador/classe dominante e, de outro lado, objeto/classes dominadas, que expõe muito das contradições do documentarismo brasileiro; o terceiro, pela complexa relação proposta entre documentário/ficção, como forma de estruturação do filme; o último, pela representação inventiva da mulher e, ao mesmo tempo, pela ruptura com a significação da estrada no cinema brasileiro, um espaço muito comum em nosso cinema como metáfora ou alegoria de um futuro melhor (no caso do Cinema Novo) ou da distopia (no caso do Cinema Marginal), mas que nessa obra surge sem nem um nem outro significado, e sim de maneira mais indeterminada e aberta.

**Hikiji** Essa é uma questão extremamente delicada, pois foram muitos os filmes marcantes produzidos recentemente, e, quando selecionamos alguns, acabamos por deixar de lado outros de igual ou maior relevância. Falando na última década e seguindo a linha do documentário – que é a área à qual eu tenho me detido como analista –, sobretudo no contexto nacional, penso imediatamente em três filmes.

*Santiago*, do João Moreira Salles, é um filme que marca certo momento do cinema brasileiro documental pela ênfase na reflexividade, por colocar em evidência o lugar do autor, o lugar de onde se produz o filme e o conhecimento; aliás, é um filme que está em sintonia com questões que as ciências sociais vêm tematizando nos últimos vinte ou trinta anos, relacionadas à impossibilidade da produção de um conhecimento unilateral, desenraizado. Esse filme aborda o tema de uma forma muito enfática e sensível, simultaneamente, constituindo-se como uma produção fundamental para pensarmos o dispositivo cinematográfico, quer dizer, o cinema como meio de produção de informação e imagens e que é uma produção a partir de determinada perspectiva.

Outro filme que me chamou muito a atenção, produzido recentemente, é *Corumbiara*, de Vincent Carelli. Esse é um trabalho de um realizador que vem trabalhando já há muitos anos com populações indígenas e que criou, junto com Dominique Gallois, professora do Departamento de Antropologia, o *Vídeo nas aldeias* – projeto que leva o cinema às aldeias indígenas, em um contexto de instrumentalizar essas populações no uso do audiovisual, sempre no diálogo intercultural. Esse filme autoral do Vincent, *Corumbiara*, é um amadurecimento de

um processo de pesquisa e ativismo junto às populações indígenas, pois percorre um longo período de presença do Vincent junto aos índios e a outros indigenistas, para fazer uma denúncia de massacres em territórios, muitas vezes, não reconhecidos ainda. O tema em si é relevante, mas a forma do documentário me parece particularmente importante, pois é uma mistura de registros produzidos em mais de vinte anos de interação com essas populações.

Um terceiro filme, talvez menos conhecido pelo grande público, é *Terra deu, Terra come*, de Rodrigo Siqueira. Ele pode ser pensado ou como documentário ou como filme etnográfico, já que aborda uma experiência de uma comunidade em Minas que realiza um funeral a partir de elementos ritualísticos tradicionais naquela localidade. O filme mostra com detalhes a realização desse funeral representativo da cultura de tradição oral dessa região, mas, além disso, ele explora mecanismos cinematográficos que brincam com a transição entre a ficção e o documental. Essa possibilidade de explorar a porosidade entre ficção e real é um dos elementos muito fortes do filme do Rodrigo – e que já estava nas obras do Rouch (o que ele chamou de “etnoficções”).

**Johnson** Isso é muito relativo, porque os filmes se dirigem a públicos diferenciados e adotam estratégias diferentes. Para falar da “relevância”, teriam que ser avaliados em relação aos objetivos e ao público-alvo, o que vai muito além do espaço que temos aqui. No entanto, colocaria os seguintes filmes na lista, não necessariamente em ordem de preferência: *Lavoura arcaica*, de Luiz Fernando Carvalho, que faz uma adaptação impecável do romance de Raduan Nassar, em uma estética igualmente impecável; *Central do Brasil*, que, a partir de uma história essencialmente brasileira, evoca o Cinema Novo, e Walter Salles nos dá uma obra sobre valores universais, como a compaixão e a solidariedade; *Cidade de Deus*, filme de Fernando Meirelles e Kátia Lund, que teve impacto muito além das fronteiras do país; *Tropa de elite*, um filme controverso e provocador; *O ano em que meus pais saíram de férias*, que lembra o impacto, no plano da pessoa, da ditadura militar, mas depois envereda por outros caminhos e comunidades, criando outras identidades; *Nome próprio*, um filme corajoso, por parte tanto de Murilo Salles quanto de Leandra Leal, que explora, entre outras coisas, o mundo blogueiro; *Cronicamente inviável*, de Sérgio Bianchi, que talvez seja o cineasta mais político (e impiedoso em sua crítica) trabalhando no Brasil hoje (poderia colocar *Quanto vale ou é por quilo?*); *Viajo porque preciso, volto porque te amo*, um retrato esteticamente lindo da solidão. Enfim, acrescentaria a essa lista minisséries de televisão como *Hoje é dia de Maria*, *A pedra do reino* e *Capitu*, todos de Luiz Fernando Carvalho, que são uma das obras audiovisuais mais criati-

vas e ousadas produzidas no Brasil, na última década.

A produção de documentários tem sido, também, particularmente rica nos últimos anos. Sem muita elucubração, aqui vão alguns dos meus preferidos: *Santiago*, *Edifício Master*, *Jogo de cena*, *Ônibus 147*, *Janela da alma*, *Prisioneiro da grade de ferro* e *Justiça*.

**Jorge** É difícil fazer uma lista, pois tenho certeza de que vou esquecer filmes e cineastas, mas podemos citar o cinema iraniano e o cinema asiático, em geral, como destaques nas últimas décadas. O cinema de animação também tem produzido obras-primas, como *Wall-E*, *Up* e *Rango*. A decepção tem sido o cinema italiano, que nos deu, no passado recente, tantos mestres e, hoje, parece ter caído em uma quase irrelevância.

**Morettin** Um dos filmes é *Jogo de cena*, do Eduardo Coutinho, pelos motivos que expliquei na questão anterior. Outro filme seria *Santiago*, do João Moreira Salles, na mesma perspectiva de problematizar o lugar do enunciador. *Lavoura arcaica*, do Luiz Fernando Carvalho, eu também considero um filme bastante significativo, até porque ele é um diretor egresso da televisão e produz um dos filmes mais instigantes do ponto de vista estético, além de *Madame Satã* e *O céu de Suely*, de Karim Aïnouz, de *Cinema, aspirinas e urubus*, do Marcelo Gomes, e também os trabalhos do Lírío Ferreira.

**Parente** Muito difícil responder a essa pergunta. Por um lado, hoje se produzem muitos filmes no Brasil. Calculo, por intuição, que nossa produção anual deve ultrapassar duzentos filmes. Considerando os curtas-metragens, os vídeos, as instalações, os seriados, esse número cresceria imensamente. Em segundo lugar, o cinema que mais me interessa hoje está passando nos circuitos alternativos e mesmo nas bienais, nos museus e galerias de arte.

Por exemplo, em uma instalação, somos obrigados a recriar as dimensões fundamentais do dispositivo do cinema: a arquitetura, a projeção e a narrativa. Muitas instalações utilizam narrativas mínimas, a exemplo dos filmes de Cao Guimarães. Acho muito interessante os vídeos e instalações de Carlos Nader, Lucas Bambozzi, Solon Ribeiro, Marcellus L., Katia Maciel, Caetano Dias, Roberto Bellini, Pablo Lobatto, entre muitos outros, e, sobretudo, dos jovens cineastas Alexandre Veras, Felipe Bragança, Ivo Lopes, Bruno Parente, Ava Rocha, Ricardo e Luiz Pretti, Pedro Diógenes e Fred Benevides. São apenas alguns nomes. Eu poderia acrescentar uma dezena de outros bons cineastas e artistas.

Acho que, entre os maiores cineastas brasileiros de hoje, estão, sem dúvida, Karim Aïnouz e Marcelo Gomes. Na *première* do filme *Viajo porque preciso, volto porque te amo*, que eles realizaram juntos, no Festival do Rio de Janeiro de 2009,

eles subiram ao palco e disseram em alto e bom tom que uma das coisas mais bacanas que eles aprenderam com esse filme foi que eles ainda estavam descobrindo o que era cinema. Acho essa afirmação muito importante.

Como dizer quais os filmes mais relevantes, quando boa parte deles sequer são considerados cinema pela maioria das pessoas que fazem cinema no Brasil? Como resolver a equação de apontar exemplos diante de uma produção imensa de filmes em relação à qual nem sempre temos acesso?

**Revista Plural** *A contraposição entre um cinema comercial ou de massas e outro tipo de cinema, mais de “vanguarda”, atravessa toda a história do cinema, pelo menos desde Griffith e as vanguardas francesas. Isso tem sido continuamente comentado pela crítica especializada. Atualmente, ainda faz sentido falar dessa contraposição? Quais os sentidos que ela pode adquirir hoje?*

**Autran** A contraposição entre o cinema comercial e o de vanguarda caracterizou e ainda caracteriza boa parte do discurso da crítica cinematográfica, mas é de se recordar que esses filões sempre mantiveram relações. Assim, diretores de vanguarda como Jean-Luc Godard ou Glauber Rocha foram influenciados pelo cinema clássico hollywoodiano. De outro lado, o cinema de Hollywood dos anos 1970 é tributário de vários procedimentos estilísticos típicos da modernidade cinematográfica. Há filmes destinados ao grande público, com alto grau de complexidade estética e ideológica (basta pensar na obra de Alfred Hitchcock, Nicholas Ray ou Martin Scorsese) e nem sempre a vanguarda produz obras necessariamente instigantes.

Mas certamente houve e há cineastas que, ao longo da história, confrontaram a indústria cinematográfica tanto por seu modo de produção quanto por suas opções estéticas. É possível, aqui, pensar no cinema de realizadores como John Cassavetes ou Ozualdo Candeias, os quais, em boa parte de suas obras, propuseram um novo olhar cinematográfico e, ao mesmo tempo, outras formas de produzir. Outros autores atuaram nas brechas ou nos interstícios da indústria, muitas vezes, inclusive, subvertendo processos tradicionais, como é o caso de Roberto Rossellini.

Em países como a França e o Brasil, a ação do Estado também foi essencial para a continuidade da obra tanto de cineastas ditos mais comerciais como dos autores. Para resumir: parece-me que a polarização entre comercial e vanguarda é um produto do discurso crítico, cuja importância foi enorme, em termos ideológicos, em alguns momentos da história do cinema, mas, concretamente, a atividade cinematográfica é tão complexa e envolve tantos recursos que historicamente os cineastas precisaram se relacionar com a indústria e/ou com o Estado – e me

parece no mínimo ingênuo imaginar que este último também não possui constrictões, mesmo no regime democrático e mesmo que os cineastas as naturalizem.

Mais do que um regime de oposição total, afigura-se que comercial e vanguarda integram o sistema cinematográfico, possuindo, inclusive, diversos pontos de contato. É preciso ainda lembrar que há filmes produzidos dentro dos esquemas tradicionais para o circuito comercial e que, não obstante, são obras de vanguarda, como é o caso do magnífico *O império do desejo* (Carlos Reichenbach, 1981).

**Hikiji** Faz sentido falar nessa contraposição, sim. Continuamos a ter uma produção *blockbuster*, que chega aos cinemas, e, ao mesmo tempo, uma produção mais restrita. Entender essa contraposição implica refletir sobre a indústria cinematográfica em todos os sentidos, desde Hollywood até Nollywood, o cinema da Nigéria. Talvez possamos pensar menos em uma bipolaridade, mas pensar na coexistência de inúmeros cinemas: cinemas locais, engajados politicamente, e mesmo cinemas de massa, que são produzidos a partir de outra lógica, que não a lógica industrial clássica. Isso implica pensarmos também no lugar do cinema na produção atual. Hoje, existem filmes produzidos só para a internet ou para circular só no mercado de DVDs mais ou menos piratas e existem filmes que são produzidos para circular no circuito industrial tradicional. Isso quer dizer que é necessário pensar em vários tipos de cinema, tanto na esfera da produção quanto na esfera da circulação, ou seja, nas possibilidades de você acessar filmes pela internet e, ao mesmo tempo, de produzir audiovisual veiculado também pela internet.

Enfim, o que seria cinema hoje? É nisso que devemos pensar na contemporaneidade.

**Johnson** A questão do modelo de produção que o cinema brasileiro deve seguir (há apenas um?) ainda não foi inteiramente resolvida, principalmente por causa da ocupação – há longa data – do mercado de exibição pelo cinema americano, que faz com que a produção seja difícil, sob quaisquer circunstâncias. E isso ocorre não apenas no Brasil. Os filmes mais autorais ou de vanguarda têm cada vez mais dificuldade em achar janelas de exibição nos circuitos comerciais, o que aumenta a importância de outros circuitos, como o dos festivais.

Essa dicotomia pode ser explicada em termos da distinção que Bourdieu faz entre dois subcampos do campo de produção cultural: o campo de produção restrita e o de produção em grande escala.

O que está em jogo no campo de produção em grande escala é o sucesso comercial (ou o capital econômico), enquanto, no campo de produção restrita, o que está em jogo é mais simbólico, como o prestígio, o reconhecimento ou a consagração crítica.

O sucesso comercial (*Xuxa*, por exemplo) obviamente não garante consagração a longo prazo. Pelo menos desde o Cinema Novo, o cinema brasileiro tende a fazer parte de um campo intelectual, e não apenas de um campo orientado para o entretenimento. Nesse sentido, Júlio Bressane é muito mais importante a longo prazo do que Jorge Fernando.

Essa dicotomia entre a vanguarda e o cinema comercial é o tipo de situação em que uma análise à la Bourdieu pode ser muito útil. É importante, portanto, não se limitar à análise dos filmes em si; é imprescindível estender a análise para o modo de produção, circulação e consumo dos filmes em questão.

**Jorge** Penso que as fronteiras estão bastante embaralhadas, se é que faz sentido ainda falar em fronteiras entre a cultura de massas e as vanguardas. Almodóvar, por exemplo, cuja fonte é o melodrama, faz cinema erudito ou cinema de massas? Tarantino faz filmes B, inspirados no cinema de artes marciais, ou cinema de arte, com longos plano-sequências e utilizando a profundidade de campo ao estilo de André Bazin? E isso para não mencionar Woody Allen, que vai nos causar um problema imenso se nos lançarmos à difícil tarefa de definir o que, em seu cinema, é comunicação com o público de massas e o que é compreensível apenas para os mais entendidos.

Em um processo que Sergio Paulo Rouanet definiu criticamente como “auratização póstuma”, George Romero tem sido considerado, ultimamente, como grande artista do cinema, ainda que tenha feito filmes de terror. O mesmo ocorre com o *western-spaguetti* do grande Sergio Leone.

Assim, penso que não se trata, simplesmente, de “auratização póstuma”, já que tal processo não ocorre nem apenas pelo “acaso”, nem pela determinação da indústria cultural, mas, principalmente, por características das obras de alguns cineastas da cultura de massas que merecem ser destacadas e que podem ser consideradas efetivamente artísticas.

Não obstante, é claro que existem nichos de cinema de massas e cinema erudito. *Se eu fosse você* é, obviamente, um filme para o grande público, e o cineasta Apichatpong Weerasethakul tem um estilo de narrativa complicada para os menos entendidos.

Em relação à vanguarda, na última década, faltaram manifestos que definem esse tipo de cinema. Para falar a verdade, só me recordo agora do movimento *Dogma*.

**Morettin** Creio que ainda existe, porque ainda há cineastas e videoartistas que produzem trabalhos pensados como contrapontos à produção corrente. No entanto, hoje, mesmo essa produção corrente é muito diversificada, e um dado fun-

damental é que, sem essa indústria, o cinema experimental não teria nem mesmo como existir. Como diz Ismail Xavier, um dos cinemas experimentais mais consolidados é o norte-americano – Stan Brakhage, por exemplo –, e isso faz parte de um contexto em que existe o cinema enquanto indústria.

Um exemplo elucidativo dessa relação entre indústria e experimentalismo se refere aos primeiros filmes experimentais que foram feitos por Walter Ruttmann, Hans Richter e Viktor Eggeling, na Alemanha do final dos anos 1910. Artistas plásticos, eles encontravam dificuldades técnicas para traduzir seus experimentos abstratos para a forma cinematográfica. No entanto, com o apoio financeiro de uma espécie de mecenas da época, eles obtêm uma autorização para filmar nos estúdios da UFA e utilizar seus técnicos de desenho animado. A partir desse momento, eles fazem *Ritmo 21*, *Opus 4*, *Sinfonia diagonal*, que não seriam possíveis sem o desenvolvimento prévio de uma indústria. O mesmo serve para a França. Creio que essa relação é importante, mas sempre haverá a diferença entre os dois termos.

É importante retomar que o próprio cinema de indústria é bastante variado. Tratando-se dos Oscars, por exemplo, podemos nos lembrar do Pedro Almodóvar, que é reconhecido pela indústria e que não necessariamente faz um cinema industrial. Podemos falar também de um filme recente, *A árvore da vida*, que, mesmo falando de dentro do sistema, não é um filme propriamente fácil.

Há, hoje, também, uma discussão central sobre a existência das imagens em outros espaços que não o cinema, as chamadas “narrativas transmidiáticas”. Isso para lembrar que, para além da diversidade que aponte anteriormente, também existem questões complexas que hoje não caberiam nessa cisão entre indústria e experimentalismo.

**Parente** Sem dúvida que faz sentido. Essa diferença é crucial. Uma coisa é fazer filme para agradar, para obter retorno financeiro, sucesso e fama, outra é fazer filme para se expressar. Como eu disse anteriormente, ou o cinema é invenção, expressão, novas formas de subjetividade, ou é apenas algo que fazemos como um trabalho qualquer, uma casa, uma roupa, um sapato.

Não desconsidero esse desejo. Ele não deve ser desprezado. O importante é que haja lugar para todos os desejos. Mas, quando todos querem fazer cinema, sem um aprendizado ou um esforço específico, é um problema. Dizem que o Miguel Falabella, o Jorge Fernando, o José Wilker, o Jô Soares, o Gerald Thomas e mesmo o Diogo Mainardi – ou seja, a grande mídia em peso – estão preparando seus longas. Ai que medo! Então, eu te retorno a pergunta: qual o sentido disso? Os piores filmes que já vi em minha vida são exatamente dessas pessoas que acham

que basta ser um bom produtor, um bom ator, um diretor de teatro ou de novela, um bom jornalista para fazer bom filme. Ledo engano!

**Revista Plural** *Para finalizar, você poderia falar um pouco sobre as pesquisas que vem desenvolvendo recentemente?*

**Autran** Atualmente, estou encerrando uma pesquisa sobre as políticas cinematográficas contemporâneas no Brasil. Pesquisei e analisei o período da crise do cinema brasileiro, na primeira metade dos anos 1990, com a elaboração da Lei do Audiovisual, a formação da Ancine e as medidas tomadas por essa agência e pela Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, ao longo da primeira década do século XXI, bem como as formas como as diferentes frações da corporação cinematográfica se relacionaram com essa política e o modo como o mercado reagiu a ela.

Além de diversos textos produzidos para periódicos acadêmicos, essa pesquisa resultou no documentário intitulado *A política do cinema* (2011), dirigido por mim e no qual, por meio de entrevistas com diretores, produtores, distribuidores, exibidores e pesquisadores, pretende-se traçar um panorama da produção brasileira e de suas relações com o mercado e o Estado, no período que vai de 1990 a 2010.

Nessa pesquisa, foi possível aferir a centralidade da ação do Estado para a existência, na atualidade, dos cinemas nacionais, pois estes possuem o mercado interno ocupado pela produção hollywoodiana. Sem a ação do Estado, é quase impossível uma cinematografia resistir à força de Hollywood, pois a situação é de tal forma desigual, em termos de meios de produção, domínio do setor da distribuição, açambarcamento do mercado em nível mundial, etc., que os produtores nacionais não têm como competir em um regime de livre concorrência.

Nesse sentido, no caso brasileiro, a política do Estado, a partir do governo Itamar Franco, que teve continuidade com Fernando Henrique Cardoso e notável ampliação nos dois mandatos do presidente Lula, foi essencial para o aumento da produção brasileira e também para o avanço de sua participação no mercado.

Mas, além dessa centralidade do Estado, outras questões muito interessantes avultaram com a pesquisa, tais como: o processo de divisão radical do meio cinematográfico brasileiro entre os produtores com acesso a vultosos meios de produção e outros com pouco ou mesmo nenhum acesso; a importância da ação das distribuidoras *majors* – ou seja, das distribuidoras que representam o cinema de Hollywood – na evolução do cinema brasileiro no mercado interno; as relações com a televisão via Globo Filmes; as radicais alterações por que passou o mercado

exibidor nos anos 1990 e 2000, com a implantação do sistema multiplex e o predomínio do capital estrangeiro também nesse setor.

De outro lado, estou me voltando novamente para a história do cinema e comecei a elaborar um projeto que visa comparar as primeiras tentativas de industrialização do cinema nos anos 1930, no Brasil e na Argentina. Parece-me que, no Brasil, ainda temos uma consciência muito fluida de nossas ligações com a América Latina, e estou querendo empreender alguma pesquisa nesse sentido.

O advento do som, na virada da década de 1920 para a de 1930, foi um momento particularmente rico, pois, tanto no Brasil como na Argentina, houve grande animação para a produção de cinema e, tanto aqui como lá, houve forte investimento em estúdios, equipamentos e na busca da formação de um *star system*. No entanto, entre nós, logo a produção entrou em crise, enquanto, na Argentina, a década de 1930 e o início do decênio seguinte são considerados a “época de ouro”, segundo expressão do historiador Domingo di Nubila.

**Hikiji** Nos últimos anos, venho desenvolvendo pesquisas no campo da produção audiovisual, a partir da ideia de uma “antropologia compartilhada”. No contexto dessas pesquisas, a produção de filmes é tanto um instrumento quanto uma forma de produção e veiculação de conhecimento para um público mais amplo, ou seja, uma maneira de dialogar com os sujeitos que participam da investigação.

Para tanto, tenho refletido sobre a constituição desse campo, de modo a questionar o que seria o filme etnográfico e as possibilidades de uso dessa produção pelas ciências sociais, seja a partir do estudo da obra de outros realizadores, seja também experimentando, eu mesma, a possibilidade de produzir filmes a partir de contextos nos quais eu realizo pesquisa de campo.

Com relação a isso, venho realizando, desde 2004, pelo menos, pesquisas que abordam a relação de comunidades periféricas com movimentos artísticos – tema da minha pesquisa de pós-doutorado, que culminou em um filme que se chama *Cinema de quebrada*<sup>5</sup>.

A partir disso, passei para um contexto mais amplo de artistas de diversas linguagens, mas localizadas em uma periferia específica, que é a Cidade Tiradentes, na Zona Leste de São Paulo. Dessa pesquisa, resultaram dois filmes etnográficos: o curta-metragem *Lá do Leste*<sup>6</sup> (2010) e o média-metragem *A arte e a rua*<sup>7</sup> (2011), que codirigi com Carolina Caffé e que abordam as relações entre arte de rua e as transformações no território de Cidade Tiradentes.

---

5 [vimeo.com/26027137](https://vimeo.com/26027137).

6 [vimeo.com/26023228](https://vimeo.com/26023228).

7 [vimeo.com/31923255](https://vimeo.com/31923255).

Esses são os contextos de pesquisas que venho desenvolvendo nos últimos anos. Todos eles alinhavam duas questões: a metodologia de produzir filmes a partir da pesquisa e como parte da pesquisa; e, por outro lado, essa temática que perpassa os últimos estudos, que é a relação entre arte, periferia e juventude.

**Johnson** Como disse, depois de completar mais de seis anos de trabalho administrativo na universidade, estou retomando um projeto antigo sobre o campo literário nos anos 1930 e 1940. Em termos de cinema, vou aproveitar o ano que passarei no Brasil para ver filmes e acompanhar os debates sobre a produção contemporânea. Apesar de ter muito material sobre o período de 1993 para cá, não tenho um projeto específico em mente. Também estou com a ideia de reunir em um volume textos sobre cinema brasileiro que foram publicados em inglês e que nunca apareceram no Brasil.

**Jorge** Tenho pesquisado a cinefilia contemporânea, tema que tem me levado para diversos subtemas que estou desenvolvendo: o efeito de distinção possibilitado pelo cinema, que, a meu ver, é diferente daquele conceituado por Pierre Bourdieu; a relação entre cinefilia e *cult movies* e as mudanças na recepção do cinema com o *home-viewing*; a crítica baziniana e a questão do realismo, tema que ganha novos contornos com a deslocamento do suporte cinematográfico como fonte de ontologia para a cultura, conforme operado por Hans Belting.

**Morettin** Vou fazer um pós-doutorado agora sobre um tema com o qual venho trabalhando há algum tempo, que é o da presença do cinema nas exposições internacionais. Essas exposições do século XIX foram as grandes vitrines dos países capitalistas, que, nesse momento, estavam partilhando o mundo entre si, em um processo histórico que desembocaria na Primeira Guerra Mundial.

Os conflitos militares por terras e por conquistas apareciam simbolicamente nas exposições, por meio de recursos como os pavilhões, que procuravam sintetizar as contribuições dos países para o avanço do capitalismo, apresentando tradições culturais e inovações técnicas. Isso ocorria desde a primeira exposição em Londres, em 1851.

O cinema participa desse evento desde 1893, na exposição de Chicago, mas, ao passo que se consolida como meio de comunicação de massas no século XX, ele se torna a vitrine desses jogos – e isso é patente em meados dos anos 1910.

Mais especificamente a partir de 1915, o cinema se consolida mundialmente, a partir do poderio dos Estados Unidos, que acreditam na capacidade do cinema transmitir o seu *way of life*. Para eles, as exposições falavam de uma concepção do século XIX, e o cinema possuiria outro tipo de público, outro tipo de linguagem, sendo ele mesmo uma incorporação da modernidade enquanto técnica.

No caso brasileiro, há a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, que ocorreu em 1922, e o cinema teve ali um momento significativo. Tendo percebido o cinema, o Estado brasileiro voltou sua atenção a ele, e instituiu na programação da exposição a produção de filmes para exibição no evento, apresentando fomentos nesse sentido, como isenção da cobrança de taxa de importação sobre os negativos, materiais químicos e revelação. No entanto, nessa iniciativa estava envolvida uma elite letrada, sem nenhuma cultura cinematográfica, apresentando demandas por filmes institucionais no pior sentido do termo.

Foram feitos mais de quatrocentos documentários, e o único bem sucedido dessa leva foi significativamente a única obra não supervisionada de perto pela Comissão Organizadora da Exposição, *No país das Amazonas*, de Silvino Santos, encomendado por um capitalista amazonense, J. G. Araujo.

O filme produziu um retrato da Amazônia que ganhou muita repercussão de público, ficando três meses em cartaz no Rio de Janeiro e, depois, seguindo um percurso internacional.

Em Paris, na Paris I Panthéon-Sorbonne, com a supervisão de Sylvie Lindeperg, agora vou pesquisar o lugar do cinema nas exposições de Paris (1925, 1931, 1937), realizadas antes da Segunda Guerra Mundial. A exposição de 1937, por exemplo, foi a última realizada em solo europeu e a primeira que contou com a participação do Reich. Buscando as fotos do evento, é perceptível a dimensão da disputa simbólica marcada pela construção de seus pavilhões: o do Reich, concebido por Albert Speer, é erigido em frente ao pavilhão da União Soviética, ambos monumentais.

**Parente** Minha pesquisa sempre foi e continua sendo, ao mesmo tempo, prática e teórica. Eu sou um dos críticos que mais publicou livros de cinema no Brasil, ao lado de Ismail Xavier, Jean-Claude Bernardet, José Carlos Avellar, João Luiz Vieira e Fernão Ramos.

O fato é que tenho mais de uma dezena de livros e uma centena de artigos. Tenho livros de teoria de cinema publicados na França, o que não é nada fácil. Nesses livros e artigos, procuro, antes de mais nada, pensar no encontro do cinema com as novas mídias e a arte contemporânea. Qual o resultado desse encontro? De que maneira esse encontro produz um novo olhar sobre o cinema, sobre o pensamento do cinema? Entre 1993, quando publiquei *Imagem-máquina*, e hoje, quando estou lançando o livro *Cinema em trânsito. Cinema, arte contemporânea e novas mídias*, venho tentando tratar desse encontro sem me deixar levar por determinismos históricos, técnicos ou estéticos.

Bom, em minha trajetória recente, eu tenho realizado muitos trabalhos e exposições, no Brasil e no exterior (França, Espanha, Argentina, México, Canadá,

Alemanha, Colômbia, Suécia, entre outros), que são multimídia, em um sentido muito preciso: são trabalhos que possuem, no mais das vezes, versões para sala, vídeo instalação e instalação interativa. Alguns desses trabalhos podem ser vistos no meu site<sup>8</sup> ou no Vímeo<sup>9</sup>.

---

8 [www.andreparente.net](http://www.andreparente.net).

9 [vimeo.com/aparente](https://vimeo.com/aparente).

## Resenha

# JAMES ANTES DE JAMES

Luís Felipe Sobral\*

Não existe exercício intelectual mais eficaz para atravessar a imagem encantada que se produz de um escritor estabelecido, lançado, assim, a um espaço que se quer fora do tempo, do que reconstituir as condições sociais que franquearam a produção dessa imagem.

A dificuldade desse exercício de desencantamento cresce de acordo com o volume de investimento literário empregado para produzir tal imagem. Nesse sentido, em *Henry James goes to Paris*, o crítico literário Peter Brooks, autor de um livro de referência sobre o melodrama oitocentista<sup>1</sup>, enfrenta um caso interessantíssimo. Trata-se do impacto tardio que o ano de estadia juvenil em Paris exerceu sobre a produção literária do escritor norte-americano Henry James (1843-1916): entre 1875 e 1876, diante da cena cultural animada por Flaubert, os impressionistas e companhia, James preferiu Londres e Balzac, mostrando-se refratário aos posicionamentos artísticos que estavam sendo explorados; no entanto, vinte anos depois, os procedimentos literários correspondentes a tais posicionamentos apareceriam – sem dúvida, transformados pela apropriação – na obra de James.

Compreender o efeito que a breve vivência parisiense desempenhou sobre os livros da maturidade de James significa ultrapassar o epíteto laudatório que lhe foi conferido (“O Mestre”), isto é, mostrar como a elaboração do James “literário” dependia da experiência social do James “histórico”. E não é exatamente dessa forma que Brooks recorta seu objeto.

*Henry James goes to Paris* se divide em sete capítulos, intercalados entre um epílogo e uma introdução, na qual se lê:

Começando em meados dos anos 1890, James produz trabalhos correspondentes ao *pointillisme* de Seurat e antecipa o cubismo de Picasso. [...] Pense, por

---

\* Doutorando em antropologia social pela UNICAMP, sob orientação de Heloisa Pontes e bolsista da FAPESP.

1 Brooks (1976).

exemplo, no anônimo narrador de *The sacred fount* ou em Fanny Assingham em *The golden bowl*, dois observadores muito diferentes que precisam tentar deduzir e interpretar evidências que nunca permanecem imóveis, porque estão se movendo e porque o observado se altera sob o olho observador. É um tipo de perspectivismo radical que James trouxe ao romance talvez de forma mais consistente do que qualquer outro romancista, que ele então fez a base de sua teoria da ficção expressa nos prefácios da edição de Nova York de seus trabalhos, e que a geração de [Virginia] Woolf e [Roger] Fry agradecidamente fez a sua própria (BROOKS, 1976, p. 2, em livre tradução).

Brooks não está interessado em estabelecer uma relação de causalidade entre a experiência parisiense e a mudança dos preceitos literários do escritor; antes, trata-se, simplesmente, em suas próprias palavras, de “contar uma história” de uma perspectiva estereoscópica, isto é, por um olhar que observa o objeto simultaneamente, de dois ângulos distintos: o do jovem James em Paris e o da produção literária madura.

Sua narrativa não começa na Europa, mas em Cambridge, Massachusetts, onde o nova-iorquino Henry James foi criado “a alguns passos” de Harvard, universidade na qual seu irmão William James (1842-1910) desenvolveu, com muito sucesso, sua carreira psicológica e filosófica.

A cidade não correspondia às aspirações do escritor, que, após várias estadias europeias, considerava-a paroquial. Em 1875, depois de um inverno decepcionante em Nova York, decidiu, afinal, mudar-se, aos trinta e dois anos, para Paris, “o lugar de escritores e artistas, da vida da mente e do espírito, da liberdade da família e de outras constrictões, e o lugar onde escrever romances era levado a sério” (BROOKS, 1976, p. 7).

A princípio, tal escolha parece inusitada, visto que James, autor de dois romances, além de esboços de viagem e resenhas, escrevia para um público anglófono e dependia de seus contatos nos Estados Unidos; no entanto, além de não pretender abrir mão de tais recursos, ele era francófilo: parte de sua educação ocorrera na França, cuja língua ele dominava e cujos autores ele lia desde a juventude, nutrindo apreço particular por Balzac.

Partiu, então, em 20 de outubro de 1875 e, após uma rápida passagem pela Inglaterra, chegou a Paris em 11 de novembro, instalando-se próximo à Place Vendôme, conteúdo de sua memória mais antiga, referente a uma viagem de infância.

Em Paris, o tempo de James era quase completamente dedicado ao trabalho; em particular, à redação do romance *The American*, serializado, a partir de junho de 1876, na revista *Atlantic Monthly*, publicada em Boston. Enquanto isso, circulava eventualmente pela comunidade de expatriados norte-americanos – “detestável, mas também inevitável”, como afirma Brooks – e pela alta sociedade francesa.

Entre os principais contatos de James na capital francesa, o autor destaca: o filósofo norte-americano Charles Sanders Peirce (1839-1914), amigo de William James, com quem jantava semanalmente; o esteta russo Paul Vasilievich Zhukovsky, com quem manteve uma ambígua relação amorosa; o escritor russo Ivan Sergeevich Turgenev (1818-1883), que tinha em altíssima estima e que o introduziu, no final de 1875, no círculo de Gustav Flaubert (1821-1880).

Nas tardes de domingo, Flaubert recebia os convidados em seu apartamento, no Faubourg Saint-Honoré, frequentado pelos escritores Edmond de Goncourt (1822-1896), Guy de Maupassant (1850-1893) e Émile Zola (1840-1902), apenas para citar os mais proeminentes. Em fevereiro de 1876, James escreveu em francês a um amigo: “Fui lançado em pleno Olimpo” (BROOKS, 1976, p. 22, em livre tradução).

A relação entre James e Flaubert possui importância fundamental, explica Brooks, uma vez que “repousa no coração de sua reação ao modernismo francês e de seu entendimento maduro das formas e usos da ficção” (BROOKS, 1976, p. 26, em livre tradução).

Tal relação pode ser caracterizada por um posicionamento contraditório: de um lado, o imenso fascínio exercido por Flaubert e seu círculo; de outro, o desencantamento provocado pela forte francofonia desse circuito, completamente ignorante da literatura anglófona, e pelo estranhamento diante dos novos experimentos literários, tão distantes dos estimados Balzac e George Eliot.

Essa contradição corresponde à tensão entre cosmopolitismo e conservadorismo: se, por um lado, James procurou ultrapassar as fronteiras linguísticas, orientando seu projeto artístico por diferentes tradições nacionais, por outro, seus parâmetros literários permaneceram ancorados no passado, em relação ao grupo flaubertiano, que logrou êxito em projetar no futuro seus novos critérios literários, constituindo-se, assim, como vanguarda.

Se James era cosmopolita demais para o círculo de Flaubert, sua orientação artística estava ultrapassada, e não somente entre os literatos. Diante da segunda exposição impressionista, ele não apenas avaliou que nenhum dos pintores (Monet, Renoir e Degas) possuía talento, como também concluiu que os próprios preceitos impressionistas não eram compatíveis com o talento artístico.

Reconhece-se com facilidade – e obrigação tácita – o valor de um artista estabelecido, adequadamente disposto em uma genealogia ordenada: admirar hoje um Manet é um ato banal; admirá-lo no Salão de 1876, onde foi exposto junto com uma série de pintores agora esquecidos (Baudry, Sylvestre, Detaille e Duran), era uma atitude vanguardista que dependia de certa educação do olhar, disponível exclusivamente em uma estreitíssima região do campo artístico da qual James não fazia parte.

Como e por que os critérios artísticos do grupo flaubertiano e dos impressionistas – entendidos por Brooks como experimentos com novas formas de olhar –, a princípio radicalmente rejeitados por James, surgiram, vinte anos depois, em sua obra madura?

Após um longo primeiro capítulo biográfico, *Henry James goes to Paris* prossegue com a tarefa de ler a produção literária madura de James, sem perder de vista a vivência parisiense da juventude. Tal produção foi marcada por “um questionamento constante de como podemos saber o que reivindicamos saber”, como explica Brooks (1976, p. 52, em livre tradução). E acrescenta: “E quando ele emerge nas obras-primas de sua fase final – *The ambassadors, The wings of the dove, The golden bowl* –, é com uma preocupação constante com ângulo de visão, ponto de observação e centro de consciência” (BROOKS, 1976, p. 52, em livre tradução).

Tudo se passa como se a dramática experiência parisiense tivesse ficado guardada durante vinte anos e, então, repentinamente, irrompesse na escrita de James. Trata-se de um problema de temporalidade: entre as duas imagens produzidas pelo procedimento estereoscópico de Brooks (o jovem James, em Paris, e a produção literária madura), a história não encontra espaço para se alojar; o leitor se vê, assim, diante de um projeto histórico abortado, pois não há nada que estabeleça o vínculo entre os dois ângulos analíticos.

Peter Brooks não é sociólogo, nem historiador, mas crítico literário, e seu livro tem o mérito de propor um novo ponto de vista para ler a obra madura de James. No entanto, a questão por ele elaborada – o contraste marcante entre os posicionamentos de um mesmo escritor, em dois momentos de sua vida, diante de certos critérios artísticos – pode prescindir, mesmo parcialmente, do mundo social?

A grande ausência de *Henry James goes to Paris* não é a vida social, tratada, em grande medida, no primeiro capítulo, nem a forma literária, enfrentada no restante do livro, mas a mediação entre essas duas dimensões, enfrentadas separadamente.

A resposta para a radical mudança de postura de James não se encontra apenas em sua vivência parisiense, mas, sobretudo, em como essa vivência foi

transformada ao longo do tempo. Sem um procedimento histórico levado até o fim, esse exercício de desencantamento permanece inacabado, e os motivos da tardia guinada artística de James, desconhecidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROOKS, Peter. *The melodramatic imagination. Balzac, Henry James, and the mode of excess*. New Haven: Yale University Press, 1976.

\_\_\_\_\_. *Henry James goes to Paris*. Princeton: Princeton University Press, 2007. 255 p.